

COLETÂNEA II
“EDUCAÇÃO AMBIENTAL, GEOTECNOLOGIAS
E CARTOGRAFIA SOCIAL”

Edson Vicente da Silva
Rodrigo Guimarães de Carvalho
(Coordenadores)

TOMO 2
“CARTOGRAFIA TEMÁTICA APLICADA
EM ÁREAS DE RISCO”

Tacyele Ferrer Vieira
Maria Elisa Zanella
Andrea Bezerra Crispim
Francisco Otávio Landim Neto
(Organizadores)



COLETÂNEA II
**“EDUCAÇÃO AMBIENTAL, GEOTECNOLOGIAS
E CARTOGRAFIA SOCIAL”**

**EDSON VICENTE DA SILVA
RODRIGO GUIMARÃES DE CARVALHO
(COORDENADORES)**

TOMO 2
**“CARTOGRAFIA TEMÁTICA APLICADA EM
ÁREAS DE RISCO”**

**TACYELE FERRER VIEIRA
MARIA ELISA ZANELLA
ANDREA BEZERRA CRISPIM
FRANCISCO OTÁVIO LANDIM NETO
(ORGANIZADORES)**





Reitor

Prof. Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Vice-Reitor

Prof. Aldo Gondim Fernandes

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. João Maria Soares



Comissão Editorial do Programa Edições UERN:

Prof. João Maria Soares

Profa. Anairam de Medeiros e Silva (Editora Chefe)

Prof. Eduardo José Guerra Seabra

Prof. Humberto Jefferson de Medeiros

Prof. Sérgio Alexandre de Moraes Braga Júnior

Profa. Lúcia Helena Medeiros da Cunha Tavares

Prof. Bergson da Cunha Rodrigues

Assessoria Técnica:

Daniel Abrantes Sales

Campus Universitário Central

BR 110, KM 48, Rua Prof. Antônio Campos,

Costa e Silva – 59610-090 - Mossoró-RN

Fone (84)3315-2181 – E-mail: edicoesuern@uern.br

Coordenação Editorial

Anderson da Silva Marinho

Andressa Mourão Miranda

Tacyele Ferrer Vieira

Projeto Gráfico

David Ribeiro Mourão

Diagramação

Victória do Nascimento Viana

Capa e Ilustração

Ana Larissa Ribeiro de Freitas

Revisão

Edson Vicente da Silva

Rodrigo Guimarães de Carvalho

Catálogo

UERN

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Cartografia temática aplicada em áreas de risco/
Tacyelle Ferrer Vieira... [et al]. (Org.). - Mossoró – RN, Edições UERN, 2017.

155 p. ; Tomo 2

Textos provenientes de projetos de pesquisa e extensão, apresentados durante o V Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada e Gestão Territorial.

ISBN: 978-85-7621-157-0

1. Geoprocessamento. 2. Riscos ambientais 3. Sustentabilidade I. Zanella, Maria Elisa. II. Crispim, Andrea Bezerra. III. Landim Neto, Francisco Otávio. IV. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. V. Título.

UERN/BC

CDD 372.357

Bibliotecária: Aline Karoline da Silva Araújo CRB 15 / 783



PREFÁCIO

As universidades, institutos de educação e pesquisa e as escolas públicas devem, cada vez mais, permeabilizar seus muros, como uma rocha calcária, para permitir uma maior porosidade e infiltração social. Abrir nossas portas e janelas, para saída e entrada de pessoas cidadãs, estudiosos e pesquisadores, afinal a população brasileira é quem nos constrói e alimenta.

Nosso retorno socioambiental é construir um tecido junto com os atores sociais, líderes comunitários, jovens entusiastas, crianças curiosas e velhos sábios. A integração entre os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais é a base para um desenvolvimento sustentável e democrático.

Encontros como o V Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada e Gestão Territorial têm sido realizados de forma integrada e aberta para a sociedade em geral. Como uma grande e imensa árvore que vai se desenvolvendo a partir de seus eventos, dispondo para todos os seus frutos de diletos e diversos sabores, como essas coletâneas e tomos, cultivados por diferentes pessoas desse nosso imenso terreiro chamado Brasil.

Coube a Universidade Federal do Ceará, através de seu Departamento de Geografia, a realização do evento e a organização final dos artigos que compõem os livros, e às Edições UERN, pertencente à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, a catalogação e publicação dos 31 livros pertencentes às 07 coletâneas. Essa parceria interinstitucional, que na verdade coaduna muitas outras instituições, demonstra as redes já estabelecidas de cooperação científica e ideológica que, em um cenário político-econômico de grande dificuldade para as instituições de ensino e para a ciência brasileira, se auto-organizam para o enfrentamento dos desafios de maneira generosa e solidária.

Rodrigo Guimarães de Carvalho (UERN)

Cacau – Edson Vicente da Silva (UFC)

SUMÁRIO

“CARTOGRAFIA TEMÁTICA APLICADA EM ÁREAS DE RISCO” (TOMO 2)

CONSIDERAÇÕES SOBRE CARTOGRAFIA TEMÁTICA APLICADA EM ÁREAS DE RISCO.....	7
A (IN)SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CAPITALISMO: O CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CUMBE, ARACATI – CE.	11
A “NOVA” CARTOGRAFIA SOCIAL E A LUTA PELO RECONHECIMENTO: MAPEAR PRA QUÊ E PRA QUEM?	25
A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA E A TRANSFORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS NO QUILOMBO PERICUMÃ, EM PERI MIRIM – MA.	35
A NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL E O DESAFIO DE REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO FACE AO DISCURSO DO DESENTENDIMENTO.	46
CAMINHOS TRILHADOS: DIÁLOGO DE SABERES NA CONSTRUÇÃO DE TRILHAS PARA O FORTALECIMENTO DO TERRITÓRIO NO ASSENTAMENTO MACEIÓ, ITAIPOCA – CE.	55
CARTOGRAFIA SOCIAL APLICADA AO MAPEAMENTO DO USO DA TERRA NA COMUNIDADE DE UMARI, PACAJUS-CE.	70
CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS: LUTA PELA TERRA E PRESERVAÇÃO CULTURAL.	79
CONFLITO FUNDIÁRIO E CARTOGRAFIA ÉTNICA COMO INSTRUMENTO DE LUTA NO QUILOMBO RIO DOS MACACOS.	88
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CUMBE/ARACATI – CE.	103
MAPEAMENTO DE TRILHAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO ELEMENTO AUXILIADOR NA CONSERVAÇÃO E MANEJO DA BIODIVERSIDADE.	115
METODOLOGIA DE MAPEAMENTO DE ATORES APLICADA A COLÔNIA Z-30 NO MUNICÍPIO DE MARABÁ.	127
PROCEDIMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DE MAPAS NA NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL: ESTUDO DE CASO DO ILHÉUS DO RIO PARANÁ.	135
TERRITÓRIO E IDENTIDADE QUILOMBOLA NO POVOADO RESINA EM BREJO GRANDE\SE.	147

CONSIDERAÇÕES SOBRE CARTOGRAFIA TEMÁTICA APLICADA EM ÁREAS DE RISCO

*MARIA ELISA ZANELLA
ANDREA BEZERRA CRISPIM
ANA LARISSA RIBEIRO DE FREITAS
MAIRLA GOMES BRASILEIRO
RODRIGO GUIMARÃES DE CARVALHO*

1. Introdução

Uma das áreas que mais se desenvolvem no mundo, as Geotecnologias, podem ser descritas como tecnologias que envolvem a informática na manipulação de informações espaciais. Considerando que 80% da informação disponíveis no mundo contém uma componente espacial, as geotecnologias abrangem uma infinidade de atividades (FAVRIN, 2009).

A aplicação das geotecnologias em diferentes áreas do conhecimento tem aumentado nas últimas décadas. O recente desenvolvimento das tecnologias de sensoriamento remoto e do Sistema de Informações Geográficas-SIG vem contribuído para a evolução das ciências da terra e ambientais, possibilitando uma maior inter-relação entre elas. Para Baker (1986), em qualquer ciência novas técnicas permitem novas descobertas que estimulam o progresso científico.

As imagens obtidas por meio do sensoriamento remotopossibilitam uma visão multitemporal de extensas áreas, o que contribui para estudos integrados da paisagem e do meio ambiente, mostrando as transformações no tempo e no espaço. Também possibilitam identificar os impactos causados por fenômenos naturais e aqueles ocasionados pelas ações humanas que se dão a partir das modificações do uso da terra(FLORENZANO, 2002), por meio das diferentes atividades e relaçõesque se estabelecem no ambiente e na sociedade.

Com base nas imagens de sensoriamento remoto, o SIG possibilita a confecção de mapas temáticos e integrados fundamentais para os estudos geográficos e socioambientais. Assim, a cartografia conta, atualmente, com o apoio de muitos recursos tecnológicos para o seu avanço contínuo.

Mais recentemente ganha espaço a Cartografia Social no âmbito de várias áreas do conhecimento. Em vez de informações técnicas, os mapas sociais são construídos de forma participativa e buscam apresentaro cotidiano de uma comunidade.

O mapeamento social geralmente envolve populações tradicionais extrativistas, ribeirinhos, agricultores familiares, quilombolas, indígenas, dentre outros grupos. Populações que antes retiravam da natureza o seu sustento e que após a entrada de empreendedores externos e danos

provocados ao meio ambiente, precisam buscar outros meios de sobrevivência. Essa nova realidade a qual são submetidos os levam ao abandono de suas práticas tradicionais e modos de vida juntamente com as suas reais aspirações e necessidades.

Desse modo, tais empreendimentos, quase sempre, produzem problemas de ordem social e ambiental aos povos e comunidades tradicionais. Assim, a Cartografia Social torna-se um instrumento importante na luta pelos direitos desses grupos frente aos grandes empreendimentos econômicos que se instalam em seus territórios.

No Brasil, a Cartografia Social surge com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Ainda no início dos anos 90, a partir de estudos de mapeamento social na área correspondente ao Programa Grande Carajás, demonstrando que os usos diversos do território não estavam associados aos limites exatos de determinado espaço e sim a um uso coletivo deles. Isso foi importante na elaboração de políticas fundiárias e ambientais, de manejo e de gestão territorial e a criação de Unidades de Conservação, notadamente as Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável.

Desde então, muitos pesquisadores buscam metodologias de mapeamentos participativa partir de experiências e vivências dos grupos e comunidades tradicionais. Neste sentido, os projetos em Cartografia Social vem sendo desenvolvidos por diferentes pesquisadores envolvendo universidades, organizações não governamentais, ativistas e outros profissionais e entidades, que incorporam em suas ações, os conteúdos e as construções dos produtos cartográficos produzidos por diferentes atores sociais.

A Cartografia Social vem ganhando real importância junto a tais comunidades pois o mapeamento participativo pode ser uma ferramenta de contestação social e resistência destas comunidades. Desse modo, um mapeamento social deve servir aos interesses das comunidades e povos tradicionais, como mais um mecanismo para legitimar suas lutas pelo território.

2. Exemplos de aplicação de estudos

São diversos os estudos que analisam a importância da Cartografia Social aplicada à gestão participativa, que estão contemplados nos diferentes capítulos deste livro descritos a seguir:

Tratando da “(in)sustentabilidade do desenvolvimento sustentável no capitalismo”, e considerando comunidades tradicionais que aparecem como modelos contra-hegemônicos alternativos, o estudo analisou o caso do Cumbe, comunidade ancestral remanescente de escravos de Aracati, no Ceará, como exemplo de expropriação capitalista.

Ao refletir sobre “A Nova Cartografia Social e a luta do reconhecimento”, o estudo traz uma reflexão de como os povos e comunidades tradicionais tem se mobilizado e instrumentalizado no sentido de fortalecer seus direitos culturais-territoriais a partir da “Nova Cartografia Social”, aparecendo esta como uma abordagem alternativa na sua luta.

Considerando “a construção do território quilombola e a transformações de fronteiras”, esse estudo busca analisar os conflitos de terra visando a titulação no Quilombo Pericumã, no estado do Maranhão, por meio de estudo etnográfico, entrevistas e observação participante junto às comunidades, revelando que os limites territoriais permanecem numa dinâmica constante.

Ao tratar sobre “A Nova Cartografia Social e o desafio de representação do território face ao Discurso do desentendimento”, o estudo parte da discussão do modo como é construído o conceito de território e o de espaço dentro da concepção da Nova Cartografia Social, tentando relativizar as formas de representação do espaço pela via do desentendimento.

A partir da “construção de trilhas para o fortalecimento do território no assentamento Macieiro, em Itapipoca”, é analisada a importância que as trilhas tem como estratégia de fortalecimento

to da luta e afirmação do território contra as ameaças da especulação imobiliária muito presentes no litoral cearense.

A “Cartografia Social aplicada ao mapeamento do uso da terra na comunidade Umari” foi realizada junto a agricultores em quatro propriedades rurais com o objetivo de identificar e mapear o uso do solo, onde o principal cultivo de subsistência, considerado pelos agricultores foi o cajueiro precoce, além do milho, feijão e mandioca, produtos de subsistência cultivados no período chuvoso.

Um estudo na comunidade quilombola “Conceição das Crioulas” em Salgueiro, PE, foi realizado, considerando a importância histórica do artesanado tradicional, sendo que tal atividade utiliza recursos naturais (fibras vegetais e barro) disponíveis na região. Devido a ausência de uma demarcação justa, há conflitos entre quilombolas, indígenas e fazendeiros, dificultando o acesso dos quilombolas à matéria prima para a realização do artesanato, sendo este elemento estreitamente relacionado à história de resistência da comunidade.

Ainda discutindo comunidades quilombolas o estudo “Conflito Fundiário e cartografia étnica como instrumento de luta no Quilombo Rio dos Macacos”, explana sobre as relações de conflito no território étnico do referido quilombo, com a Marinha do Brasil que se estende desde a década de 1960, colocando a importância da etn-cartografia como instrumento político-pedagógico capaz de desvendar a realidade e fortalecer a identidade territorial.

Os “conflitos socioambientais na comunidade quilombola do Cumbe” localizada em Aracati/Ce foram tratados em estudo mostrando os diversos problemas que enfrentam por se posicionarem contrários aos grandes empreendimentos como a carcinicultura, concluindo que a forma organizativa dos pescadores/as do quilombo tem sido fundamental para o enfrentamento de ameaças dentro do território, bem como da manutenção de suas práticas tradicionais.

O “mapeamento de trilhas em Unidades de Conservação como elemento auxiliador na conservação e manejo da Biodiversidade”, refere-se a resultado de pesquisa que trata da atualização cartográfica do mapeamento das trilhas do Parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas, localizado no Pará, identificando 10 pontos turísticos que incluem atributos da paisagem, aspectos culturais e educacionais, incluindo restrições ao uso, buscando melhor conservar os atributos naturais locais.

A Cartografia Social como instrumento técnico-político foi o instrumento norteador do estudo discutido em “Metodologias de mapeamento de atores aplicada a Colônia Z-30” de Marabá/PA, mostrando a importância da construção de mapas pelos pescadores com o objetivo de preservar os seus espaços de pesca e de terem um instrumento qualificador em estudos de Avaliação de Impactos Ambientais de grandes empreendimentos. O estudo baseou-se em referencial teórico da Cartografia Social.

Os “Procedimentos para a construção de mapas na Nova Cartografia Social” da comunidade dos ilhéus do rio Paraná, buscou uma proposta metodológica de construção de mapas, a partir de diversas práticas, a fim de mostrar conflitos, história e memória, em referida comunidade que utilizou o devido mapeamento na busca de reconhecimento de sua identidade coletiva.

E, finalmente, o estudo “Território e identidade quilombola no povoado Resina em Brejo Grande/SE”, trata de uma pesquisa realizada naquela comunidade e, discutiu, a partir da análise geográfica, o conceito de território e a sua importância para a manutenção da vida dos quilombolas, abordando os conflitos territoriais e a relação que eles estabelecem com a natureza.

Denota-se nos capítulos deste livro, uma enorme diversidade de estudos em povos e comunidades tradicionais com ênfase na Cartografia Social. Considerando os diferentes estudos, destacam-se aqueles em comunidades quilombolas, cujas metodologias buscam principalmente nos mapeamentos participativos o fortalecimento da luta e afirmação de seus territórios. Dife-

rentes práticas metodológicas são utilizadas nas pesquisas e tais experiências são fundamentais para o desenvolvimento do conhecimento científico a partir da socialização do que vem sendo produzidos nesta área do conhecimento no Brasil.

3. Algumas considerações

Na Cartografia Social são criadas possibilidades de interpretações e representações múltiplas da realidade a partir das próprias comunidades envolvidas. As populações tradicionais precisam ser ouvidas e os mapeamentos participativos podem contribuir muito como estratégia de fortalecimento da luta e afirmação do território.

As reflexões e estudos de caso deste livro visam socializar os conhecimentos, procedimentos metodológicos e as próprias experiências científicas de povos e comunidades tradicionais, e de como a Cartografia Social e outras metodologias podem contribuir para a emancipação dessas comunidades, mostrando a importância da participação democrática na busca de soluções para os problemas que enfrentam na luta pelo território e de manutenção de suas práticas tradicionais e modos de vida.

Referências

BAKER, V.R. (1986) Introduction: Regional Landforms Analysis. In: SHORT, N.M.; BLAIR, R.W. ed. Geomorphology from space: **A Global Overview of Regional Landforms**. Washington, DC: NASA. 717p. (NASA SP-486).

FAVRIN, V. G. As Geotecnologias como instrumento de gestão territorial integrada e participativa. **Dissertação** de mestrado. Programa de Pós-graduação em geografia Humana – USP, 2009.

FLORENZANO, T.G. (2002) **Imagens de satélite para estudos ambientais**. São Paulo, Oficina de Textos.

MATEO, J. M. & SILVA, E. V. 2007, **Geocologia das Paisagens: uma Visão Geossistêmica da Análise Ambiental**, Edições UFC, Fortaleza.

RICHLING, A. & MATEO, J. M. 1991, **Utilización de los Métodos Físico-Geográficos Completos de las Investigaciones de Cuba y Polônia**, Actas Latinoamericanas de Varzovia, Warszawa.

A (IN)SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CAPITALISMO: O CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CUMBE, ARACATI – CE

LUANA VIANA COSTA E SILVA
EDSON VICENTE DA SILVA

Resumo

Após a Revolução Industrial, a problemática ambiental se intensificou, acirrando o embate entre ambientalistas e desenvolvimentistas. Dentro desse contexto, surge o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual, ao longo do tempo vem passando por um processo de esvaziamento e reformulação, a fim de contemplar diversos interesses. Essa pesquisa buscou problematizar criticamente o conceito de desenvolvimento sustentável em períodos de crises do capital e civilizatória, através do estudo do contexto histórico de seu surgimento e dos paradigmas contraditórios capitalistas. Ressaltaram-se também as perspectivas das comunidades tradicionais que aparecem nesse contexto como modelos contra-hegemônicos alternativos. Analisou-se o caso do Cumbe, comunidade ancestral remanescente de escravos de Aracati - Ceará, como exemplo de expropriação capitalista de comunidades tradicionais.

Palavras-chaves: Desenvolvimento sustentável, Capitalismo, Comunidades tradicionais.

Abstract

After the Industrial Revolution, environmental problems intensified, exacerbating the clash between environmentalists and developers. In this context arises the concept of sustainable development, which over time has undergone a makeover and emptying process, in order to include diverse interests. This research aimed to critically discuss the concept of sustainable development in the capital and civilizational crisis periods, through the study of the historical context of its emergence and contradictory paradigms capitalists. They also stressed the perspectives of traditional communities that appear in this context as alternative models counter-hegemonic. Analyzed the case of Cumbe, ancestral community slave remaining of Aracati - Ceará, as an example of capitalist expropriation of traditional communities.

Keywords: Sustainable development, Capitalism, Traditional communities.

1. Introdução

Em 1975, foi proposto pelo PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) o conceito de “ecodesenvolvimento”, conjunto de postulados que surgiu na tentativa de aliar interesses de grupos de ambientalistas e desenvolvimentistas. Ignacy Sachs, seu principal propagador, estabeleceu princípios elementares para sua implementação, apontando como essencial o uso adequado dos recursos naturais, a partir de mudanças nos hábitos de consumo e nos processos produtivos. Entretanto, para a concretização dessa ideia, havia a necessidade de rompimento de diversos paradigmas dominantes, o que em vez de suscitar encaminhamentos acabou por inviabilizá-lo, na conjuntura na qual estava imerso.

Além disso, à medida que o conceito de ecodesenvolvimento fora sendo submetido à dinâmica histórica, fatores conjunturais se puseram a alterá-lo ou, ao menos, modificar o peso atribuído aos argumentos articulados pelos interesses em litígio (GAVARD, 2009).

No Relatório Brundtland, publicado em 1987 pela ONU (Organização das Nações Unidas), surge o chamado “otimismo tecnológico”, o qual promete garantir a conservação dos níveis mundiais de crescimento sem o comprometimento das reservas de recursos naturais para as futuras gerações, apontando a modernização científico-tecnológica como um meio. O conceito de DS (Desenvolvimento Sustentável) é então reformulado, inserindo a tese de “mais produção com menos”.

Sua consagração definitiva foi em 1992 na RIO 92, onde se mostrou uma estratégia promissora para a institucionalização da problemática ambiental no âmbito da agenda política internacional, na esfera governamental, agências de auxílio, empresas e políticas públicas (NOBRE e AMAZONAS, 2002). Isso não foi resultado da conscientização repentina de instituições públicas e privadas. Conforme Gavard (2009) essa “mudança” ocorreu, principalmente, em decorrência do progressivo alargamento de significado a que este conceito foi sendo submetido desde seu surgimento. Por essa razão, poucos compromissos ambientais foram efetivamente firmados entre países, não saindo novamente do campo teórico.

Nesse artigo, objetivou-se efetuar uma discussão crítica sobre os paradigmas da sustentabilidade e de todo seu aparato ideológico muitas vezes esvaziado e transfigurado intencionalmente. Além disso, aprofundar o debate sobre a conjuntura em que esses se inserem, o modo de produção e consumo capitalista, e as contradições oriundas de uma (im)possível convivência pacífica entre os dois. Por fim, foi analisada a realidade da comunidade tradicional quilombola do Cumbe como exemplo de busca de alternativas a esse processo, ressignificação da questão ambiental e, sobretudo, do termo sustentabilidade, e manutenção de modos de vida contra-hegemônicos.

2. A (in) sustentabilidade ambiental do capitalismo verde

A análise da problemática ambiental, na fase atual do capitalismo, pede a compreensão de suas contradições históricas e de sua tendência de expansão mundial.

Nesse sistema de produção o que impera é o controle do capital sobre produção, distribuição, circulação e consumo de bens. Com o aprofundamento da divisão social do trabalho, a produção é orientada para o mercado e não mais para somente para o uso. O capital pressupõe um modo de produção regido por leis próprias e orientado pelo princípio da expansão do valor, com uma relação social estabelecida e não apenas como um aspecto técnico da produção. Assim, a formação social capitalista cria as condições históricas para o predomínio da lógica do capital que passa a presidir as variadas formas de criação humana, prevalecendo os da esfera econômica, com um tripé bem diferente do de Sachs (1993).

Mészáros (2002) afirma que o processo civilizatório do capital coloca o agora como deter-

minante na esfera da vida, justificando assim as ações humanas sobre o ambiente para manter o padrão de vida no planeta. Surge a ideia de que tudo pode mudar no intuito de manter as estruturas sociais imutáveis. Assim, o tempo do homem se sobrepõe ao tempo natural, o planeta é visto como um grande mercado mundial e as formas de vida social são mediadas por essa lógica mercantil.

A naturalização da racionalidade do mercado e a mercantilização da natureza são os dois grandes focos da chamada reconversão (neo)colonial em curso na América Latina. Fruto da integração subordinada dos países em desenvolvimento, com uma nova dinâmica de valorização financeira globalizada, seu objetivo é reorganizar a acumulação em escala mundial, transformando espaços de vida às novas exigências do capital, aliadas às novas tecnologias. Nesse sentido, as reservas naturais apareceram como uma grande estratégia para expansão da acumulação, passando a ser um elemento chave nessa internacionalização do capital.

Uma das contradições do sistema capitalista é que os custos ambientais crescem mais rapidamente que os recursos econômicos disponíveis para sanar os problemas gerados. Tal realidade somente poderá ser superada por uma reforma que extrapole os limites da esfera econômica, sendo imprescindível ressituar e redefinir os conceitos culturais dominantes de riqueza, crescimento econômico, consumo e trabalho (ANDRÉ GORZ apud LEMKOV, 2002). Sob esta ótica, as transformações atuais no ambiente natural seriam consequência de uma crise paradigmática.

Os paradigmas do desenvolvimento sustentável costumam impingir a conclusões simplistas e implacáveis rapidamente aceitas e propagadas, mas dificilmente atacam o cerne do problema. Isso porque a estratégia tem sido discutir as “questões ambientais” como apenas mais um percalço do capitalismo, apostando todas as fichas nas técnicas e tecnologias “verdes” como soluções. Esse conceito de sustentabilidade ambiental, embora teoricamente tenha bases críticas, merece uma análise da conjuntura político-econômica na qual está inserido.

A comparação entre a perspectiva ambiental disseminada nos anos 1970 e a noção de DS atual, flexibilizada e esvaziada com o tempo, possibilita constatar que as duas são opostas. A primeira afirma que a economia capitalista é a principal responsável pela degradação dos recursos naturais; já a segunda indica a possibilidade do próprio veneno servir como antídoto, ou seja, o sistema capitalista, através de suas tecnologias “limpas” e do paradigma da reciclagem, tratará de contornar os impactos advindos de suas tecnologias e paradigmas, como o do “consumo, logo existo”, a fim de sustentá-los e aprimorar o sistema.

Quando o conceito de DS afirma ser possível manter um nível de crescimento contínuo sem comprometer a manutenção dos estoques de recursos naturais, este se assemelha a um sofisma e encerra em seus termos uma contradição semântica, sem ao menos indicar mecanismos convincentes para colocar esta teoria em ação.

Embora o DS não seja nada mais do que o desdobramento de conceitos passados, conforme Lima (2003) uma de suas especificidades notórias foi seu esvaziamento político, principalmente em relação às concepções de Sachs (1993) em que a ideia central era a proposta de outro tipo de desenvolvimento com poder emancipatório para os países pobres.

Entende-se que a preocupação com os problemas ambientais foi inserida no discurso do establishment político e empresarial capitalista em menos de dez anos, dentre outras razões, porque a destruição do meio ambiente compromete a reprodução do capital.

Nesse caso, trataria apenas de uma estratégia para submeter a problemática ambiental aos interesses da globalização, indicando o mercado e a economia de orientação neoliberal como capazes de incorporar a dimensão ecológica sem a necessidade de intervenção estatal, como difundido na “Era Reagan”.

Com os triunfos da técnica e da razão moderna veio a crença de que a natureza não mais

poderia interferir nos planos humanos. Para Weber, o apetite ilimitado pelos ganhos não é a característica principal do capitalismo moderno, mas o fato desse ser alimentado pelo desejo de ininterrupta acumulação. Dessa vontade sem limites surge a necessidade do aumento de produção indefinido (ARON, 1999).

A apropriação dos bens naturais segundo a lógica interna de acumulação capitalista acarreta a análise separada de sociedade e natureza (SMITH, 1988). Diante disso, percebe-se que os usos sociais e ambientais dos ecossistemas emergem das demandas do mercado. A própria ciência econômica, definida até hoje como a ciência da escassez, primeiramente orientada pela possibilidade de um ambiente de meios escassos para satisfazer um universo de necessidades infinitas, vivencia a adoção de uma lógica de compulsão em direção ao crescimento (GAVARD, 2009).

Diante do discurso desenvolvimentista de ausência de vínculo entre crescimento econômico e degradação ambiental, a sociedade mundial convive com muitas barreiras à prática do conceito de desenvolvimento sustentável proposto por Sachs (1993).

Alguns economistas e tecnocratas gostariam que acreditássemos nas virtudes das políticas de ajuste estrutural econômico do Programa de Ajustamento Estrutural Econômico (ESAP) como solução para os problemas de desenvolvimento. Políticos e executivos corporativos insistem nas vantagens da concorrência em um mercado global. Todavia, esses discursos ou modelos não explicam os atuais paradoxos da situação mundial: em 2011, o PMB (Produto Mundial Bruto), segundo a CIA (Central Intelligence Agency), atingiu cerca de 79,39 trilhões de dólares americanos ao mesmo tempo em que nunca existiram tantas pessoas pobres no mundo.

Um dos maiores entraves da atualidade está ligado ao padrão de consumo capitalista. De acordo com o relatório intitulado como “Estado do Mundo - 2010”, 16% da população mundial são responsáveis por 78% do consumo global (AKATU, 2012). O padrão de consumo mundial está 50% acima dos limites naturais, segundo a FAO, havendo desperdício de um terço dos alimentos – 1,3 bilhões de toneladas/ano (WWF, 2011).

Mesmo com todo o conhecimento acumulado nas ciências naturais, exatas e sociais, esse modelo de sociedade se mostra incapaz de atender ao crescente número de seres humanos que estão se tornando desempregados, sem-teto e espiritualmente alienados. Existem comida e bens materiais suficientes para os (quase) sete bilhões de habitantes da Terra, entretanto, pessoas ainda morrem de fome e desnutrição (RATTNER, 1999).

De um lado a fome, principalmente nos países “subdesenvolvidos”, e do outro a crescente obesidade nos países ricos, o que reforça que a questão não está na produção, mas na falta de distribuição dos bens produzidos. Subdesenvolvimento, segundo Theotônio dos Santos, não é um estado atrasado e anterior do capitalismo, mas uma consequência dele (TOLEDO, 1977).

Na perspectiva da sustentabilidade, o crescimento a qualquer custo evidencia uma lógica injusta que prioriza o capital privado, concentrando renda e acentuando desigualdades regionais e sociais (RIGOTTO, 2007).

Como se pode perceber, o foco desse tipo de desenvolvimento reforça três pilares de sustentação dessa lógica: acumulação, degradação ambiental e exploração de trabalhadores, quesitos muito aquém daqueles preconizados por Sachs. Por meio dessa reestruturação produtiva, operada via vulnerabilidade institucional e social, marcante nos países de economia semiperiférica (PORTO e FREITAS, 1997), coloca-se em risco populações inteiras.

As práticas de crescimento econômico convencionais resultaram em enormes custos socioambientais, os quais costumam ser externalizados ou transferidos para parte da sociedade, enquanto que seus benefícios são apropriados pela minoria, esquecendo nitidamente a vertente social do tripé da sustentabilidade.

Murphy (1994) afirma que as sociedades estão se organizando em “classes ambientais” - umas

que ganham com a degradação e outras que pagam os respectivos custos ambientais - sugerindo que o desequilíbrio ambiental não é necessariamente democrático, pessoas de diferentes classes sociais o sentem de maneira desproporcional. Esta desigualdade é consequência, principalmente, da manutenção de mecanismos de privatização do uso dos recursos ambientais, como terra, ar e água, instrumentos de manutenção do capitalismo.

Dentro desse cenário, surge o conceito de justiça ambiental, o qual questiona essa destinação desigual dos impactos desse modelo de desenvolvimento concentrador e excludente, em que grupos já excluídos socialmente recebem uma maior carga dos danos ambientais, produzindo impactos significativos em sua saúde, seu modo de vida e de trabalho; bem como acesso desigual aos benefícios do desenvolvimento e exclusão nas deliberações sobre o que desejam para os seus territórios (ACSELRAD, 2009).

Acsehrad (2010) considera que a injustiça social e a degradação ambiental têm a mesma raiz e aponta como solução a alteração do modo de distribuição de poder sobre os recursos ambientais e a proibição de transferência dos custos ambientais do desenvolvimento dos poderosos para os já vulnerabilizados. Há de se considerar, diante disso, o entrelaçamento existente entre as classes sociais e as ambientais, ou seja, as classes ambientais seriam apenas espelhos das classes sociais.

Nessa perspectiva, a noção de justiça ambiental exprime um movimento de ressignificação da questão ambiental, resultado da inserção de dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social na temática ambiental. Esse processo está associado a uma reconstituição das arenas onde se dão os embates sociais pela construção dos futuros possíveis (ACSELRAD, 2010). A superação dessa crise civilizacional sem precedentes se apresenta como condição para garantir a manutenção da espécie humana. Nesse sentido, o papel das alternativas e resistências no campo ambiental é fundamental.

3. Comunidades tradicionais e expropriação capitalista

A expansão da fronteira econômica do mercado global vem acontecendo, prioritariamente, através da intensificação do uso de áreas economicamente já marginalizadas e historicamente ocupadas por minorias que, no meio rural, praticam atividades de subsistência familiar numa total harmonia com o território tradicional, configurando-se em assimetria de poderes.

A apropriação e comercialização do ambiente natural o ressignifica para bem de troca e, rapidamente, transforma a primeira natureza em segunda natureza, não apenas devido à sua modificação, mas também à produção de espaços, embora essas ações estejam imbricadas.

Muitos desses projetos de “desenvolvimento” são licenciados com base no paradigma ambiental dominante, que acredita na “modernização ecológica”, ou seja, na capacidade das técnicas e/ou tecnologias prevenirem e reduzirem os riscos e efeitos inerentes às atividades humanas, trabalhando dentro da racionalidade econômica instrumental. Dessa forma, transferem ao mercado a capacidade institucional de resolver os impactos ambientais (ACSERALD, 2004). Esse modelo, chamado de “paradigma de adequação ambiental”, opõe-se ao “paradigma da sustentabilidade” (ZHOURI et al., 2005).

Uma obra qualquer, no “paradigma de adequação ambiental”, assume lugar central, inquestionável e inexorável. O ambiente é considerado externalidade, modificável e adaptável aos objetivos do projeto técnico. Dentro desse processo, arranjos e ajustes tecnológicos orientados por medidas mitigadoras e compensatórias funcionam como adequação, sendo a “necessidade” e a viabilidade socioambiental da obra desconsideradas. Já pelo “paradigma da sustentabilidade”, em sua versão original, os padrões de produção e consumo demandados pelo tipo de obra são postos em debate, além dos interesses e valores que estão envolvidos em sua construção e seus

verdadeiros beneficiados, pressupondo a análise efetiva de sua viabilidade socioambiental, a qual contemple as potencialidades do ambiente a que pretende inserir-se e sua relação com os usos e significados já praticados no território (ZHOURI e OLIVEIRA, 2007).

Acreditar que se pode solucionar um conflito espacial apenas por meio de mecanismos técnicos e/ou tecnológicos é desconsiderar a natureza sistêmica intrínseca a eles e, sobretudo, invisibilizar populações tradicionais, marginalizadas e vulnerabilizadas, inclusive pela carga de danos a elas imputada.

Essa adequação dos processos produtivos dá destaque apenas a uma possível “revolução da eficiência” em detrimento à fundamental “revolução da suficiência” (SACHS, 2000), ou seja, à mudança nos modelos de produção e padrões de consumo.

Essa tentativa da sociedade dominar a natureza vem exaurindo-a e, concomitantemente, desencadeando outra forma de servidão: ao capital (BARREIRA, 1991). Populações que antes retiravam da natureza a subsistência familiar, após a invasão de empreendedores externos e destruições no meio ambiente, ficam reféns dessa lógica de produção que mercantiliza tudo e todos, precisando buscar outros meios de sobrevivência, fragilizando e muitas vezes abandonando seus modos de vida tradicionais.

Diversidades socioculturais são anuladas devido a essa visão parcelar, legitimada pela cientificação e juridificação das políticas e pela imposição do argumento de representação do bem comum (ZHOURI, 2008).

Essa tese de defesa da coletividade é enfatizada pela teoria do consenso, através da qual o problema permanece mascarado e/ou menosprezado. Discute-se e decide-se mediante um recorte simplista dos casos, com o qual a proteção ambiental figura como objeto unificador de vários setores da sociedade em prol de uma causa comum. Nessa lógica, a “consciência ecológica” se basearia em valores e interesses universais, os quais transporiam fronteiras sexuais, raciais, nacionais e de classes.

A consolidação dessa ideologia ambientalista caminhará em direção à construção de posicionamentos consensuais, pois diversos setores participariam e convergiriam para a elaboração de um diálogo em que seriam elaborados diagnósticos comuns para questões ambientais (VIÉ-GAS, 2009).

De acordo com Viana (2005), a expectativa desse momento de institucionalização da questão ambiental fundada no enfrentamento e negociação de interesses díspares, unindo diferentes setores da sociedade na defesa de uma bandeira comum enfrenta, necessariamente, dificuldades estruturais e, portanto, constitui mito. Ações de “mediação” inevitavelmente anulam um dos interesses em jogo, omitindo relações de poder e opressão na análise e estimulando a manutenção e/ou reprodução desse círculo vicioso.

O fato de empreendimentos se instalarem nesses territórios com apoio público, através de licenças ambientais, incentivos fiscais, subsídios e financiamentos, por exemplo, demonstra o desequilíbrio de poderes, desqualificando o modo de vida tradicional desses povos juntamente com seus anseios e necessidades.

São dois projetos confrontantes, que se opõem entre duas racionalidades distintas: de um lado a visão das comunidades tradicionais que têm a terra como seu território, local sagrado, resguardado por regras de uso e partilha de bens não comerciais; do outro lado o Estado e empreendedores públicos e privados que a entende como propriedade, mercadoria passível de valoração monetária. Entram em confronto diferentes ideologias: a do desenvolvimento redentor em nome da “coletividade” e a dos direitos territoriais articulados dos povos.

O que é posto em questão por essa dinâmica conflitiva como um todo, não necessariamente por cada ator coletivo individualmente, é o modelo de desenvolvimento, o modo como os bens

territoriais estão distribuídos socioespacialmente (ACSELRAD, 2010).

Trata-se da luta pelo direito ao espaço ambiental tradicionalmente ocupado, pela apropriação material e simbólica da natureza, pela definição e reconhecimento dos significados atribuídos ao território, em que se contrapõem cenários de pobreza e fartura, conceitos que assumem significados diferentes dos constantemente difundidos pelos meios de comunicação dominantes.

É preciso romper com a estrutura que está posta e ver esses sujeitos políticos marginalizados como produtores de conhecimento e de formas de convivência harmoniosa com os bens naturais importantes para sua continuidade e reprodução social nos territórios tradicionais, livres das ameaças do capital. Para eles, muito além do valor de uso direto estão os indiretos, decorrentes de sua estreita ligação com o território.

Diegues (2000) considera que para sociedades não urbanas\industriais há uma interação orgânica entre mundo natural, sobrenatural e estrutura social. Diante dessa concepção e à luz do tripé da sustentabilidade, pode-se dizer que a sintonia dessas comunidades com o espaço onde se desenvolvem torna a convivência harmoniosa, salvo exceções.

O enfoque da sustentabilidade ambiental deve incorporar a multiplicidade de aspectos existentes: econômicos, sociais, culturais, políticos, etc. Por isso, junto a esse outro lado da luta pela sustentabilidade ambiental deve estar os interesses contra-hegemônicos, ou seja, os de resistência. Esses envolvem o resgate e a valorização dos valores culturais alternativos dos movimentos de indígenas, camponeses, afrodescendentes, comunidades tradicionais, ecológicos e artísticos, que lutam pela superação da desigualdade de acesso aos bens naturais e comuns, pela distribuição dos impactos do “desenvolvimento” e participação deles nos processos deliberativos, dentre outras pautas que vão de encontro à visão hegemônica.

4. O Cumbe e as novas territorialidades capitalistas

Cumbe, comunidade autodefinida como quilombola, composta tradicionalmente por famílias de pescadores/as, catadoras/es de caranguejo e marisqueiras/os. Está a 12 km do município sede Aracati e a 172 km de Fortaleza, capital do Ceará, tendo como principal via de acesso a CE040. A localização geográfica da área em estudo foi representada no mapa da Figura 1, elaborado nesse estudo, considerando sua distância para as sedes municipais mais próximas, Aracati e Fortim, assim como sua proximidade com o curso do rio Jaguaribe e o Oceano Atlântico.

Sua localização privilegiada e particularidades ambientais são atributos que mais do que proporcionar fartura na mesa dos nativos vêm despertando o interesse do grande capital.

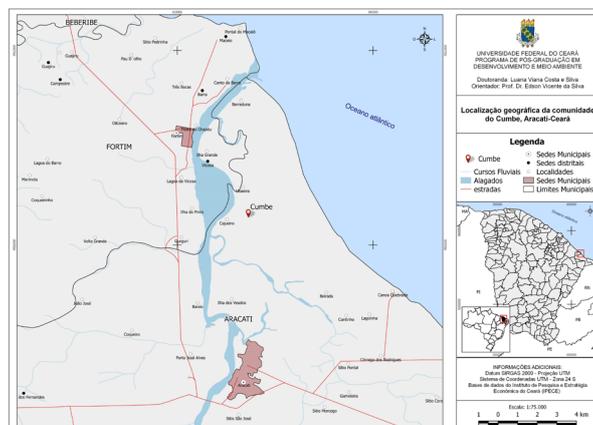


Figura 1 – Localização geográfica do Cumbe.

despesa que além dos resíduos de rações e rejeitos elimina resíduos de produtos químicos, como o metabissulfito de sódio. De acordo com pescadoras/es, entre 2000 e 2003 não houve captura de nenhum caranguejo vivo no rio Jaguaribe, fato imediatamente associado por eles à intensificação da produção e áreas da carcinicultura.

O desmatamento de áreas de carnaúbas contribui com a poluição, pois, como matas ciliares, protegem o leito do rio da contaminação advinda das margens. Além disso, sua supressão favorece a erosão, facilitando o assoreamento do rio, e diminui a quantidade de matéria-prima dos artesãos locais.

Antes da invasão dos aerogeradores e de toda a infraestrutura que os acompanham, como cabos subterrâneos e torres de transmissão, os nativos iam e vinham livremente pelas dunas para chegar ao mar, aos sítios arqueológicos, às lagoas e, inclusive, ao cemitério. Depois, embora esses não contenham cercas físicas na maior parte de sua extensão, uma barreira psicológica começou a existir pelos riscos de acidentes com os cabos subterrâneos, por eletrocussão, e com a possibilidade de queda de partes dos aerogeradores. Diante dessa realidade, a maioria prefere chegar ao mar apenas pelas estradas, o que os obriga a passar por uma das duas portarias de entrada dos parques eólicos, ficando em constante vigilância durante todo o caminho percorrido.

Após lutas dos/as pescadores/as locais, o acesso, antes proibido pela empresa, foi permitido com algumas exigências, como identificação pessoal mediante apresentação de documento para funcionário da empresa. Aqueles que atravessam as dunas em direção ao mar, inclusive em busca do seu meio de sustento, reclamam por, além de terem o direito de ir e vir prejudicado, serem obrigados a carregar documentos para o mar, arriscando perderem ou danificarem os mesmos.

O lazer além de ser impactado por esse problema também é prejudicado pelo barulho que as turbinas produzem o que, segundo moradores e contrariando o que a empresa previu, é um ruído constante, similar a um avião que nunca pousa, escutado mesmo quando se desce as dunas.

Além disso, linhas de transmissão com suas torres e uma subestação foram inseridas na comunidade. Mesmo com inúmeros estudos apontando evidências de que a exposição a longo prazo a campos eletromagnéticos pode causar doenças como alguns cânceres, sobretudo leucemia, obedecendo o projeto técnico da empresa, as linhas de transmissão passam, inclusive, por quintais de casas.

Anselmo et al. (2005), em uma revisão de literatura, constataram que, além de cânceres, mesmo os campos eletromagnéticos de frequência extremamente baixa, como é o caso, podem causar uma série de distúrbios neurodegenerativos, psiquiátricos, psicológicos, citogenéticos, cardiovasculares, imunológicos, reprodutivos, de crescimento e de desenvolvimento. Entretanto, como os resultados das pesquisas são limitados, esses efeitos não são assegurados pela OMS (Organização Mundial da Saúde), embora, essa entidade leve em consideração estudos de leucemia infantil do IARC (International Agency for Research on Cancer) e já indique esse tipo de radiação como possivelmente carcinogênica.

Na época da escolha dos locais, muitos moradores questionaram o projeto, entretanto, não obtiveram sucesso e acabaram tendo que aceitar. Uma senhora, que teve seu quintal tomado, negou-se a arcar com os riscos que suspeitava que a proximidade dessas torres ocasionaria, mesmo sem conhecimentos científicos. Imediatamente, ela foi notificada judicialmente por estar atrapalhando o andamento dos trabalhos da empresa. A desobediência da determinação do juiz ocasionaria multas. Diante disso, ela teve que liberar a área.

Segundo o projeto inicial, uma das torres passaria também pelas terras de uma família de posses da região, precisando cortar algumas mangueiras, como aconteceu em algumas outras propriedades. O proprietário também foi contrário mas, em vez da empresa acionar a justiça como fez com a moradora do Cumbe, desviou o percurso, contornando apenas essa casa, e instalou a

torre em uma duna próxima.

Alguns casos de pessoas doentes, inclusive com suspeita de leucemia, já estão sendo associados pela comunidade à proximidade desses equipamentos, até porque nunca houve registro de leucemia na comunidade. Uma das pessoas que adoeceu foi o companheiro da senhora que, na época, recusou-se a aceitar a instalação de uma das torres em seu quintal. Infelizmente, ele faleceu no dia 03 de setembro de 2015.

Alguns riscos também atingiram o usufruto das lagoas interdunares. Aquelas que restaram após a remodelagem dos sedimentos pela instalação do parque eólico, inclusive as historicamente mais procuradas, ficaram nas áreas da eólica e foram interditadas, sob a alegação da empresa de que há riscos de acidentes com os fios subterrâneos e com peças dos aerogeradores. Formadas no flanco do sotavento das dunas pelo afloramento das águas subterrâneas e em épocas de maior pluviosidade, funcionavam como locais para lavar roupas, pescar, fazer plantações de vazante (como feijão, batata doce, jerimum, cana-de-açúcar, hortaliças, melancia e melão) e desfrutar como ponto de lazer.

As dunas já funcionaram até como moradia. Na época em que havia as cheias do rio Jaguaribe, os moradores precisavam mudar-se para o topo dos chamados morros para aguardar as águas baixarem, o que durava de cinco a seis meses, dependia do rigor das chuvas. Com o fim dessa prática, esses lugares continuaram como pontos de memórias e histórias locais. Todavia, após a instalação dos parques eólicos nos campos de dunas, esse acesso foi dificultado e/ou negado.

O aumento da demanda do aquífero, com a instalação da Estação de Tratamento de Água na comunidade, colaborou também para o desaparecimento de lagoas. Isso denota o alto potencial aquífero dos campos de dunas do Cumbe. Todavia, com a chegada da CAGECE (Companhia de Águas do Ceará) na década de 1970, essa abundância acabou. Antigamente, havia tanta água florando nos sopés das dunas que foi necessário construir as chamadas levadas para guiar o excedente ao rio. Muito utilizadas para lavar roupa, tomar banho e, inclusive, no abastecimento de água para consumo humano, hoje não estão mais disponíveis para a comunidade, ou foram aterradas pela carcinicultura, ou funcionam como canal de captação da água dos rios e descarga dos efluentes dos tanques, ou secaram, pela diminuição do fluxo hídrico apontada como consequência da chegada da CAGECE, ou foram privatizadas.

Além disso, com a canalização da água para abastecimento, os moradores perderam o livre acesso a esse bem precioso. Mesmo que na época não tenha ocorrido grandes conflitos entre companhia e comunidade, atualmente, alguns vêm surgindo por causa de cobranças indevidas pelo uso da água, incoerentes com o padrão de consumo das residências. Conforme moradores, a provável causa é o fato de a água sair com pressão elevada direto das bombas da estação, o que deve acelerar o ponteiro dos hidrômetros das casas. A solução apontada por eles seria a construção de uma caixa d'água no local, pela qual a água passaria antes de escoar para os domicílios. Todavia, a CAGECE não concorda com essa justificativa para os valores das contas e não aceita essa proposta, alegando que o motivo é simplesmente o desperdício pelos usuários.

Durante a implantação do parque eólico, que teve uma duração média de um ano, a vida na comunidade foi impactada direta e indiretamente. A presença dos trabalhadores no Cumbe aumentou o consumo de drogas ilícitas e, em consequência, da violência. Muitos se relacionaram com mulheres nativas, deixando para trás os chamados filhos do vento. O trânsito contínuo de veículos pesados pela via principal que atravessa o Cumbe ocasionou doenças respiratórias em algumas pessoas, devido à estrada ser de barro e à fumaça dos escapamentos, e danos em parte da canalização de água e em cercas. Após reivindicações, a empresa providenciou caminhão-pipa para umedecer a via central com o intuito de minimizar a poeira. Contudo, essa medida desencadeou outros impactos como a retirada demasiada de água do lençol freático, rachaduras

em imóveis, como a escola e a igreja católica, devido à compactação do solo, e muita lama, o que dificultava o caminhar das pessoas. Várias manifestações se sucederam, culminando no fechamento da estrada por 19 dias até a conquista de algumas demandas como a construção do museu e o reparo das rachaduras.

A chegada desses usos estranhos aos nativos também trouxe consigo subempregos, bem diferentes dos prometidos, os quais serviram para disseminar valores bastante diferentes daqueles tradicionalmente passados de geração para geração. Uma das consequências foi a divisão de opiniões na comunidade entre os que apoiam e os que são contra os empreendimentos, havendo ainda uma parcela que se diz indiferente. Em regra, o primeiro grupo é composto por aqueles que possuem algum vínculo, empregatício ou não, com alguma das empresas. São familiares e/ou trabalhadores que diante das promessas desenvolvimentistas propagadas veem no emprego uma oportunidade de estabilidade financeira e de conseguir bens materiais antes não desejados e inatingíveis.

Poucas são as pessoas empregadas nas empresas e as que estão ocupam cargos de baixo escalão, com salários mínimos, grande parte em condições insalubres e de risco e sem carteira assinada, devido serem contratações temporárias.

A inversão de valores causada pela chegada dos empreendimentos e reforçada pela mídia tradicional e até mesmo pela escola local, que não contém um currículo específico para a comunidade e nem todos professores nativos, faz com que alguns, mesmo que desempenhando suas atividades tradicionais, almejem um lugar nas empresas. Realidade distante diante do número cada vez mais reduzido de trabalhadores locais. Entretanto, há várias pessoas que ainda conservam seus laços estreitos com o território e lutam para que seus filhos tenham a possibilidade de continuar essa história. São pescadoras/es, marisqueiras/os, artesãs/ãos, labirinteiras e agricultoras/es que resistem e lutam a favor da manutenção de seus modos de vidas e cultura.

Esse sentimento de pertencimento e as tradições, costumes e percepções são diariamente fortalecidos pelo contato com locais históricos do Cumbe, constantemente atingidos pelos modelos e métodos de valoração econômica predominantes.

A luta pela garantia e defesa do seu território tradicional, áreas de pesca, moradia e lazer, não é de agora, especialmente, a dos pescadores/as do Cumbe contra as violações de direitos causadas pelos projetos de desenvolvimento econômico, como a carcinicultura e os parques de energia eólica, que invadem, privatizam e degradam seu território.

Diante das denúncias e pautas reivindicatórias locais, o Estado responde com muita repressão, o que gera mais tensões, resultando em confrontos violentos e violações de direitos humanos. No exemplo emblemático do Cumbe, pescadores/as do mangue demonstram resistência à invasão dos empreendimentos e se mobilizam constantemente, sendo criminalizados pela mídia burguesa, pelo poder público e iniciativa privada, todos seguidores de uma mesma lógica. As ações repressoras variam desde hostilização, ameaças, prisões arbitrárias de lideranças e manifestantes, até perseguições e violência física e moral.

As constantes criminalizações sofridas pelos pescadores/as do mangue do Cumbe, por defender seu modo de vida e o território tradicional de uso coletivo, demonstram de que lado está o Estado e a quem ele serve. A luta do grupo de pescadores/as, que resiste à disseminação dessa assimetria de poder, é para que seja cumprido o que está na Constituição Federal, como os direitos dos povos de decidirem sobre o que é melhor para suas vidas e para a coletividade, atendendo a um princípio básico, a demarcação dos territórios comunitários e a garantia da terra para quem mora e trabalha nela.

Na análise dos impactos no Cumbe constata-se que esses são consequência da expansão das fronteiras de acumulação financeira em articulação com novas formas de exploração do trabalho

– via flexibilização [negação] e reversão de direitos – assim como de geração de lucros a partir da especulação imobiliária (ACSELRAD, 2010). Tais conflitos colocam em xeque a visão de desenvolvimento dominante, assim como intensificam a luta por mais autonomia das comunidades que resistem a esse modo de produção e organização.

5. Considerações Finais

O padrão predatório capitalista investido contra o ambiente vem deixando consequências irreversíveis para a humanidade, afetando desproporcionalmente populações já vulnerabilizadas por esse modelo. Contraditoriamente, difunde-se a ideia de que para acabar com a pobreza é necessário o progresso econômico e as técnicas e tecnologias, apropriando-se do conceito de desenvolvimento sustentável para propagar-se a “receita” de desenvolvimento humano. O mundo passa a ser um mercado sem fronteiras e a natureza um campo de exploração sem limites.

Ao longo desses anos, o capitalismo não proporcionou melhorias para a maioria das pessoas. O direito à propriedade reina ainda mais absoluto sobre outros direitos; o recorde da fome contrasta com o da riqueza produzida; a segregação dos empobrecidos escancara a existência de sociedades paralelas e combinadas. O produtivismo/consumismo, principal motor do sistema e sulgador da natureza, coloca nossa espécie diante de sérios riscos, incluindo o de extinção. Demonstra, assim, considerar apenas a face econômica em detrimento à social e à ambiental, inseridas por Sachs.

O caso de expropriação do Cumbe revela a forma como é imposto o projeto econômico dominante para as comunidades e territórios tradicionais. As “propostas” são apresentadas e naturalizadas como para interesse coletivo, mas entram em contradição com as demandas da comunidade, que passa a ser considerada como entrave ao “desenvolvimento”. A apropriação crescente do território por pessoas alheias à dinâmica local atinge espaços de usos coletivos – como deslocamento, lazer, sustento, trabalho, sepultamento dos mortos – e individuais – como para a construção de moradia, práticas culturais, saberes e modos de fazer.

As relações sociais e os bens naturais transformados em mercadoria são somente o ápice da mercantilização da natureza, visto que a expropriação dos territórios, das águas, das sementes, da biodiversidade, do patrimônio genético e cultural ameaça-os de desaparecimento por completo. Diante dos pontos expostos e discutidos nesse artigo, considera-se que a concretização do conceito original de desenvolvimento sustentável, de Sachs, anterior ao seu esvaziamento político, é uma utopia na conjuntura imposta pelo sistema capitalista. Há paradigmas na base estrutural do capitalismo necessários a sua manutenção, o que o torna imiscível à prática da sustentabilidade genuína. Provavelmente, essa seja a maior encruzilhada histórica que a humanidade já presenciou.

Referências

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

_____. **A duração das cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro: Editora DP&A/ Lamparina, 2a ed. 2009.

_____. **Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental**. **Estudos avançados** [online]. vol. 24, n.68, 2010.

AKATU. **Cinema e sustentabilidade:** provocações para o consumidor consciente. 2012. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Artigo>>. Acessado em: nov.2012.

ANSELMO C.W.S.F.; BION, F. M.; CATANHO, M. T. J. de A.; MEDEIROS, M. do C. Potential adverse effects of electromagnetic fields (50/60 Hz) on humans and animals. Rio de Janeiro: **Ciência Saúde Coletiva**, v.10, set./dez. 2005.

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BARREIRA, C. M. A. De como um geógrafo Lê a Natureza em "O Capital". **Boletim Goiano de Geografia**. 11(1). jan./dez., 1991.

DIEGUES, A. C. S. (Org.) **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

GAVARD, F. M. P. Meio ambiente, capitalismo e desenvolvimento sustentável: a arquitetura de um matrimônio duvidoso. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, vol. 6 - n. 3 janeiro-julho/2009 p. 25-42. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/download/.../13235>. Acessado em: jun. 2012.

LEMKOV, L. **Sociología ambiental:** pensamiento socioambiental y ecología social del riesgo. Barcelona: Icaria editorial, 2002.

LIMA, G. F. da C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, v. 6, n. 2, jul./dez., 2003.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MURPHY, R. **Rationality and nature**. Boulder, Co: Westview Press, 1994.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. de C. (Orgs.). **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: Ed. IBAMA, 2002.

PORTO, M. F. de S.; e FREITAS, C. M. **Análise de riscos tecnológicos ambientais:** perspectivas para o campo da saúde do trabalhador. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.13, Nº 1.2, p.59-72, 1997.

RATTNER, H. Sustentabilidade: uma visão humanista. **Ambiente & sociedade**, nº 5, Campinas, jul/dez. 1999. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X1999000200020&script=sciarttext>. Acessado em: jun. 2012.

RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L. G. S. **Saúde e Ambiente no Brasil:** desenvolvimento, território e iniquidade social. Caderno Saúde Pública, v.23, n.04, 2007.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual:** natureza, capital e a produção do espaço. Eduardo de Almeida Navarro (Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TOLEDO, C. N. de. **ISEB: fábrica de ideologias**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1977.

VIANA, C. F. G. Conflitos socioambientais do Projeto de Integração do Rio São Francisco. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). UNB/CDS. 2005.

VIÉGAS, R. N. **As resoluções de conflitos ambientais no cenário brasileiro**. In: Anais... 33º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2009.

WWF. **Especialistas debatem proteção das espécies brasileiras ameaçadas**. Por Ligia Paes de Barros, WWF-Brasil. Publicado em: 14 de out de 2011. Disponível em: <www.wwf.org.br/?29903/Especialistas-debtem-protecao-das-especies-brasileiras-ameacadas>. Acessado em: 15 set. 2015.

ZHOURI, A. Justiça Ambiental, Diversidade Cultural e Accountability: desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, out. 2008.

ZHOURI, A. e OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Revista Ambiente e Sociedade**, v.X, n. 2, Jul./Dez.2007.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K., PAIVA, A. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A; PERREIRA, D.B.; LASCHEFSKI, K. (Orgs). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental – Desenvolvimento e Conflitos Sócioambientais**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

A “NOVA” CARTOGRAFIA SOCIAL E A LUTA PELO RECONHECIMENTO: MAPEAR PRA QUÊ E PRA QUEM?

ANDRÉA CRISTINA SERRÃO GONÇALVES

Resumo

Traço inicialmente uma reflexão sobre a construção histórica dos mapas e como o Estado, consorciado a grupos sociais com interesses privatistas, tem historicamente se utilizado de “tecnologias de poder” para apropriarem-se e/ou limitarem o acesso de grupos desprivilegiados, como povos e comunidades tradicionais, aos seus territórios. Isto porque, na atual conjuntura política de herança liberal, as estratégias empresariais-estatais estão voltadas para utilização de extensões territoriais para implementação de empreendimentos desenvolvimentistas. Assim para tentar “dirimir” os efeitos destas ações, os grupos de interesses privatistas têm se utilizado da prerrogativa de “inclusão” para construção de “mapeamentos participativos” ou mesmo “cartografias sociais” e utilizado instrumentalmente das informações prestadas pelos agentes sociais. Portanto, a partir deste contexto, proponho uma reflexão crítica sobre como estas estratégias engendram-se como mecanismos de controle territorial primando interesses econômicos que mascaram processos de usurpação de “terras tradicionalmente ocupadas”. Neste intento, destaco como os povos e comunidades tradicionais tem se mobilizado e se instrumentalizado a fim de salvaguardar seus direitos culturais-territoriais. A “Nova Cartografia Social” surge então como uma abordagem alternativa e com uma “nova descrição” de mapeamento a fim de romper com o monopólio de classificações identitárias e territoriais. Pois entende-se que, no decorrer da história, o mapa antes utilizado como instrumento de poder por grupos sociais privilegiados, hoje são utilizados como expressão política, mecanismo de luta, reconhecimento, resistência e contestação frente ações arbitrárias, sejam elas provenientes do Estado ou das agências multilaterais.

Palavras-chaves: “Mapeamento Participativo” e Social, Território, Controle.

Resumen

Traza inicialmente una reflexión sobre la construcción histórica de mapas y cómo los grupos sociales del consorcio estatal intereses privatistas han utilizado históricamente “tecnologías de poder” para el acceso apropiado y / o el límite de los grupos desfavorecidos, como pueblos y comunidades tradicionales a sus territorios. Esto se debe a que, en la herencia liberal actual de la política, las estrategias estatales corporativa se centran en el uso de extensiones territoriales para implementar proyectos de desarrollo. Así que para tratar de “resolver” los efectos de estas acciones, los grupos de intereses privatistas han utilizado la prerrogativa de “inclusión” para la construcción de “mapeo participativo” o incluso “cartografía social” y se utiliza instrumentalmente la información proporcionada por los trabajadores sociales. Por lo tanto, desde este contexto, se propone una reflexión crítica sobre cómo estas estrategias mismos engendran como mecanismos de control territorial priorizando los intereses económicos que se hacen pasar los procesos de usurpación “tierras tradicionalmente ocupadas”. En este intento, que pone de relieve cómo las personas y las comunidades tradicionales se han movilizado y explotado con el fin de salvaguardar sus derechos culturales, territoriales. La “Nueva Cartografía Social” aparece entonces como un enfoque alternativo y una nueva “descripción” mapeo de la orden de romper el monopolio de la identidad y las clasificaciones territoriales. Porque se entiende que, a lo largo de la historia, el mapa antes utilizado como un instrumento de poder de los grupos sociales privilegiados hoy en día se utilizan como expresión política, la lucha contra el mecanismo, de reconocimiento, de resistencia y contestación delanteros acciones arbitrarias, ya sea del estado o agencias multilaterales.

Palabras clave: “Cartografía Participativa” y el Control de Territorio Social.

1. Considerações iniciais

O reconhecimento dos direitos culturais e territoriais de comunidades e povos tradicionais está orquestrado por inúmeros dispositivos legais sobre os quais destaco a Constituição Federal (1988) nos artigos 215, 216 e o artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que trata especificamente sobre a “valorização e da salvaguarda das manifestações culturais das comunidades quilombolas e dispõem sobre a obrigatoriedade de o Estado brasileiro emitir os títulos das terras por elas ocupadas”.(BRASÍLIA, 2012, p. 25).

Entretanto, a conjuntura política e econômica historicamente construída no Brasil tem acirrado ainda mais conflitos sociais entre comunidades tradicionais e empreendimentos desenvolvimentistas pelo usufruto e apropriação de “terras tradicionalmente ocupadas”¹. Conflitos propiciados especificamente a partir da década de 60 com ditadura civil-militar² e implantação de projetos de desenvolvimento direcionados à Amazônia.

Porém, destaco também as contribuições do Projeto “Nova” Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) que tem colaborado nesta de luta pelos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais no Brasil e em outros países da América Latina. Por meio da prática de delimitação de territorialidades específicas, alude-se a necessidade de romper a “fixidez do território” explicitando sua dinâmica, bem como uma “autoconsciência cultura coextensiva à consolidação do território”. (ALMEIDA, 2013, p. 174)

Considera-se os sujeitos coletivos como autores de suas narrativas e de seus modos de ser, agir e viver. Por isso que a luta e resistência na defesa de seus territórios entremeia modos de representação política e cultural que lhes são próprios. Contrapondo-se a pretensa “racionalidade” do discurso hegemônico, arbitrário e que classifica externamente e do alto aqueles grupos.

Em muitos casos, são empresas multilaterais agenciadas pelo Estado que utilizam-se de “tecnologias de poder”, termo empregado por Foucault (1998) e Massey (2009). Ou seja, instrumentalizam-se com discursos “sociais” e “participativos” para atingirem intentos de lucro ainda que desrespeitando as normativas que sancionam os direitos territoriais daquelas comunidades³.

2. Projeções cartográficas, classificações e etnocentrismo: sobre a construção social do Outro

As ações do Estado revelam historicamente decisões e práticas políticas que dizimaram o Outro (FOUCAULT, 2002), justificadas pela prevalescência de um modelo cultural hegemônico onde este Outro é considerado irracional, desmedido e, por isso, passível de controle.

Imersas num campo da disputa pelo poder, a Cartografia⁴ desde os séculos XVI e XVII foi utilizada, especialmente na Europa, como forte instrumento para manutenção do poder político-militar, onde o conhecimento sobre o território tornara-se estratégia e arma como meio de controle sobre as nações a serem conquistadas (HARLEY, 2009; BLACK, 2005).

Segundo Harley (2009, p. 05), “no início do século XVIII na Europa, o papel da cartografia estava para o exercício das relações de poder que favorecia geralmente as elites sociais”, assim sendo as especificações dos mapas estavam primordialmente voltados para a camada social que pretendia a manutenção do poder político, econômico, cultural, social.

1 Ver Almeida (2008)

2 Ver Sant’Ana Júnior (2013)

3 Ver Gusfield (1975)

4 No século XVIII na Europa, o papel da cartografia no exercício das relações de poder favoreceu geralmente as elites sociais. As funções específicas dos mapas no exercício do poder confirmam também a onipresença desses contextos políticos por meio das escalas geográficas, (HARLEY, 2009, p. 05)

Desde então, as projeções cartográficas de Mercator⁵ (1569), Cartas de Cassini⁶ (1793), a Projeção de Peters⁷ (1973), por exemplo, demonstram como ao decorrer da história a busca pela representação do “real” esteve imersa em um campo de disputa pelo ato de classificar, não distante de uma disputa de poder. Enquanto uma projeção cartográfica contestava o modo hegemônico de percepção da realidade, outras reafirmavam este olhar do alto.

Por isso, torna-se relevante analisar e compreender como a representação cartográfica desempenhou papel preponderante nas várias dinâmicas de uma sociedade. Fosse pelas ações de exaltação e valorização de aspectos interessantes ao formulador do mapa ou por omissões de certos elementos, os mapas enquanto ferramenta política, sempre exerceram forte influência social (HARLEY, 2009, p. 12).

Assim, a forma como o Estado utilizava-se intensivamente de agrimensores, por exemplo, como agentes para delimitação espacial, denotava como suas ações também manifestavam impositivas e arbitrarias no campo cartográfico. O Estado investido de autoridade pronunciava veredictos e estabelecia “unidades”. (BOURDIEU, 2000, p.119-120).

Neste ensejo, retomo Jorge Luís Borges (1952) ao afirmar que “toda classificação é arbitrária e conjectural”, dando mostra de como o aparelho estatal instrumentaliza-se de várias formas para consolidar seu poder de controlar o espaço em detrimento de um Outro coletivo. (HARLEY, 2009)

Por uma abordagem etnocêntrica, a construção cartográfica não permitia espaço para percepção das múltiplas representações territoriais e identitárias dos agentes sociais⁸. Pois a realidade a ser representada pelo mapa, segundo Anderson (2008, p. 239), “antecipava a própria realidade espacial [...] um mapa era um modelo para o que (e não um modelo do que) se pretendia representar”.

Explicação que reforçava o modo impositivo como a cartografia positiva apresentava uma realidade, geralmente por uma perspectiva descontextualizada e afastada da dinâmica social. Neste sentido, o Estado torna-se principal responsável por modelar estruturas mentais e impor princípios de visão e “divisão comuns”. (BOURDIEU, 1996, p.105). E é apenas no século XX, que houve uma tentativa de romper com uma “cartografia profissional” a partir da projeção cartográfica de Peters, ensejando novas tentativas de representação cartográfica a fim de romper com aquela perspectiva. (BROTTON, 2014, p. 438)

Entendendo que a cartografia está imersa em uma correlação de forças e lutas políticas pelo poder, destaco Foucault (1998, p. 494) ao explicar sobre a “tecnologia das forças estatais”. Tais “tecnologias” eram os meios que serviriam para “aumentar, manter e melhorar” o lugar do Estado “no jogo das rivalidades e das concorrências entre os Estados”. Situação que inclusive envolvia o exercício do monopólio legítimo da violência física, pelo poder de polícia, como destacou Weber (1968).

Avançando no tempo, após a Segunda Guerra Mundial (pós-1945), os atlas históricos passam a considerar “dados sociais, econômicos e culturais” (BLACK, 2005: 347). Ou seja, se antes os atlas do século XIX, por exemplo, retratavam primariamente os impérios coloniais europeus, passou-se a mostrar o “estado do mundo incorporando informações sobre indicadores socioeconômicos cruciais”, especialmente como indicador da situação social sobre as quais se encontravam os países pós – guerra, ainda assim, sob um caráter de controle social. (BLACK, 2005, p. 347).

5 Ver (BROTTON, 2014, p.244; 246).

6 Op. cit (p. 326; 328).

7 Op. cit (p. 318; 445).

8 Ver Bourdieu (2001)

O momento foi marcado pela produção do que se chamou mapa “não-político”⁹, transcendendo o mapeamento do “real” e do visível. Torna-se clara o esforço empreendido em perceber outras relações sociais, a dinamicidade dos povos, culturas e sociedades as quais se pretendia representar, apesar de entender que “todos os mapas são altamente seletivos em seus conteúdos” (BLACK, 2005, p. 367).

Todavia, ainda que houvesse nova disposição para construir um mapa que transcendesse certa rigidez e fixidez característicos, Harley (2009, p. 08) reafirma que “os traçados feitos sobre os mapas, excluía ao mesmo tempo em que limitavam”, e em suma, não haviam se destituído dessa marca, apesar de avançar em perceber novos elementos para constituição cartográfica.

A cartografia foi construída como ferramenta arbitrária e opressora, dado as finalidades de sua utilização, como já mencionado. Por isso, exponho o entendimento de Brotton (2014, p. 368) que “traçar um mapa é um ato político” e ainda que

[...]A ‘guerra cartográfica’ deflagrada por Peters forçou os cartógrafos a admitir que seus mapas nunca foram, e nunca poderiam ser, representações ‘corretas’, ideologicamente neutras ou cientificamente objetivas do espaço que pretendiam retratar. [...] todos os mapas são de alguma forma parciais e, em consequência, políticos. [...]” (BROTTON, 2014, p.245)

Faz-se então imprescindível analisar sob que circunstâncias são produzidos as informações e conhecimentos, quer sejam mapas ou outro instrumental analítico e político. Estar ciente destas questões, determina decisivamente as causas que justificam o uso das “tecnologias de poder”, pelo Estado e agências multilaterais, para apropriação e expropriação de agentes sociais de seus territórios. Sendo aqueles que compõem este aparelho associativo público-privado os principais responsáveis por atividades de caráter privatista visando tão-somente o lucro.

3. “O Mapeamento Participativo”: O Controle Social dos territórios e a luta pelo reconhecimento

Reconhecimento¹⁰ nem sempre quer significar que um direito está assegurado ou legitimado socialmente. A luta pelo reconhecimento social integra um processo que visa romper o “ciclo vicioso de subordinação cultural e econômica”. (FRASER, 2001, p. 271;275), sendo ressignificada a depender das lutas travadas pelos agentes sociais.

Por isso, assinala Stuart Hall (2011) que as identidades devem ser entendidas como instrumento político, em fluxo. São a base constituinte para legitimação daquele reconhecimento social, afinal “nenhum agente social pode ser reduzido a uma e apenas uma identidade” (ALMEIDA, 2013, p. 169).

Por sua vez, Benedict Anderson (2008, p. 229) tratou em sua obra, “Comunidade Imaginadas”, sobre a indisposição e intolerância em reconhecer as múltiplas identidades étnicas, onde estas eram submetidas a modelos “imaginados” pelos agentes estatais. Identidades eram forjadas no sentido de uma homogeneização. Aos agentes sociais não eram delegadas reconhecimento e/ou autoridade sobre suas falas, eram seres falados ou então considerados “emissores de ruídos”.

9 A formatação dos “mapas não-políticos”, segundo BLACK (2005, p. 357) eram entendidos em “termos dinâmicos, acarretando não mapas territoriais estáticos ou mapas de distribuição, mas sim destinados a salientar e explicar processos tais como centralização, descentralização e a criação da identidade nacional. “[...]” “A ênfase numa descrição da mudança e em mapas que refletem suposições ideológicas em vez de narrativas do passado neutras e sem complicação está de acordo com a discussão teórica corrente sobre a natureza da apreciação de mapas.” (BLACK, 2005, p.357). Ou seja, elementos como cultura, religião, transporte, gênero passam então a ser pensados para a produção dos mapas.

10 Ver Fraser (2001); Fraser (2007), Axel Honneth (2001)

(RANCIÉRE, 1996)

Massey (2009, p. 182), explica que, “a modernidade iluminista inaugura a exclusão da razão do Outro”, não é vislumbrada a perspectiva da alteridade com respeito às diferenças para condições de equidade social. Ao contrário, categoriza-se os agentes sociais e as comunidades e povos tradicionais sob o “critério da falta: sociedades sem Estado, sociedades sem escrita, sociedades sem história”. (CLASTRES, 1974, p. 42).

Considerando então a recente conjuntura histórica brasileira, especialmente após o período da ditadura civil-militar (1964), o ímpeto para implantação de grandes empreendimentos desenvolvimentistas em “terras tradicionalmente ocupadas”, tem silenciado a diversidade de modos de ser, fazer e agir de comunidades e povos tradicionais.

David Harvey (2005, p. 53) já analisava o fenômeno de “anular o espaço pelo tempo”, ou seja, desmantela-se os territórios pelo anseio privatista do lucro. O ímpeto capitalista e expansionista sobre os territórios alarga-se continuamente.

Este debate relaciona-se a crítica tecida por Massey (2009) aos “mapas ocidentais modernos” por questionar até que ponto um mapa pode ou não representar um “espaço” ou território. Isso porque o próprio mapa pode ser visto como redução de uma realidade social. Realidade esta que se constitui plural por envolver vários agentes sociais e, por isso, várias percepções de mundo. Neste sentido que Koselleck (2006) reitera os mapas ocidentais como sendo ferramentas hegemônicas que eliminam outras formas de percepção do “real”.

Compreende-se assim como historicamente houve uma massificação identitária que normaliza o plural, homogeneiza a diversidade, renuncia o sujeito da ação. E quando os agentes sociais são considerados, limitam-se ao ato estanque de “consulta-los” e/ou inserirem-nos em ações “participativas” para tomadas de algumas poucas decisões no âmbito estatal.

Surge então as seguintes reflexões: quais critérios para divisão, classificação e ação são ainda hoje acionados para construção de mapas, territórios e/ou identidades? e quem pode fazê-lo? Para análise destas questões, resgato a discussão trazida pela “Nova” Cartografia Social e o Projeto “Nova” Cartografia Social e Política da Amazônia (PNCSPA).

Nesta abordagem, são criadas oportunidade de compreensão para das múltiplas interpretações e representações da realidade a partir das narrativas dos próprios agentes sociais envolvidos em determinado contexto de conflito social, por exemplo.

Relacionando esta nova abordagem com os conflitos socioambientais engendrados pelo desenvolvimento de uma conjuntura expansionista, privatista e capitalista sobre os territórios, torna-se latente como estes processos são, por vezes, mascarados em função de “alternativas” promulgadas como instrumento para dirimir os efeitos nocivos do desenvolvimentismo desenfreado fomentado pelas agências multilaterais agenciadas pelo Estado.

É desse modo que o termo “participação” insere-se aos jargões utilizados, por aqueles agentes de ordem privada/pública da esfera privatista, para deslocar os cenários do conflito e luta pelo território para uma “abertura democrática, participativa”. Contudo caracterizadas por ações estanques que limitam a ação de influência dos agentes sociais nos projetos já pré-formatados por aquelas agências.

Sobre a crítica a esta noção corrente de “participação” em processos de mapeamento, contraponho, entre si, duas perspectivas acerca do que se convencionou denominar “mapeamento participativo”.

Pela perspectiva de Henri Acselrad (2008) tantos as “cartografias sociais” quanto os “mapeamentos participativos” podem ser instrumentos vistos em momentos como resistência às dinâmicas de globalização ou como instrumental de apoio e legitimação à efetivação daquelas mesmas dinâmicas. O contexto social em qual está imerso esta relação que irá balizar os caminhos a serem

percorridos.

Entretanto, acerca deste mesmo processo, Almeida (2013, p. 31) analisa que os “mapeamentos participativos são instrumentos de planejamento definido por planejadores para incorporar as comunidades em decisões que foram tomadas para elas ou que lhes irão afetar”. Desse modo, em contraposição a este modelo, o autor propõe que:

em razão disto é que privilegiamos movimentos sociais e as identidades coletivas, bem como as formas organizativas intrínsecas que os próprios grupos adotam, incluindo-se aí suas formas de mobilização e de solidariedade. (ALMEIDA, 2013, p. 31)

Sobre esse diálogo conceitual, há de ser considerado que o modelo “participativo” em mapeamento possibilita certo risco, em função deste instrumental afastar-se das prioridades e pautas de luta das próprias comunidades e povos tradicionais que a reivindicam. (ACSELRAD, 2008, p. 36)

Deste modo, Acselrad (2008) ressalta uma “ambiguidade” construída sob o signo do “mapeamento participativo”. O autor explica que tal mapeamento pode então se construir tanto como mecanismo para “dar a palavra às comunidades de base e grupos desfavorecidos” quanto promover certa dependência da estrutura de poder sobre a qual está instaurada. (ACSELRAD, 2008, p. 40).

Ou seja, o mesmo instrumento analítico que promove “participação” e “inclusão” pode servir como mecanismo de controle sobre os agentes sociais caso estes não sejam instrumentalizados para gerenciar autonomamente a tarefa de construção dos mapas que tratam a respeito de seus territórios.

Almeida (2012, p. 172) trata que, deste modo, a adoção destes mecanismos é utilizada para conferir legitimidade aos projetos e programas gestado pelas agências multilaterais e não às comunidades. Por vezes, estas instâncias multilaterais, veem os agentes sociais envolvidos como indivíduos que compõem uma totalidade, simplesmente entendida como “comunidade”, destituindo todo o sentido político de sua mobilização e resistência.

Neste interim que o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), desde 2005, instiga tanto pesquisadores e agentes sociais das comunidades e povos tradicionais para construção de uma “nova descrição” de mapeamento, desprendida de todo legado histórico-positivista sobre os quais os mapas estiveram inseridos.

Para Almeida (2013, p. 156), “esta descrição é plural” por envolver múltiplos agentes que contribuem ativamente com suas narrativas para entendimento e construção do mapa. Por isso, entende-se também a necessidade de uma “Nova Cartografia Social”.

O mapeamento social difere dos ‘participativos’ no sentido de que o primeiro “não define ou propõe como os agentes sociais devem participar”[...] O PNCSA exerce também uma análise crítica com respeito à abordagem primordialista, apontando-a como estática e ‘naturalizada’, quanto com respeito a abordagem instrumentalista, que reduz a etnicidade a uma fonte de vantagens materiais e a estratégias de poder [...]. O PNCSA critica o arbitrário das classificações externas [...] cada comunidade tem acesso aos instrumentos que lhes permitam uma representação cartográfica intrínseca. [...] quem define a elaboração do mapa, quem participa de sua construção, quando e como, selecionando o que é relevante para ser nele inserido, são os participantes da própria oficina realizada na comunidade escolhida e aqueles que com eles se agrupam. O mapa consiste, nessa ordem, num produto dessa atividade coletiva que é autônoma do próprio PNCSA. (ALMEIDA, 2012, p.173)

Em contraposição ao “mapeamento participativo” é estabelecida alternativamente o “mapeamento social”. Sendo que este último envolve, segundo Almeida (2013), dois aspectos:

Um etnográfico que requer trabalho de campo prolongado com orientação acadêmica técnica de observação direta, descrições pormenorizadas e critérios de informações, e outro, realizado pelos próprios agentes sociais, definindo o uso de instrumento de sua escolha, a seleção do que entra no mapa e, enfim, o resultado final de cada mapa situacional¹¹.

A “Nova” Cartografia Social, propõe uma ruptura com o molde classificador do Estado. Tal ruptura se projeta num contexto de mobilizações e resistências políticas dos agentes sociais envolvidos, fortalecendo as formas político-organizativas específicas dos grupos, questionando sua posição política no processo. O termo “novo¹²” circunscreve-se como crítica para desnaturalização do modelo colonizador europeu-positivista. Busca-se a ruptura com os processos autoritários na produção cartográfica.

Ressalta-se também que a “Nova” Cartografia Social não se constitui como um método ou “política pública”, pois são justamente os agentes sociais das comunidades que apropriam-se do instrumental técnico como ferramenta de resistência e mesmo combate às ações do Estado, geralmente conveniadas àquelas agências privatistas.

Nesta abordagem, relativiza-se os “manuais técnicos” e as vertentes explicativas arbitrariamente impostas, pois as informações traçadas no mapa, compõe um conjunto complexo de conhecimentos e saberes sobre as quais as “instâncias oficiais” sequer considerariam.

É lícito, neste contexto, imaginar uma guerra de mapas como símbolo do estado de tensão e beligerância. Afinal, os extermínios, os massacres e os genocídios, ao destruir a possibilidade da existência coletiva, também significam metaforicamente ‘apagar do mapa’, que seria um eufemismo indicativo da supressão do território do outro. (ALMEIDA 1993, p. 31)

Nesse intento, surge a necessidade de ruptura com a ordem de classificação cartográfica estabelecida a fim de possibilitar que a percepção desses agentes sociais sobre seus territórios prevaleça e seja reconhecida e respeitada.

Assim, neste resgate histórico sobre a construção das projeções cartográficas, seus usos e finalidades bem como as alternativas atualmente estabelecidas sobre a representação territorial, reitera-se como o campo da cartografia está inserida em um campo de correlação de forças políticas, sociais, culturais e econômicas.

A cartografia positiva empreendeu muito tempo e esforço em demonstrar uma pretensão exatidão, neutralidade e objetividade muito mais do que perceber suas limitações, incertezas, subjetividades e um apriorismo. (JOLIVEAU, 2008, p. 50)

Daí urge a necessidade de compreender quais os fatores que motivam a produção de conhecimento, seja em que área respectiva for. Deve-se entender que a realidade social é plural, bem ao entendimento de “teia de ressignificações” de Geertz (2008), ou seja, permeado por um esforço contínuo e exercício interpretativo à procura dos múltiplos sentidos e significados que os agentes

¹¹ O mapa situacional envolve “ocorrências de conflitos em regiões já delimitadas com relativa precisão e objetivariam delimitar territorialidades específicas, propiciando condições para uma descrição mais pormenorizada dos elementos considerados relevantes pelos membros das comunidades estudadas para figurar na base cartográfica”. (ALMEIDA, 2013, p. 31)

¹² O Prof.º Dr.º Alfredo Wagner Berno de Almeida ao explicar o sentido empregado do termo Novo explica que a “velha” forma de percepção do espaço não morreu e que talvez o “novo” ainda nem tivesse nascido. Deste modo, refere-se que ao “novo” consciente da “fragilidade”, por entender que toda abordagem é dinâmica, móvel e a todo tempo se ressignifica. [Explicação feita em sala de aula, na disciplina intitulada “Cartografia Social e Política da Amazônia” em Outubro de 2014.]

sociais queiram endereçar aos seus próprios modos de vida e mobilização. É estar ciente, segundo Massey (2009, p. 176) das múltiplas trajetórias que abarcam o espaço social e, portanto, não limitá-las a esquemas representativos exteriores e arbitrários.

4. Considerações finais

Como uma alternativa propositiva contra às investidas de ações privatistas sobre territórios de povos e comunidade tradicionais, a “Nova” Cartografia Social da Amazônia, bem como o Projeto e o Programa de Pós-Graduação a ela relacionadas, também mobilizam-se no sentido de instrumentalizar os agentes sociais com aparatos técnicos e analíticos a fim retomarem a autonomia sobre seus territórios, endossando a luta pelo reconhecimento social, cultural, político e econômico.

Apesar da tessitura histórica demonstrar as projeções cartográficas como instrumental que sempre serviu como mecanismo para as “tecnologias de poder” do Estado, buscou-se relativizar que este mesmo instrumental pode ser também utilizado como ferramenta de mobilização e contestação social dos povos e comunidades tradicionais.

Mesmo que o Estado, consorciado às agências multilaterais, tenha se servido de vários mecanismos para naturalizar o modelo hegemônico de desenvolvimento a todo custo, silenciando, enquanto pôde os agentes sociais, tem-se percebido, em contrapartida, a construção de um instrumental técnico e analítico sobre os quais estes mesmos agentes tem se servido para luta, mobilização e resistência social.

Por isso que o resgate teórico-crítico tecido por autores (as) e pesquisadores (as), como Foucault (1998), Bourdieu (1996), Massey (2009), Almeida (2013), Acselrad (2008) dentre outros, se constitui como arcabouço de contra projetos que questionem tanto a autoridade científica, ao qual se fundamenta no Estado, quanto a estrutura social dual e desigual acirrada pela lógica capitalista de desenvolvimento.

A utilização de termos como “mapeamento participativo” ainda são frequentemente utilizados como meios para abrandar o modo perverso como esses agentes sociais têm sido são duramente explorados. Pois, agências de pesquisa a serviço daqueles grupos com interesses privatistas, utilizam-se de informações e conhecimentos traçados junto às comunidades, muitas vezes, de modo instrumentalista a fim de “legitimar” a apropriação ou expropriação daquelas comunidades de seu território e, conseqüentemente, dos seus direitos socioculturais.

Por isso, faz-se necessário desconfiar, desnaturalizar e desmistificar os instrumentos utilizados por instâncias de poder que utilizam-se de máximas como “inclusão”, “participação” e outros. Assim, deve-se munir tecnicamente esses agentes sociais a fim de resguardarem direitos e permanecerem autônomos frentes àquelas máximas.

Deste modo, a emergência de um “mapeamento social” deve servir prioritária e inteiramente aos interesses das comunidades e povos tradicionais, como mais um mecanismo que reforça a autoridade de falas e expressões socioculturais além de validar e legitimar suas lutas de mobilização e resistência social.

Assim que a “Nova” Cartografia Social da Amazônia constitui-se como um desses mecanismos em favor daqueles sujeitos coletivos, transcendendo a mera delimitação de um território no mapa, mas colabora para relativizar e contrapor ações arbitrárias e classificações irrefletidas do consórcio Estado e agências multilaterais.

Deste modo procedendo, tais sujeitos coletivos reforçam a politização de suas lutas pois adentram no cenário da produção cartográfica, antes de exclusividade do agente dominador. Promovem assim, autonomia como liberdade, são eles mesmos os agentes que narram, produzem e dirigem os meios e os usos provenientes produção intelectual que trata sobre seus modos de vida

e de seus territórios. Para este intento que se prestam os pesquisadores e agentes sociais envolvidos nas ações de cunho técnico e/ou analítico do Projeto “Nova” Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e o Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Referências

ACSELRAD, H; COLI, L. R. **Disputas Territoriais e disputas cartográficas**. In: ACSELRAD, Henri (org.). Cartografias Sociais e Territórios. Rio de Janeiro. UFRJ/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ALMEIDA, A.W. de B. **Mapas situacionais e categorias de identidade na Amazônia**. In Zarate, C. (ed.)- Espacios urbanos y sociedades transfronterizas em la Amazonia. Bogotá. Universidad Nacional de Colômbia. 2012.

_____. **Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras**” in Povos e Comunidades Tradicionais. Catalogo. Livros, Fascículo. Manaus. PNCSA/UEA. 2013.

_____. 1993. **Carajás: A Guerra dos Mapas**. Belém: Falangola.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. Mexico. FCE. 1993 (trad. de Eduardo L. Suárez).

BLACK, J. – **Mapas e História. Construindo imagens do passado**. Barueri. EDUSC. 2005 (tradução Cleide Rapucci).

BORGES, J. L. **El Idioma Analítico de John Willkins**. In: Otras Inquisiciones. Buenos Aires. Emecê Editores. 2005 (1º edição 1952)

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 3ªed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BRASÍLIA. **Quilombos das Américas: articulação de comunidades afrrorurais**. Documento síntese. Ipea: SEPIIR, 2012.

BROTTON, J. **Uma história do mundo em doze mapas**. Tradução Pedro Maia. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

CLASTRES, P. **Sociedade contra o Estado**. Pesquisas de Antropologia Política. (trad) Theo Santiago. (s/a)

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo, Martins Fontes, 1998. (Trad. Eduardo Brandão).

FRASER, N. **Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista**. In: SOUZA, Jessé (Org.) Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Reconhecimento sem ética?** In: SOUZA, Jessé, Org; Mattos, Patrícia, Org. Teoria Crítica no século XXI. São Paulo: Annablume, 2007

HONNETH, A. **Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade.** In: SOUZA, Jessé, Org; Mattos, Patrícia, Org. Teoria Crítica no século XXI. São Paulo: Annablume, 2001.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva. 11. Ed., 1. Reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARLEY, B. **Mapas, saber e poder.** Confins [Online], 5, 2009, posto online em 24 de Abril de 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/5724?lang=pt#text>. Acessado em: 10 de novembro de 2014.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

JOLIVEAU, T. **O Lugar do mapa nas abordagens participativas.** In: ACSELRAD, Henri (org.). Cartografias Sociais e Territórios. Rio de Janeiro. UFRJ/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MASSEY, D. **Pelo Espaço: Uma Nova Política de Espacialidade.** Trad. Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009.

RANCIÈRE, J. **O Dissenso.** In: NOVAES, Adauto. A Crise da Razão. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 367-382.

WEBER, M. **Política como vocação.** In: Ciência e Política. Duas Vocações. (trad) Leonidad Hegenberg e Otany Silveira da Mota. Editora Cultrix. São Paulo, 1968.

A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA E A TRANSFORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS NO QUILOMBO PERICUMÃ, EM PERI MIRIM – MA

FERNANDA MENDES C. LIMA

Resumo

O presente trabalho busca analisar as dinâmicas decorrentes do processo de conflito de terra no quilombo Pericumã, em Peri-Mirim – MA. O processo visando a titulação do território, orientado pelo Movimento Quilombola do Maranhão / Comissão Pastoral da Terra, envolve oito comunidades o que o torna ainda mais complexo. Através de um estudo etnográfico, entrevistas e observação participante, realizados nas comunidades, foi possível perceber que inúmeros interesses são evidenciados transformando as fronteiras do território. Estes interesses manifestam-se fora e dentro das comunidades, revelando que os limites permanecem sem dúvida numa dinâmica constante, variando de acordo com a intensidade dos interesses, as manobras engendradas e as resistências.

Palavras-chave: Disputa territorial, Territorialidades específicas, Movimento quilombola

Abstract

This study aims to analyze the dynamics arising from land conflict process in quilombo Pericumã in Peri - Mirim - MA. The process to titration of the territory, guided by the Quilombo of Maranhao Movement / Pastoral Land Commission, involves eight communities, which makes it even more complex. Through an ethnographic study, interviews and participant observation carried out in the communities, many interests it was revealed, changing the boundaries of the territory. These concerns manifest themselves outside and within communities, revealing that the limits remain undoubtedly in a constant dynamic, varying according to the intensity of interests, engendered maneuvers and resistance.

Keywords: Territorial dispute, specific territorialities, quilombo movement

1. Introdução

Este trabalho busca trazer à tona algumas reflexões acerca das disputas de terra que são protagonizadas em um território que engloba um conjunto de comunidades tradicionais, cujos moradores se autodefinem como quilombolas. Essas comunidades estão situadas no município de Peri Mirim, na baixada ocidental maranhense.

O processo de luta tornou-se acirrado por volta do ano de 2008 com o cercamento de aproximadamente 420 hectares, por um grupo de indivíduos que se auto proclamaram herdeiros de 840 hectares de terra¹. A área reivindicada pelos herdeiros era utilizada para o cultivo das roças de várias comunidades, além de constituir-se acesso entre elas. Com o cercamento, houve uma alteração na dinâmica do grupo e desencadeou-se a partir de então um processo cuja complexidade dos impactos sociais e legais estabeleceu a necessidade de mediação.

Como principal elemento de mediação aparece nesse emaranhado complexo, inicialmente a Igreja através da Comissão Pastoral da Terra - CPT, representada por um movimento social voltado para uma demanda específica de cunho étnico, o Movimento Quilombola do Maranhão – Moquibom. Assim, através de uma forte intervenção deste movimento, as oito comunidades envolvidas (Pericumã, Tijuca, Santa Cruz, Malhada dos Pretos, Rio da Prata, Muriti, Pedrinhas e Capoeira Grande) deram entrada no processo para titulação do território quilombola a fim de resguardar um modo de vida tradicional, então ameaçado, tendo em vista que o modo de vida das comunidades tradicionais está estreitamente ligado ao uso da terra e às suas representações simbólicas.

A partir daí as comunidades, apoiadas pelo movimento quilombola passam a reivindicar o título de propriedade da terra onde situam-se as oito comunidades. Tal reivindicação, se alcançada com êxito, levará à constituição legal de um território denominado Pericumã que abarcará as comunidades. As implicações desse resultado serão aqui brevemente analisadas, levando-se em conta que a pesquisa está em andamento e que as considerações alcançadas até aqui são preliminares.

Sendo assim, para compreender os processos até aqui mencionados, serão abordados alguns temas como a questão da regularização fundiária de terras quilombolas (BRUSTOLIN, 2015); as características e implicações da propriedade comunal (MOURÃO SÁ, 2007), e as relações de poder e conflitos de terra no Maranhão (CARNEIRO, 2013), entre outros.

2. A questão da terra no Brasil e a territorialidade étnica quilombola

A forma como são construídas as relações sociais em torno da questão da terra no Brasil são inegavelmente complexas e vêm se constituindo não de agora, mas de longo prazo, assim como afirma Gomes (2015):

“... as opções feitas no Brasil desde o início do período colonial até a Abolição da Escravidão fundamentaram um modo de concepção da terra que não mudou com a Proclamação da República. Em consequência, desenvolveu-se um modelo agrário que contribuiu para ampliar as desigualdades socioeconômicas e gerou uma distribuição desigual da cidadania por séculos, tanto nos regimes colonial e imperial quanto no republicano.” (GOMES, 2015, p. 239)

Isso significa que já no período colonial foram estabelecidas relações com a terra, cujo reflexo

¹ A área total do território reivindicado pelos quilombolas corresponde a 5.007,22 hectares, segundo dados do relatório antropológico realizado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária do Maranhão-IN CRA, em 2014.

pode ser percebido fortemente ainda hoje. O modelo inicial de distribuição de terras adotado no Brasil, pelos colonizadores, era pautado na grande propriedade. A partir de 1530 o modelo de capitâneas hereditárias chega ao Brasil. Esse modelo era nada mais nada menos que a concessão de terras públicas para que fossem cultivadas.

A seguir houve o desmembramento em sesmarias, já praticado em Portugal, e com isso um novo elemento capaz de solidificar o estabelecimento do latifúndio. Na verdade, a própria Coroa portuguesa incentivava a concentração de terras já que isso significava um avanço da conquista de novas terras em relação aos povos nativos que apresentavam, para os “conquistadores”, uma ameaça à ocupação.

No sistema de sesmarias, a distribuição das terras era efetivada através do processo de doação pelos sesmeiros. Essa prática trouxe à tona uma outra que perdura até dias de hoje: o patrimonialismo. A manipulação do patrimônio num âmbito de troca de favores levou gradativamente à formação de uma rede de poder tanto político quanto econômico no sistema colonial. Sobre isso Lima (1990) afirma que a

“...concessão de sesmaria não é mais a distribuição compulsória, em benefício da agricultura, das nossas terras maninhas, [...]; antes reveste o aspecto de uma verdadeira doação de domínios régios, a que só a generosidade dos doadores serve de regra.” (LIMA, 1990, p. 41).

Paralelamente, existia a dificuldade da Coroa de controlar a demarcação das terras doadas e ainda sobre a verificação de um dos critérios para que a doação se efetivasse, o cultivo da terra. Era comum que os sesmeiros vendessem parte das terras, embora isso fosse “ilegal”, ou que a mesma fosse cultivada por terceiros através do “aluguel”. Nesse contexto surge uma nova figura que vai ganhando força ao longo da história: o posseiro. Para Gomes (2015), a posse representou o triunfo do colono humilde sobre o senhor de engenho ou, em outras palavras, “a posse passou a dominar, abrindo espaço para que os indivíduos sem recursos pudessem ter acesso à terra.” (GOMES, 2015).

Assim, a partir de 1822, a posse passou a acontecer livremente no país, estendendo-se esta situação até a promulgação da Lei de Terras, em 1850, que reconheceu as sesmarias antigas, ratificou formalmente o regime das posses, e instituiu a compra como a única forma de obtenção de terras.

Contudo uma análise da história jurídica das propriedades de terras no Brasil revela que não poucos dos registros se constituíam com base em elementos que beiravam a ilegalidade e esta por sua vez estava apoiada num conjunto de relações de poder construídas ao longo da história desde o início da colonização. James Holston (*apud* GOMES, 2015), em análises documentais acerca dessa problemática conclui que a estrutura econômica e política das elites agrárias constituía-se num trunfo no processo de articulação das leis em seu favor. Desse modo, como afirma o autor:

“Como juízes, legisladores, políticos, administradores e dirigentes de Estado, essas elites formavam, os quadros dos governos locais e dos tribunais, arrajavam leis para impor perdas às propriedades de seus oponentes, manipulavam as regras que incidiam sobre as heranças, obtinham concessões a mais através de discretos e longíquos contatos familiares - através dos quais também arrajavam casamentos - e apossavam-se de terras, fossem devolutas, estivessem elas sob disputa. Em suma, a elite tinha aprendido a complicar o sistema jurídico e disso tirar vantagens.” (HOLSTON, *apud* GOMES, 2015).

A Lei de Terras procurava, portanto, regularizar a concessão de terras oriundos do sistema de

sesmarias. No tocante às comunidades quilombolas, estas ficaram à revelia de todo esse processo. Em primeiro lugar, por já se constituírem como formas coletivas marginalizadas, em segundo lugar, como reforça Gomes (2015, p. 246), essa legislação “não abria espaço para que fossem reconhecidas formas coletivas de ocupação de terra”.

Não obstante, as comunidades quilombolas caracterizam-se fundamentalmente por “relações de parentesco e proximidade, configurando uma organização social particular, essencialmente relacionada à história da comunidade e ao território”, esse reconhecimento só foi apreciado mais de 100 anos depois, a partir do Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, o qual garante: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Entretanto, ao mesmo tempo existem mecanismos jurídicos que possibilitam e limitam a emergência dos direitos fundiários relacionados à identificação de comunidades negras como “remanescentes de quilombo”. Um elemento muito evocado pelos agentes responsáveis por tal determinação está relacionado às circunstâncias de formação, ou seja, evoca-se uma origem idílica onde só são considerados os quilombos históricos, constituídos no sentido mais cristalizado do termo. Enquanto isso, as situações de comunidades constituídas no período pós abolição são capazes de gerar embates teóricos profundos e controversos. A esse respeito Silva (2014) faz ainda uma colocação importante, quando afirma que:

“(…) a origem dessas comunidades aponta para a compra da terra pelos escravos alforriados, para a doação de terras pelos proprietários falidos, para a prestação de serviços em revoltas e não somente como referência aos redutos de escravos fugitivos. Neste sentido, antropólogos e historiadores advertem para o fato de o termo quilombo, tomado política e juridicamente, abrigar, sob um mesmo teto conceitual, todas as comunidades negras cujas formações são particulares e adversas.”(SILVA, 2014, s/ p)

A partir daí surgiu uma possibilidade de rever todo o aparato conceitual em torno da categoria quilombo, levando pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais a buscar soluções para uma questão que desperta ainda hoje, dúvidas e incertezas. Aquela categoria aparece agora envolta de uma complexa gama de novos elementos elencados dentro da própria cultura e das relações da comunidade, conferindo a esta última a particularidade de um grupo étnico. Seguindo essa linha de raciocínio, Roberto Martins de Souza é categórico ao afirmar que:

“A escolha de critérios diferenciados de composição de identidade coletiva esboça as fronteiras de um grupo étnico até então da invisibilidade, tal como o critério étnico – mesmo que a noção de étnico não se atenha a uma língua, laços de sangue ou origem comum – construído a partir de mobilizações que expressam formas de agrupamento político em torno de elementos consensuados, como o uso comum da terra; e o critério ecológico, que se refere à apropriação da natureza, isto é, a um território onde a forma de gestão comum dos recursos naturais é fundamental para existência comunitária.” (SOUZA, 2007, p 04)

Desse modo, os laços de solidariedade e o uso coletivo da terra formaram as bases de uma sociedade fraterna e livre das formas mais cruéis de preconceitos e de desrespeito a sua humanidade. Ainda sob a mesma ótica que dá relevo a aspectos culturais, Homi Bhabha (1998) dá o tom da análise, enfatizando a capacidade de transformação da cultura que se reinventa cotidianamente

e da sensibilidade necessária à percepção deste fenômeno. Trata-se de uma função fundamental para o exercício da continuidade e da diferenciação em relação a outros povos, outras comunidades. Sobre isso Bhabha diz:

“O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com “novo” que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradição cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-o como um “entre lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O passado-presente torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver” (BHABHA, 1998)

Estabelece-se assim um campo de batalha de cunho político onde se desenrolam as relações de poder. Um verdadeiro campo minado onde aquele que detém maior poder, seja ele econômico, político ou de qualquer outro tipo relevante, procura estabelecer os limites dentro dos quais o outro pode mover-se. Francisco de Oliveira (2006) discorre bem sobre esse jogo político ao afirmar que “há, pois, na política uma permanente mudança de qualidade. A força de uma invenção se expressa na capacidade de manter o adversário nos limites do campo criado pela proposta/resposta e isto confere estabilidade ao campo político, permanecendo a pauta e a agenda das questões” (OLIVEIRA, 2006, p 266).

As lutas sociais no campo se desenrolam basicamente dessa forma: de um lado as comunidades reivindicando, de outro, os grupos detentores de poder - por vezes apoiados na máquina do Estado - tentando ditar o que pode e o que não pode ser reivindicado, e ainda quais os meios legais para isso. Será necessário, para entender esse enlace, buscar a fundo o papel do Estado nos contextos de conflito territorial, por tratar-se de um âmbito onde as disputas são, acima de tudo, políticas. É nesse sentido que Helciane de Fátima A. Araújo (2010) faz uma análise aprimorada quando analisa a

“Relação Estado /Movimentos Sociais nos processos de construção de uma política pública voltada para segmentos de produção familiar, considerando, em primeiro lugar, a natureza e a contraditoriedade do Estado Contemporâneo, no contexto da democratização e de ajuste da lógica do capital mundializado, e, em segundo, a capacidade de participação dos movimentos sociais, nas suas contradições, como sujeitos políticos nas lutas emancipatórias. (ARAÚJO, 2010, p 81).

Vale lembrar que ao longo das décadas de 70 e 80, mesmo período da emergência das reivindicações dos Movimentos Quilombolas e intelectuais da causa, a maquinaria engenhosa do Estado tinha um projeto desenvolvimentista voltado para a expansão do agronegócio de exportação de commodities e, conseqüentemente, da grande propriedade. Tal prática agravava ainda mais a situação das comunidades tradicionais, não só negras, mas também indígenas, e outras minorias que estivessem no caminho dos grandes produtores. Sobre isso, Marcelo Sampaio Carneiro (2013) afirma que:

“[...] o período de 1970/ 80 foi o momento de maior expansão da grande propriedade no Maranhão, impulsionada pela política de incentivos fiscais e de modernização conservadora da agricultura brasileira. Esse financiamento público de grande propriedade desencadeou dois processos sociais diferentes; nas ‘regiões de fronteira’ favoreceu o desenvolvimento da indústria de grilagem; [...] enquanto nas ‘regiões de colonização antiga’

provocou a expulsão dos chamados agregados, camponeses que trabalhavam de forma subordinada no interior da propriedade latifundiária, [...]” (CARNEIRO, 2013, p. 28)

Para Carneiro (2013) esse momento para o Maranhão, significou não só a incentivo à produção, mas foi uma possibilidade de aquisição de terras paralelamente a uma valorização da propriedade fundiária, ou melhor, “a expansão rentista da grande empresa agropecuária no Maranhão” (idem, p. 22). O autor explica que nesse cenário o objetivo dos grandes proprietários “não foi a implantação de atividades agropecuárias sustentáveis economicamente, mas sim, a obtenção de recursos através da capitalização da propriedade da terra.” (idem).

3. A propriedade comunal como o elo visível das comunidades tradicionais

O interessante até aqui é que há um grande embate sendo travado onde por vezes profetizou-se que jamais sequer existiria. O modo de produção e de reprodução das comunidades tradicionais, segundo um sem número de previsões, estaria fadado ao desaparecimento, e a agricultura familiar perderia espaço progressivamente e sem retorno para os grandes empreendimentos capitalista.

Segundo tais abordagens, a pequena produção familiar estaria obsoleta com o advento da globalização que a engoliria em uma só abocanhada. Em sua obra “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”, Ricardo Abramovay considera como verdadeiro paradoxo a coexistência destes dois elementos, e como as unidades familiares de produção tornam-se cada vez mais sólidas quando era esperado o contrário numa perspectiva clássica. Sua observação sintetiza-se com a afirmação de que “é em torno do estabelecimento familiar que se estrutura socialmente agricultura nos países capitalistas avançados.” (ABRAMOVAY, 1992, p 210).

Paralelamente, tem-se nas comunidades quilombolas a prática do uso comum da terra para exercer o cultivo. Tal prática, segundo Laís Mourão Sá (2007), parece ter-se originado a partir do processo de confisco das terras que se encontravam sob domínio das Ordens Religiosas. Embora Sá (2007) tenha concentrado seus estudos nas chamadas “terras de santo” - já que em muitos casos as terras chegaram a ser registradas em nome de santo ou santa reverenciados pela Ordem – pode-se estender essa compreensão sobre a constituição do modo de produção de uso comum da terra também aos casos de abandono de fazendas ou mesmo aos casos dos quilombos históricos.

A esse contexto soma-se a situação dos negros escravizados e as relações que estes constituíram entre si e com a terra de forma a resultar no modo de produção que mantém hoje. Luís Fernando Cardoso e Cardoso (2011), em seu trabalho sobre a Ilha de Marajó, concebe excelente colocação ao fazer referência a Acevedo e Castro (1998)²:

“[...] a formação histórica dos primeiros segmentos do campesinato [...] origina-se do rompimento dos escravos com sua estrutura econômico-social do passado colonial, representada pelas fazendas ou pelos engenhos, constituindo-se nos grupos camponeses mais antigos. Os ex-escravos transformaram-se em segmentos camponeses no ato da ruptura com relação à propriedade escrava e ao definirem as condições de sobrevivência com base na exploração agroextrativa (sic) do território sob seu controle” (ACEVEDO E CASTRO, 1998 apud CARDOSO, 2011, p. 128).

Todos esses processos de ocupação de terra das comunidades tradicionais negras perpassam por uma tensão, a partir de sua emergência na busca por legitimidade, a fim de garantir a con-

² ACEVEDO, R. A. M.; CASTRO, E. Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios. Belém: Cejup/ UFPA-NAEA, 1998.

tinuidade do uso e consequentemente sua sobrevivência e a reprodução de seu modo de vida. Contudo essa tensão se faz presente porque por muito tempo a própria existência de tais grupos constituía-se numa ilegalidade, como já foi dito, além de conflitar com o sentido de propriedade em uso pela legislação vigente, requerendo assim que possível uma legislação própria que atendesse interesses específicos. Desse modo, Cíndia Brustolin (2015), indica os principais pontos de tensão quando diz que:

“O restabelecimento de um processo de simetria entre a propriedade privada e outras formas de ocupação permite chamar atenção às apropriações territoriais não contempladas no processo de constituição do regime de propriedade brasileiro. São formas que vêm tencionando o coletivo configurado para a abertura às distintas relações com a terra englobadas parte nas categorias políticas “terras tradicionalmente ocupadas”, “territórios quilombolas”, “terras indígenas”, etc. É preciso dar conta dos dispositivos de poder que incidem na limitação da abertura da assembleia em torno da propriedade” (BRUSTOLIN, 2015, p.85)

Conforme Alfredo Wagner B. de Almeida, estas comunidades “expressam uma diversidade de formas de existência coletiva [...] em suas relações com os recursos da natureza” (ALMEIDA, 2008, p.25). Para Almeida, estas formas de apropriação ao mesmo tempo em que não encontra equivalente, os seus característicos “laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes” (p. 29)

“[...] tais formas de uso comum designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. Tanto podem expressar um acesso estável à terra, como ocorre em áreas de colonização antiga, quando evidenciam formas relativamente transitórias características das regiões de ocupação recente” (ALMEIDA, 2008, p. 28)

Pode-se dizer que tais formas de reprodução se fizeram ao longo do tempo, às margens dos processos legais ou “legalizados”, ao mesmo tempo em que contrariavam as expectativas que surgiam em torno de si, traçando continuidade no tempo ao longo de séculos e alcançando os dias de hoje. Isso se deve à relação que foi estabelecida entre essas comunidades e a própria terra, que foi assimilada como um fator estruturante do modo de vida que possuem, dando sentido a este.

4. Novas dinâmicas internas: tensões, adaptações e o papel dos mediadores

Um novo cenário se forma a partir da emergência da luta por direitos, e essa luta traz consigo um conjunto de novos elementos de fora da comunidade, constituindo-se um novo vocabulário e modificando em alguma medida as relações já existentes entre os membros do grupo. Essas mudanças, perpassam pela compreensão do próprio sentido do termo comunidade que ao ser evocado traz a ideia idealizada de ausência de conflito, e de união e cooperação irrefutáveis. Cardoso (2011) faz uma reflexão sobre essa percepção das comunidades e sobre como podem ser melhor

entendidas as relações construídas em seu interior:

“[...] de modo geral, a comunidade aparece quando se utilizam da visão idealizada, no momento em que há o confronto com o ‘Outro’, entendendo-se ‘Outro’ não somente como os de fora, aqueles que são oriundos de localidade próxima ou distante: o ‘Outro’ também pode residir dentro da própria comunidade [...]” (CARDOSO, 2011, P. 132)

De fato a impressão de que numa comunidade tradicional não existe conflito permanece apenas na aparência pois no caso de Pericumã isso fica claro quando a presidente da associação de uma das primeiras comunidades a receberem a certificação da Fundação Cultural Palmares – Tijuca - em breves momentos questiona a sua posição dentro do processo de titulação, alegando que deveria aparecer como comunidade pólo em vez de Pericumã – isto muito embora os líderes da associação tenham se negado a participar inicialmente do processo. Esta disputa é sutil, na medida em que não interfere de forma prática no prosseguimento das atividades desenvolvidas pelas demais comunidades – reuniões deliberativas, brincadeiras, confraternizações – sendo que as pessoas da Tijuca participam ativamente excetuando-se apenas a diretoria da associação.

Contudo, esta disputa revela um outro aspecto das relações de poder e interesse. A busca por algum prestígio que não somente remete a fatores econômicos, mas políticos, perceptível através de algumas representações das comunidades em relação a alguns de seus membros vistos como possíveis representantes políticos, além da possibilidade de recebimento de cestas básicas e outros tipos de benefícios que aparecem como promessa, e a isto acrescenta-se o impacto da mediação nas comunidades tradicionais.

Essas relações trazem novos elementos à discussão, especialmente no que diz respeito à caracterização de um território que englobe todas as oito comunidades. De fato há especificidades que caracterizam cada uma dessas comunidades mas, ao mesmo tempo existem dois elementos que precisam ser apreciados e que servem senão para justificar a criação desse território – considerando que precisa ser criado já que empiricamente falando ele não existe – ao menos para enriquecer a discussão.

O primeiro elemento a ser ponderado é que, apesar de tratar-se de territórios específicos e especificamente delimitados e distintos entre si em alguns aspectos, os elementos estruturantes desses grupos aparecem invariavelmente em todos eles, em particular os aspectos econômicos e religiosos. Isso significa que há forte convergência e não uma cisão entre suas histórias e seus modos de vida. E a própria memória histórica pode ser complementada por elementos de uma e de outra.

O outro elemento é a ameaça representada por indivíduos, de certa forma, externos às comunidades que, havendo cercado terras em duas dessas comunidades poderá em qualquer momento tentar apropriar-se das demais. Embora este seja um elemento meramente hipotético não é de se espantar que ele apareça e assombre o imaginário daqueles povos. Isso reforçaria a ideia da necessidade de reunir forças entre os iguais para combater aquelas forças intrusivas, estranhas e ameaçadoras àquele modo de vida, em certa medida partilhado.

De um lado há de se questionar se as fronteiras entre as comunidades permaneceriam após a conclusão do processo de titulação ou se haveria a absorção das novas fronteiras, de certo modo impostas por circunstâncias de várias ordens. A verdade é que embora não se possa especular, a primeira hipótese é a mais provável na medida em que as transformações seriam externamente impostas e apenas em âmbito jurídico/político.

Ao menos a princípio, pode-se dizer que as articulações em torno de um propósito comum trouxeram à tona, para os grupos, a percepção de um vínculo já existente, mas não experimen-

tado antes desta forma: como elemento estruturante da luta em prol de algo que diz respeito a todos. E embora, ao final do processo, as fronteiras ou simplesmente as delimitações geográficas de cada grupo ainda estejam fortes no imaginário, poder-se-ia dizer que o objetivo fora cumprido, qual seja, salvaguardar um modo de vida.

Nesse contexto cabe analisar o papel do movimento social e da Igreja no processo de luta. Ora, vale reforçar que o processo juridicamente falando só se deu a partir da entrada do Movimento Quilombola do Maranhão, e vem seguindo com a presença constante de seus membros em todas as reuniões e em todas as deliberações. De fato, esse apoio quanto aos aspectos legais formais foi essencial para adentrar numa disputa nestes termos.

Mas não é de hoje que a participação da Igreja nos movimentos sociais no campo. Há, no Brasil, uma série de relações que foram constituídas historicamente e que resultaram, segundo Zilda Gricoli Iloki (1996, p. 67), “num amplo movimento de luta pela terra que se espalhou por todo território nacional”. A abordagem apropriada pela Igreja ao longo da história apareceu ao sul-sudeste do Brasil como aliada dos agricultores sem-terra, e ao norte –nordeste como a Igreja da libertação ao lado dos indígenas, a princípio.

Afastando-se um pouco do caráter místico e religioso comumente observado pelos diversos autores, Iloki (1996) dá ênfase a elementos de cunho político geralmente desqualificados, considerando que não havia uma “crítica do questionamento que [tais manifestações] produziam à ordem estabelecida, ao mando das oligarquias agrárias e ao domínio econômico/político que o latifúndio exerce na estrutura do poder” (idem, p.70). Assim, embora a Igreja esteja historicamente ligada à legitimação da opressão, não se pode negar o seu papel a partir dos anos 60, no Brasil, para uma mudança no rumo das relações de conflito de terra e para o fortalecimento das manifestações das lutas sociais no campo.

No caso de Pericumã a Igreja encontra-se presente através do Moquibom. Segundo Catariño dos Santos Borges, um dos agentes da CPT de Pinheiro-MA e também uma das lideranças do Moquibom, a integração ao Movimento se dá no momento em que o membro se liga à Associação de moradores, onde ele define. Levando esse aspecto em conta pode-se dizer que boa parte dos integrantes são das comunidades e que essa é uma estratégia interessante que leva a uma aproximação e melhor absorção das ideias devido a sua constituição por elementos internos, um “movimento estranho”, mas de “pessoas conhecidas”. Como dito anteriormente, os membros do movimento e, por vezes da própria CPT estão presentes nas reuniões mensais das comunidades o que por um lado leva a essa absorção, como presença cada vez menos estranha e que promove aceitação gradual.

Em consonância ao antigo discurso dos gestores do INCRA que previa maior eficiência no processo de titulação das terras quilombolas a partir da reunião de várias comunidades, o movimento esforçou-se em garantir que isso fosse levado a cabo em Pericumã. As reuniões descentralizadas, garantiam de fato a circulação das informações, estimulando a aproximação e o conhecimento – já existentes, mas nunca antes tão vivos - entre as comunidades.

De um ângulo levemente crítico há uma tentativa de homogeneização que foi bem ilustrada em ocasião de uma festa que visava a “padronização” da dança própria daquelas comunidades, o tambor de crioula, onde foram confeccionadas saias do mesmo estilo para todas as dançantes. Esse cenário apenas expõe uma gama de relações que estão colocadas e são vivenciadas pelos membros das comunidades e que precisam ser mais profundamente analisadas.

5. Considerações finais

Um emaranhado de interesses se entrelaçam construindo e desconstruindo as fronteiras do

território. Tais interesses emanam ora de fora ora de dentro das comunidades e às vezes com muito mais força de fora, de forma que os limites permanecem inegavelmente numa dinâmica constante, variando aqui e ali, de acordo com a intensidade dos interesses, as manobras engendradas e as resistências.

Primeiramente é preciso lembrar que um território parece estar surgindo a partir do processo de titulação da terra. Esse novo território é fruto de uma engenhosa arquitetura engendrada com ferramentas externas às comunidades envolvidas e nesse processo um grupo de oito comunidade tornar-se-á um só, independentemente de suas especificidades, alteridades e origens que possam reivindicar para si.

Isto ressalta a questão da alteridade e da especificidade dos grupos que não podem ser arbitrariamente cerceados numa tentativa forçosa de homogeneização. De outro lado, aparecem os mediadores como elementos fundamentais para entender o ponto chave que levaram a comunidade a questionar sua posição passiva diante da perda de território. De um lado, essa postura escamoteia um sistema de dominação onde os processos são orquestrados conforme a ideologia do movimento e a estruturação da própria resistência fica esvaecida. Por outro lado, deve-se considerar que há um papel a ser desempenhado pelo movimento e que se trata exatamente de dar apoio assessorando as práticas dos grupos em âmbito jurídico o que minimamente necessário à luta pelos direitos desrespeitados.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **As particularidades da agricultura no desenvolvimento econômico** (pág. 219-260). In ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC/Editora da UNICAMP, 1992.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. 2.^a ed. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Estado/ Movimentos sociais:** a trama conjunta da construção de uma política pública no Maranhão. 2010. 387 fls. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

BHABHA, Homi. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BRASIL. **Constituição Federal.** Brasília, 1988.

BRUSTOLIN, Cíndia. **Reconhecimento e Desconsideração:** a regularização fundiária dos territórios quilombolas sob suspeita. São Luís: EDUFMA, 2015.

CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e. Direito Territorial quilombola na Ilha de Marajó. In ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos; ROSEMBERG, Fúlvia; SOUZA, Luís Antônio Francisco de (Org.). **Terra, território e sustentabilidade.** – São Paulo : Contexto, 2011.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra Trabalho e poder:** conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo. São Paulo: Annablume, 2013.

GOMES, Lilian Cristina Bernardo. O direito quilombola e os entraves da estrutura agrária fundiária brasileira. In: TARREGA, Maria Cristina Vidotte Branco e SCHWENDLER, Sônia Fátima. **Conflitos Agrários:** seus sujeitos, seus direitos. Goiânia, Editora da PUC Goiás, 2015.

IOKOI, Zilda Grícoli. **Igreja e Camponeses**: teologia da libertação e movimentos sociais no campo- Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo, FAPESP: 1996.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil**: sesmarias e terras devolutas. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1990

OLIVEIRA, Francisco de. **A dominação globalizada**: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales.. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2006. ISBN: 987-1183-56-9. Disponível: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C08 DeOliveira.pdf>

SÁ, Laís Mourão. **O pão da terra**: Propriedade Comunal e Campesinato Livre na Baixada Ocidental Maranhense. Coleção Antropologia e Campesinato no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2007.

SILVA, Joseane Maia Santos. **Comunidades quilombolas, suas lutas sonhos e utopias**. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/artigo-cqlutassu.pdf> Acesso dia 13 de agosto de 2014.

Site da Fundação Palmares. Disponível em <http://www.palmares.gov.br>. Acessado em 22 de novembro de 2014.

Site da Comissão Pastoral da Terra. Disponível em <http://www.cptnacional.org.br> . Acessado em 20 de dezembro de 2014.

SOUZA, Roberto Martins de. **Da invisibilidade para a existência coletiva**: Redefinindo fronteiras étnicas e territoriais mediados pela construção da identidade coletiva de Povos Faxinalenses. In: Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis, UFSC: 2007.

A NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL E O DESAFIO DE REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO FACE AO DISCURSO DO DESENTENDIMENTO

J.M.B. DA SILVA

Resumo

Partindo da discussão do modo como é construído os conceitos de território e espaço dentro do que se concebe como nova cartografia social, tento neste artigo relativizar as formas de representação do espaço pela via das concepções de Rancière sobre desentendimento. Entendendo esse conceito enquanto uma via de mão dupla, que ao mesmo tempo em que obstaculiza a percepção de situações sociais pela cartografia diante do poder de coerção do Estado, possibilita ao mesmo tempo entender uma rede de relações introduzidas por uma economia de visa o desenvolvimento/desenvolvimentismo a partir da apropriação do espaço pelos agentes privados, colocando os agentes sociais presentes nos território, sob uma situação de conflito em seus próprios espaços, para isto, problematizo ainda as articulações apreendidas pelas estratégias empresariais que em sua maioria são legitimadas e endorçadas também pelo Estado, quando este lhe compete interesse, mesmo que para isto possa se fazer por desentendido um terceiro grupo, representado pelos agentes sociais que se fazem presentes na área que será apropriada por esse capital.

Palavras-chave: Agentes sociais, Conflito, Discurso, Estado.

Resumen

A partir de la discusión de cómo se construye el territorio de los conceptos y espacio dentro de lo que se concibe como un nuevo mapa social, trata este artículo relativizar las formas de representación del espacio por medio de puntos de vista de Rancière sobre malentendido. La comprensión de este concepto, mientras que una vía de doble sentido, al mismo tiempo, obstaculiza la percepción de las situaciones sociales mediante mapeo en el poder coercitivo del Estado, permite al mismo tiempo comprender una red de relaciones introducidos por una economía dirigida a desarrollar / desarrollismo de la apropiación del espacio por parte de agentes privados, poniendo los actores sociales presentes en el territorio en una situación de conflicto en sus propios espacios de esta y cuestionando incluso las articulaciones incautadas por las estrategias de negocio que en su mayoría son legítimos y también por endorçadas Estado cuando compete intereses, incluso si para esto puede ser hecho por un tercer grupo reñido, representada por los agentes sociales que están presentes en el área que será apropiado para que el capital.

Palabras clave: agentes sociales , Conflicto , Discurso, Estado

1. Espaço, Território e Formas de representação na Nova Cartografia Social.

O espaço é um elemento múltiplo, como defende (MASSEY, 2009), nele, combinam e divergem diversos elementos, configurações conectas que o produzem, na medida em que ocorrem o seu desenvolvimento. De modo que para que possamos correlacioná-lo, devemos em primeira análise considerar as relações que o constituem. Para (Santos 2008, p. 28) ao definir espaço entende-se que “O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos, e de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento”.

Neste âmbito, cabe entender a maneira como esse conjunto é articulado, como é organizada essa estrutura e seus sistemas de representação. Entretanto, o modo como pensamos o espaço e como esta mesma categoria é interpretada no mapa, são distintos. Neste último, aspectos como a técnica são considerados em primeiro plano e prioritários em contraste ao núcleo social desse recorte. Massey (2009) ao debater sobre o modelo clássico do mapa, efetua uma crítica a respeito do uso do mesmo enquanto transporte de subjugação do espaço, pois ele é ao mesmo tempo, segundo sua perspectiva “uma ferramenta cristalizada”. Essa subjugação se dá pelo uso do “questionamento” que aparece como algo meramente relacional à “localização”, ele é, portanto, visto como uma organização de dados geográficos.

Deste modo, tomar o mapa que se utiliza da visão vertical, como imutável, onde a coletividade é tida como um elemento a parte do conjunto de aspectos que constituem o objeto cartográfico, equivale a deturpar o próprio processo de desenvolvimento do território, visto que uma gama de interconexões presentes nessa estrutura reformula-se constantemente pela relação espaço – tempo. Contudo, é importante ressaltar que:

Nem todas as visões do alto são problemáticas – são apenas outra forma de ver o mundo. O problema aparece apenas se começarmos a pensar que aquela distancia vertical nos traz verdade. A forma dominante de mapeamento, porém, coloca o observador, ele mesmo não observado, fora e acima do objeto do olhar. (MASSEY, 2009, p.160).

Cabe notar que, ao passo que o mapa passou a ser visto como uma representação cabível de interpretação com base a ser trabalhado também a partir de seu interior, teóricos tais como Derida e Huggan, emergiram na defesa da ideia de desorganização do mapa ocidental clássico. Eles contestam a estrutura desses mapas e apontam os pontos cegos despercebidos internamente, assim como criticam o mapa clássico enquanto um “modelo” que tem a obrigatoriedade de ser preciso, fixo. Nesta questão, a inter-relação com o espaço torna-se evidente novamente, é preciso entender o espaço como um ambiente complexo, carregado de interconexões, em ocasião das dinâmicas relacionadas, assim como é proposto na construção situacionista dos mapas que “buscam expor as incoerências do próprio espacial” (MASSEY, 2009, p.162).

A defesa por esta desconstrução do mapa encontra uma base proeminentemente coerente de observarmos que intrínseco a construção temporal das primeiras elaborações cartográficas, é possível tentar correlacionar, que a semelhança da espacialização, o mapa também é um elemento dinâmico, sendo passível de reformulação, onde se podem compreender as histórias próprias e paralelas a sua construção, embora as tecnologias de poder tenham o limitado, retirando a vida dessa representação. Uma releitura desta produção de mapas nos permite entender o quão inovador foi o seu aparecimento para o domínio cartográfico, ao mesmo tempo em que sua estrutura remetia a uma singularidade da desconstrução do espaço.

Com o advento da Nova Cartografia o conhecimento geográfico dessa vertente passa a ser fragmentado em prol da ampliação desses conhecimentos, agora com novos critérios evidenciados pela dinâmica da produção cartográfica e pela mobilização dos agentes sociais.

(...) verifica-se que, tanto o conceito corrente de cartografia, quanto as relações espaciais que caracterizam historicamente o conceito cartográfico de território, estariam conhecendo atualmente uma certa dispersão e passando por transformações profundas. Por serem muito recentes e complexas, redefinindo, inclusive as teorias acerca da categoria espaço, reconceituando o território e indagando quem é o sujeito de sua extensão. (ALMEIDA, 2013.p. 160).

E é nesse compartilhamento da vida social pela confrontação das estruturas plurais que a Nova Cartografia emerge, posicionando-se a favor da descrição da consciência de fronteiras através da relativização dessas trajetórias. A esquematização do aparato organizativo da nova cartografia em contraposição as formas de descrição das particularidades tradicionais do território, visa numa primeira escala defender o plano cartográfico enquanto uma prática dinâmica e múltipla, atrelado a variáveis que relacionem a participação social na construção do território. Sob este sistema, o trabalho de campo seria a ferramenta da elaboração etnográfica. Sobre este posicionamento (ALMEIDA, 2013) enaltece que:

A proposição de uma nova cartografia social enquanto orientadora de prática de pesquisa, distingue-se do sentido corrente do vocábulo “cartografia” e não pode ser entendido como circunscrevendo a uma descrição de cartas ou um traçado de mapas e seus pontos cardeais (...) (ALMEIDA, 2013, p 157).

O embate dos interesses do Estado com a reformulação da cartografia dar-se-á de modo evidente, no que concerne à própria construção das representações uma vez que o território passa ao domínio da experiência, marginalizando de certa forma as estruturas que até então se apresentavam como regras circunscritas pelos agentes de poder.

O reconhecimento de comunidades tradicionais pelo Estado passa a ser a busca primordial das associações e movimentos sociais, visando à adequação de direitos políticos e étnicos aos quais as leis os asseguram, consubstancialmente a isso, a nova cartografia interage de modo a entender essa dinâmica e a buscar estabelecer junto a construção da trajetória dos movimentos seu objeto.

Desta forma, é através da redefinição da Cartografia por meio de um mapa que trabalhe “não somente a diversidade social e a multiplicidade de seus respectivos pontos de vistas e práticas, mas, sobretudo uma situação de conflito e um conhecimento intrínseco as realidades locais, tanto agrupando como distinguindo” (ALMEIDA, 2013, p.158) que se permitirá entender por meio de um discurso pautado na relação proximal dos indivíduos que compõem o espaço os obstáculos enfrentados na construção e permanência das identidades coletivas de cada grupo.

2. A quem cabe a representação?

Falar de território implica o entendimento de uma genealogia bem mais complexa que apenas uma delimitação embasada em critérios políticos, como apontado nas clássicas formas de agrupamento e classificação dos recortes espaciais. Sob um panorama mais amplo, é possível entendê-lo em uma concepção de modelos que ordenam e orientam as práticas que são desencadeadas em seu contexto. Dentre as ideologias que estruturam a concepção de território cabe notar a orientação estabelecida pelo caráter econômico historicamente atrelado ao contexto social. Nele é possível entender a intensidade dos processos que centralizam, expandem e revolucionam o processo de produção do território, as barreiras e os desequilíbrios que coexistem nas etapas de estruturação geográfica (HARVEY, 2005).

Contudo, é notório mencionar que no jogo de construção da identidade no território, política

e cultura, são elementos extremamente opostos, o que acaba por dificultar a inserção do que é entendido como “novo” também para a cartografia. Visto que a relação conflituosa com o poder é notoriamente algo evidente, pois uma nova delimitação que busque centralizar a perspectiva dos agentes sociais contrapõe-se em sua maioria aos marcos estabelecidos pelo capital.

O Estado-nação-moderno e sua constante busca pelos objetivos de classe passam nestes termos, a favorecer a formação de um território motivado pela busca de capital, onde passam-se a refletir os interesses não apenas locais, mas dos grupos que interage nesse paradigma. A hierarquização do que é visto como interesse pelas ações do Estado, passa então a assumir um papel primordial para entendermos como são estabelecidas as políticas de apropriação do espaço pelo viés econômico, uma vez que os interesses econômicos são em sua maioria os elementos que impulsionam a transformação do território e conseqüentemente das relações sociais nestes inseridas.

Contemporaneamente essa apropriação do espaço pela via econômica se materializa por exemplo a partir da instauração de uma política de abertura do Estado aos interesses privados, de modo que estes passam a interagir no território de modo a transforma-lo por fazerem crer que suas ações são sinônimo de desenvolvimento/ desenvolvimentismo.

Entretanto, nem sempre essa relação entre agentes privados e agentes sociais é pacífica, e isto se deve ao modo como é articulada a política que perpassa a instituição de um planejamento que relaciona as práticas do que é objeto por exemplo, para os grandes empreendimentos e do que passa a ser definido como significativo para o Estado. Essa definição por sua vez, passa por um conjunto de estratégias que considera em uma certa medida o interesse de ambos. Porém, isto não significa que um terceiro grupo (constituído pelos agentes sociais presentes no território) sejam ouvidos, na medida em que se efetiva essa relação de troca entre capital privado e Estado.

Assim, a noção de estratégia (MAINARDES, 2011) que traz consigo o entendimento de planos de ação, como uma forma operacionalizada, organizada, pode ser interpretada por um viés duplo. Pela via dos discursos que verberam na sociedade contemporânea através das lógicas de apropriação do espaço pelo capital privado, assim como, pela apreensão da vida, que passa a ser vista como algo que deve ser gerenciado, administrado, normalizado e que se faz intrínseco a constituição que Estado, diante do estabelecimento dessas “normas” o faz através do seu poder de polícia (DUARTE, 2013).

O poder de polícia, que o Estado se utiliza para fundamentar suas ações legalmente, passa a empregar um efeito de violência aos agentes sociais presentes em um determinado território na medida que impõe o controle, assim como também quando este se utiliza do poder persuasivo que o mesmo possui, ao dar legitimidade a projetos de grande impacto, que amedrontam os mesmos.

Do mesmo modo, neste contexto em que a vida é observada como um elemento político no território, os “usos” dos agentes sociais também passam a ser incorporados como dispositivos estratégicos, que legitimam essas práticas, onde as falas agentes ou são cooptadas, ou vistas pela ideia do dizer “branco” em analogia a (RANCEIRE, 1996), e isto em grande parte, se atribuí a condição que o Estado detém, por meio exatamente desse controle que (DUARTE, 2013) aponta.

Essa perspectiva de controle do território que acaba sendo empregado pelo Estado, semelhante a ideia do mapa clássico que apenas representava o espaço de modo fixo, sem considerar suas particularidades, é uma das grandes dificuldades de se representar o território. A relação econômica, e sobretudo o poder de polícia que o Estado possui, acaba se constituindo em uma das maiores dificuldades de se representar território pela cartografia social, pois as formas de violência simbólica que são empregadas por estes acabam emergindo enquanto barreiras por se fazerem desentendidas frente as particularidades/as situações sociais, que por exemplo o desdo-

bramento de uma grande atividade econômica possa condicionar aos agentes sociais presentes nos territórios.

Essa relação de incoerência, por vezes está aliada ao desentendimento que se processa nos territórios, em virtude de na maioria dos casos as empresas veicularem as informações a respeito de seus estabelecimentos no território de forma preliminar apenas ao Estado. Essa reunião dada pelo estabelecimento do conflito, permite ainda, centrar em uma mesma discussão os agentes sociais que antes eram desentendidos, pois o “branco” argumentado, se fazia ouvir apenas como “ruídos”/ sons, diante do “branco” publicizado pelos grandes empreendimentos. Conforme expõe (RANCIERE, 1996, p.12) “Por desentendimento entenderemos um tipo determinado de situação de palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro”.

A apreensão do desentendimento surge desta forma como uma ponte para se compreender as políticas de planejamento presentes no enquadramento do cenário social, e neste preâmbulo a ideia de conflito passa assumir uma importância significativa, no que tange a interpretação de quem cabe esse direito de representação, que é orquestrado pelas estratégias empresariais e pelo poder biopolítico do qual Foucault aponta ao se falar da figura do Estado.

Conforme explicita (SIMMEL, 1983), embora nunca tenha sido questionado, o caráter de conflito possui sim a sua importância, e é ressaltado na medida que o dissenso rompe com a forma de perceber as situações que os agentes sociais se encontram expostos. E é neste ponto que esses mesmos agentes até então invisibilizados pelo desentendimento, passam a buscar suas próprias expressões em contraposição ao consenso que se pregava pelas políticas de Estado.

Um outro ponto que cabe ser ressaltado diz respeito ao próprio modos dos agentes sociais se perceberem em seus territórios a partir da emergência do conflito, pois o modo se posicionar frente ao conflito, também reflete uma condição interna do grupo. Onde por exemplo, comunidades que se encontram em zonas de grande tensão com relação a impactos gerados pelo Estado/ Capital privado, apresentam uma capacidade de mobilização bem mais expressiva e intensiva, na busca exatamente do reconhecimento de seus direitos, de suas falas, que estas passem a serem ouvidas não mais como sons ou ruídos por quem não as entendiam. Em contraposição a grupos se porventura estejam expostos a impactos, mas que ainda não possuam entendimento sobre a fala do “branco” que esteja sendo discutida pelo Estado/Capital privado.

3. O Discurso como um poder legitimado.

Em um primeiro momento pode parecer pretensão tentar entender a natureza do conflito apreendida pelos discursos do desentendimento apresentadas por (RANCIERE, 1996) no contexto de viabilização das práticas do capital privado. Entretanto esta noção se faz bem mais clara se tomarmos essa interpretação pelo viés do modo como Estado é acionado pelo próprio capital privado representado pelas empresas, bem como, também, se notarmos que há um jogo de interesses acentuados também pelo Estado, quando legitima essas ações, diante do poder deliberado que possui.

Essas ações são acentuadas pela existência de discursos pautados no caráter desenvolvimentista das relações espaciais e das representações econômicas. O mesmo, quando posto em prática, converge no impulso e alardeamento do domínio desse poder político, posto em pauta pelas políticas de abertura do Estado, corroborando para que as empresas atuem de modo naturalizado no território. Registra-se que a lógica dos mecanismos de poder, do que eu compreendo como “velha sabedoria do Estado” se inter-relaciona com o “novo” posto pela dinâmica socioespacial nesta fase, dado pela flexibilidade das ações do Estado ao se adequar em uma nova prática que

também é sua.

Essa abertura, em sua maioria está condicionada também por uma relação de dependência econômica, efetuada entre esses grandes empreendimentos, o Estado e as prefeituras, de modo a tentar equacionar os interesses de ambas as partes. Diante disto, a exploração desse posicionamento por parte das grandes empresas pode ser compreendida pela busca por uma aproximação com o lugar ao passo que seus interesses são apresentados de forma horizontalizada como uma relação benéfica a sociedade, tendo em vista o processo de ancoragem territorial.

A ancoragem territorial das empresas enquanto estratégia, dá ao capitalismo uma expressão de espacialidade econômica, onde as localidades passarão a disputar através da quebra de barreiras físicas -que é configurada por meio do relacionamento econômico com o Estado- dinamizar a economia pela introdução de uma grande atividade econômica, cuja a concessão de vantagens é por exemplo apenas um dos argumentos que se dispõe para a fixação de um grande empreendimento.

Neste discurso é notório observar que o Estado passa a delegar ao capital privado uma função não apenas relacional entre economia, mercado, e esfera pública, mas a incorporação funcional das ações da empresa como interesse também do território. É importante frisar também que o território, ao ser analisado de modo horizontalizado pelos grandes empreendimentos pela via das "contribuições" sociais, por vezes não é interpretado tendo em visto a consideração de suas particularidades.

Do mesmo modo, cabe mencionar que ao tentar se estabelecer em uma determinada área as empresas criam um ambiente que tenta convencer que suas ações são promissoras aos espaços e ao Estado em um primeiro momento, o que (PEREIRA, 2007) denomina "psicosfera". E isto, é claro, não envolve considerar o modo como esta modifica as relações de outrora se fazem presentes no território, condicionadas à realidade dos agentes sociais e a intervenção dos grandes empreendimentos nos ambientes em que se instalam.

Pois, assim como exposto por (RANCIERE, 1996) ao falar sobre a noção de desentendimento, no discurso empresarial, o que se constitui interesse para "X" distingue-se do que seja interesse para "Y". Nesta relação, os interesses dos agentes sociais presentes nos territórios em que existem grandes empreendimentos, passam a ser interpretados por uma visão que distancia o que seja visto como "necessário" os mesmos em detrimento de um interesse maior, cuja valoração é apoiada pelo próprio Estado, e endorçada por esse afim de visar o atendimento do que lhe compete.

A noção de desentendimento, tal qual explicita novamente (RANCIERE, 1996) seria dada então, em analogia aos discursos empresariais apoiadas pelo Estado em detrimento dos agentes sociais, em que estes primeiros tentam contemplar em suas falas os interesses desses últimos com base em interpretações suas. Para ele "O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco, mas não entende a mesma coisa(...)" (RANCIERE, 1996: p12).

Apenas para citar de forma breve, um exemplo desse desentendimento, pode ser observado no que se refere a implantação do gasoduto Gavião Branco no território Bom Jesus situado no município de Lima Campos - MA. Nele o discurso de legitimação da empresa que operacionaliza as instalações da obra é dada pelo próprio governo do Estado do Maranhão, e reforçado por meio de slogans, assim como pelo uso da fala, onde se publicisa a importância da descoberta de gás natural, apoiando-se desta forma um discurso que também é de uso da empresa.

Dada essa legitimação, o dizer "branco" que (RANCIERE, 1996) se refere, se encontra pelo uso do território pela empresa, ao se fazer desentendida diante dos efeitos das obras de instalação do gasoduto para com agentes sociais do território Bom Jesus. Ao afirmar não haverem maiores impactos embora estes já venham ocorrendo, visto que não apenas os impactos físicos das obras

devam ser considerados, mas, sobretudo os efeitos sociais acarretados com as obras do mesmo.

Partindo desse pressuposto, caberia então permitir condições de fala a esses interlocutores de modo a permitir elucidar as próprias relações conflito que se estabelecem na estrutura social. Porém a realidade que aproxima os grandes empreendimentos das situações sociais por eles produzidas, ainda trás consigo uma série de prerrogativas que não envolvem apenas pensar o plano local, e que acabam dificultando essas condições de fala, uma vez que os conflitos produzidos reúnem uma série de atores e posicionamentos que se articulam e se opõem exemplo disso, são como citei, os argumentos de possibilidade de desenvolvimento, que em alguns casos acabam colocando os agentes sociais uns contra os outros, por terem opiniões distintas acerca dessas questões.

De outro modo, defesa de interesses diferenciados, pelos movimentos sociais em busca dessas condições de fala, de representação, passam a categorizar-se enquanto uma formação política revestida racionalmente por mobilizações de eixo comum, econômico e político em prol do local. De encontro a esse pensamento os movimentos sociais surgem como estratégia de consolidar a organização dos grupos, passando a desdobrar-se como uma esfera integrada a estes ao mesmo tempo interage junto ao estado.

Dito isto, vale frisar, que bem mais que ressaltar a reformulação de fronteiras, quando se pretende trabalhar um novo posicionamento acerca da configuração territorial, é estabelecido substanciado a essa cadeia de procedimentos a defesa pelo direito do indivíduo a sua identidade, processo pelo qual a idéia da construção do grupo, passa a ser legitimada como um aspecto fundamental do território.

4. Considerações finais.

Espaço, território são categorias que embora distintas, interagem mesmo que indiretamente, ao encontro de uma mesma compreensão do real. Neles é possível compreender como é desenvolvido o processo de produção das relações sociais, aqui direcionadas por figuras ideológicas de apropriação geográfica do espaço, traduzidas pelo mapa e pelo Estado.

Ambos, se refletidos de modo paralelo e clássico, mostram-se como elementos de dominação, pois delimitam realidades, seja em contextos amplos ou locais, e implicam uma série de transformações que coagem e conflitam os grupos inseridos, principalmente no que diz respeito aos grupos marginalizados da dinâmica econômica capitalista, as ditas comunidades tradicionais.

Paralelo a essa discussão, a noção de desentendimento da qual me detive durante a construção desse texto buscou tentar apontar argumentos que explicitassem o modo como esses agentes sociais coagidos em situação de conflito, passam a ser despercebidos diante das estratégias que os grandes empreendimentos se utilizam em suas práticas. Ou quando o são, como eles passam a ser incorporados também enquanto elementos estratégicos de apropriação do espaço pelo capital privado.

O lado mais incongruente dessa relação se dê talvez, por meio da importância que o Estado passa a conferir a estes mecanismos, imprimindo aos mesmos uma fundamentação a partir da legitimação dos seus discursos, por mais que estes não levem em consideração os agentes que se encontrem dispostos acima de um recorte do território, que diante do interesse das empresas passará a ter uma nova funcionalidade, um novo uso.

Que erroneamente é deliberada como interesse público, por mais que o próprio "público" não tenha de imediato um posicionamento a respeito das atividades que por ventura passarão a serem desencadeadas com a instalação/vinda de um empreendimento. De outro modo, mesmo que o tenham por vezes essas vozes ainda são tidas apenas como ruídos.

Com relação à introdução da nova cartografia e as dificuldades que se apresentam na representação do plano espacial, ressalta-se que embora existam essas dificuldades, principalmente com relação às barreiras impostas pela intervenção do Estado, é buscado com a pesquisa cartográfica, prezar o posicionamento dos mapas por meio de uma reestruturação que fragmente a visão positivista do mapa, de modo a colocar como evidência as relações sociais do território no mapa, de modo que o indivíduo se sinta representado no mesmo, diante de uma nova proposta de delimitação.

O que acarreta uma contribuição significativa aos envolvidos, uma vez que a produção cartográfica passará a enriquecer-se através das contribuições deste novo aparato de conhecimento. Ainda com relação ao desentendimento, o antagonismo: movimentos tradicionais e Estado, implica a existência de uma relação complexa de interesses que divergem na medida em que este último exerce, através de suas relações de poder, ações que visam restringir as comunidades tradicionais por meio das pressões que exercem sobre as mesmas, na busca pela apropriação do território. Com a inserção da dinâmica favorecida aos grupos com o advento da nova cartografia, é proposto a estes, bem como se faz possível, participar junto às práticas preteridas pelo Estado mesmo que de forma indireta, por meio não apenas da produção cartográfica, mas do conhecimento que é adquirido por pelos agentes sociais na medida que interagem para esta construção.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. **Povos e Comunidades tradicionais: nova cartografia social/** Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, Emmanuel de Almeida Farias Junior: Manaus, UEA, 2013.

_____. **Quilombos e novas etnias/** Alfredo Wagner Berno de Almeida. – Manaus: UEA Edições, 2011.

ALMEIDA, Flávio Gomes de. **Ordenamento Territorial: coletânea de textos com várias abordagens no contexto brasileiro/** Flávio Gomes de Almeida. Luiz Antônio Alves Soares (Organizadores).- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras.** Contracapa. 2000.

DUARTE, André Macedo de. **PODER SOBERANO, TERRORISMO DE ESTADO E BIOPOLÍTICA: Fronteiras cinzentas.** Revista Selected Works, janeiro 2013.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população.** São Paulo, Martins Fontes, 1998. (p.11-38).

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço/** David Harvey.- São Paulo: Annablume, 2005.

MAINARDES, Emerson Wagner, et all. **CONCEITOS DE ESTRATÉGIA E GESTÃO ESTRATÉGICA: QUAL É O NÍVEL DE CONHECIMENTO ADQUIRIDO PELOS ESTUDANTES DE GESTÃO?.** Revista FACEF PESQUISA, Franca, v.14, n.3, p. 278-298, set./out./nov./dez. 2011.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da Espacialidade.** Trad. Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaet. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009.

PEREIRA, Evelyn Andrea Arruda. **A EMPRESA E O LUGAR NA GLOBALIZAÇÃO: A “RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL” NO TERRITÓRIO BRASILEIRO.** PROGRAMA DE PÓS GRADA-

ÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01082007-161146/pt-br.php>

RANCIERE, Jacques. **O DESENTENDIMENTO**- política e filosofia / Jacques Rancière ; tradução de Ângela Leite Lopes. — São Paulo : Ed. 34, 1996 144 p. (Coleção TRANS).

SANTOS, Milton. **O novo mapa do mundo, Fim de século e Globalização**. Milton Santos. Maria Adélia A. de Souza. Francisco Capurano Scarlato. Monica Arroyo. (Organizadores) – São Paulo, 2002.

_____. et al. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SIMMEL, G. **A NATUREZA SOCIOLÓGICA DO CONFLITO**. in Moraes Filho, Evaristo (org.), *Simmel*, São Paulo, Ática, 1983.

CAMINHOS TRILHADOS: DIÁLOGO DE SABERES NA CONSTRUÇÃO DE TRILHAS PARA O FORTALECIMENTO DO TERRITÓRIO NO ASSENTAMENTO MACEIÓ, ITAPIPOCA-CE

ÉRIKA DO VALE TEIXEIRA
LÍGIA VIANA ALVES
NATÁLIA MENDES DO AMARAL
ANDRÉA MACHADO CAMURÇA
GEMA GALGANI SILVEIRA LEITE

Resumo

A trajetória histórica do Assentamento Maceió, situado na Zona Costeira do Ceará, é marcada por intensas lutas pela permanência no território. Em defesa da praia livre e do acesso ao mar para desenvolvimento da pesca artesanal, as famílias ocuparam em 2007 uma faixa de extensão da praia constituindo assim o “Acampamento Nossa Terra” contra as ameaças de especulação imobiliária. Neste contexto, as famílias tem criado estratégias de fortalecimento da luta e a afirmação do território. Então, o estudo tem como objetivo apresentar elementos do processo de elaboração coletiva de representações cartográficas a partir da etapa de reconhecimento e demarcação de trilhas. Essa estratégia de construção coletiva de conhecimento se propõem a integrar diversos sujeitos sociais no processo de elaboração de um mapa. Com essa representação é possível, por exemplo, a afirmação dos territórios enquanto proposta de modo de vida conformando-se em estratégias de garantia do território e visibilização dos conflitos e ameaças. Constituem-se, ainda, em expressão crítica ao modo de produção hegemônico pautado nas estruturas ideológicas de desenvolvimento baseadas na promoção da desigualdade e degradação ambiental.

Palavras-chave: Conflitos Ambientais; Resistência; Mapeamento Participativo.

Abstract

The historical trajectory of the Maceió rural settlement, located on the State of Ceará coastal zone, is marked by intense struggles for territory occupation. In defense of a free access to the beach and sea for artisanal fishing development, families occupied in 2007 an extension of the beach in order to build the “Nossa Terra” [Our Land] camp, against the threat of real estate speculation. In this context, families have created strategies for struggle strengthening and territory affirmation. Therefore, this study aims at presenting elements of the collective elaboration process of cartographic representations, based on trails recognition and demarcation. This strategy of collective knowledge construction proposes to integrate various social actors into a process of map elaboration. With such a representation, it is possible, for example, to reach territories affirmation, as a way of life proposal, modeling itself into strategies of territory guarantee and conflicts and threats visualization. Yet, they represent a critical expression of the hegemonic mode of production, defined by ideological structures of development, which are based on the promotion of inequality and environmental degradation.

Keywords: Environmental Conflicts; Resistance; Participatory mapping.

1. Introdução

A trajetória histórica do Assentamento Maceió localizado a 60 Km da sede do município de Itapipoca e a 185 Km de Fortaleza, situado na Zona Costeira do Ceará, é marcada por intensas lutas pela permanência no território. Os conflitos por terra se deram desde seus antepassados, mas é a partir da segunda metade do século XX que se acirram na luta pela posse da terra. As famílias subjugadas ao “patrão” que sob o controle da força de trabalho, domínio sobre a produção e estratégias de endividamento submetia os (as) camponeses (as) e pescadores (as) da região a condições servis. Porém, em um processo de resistência e disputa pelo direito à terra, em 1985, tem-se a Imissão de Posse da Terra passando a constituir-se em assentamento rural que atualmente possui cerca de 900 famílias distribuídas entre 12 comunidades, constituindo uma área total de 5.844,72 hectares

O processo de luta pela garantia e defesa do território prosseguiu mesmo com a demarcação da área do Assentamento Maceió. Constituindo-se em inúmeras ameaças que se constituem na conjuntura geopolítica mundial de avanço das fronteiras produtivas. Este tem sido a principal estratégia do capital de dominação e expropriação dos territórios para atender suas demandas de produção e consumo.

Das lutas, citamos o enfrentamento à especulação imobiliária para instalação de empreendimento turístico, o projeto de implantação do empreendimento energético Complexo Eólico Baleia e a ameaça de estratégias de intensificação da pesca industrial marítima.

A ameaça ao território pela especulação imobiliária se dá através do projeto do empresário Antônio de Jesus Júlio Trindade (*in memoriam*) para instalação de resorts em faixa de praia. Sendo área da Marinha e território de uso das famílias do Assentamento Maceió, os (as) assentados (as) reivindicam, através de ação judicial, a anulação do título de propriedade de terras alegada pelo empresário. Apesar de já falecido, o conflito pela terra continua até os dias atuais com interesse por parte dos herdeiros de Júlio Trindade (GOMES, 2014).

O Complexo Eólico Baleia, em fase implantação prevê a instalação em localidades da circunvizinhança do Assentamento Maceió, Itapipoca-CE. A implantação de Parques Eólicos na Zona Costeira do Ceará tem ocasionado um cenário de grandes impactos e transformações territoriais num processo de vulnerabilização das comunidades tradicionais, de inviabilização das formas de fazer e viver nestes territórios, como revelam estudos de Meireles (2011). Destes impactos, cita-se desmatamento; rebaixamento dos lenções freáticos, o que reverbera na escassez e/ou salinização da água; privatização de trechos onde estão instaladas as torres, dificultando ou impedindo o livre acesso no território e violando o direito de ir e vir; aumento de prostituição e exploração sexual (MEIRELES, 2011).

Com relação às ameaças ao mar, o Plano de Local de Desenvolvimento da Maricultura – PLDM prevê uma série estratégias para implantação de cultivos de algas e criação de peixes na costa marítima do Brasil o que aponta um processo de expansão da pesca industrial, esta que historicamente tem gerado conflitos, comprometido os recursos pesqueiros e inviabilizado a pesca artesanal.

Estes projetos de desenvolvimento sob a lógica de mercado e de demanda de avanço de fronteiras produtivas desconsideram e invisibilizam a presença de comunidades tradicionais na região e geram impactos e processos de vulnerabilização das populações da região.

Em defesa da praia livre e do acesso ao mar para desenvolvimento da pesca artesanal, as famílias ocuparam em 2007 uma faixa de extensão da praia constituindo assim o “Acampamento Nossa Terra” contra as ameaças de especulação imobiliária.

Neste contexto, as famílias criaram estratégias visando o fortalecimento da luta e a afirmação do território como a implantação do projeto produtivo de manejo e cultivo de algas marinhas, a

criação da Associação dos (as) Cultivadores (as) de Algas do Assentamento Maceió – ACALMA, a realização de eventos como as regatas de paquetes e a participação do Acampamento Nossa Terra no Turismo Comunitário¹.

O Acampamento Nossa Terra constitui-se numa jornada de luta cotidiana em defesa do território, da produção e reprodução da vida no Assentamento. Cotidianamente, famílias realizam caminhadas de aproximadamente 3 km de suas comunidades até o Acampamento, percorrendo áreas de morros e dunas, muitas vezes com mantimentos e instrumentos de trabalho. Ainda, o Acampamento tem sido espaço de preparação para o trabalho na pesca artesanal, do cultivo de algas, da renda de bilro, de reuniões, de vigília cotidiana do território e realização de eventos contra possíveis ofensivas do empresário. (GOMES, 2014). Dos eventos, cita-se a realização de regata de paquetes. As famílias através da ACALMA em articulação com o Movimento dos (as) Trabalhadores (as) Sem Terra - MST e o apoio da Rede Tucum e Instituto Terramar já realizaram até 2015 cinco (5) Regatas Ambientais de Paquetes da Praia do Assentamento Maceió.

As famílias do Assentamento Maceió defendem um turismo que possibilite a sustentabilidade local, a geração de renda às famílias nativas e principalmente aos jovens considerando uma relação que preserve a natureza, protegendo a praia, o mar e a terra que são a base para sustento local, como relatam os (as) assentados (as) em Gomes (2014). Desta forma, o turismo comunitário tem sido uma das estratégias importante em defesa do território. Dessa maneira, as famílias têm demandado a criação de trilhas para o reconhecimento de caminhos percorridos entre as comunidades do Assentamento Maceió e o Acampamento Nossa Terra.

O estudo partiu do interesse de assentados (as) em reconhecer os caminhos percorridos diariamente no Assentamento Maceió. Neste contexto, o presente artigo se propõe a refletir, a partir mapeamento participativo para construção de trilhas sobre quais os sentidos dos trajetos cotidianos percorridos pelos (as) camponeses (as) e pescadores (as) no Assentamento Maceió? Que aspectos desses trajetos percorridos se constituem como estratégias de garantia e defesa do território?

Assim, este artigo tem como objetivo apresentar elementos do processo de elaboração coletiva de representações cartográficas a partir da etapa de reconhecimento e demarcação de trilhas. Com o diálogo de saberes local e acadêmico, através do mapeamento participativo, buscamos na memória dos sujeitos do Assentamento Maceió a trajetória histórica e os saberes trazidos à luz da vivência durante os trajetos percorridos cotidianamente.

2. Trilhando o caminho da pesquisa

Este estudo traz elementos do mapeamento participativo realizado com as famílias do Assentamento Maceió e que fazem parte do Acampamento Nossa Terra. O mapeamento participativo envolveu algumas etapas durante o seu processo de construção sendo que este artigo apresenta elementos da etapa do mapeamento participativo para reconhecimento e demarcação trilhas.

O processo de construção coletiva do mapeamento participativo possibilitou o protagonismo de camponeses/as e pescadores/as, jovens e crianças na condução de caminhos a serem trilhados. Utilizando a pesquisa participante como instrumento metodológico tivemos contato com aspectos do cotidiano, das narrativas que os (as) assentados (as) trouxeram para o presente, a memória do passado e as perspectivas para o futuro, no qual buscamos conhecer os saberes, a trajetória histórica do território, os sentidos e suas especificidades. Para Gomes (2014, p. 67) “re-pensar e reconstruir um passado que se torna presente através da memória, pautada em emoções

¹ A partir de 2013 o Acampamento Nossa Terra integra a Rede Tucum de Turismo Comunitário que consiste numa articulação composta por 14 comunidades da Zona Costeira do Estado do Ceará.

e vivências, faz com que os eventos sejam rememorados a partir das necessidades do presente”.

O objetivo estratégico desta ação está relacionado ao fortalecimento e afirmação do território através da identificação dos saberes apresentando à localidade e a quem tivesse interesse de conhecer, através do turismo comunitário, não só as belezas cênicas da natureza quase intocada da planície litorânea, mas a história de luta do território. Os que “vem de fora” chamam de trilha, mas para os moradores da região, estes são caminhos rotineiros de deslocamento no perímetro de seu território.

O mapeamento participativo apresenta-se como técnica estratégica de afirmação dos territórios tradicionais, e conforme Acserald (2008) este se constitui em

parte de um contra projeto de ordem científica, visando a questionar os pressupostos ocultos da ciência da informação geográfica no que diz respeito a seus efeitos sociais, seu eventual sucesso enquanto tal deve estar associado a processos concretos de democratização do território e do acesso a seus recursos e não à configuração de uma simples expressão espacial da ideologia do desenvolvimento.(ACSERALD, 2008, p.41)

A tecnologia de localização utilizada foi via GPS através do equipamento GARMIN 60CSX, além de utilização de recursos de registro como diário de campo, inventário das espécies identificadas a partir do relatos e saberes dos sujeitos locais que participaram da caminhada e de fotografias. A trajetória das trilhas com suas localizações geográficas, constituem-se em produtos cartográficos que se constituirá em instrumento de reconhecimento do território e ficará de posse da comunidade.

A finalidade mais marcante em toda a história dos mapas, desde o seu início, teria sido a de estarem sempre voltados à prática, principalmente a serviço da dominação, do poder (MARINELLI, 2011). Como já afirmava Harley (1995), o discurso cartográfico é retórico, performático e persuasivo, servindo, por um lado, a atos práticos de vigilância, preservação da ordem e controle dos cidadãos, mas também de criação de mitos que convêm à manutenção do status-quo territorial.

A cartografia social, por sua vez, vem com o objetivo de proporcionar a comunidades tradicionais, através do diálogo e compartilhamento de conhecimentos, a noção espacial de seu território². Esse tipo de mapeamento procurar levar em conta as afetividades e as concepções de mundo e de viver do sujeito em relação ao espaço onde vive. Além desses aspectos, o processo de mapeamento participativo se constitui em ação política que se coloca como um “contra-projeto de ordem científica” como afirma Acserald (2008) que para tanto, “deve estar associado a processos concretos de democratização do território e do acesso a seus recursos e não à configuração de uma simples expressão espacial da ideologia do desenvolvimento”.

Nessa perspectiva, o reconhecimento e mapeamento dos caminhos cotidianos percorridos no Assentamento Maceió foram realizados num processo de construção coletiva e com diálogo entre os diversos sujeitos sociais. Participaram dessa etapa de reconhecimento dos caminhos a serem trilhados, assentados/as, jovens e crianças, sujeitos locais, que revisitavam os trajetos e compartilharam memórias, trajetórias históricas, características da região (vegetação, alimentos, animais) e significados a que os trajetos remetiam. Ressaltamos que para constituição do mapeamento participativo, inicialmente foi realizada uma roda de conversa para compreender a demanda da comunidade, identificar os principais caminhos do território e como estes poderiam configurar-se estrategicamente como trilhas para o desenvolvimento de atividades de fortalecimento do território através da formação do percurso enquanto prática pedagógica. Práticas estas,

² Vide: <<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/>>

constituintes de trajetórias históricas e significados para consolidação do saber local, sobretudo, para a juventude da região e visitantes que venham ao território através do turismo comunitário.

3. Capitalismo globalizado e avanço das fronteiras produtivas: comunidades tradicionais ameaçadas

O avanço das fronteiras produtivas tem sido a principal estratégia do sistema capitalista visto que o modo de produção baseada na dominação, expropriação dos territórios e degradação ambiental faz com que o sistema busque cada vez mais territórios com vasta biodiversidade, na perspectiva hegemônica de que os bens naturais devem ser explorados intensamente para atender essa dinâmica de produção e consumo.

Neste cenário, deve-se considerar que o sistema capitalista tem inerente em sua estrutura, a assimetria na distribuição do poder diante dos processos de apropriação dos bens naturais, o que configura uma desigualdade na distribuição dos custos e benefícios do desenvolvimento econômico e constitui-se em expansão das desigualdades e acirramento dos conflitos ambientais. É através da expropriação de territórios onde vivem comunidades tradicionais que o capitalismo avança suas bases produtivas na intensa apropriação das áreas de uso comum onde se encontram ainda vasta biodiversidade associada a uma história de produção e reprodução da vida não pautada na apropriação intensiva e predatória dos recursos.

Haesbart (2011), concebe a uma noção de território a partir da integração de várias dimensões que configuram um campo simbólico construídos através das relações social, política, econômica e cultural que os seres humanos estabelecem com o espaço conferindo vínculos de afetividade, de identidade na construção da vida, dos modos de fazer e sua história.

É importante ressaltar, como aponta Porto-Gonçalves (2012), que os territórios historicamente ocupados por populações tradicionais é onde estão as riquezas naturais tão visadas pelo capital com vistas à expansão das fronteiras produtivas. Segundo o mesmo autor, as práticas cotidianas e o conjunto de saberes produzidos e reproduzidos historicamente pelos povos originários, populações ribeirinhas, camponeses, e demais comunidades que constituem formas diferenciadas de apropriação do território, representam um rico conjunto de conhecimentos e de possibilidades de existência da humanidade no planeta. São formas de viver cuja visão de mundo segue para além das estratégias de produção apontadas pela ideologia do desenvolvimento fundamentada no pensamento eurocêntrico.

Essas práticas e saberes produzidos pelos povos e comunidades tradicionais de nossos ancestrais ganharam evidência e institucionalidade a partir da Constituição Federal de 1988 e de convênios internacionais firmados, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989 e ratificada em 2002 pelo Brasil e a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto Lei 6040/2007) e instituiu:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, p. 1).

Importa dizer que o reconhecimento jurídico formal se deu principalmente com o processo de luta por democracia e por direitos a partir de 1970, quando os movimentos sociais no campo incorporaram “fatores étnicos, elementos de consciência ecológica, critérios de gênero e de auto-

definição coletiva” (ALMEIDA, 2008, p. 25).

Ainda para Almeida (2008, p. 26), o reconhecimento institucional rompe com a invisibilidade social que “historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseadas principalmente no uso comum e em fatores culturais intrínsecos, e impelem a transformações na estrutura agrária”. Porém, esse processo é permeado de tensões e conflitos.

Portanto, é partir das tensões e conflitos gerados pelas ameaças ao território e ao modo de viver local que famílias do Assentamento Maceió tem buscado através de fortalecimento das identidades coletivas, seja enquanto assentados (as), camponeses (as) e pescadores (as), marisqueiras e artesão (ãs) defender o território e reafirmar uma outra sociabilidade.

4. Dos caminhos às trilhas: afirmação do saber local como forma de resistência

Diante da demanda apontada pelos assentados (as) de mapeamento dos caminhos de modo a se constituírem em trilhas, a Cartografia Social apresenta-se como método para esse processo de construção compartilhada de saberes, concordando com Evangelista et al (2015) no qual

A cartografia social é uma proposta de construção simbólica coletiva e concreta do território ocupado por indivíduos sócio-espacial-culturalmente ligados. É simbólica por que é idealizada pelos anseios, desejos e afetos que permeiam os indivíduos enquanto ocupantes de um determinado território que é concreto. O que identifica determinada porção do espaço como um território é tanto o concreto quanto o abstrato. É a terra, é o chão, é o espaço delimitado, é a casa, é a rua, é o cheiro, mas também a identificação, a lembrança, a história vista e vivida. (EVANGELISTA et al, 2015 p.28)

Portanto, para o desenvolvimento das ações de reconhecimento dos caminhos e compartilhamento de saberes sobre a biodiversidade e seus usos (tanto para alimentação como de uso de plantas medicinais) e relatos sobre a história do lugar, foram realizados dois trajetos diferenciados, em dois dias seguidos. Importa ressaltar o caráter horizontalizado no desenvolvimento desta incursão, considerando que os saberes acadêmicos e os saberes locais dialogaram de modo complementar e integrado numa experiência de produção do conhecimento.

No primeiro dia, o trajeto envolveu dois (2) assentados da comunidade Maceió, integrantes da ACALMA e pesquisadoras do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas (NEEPA): uma (1) graduanda em Geografia, uma (1) Socióloga e uma (1) Engenheira de Pesca. O percurso definido foi o caminho que as famílias fazem cotidianamente da comunidade Maceió³ até o Acampamento Nossa Terra, percorrendo cerca de 3km entre dunas e córregos. Após a chegada ao acampamento, o trajeto seguiu pela faixa de praia levando aproximadamente 2km até chegar ao ponto mais alto do Assentamento, conhecido como “Morro Verde”, de onde pode-se avistar o perímetro do Assentamento e as belezas que aquele lugar proporciona. Este percurso foi realizado no período da tarde encerrando-se no início da noite.

Os trajetos vivenciados nessa experiência e apontados pelos (as) assentados (as) como caminhos cotidianos das famílias do Assentamento Maceió e constituem como área de uso comum daquela região que incidem referências de práticas da pesca artesanal, do cultivo de algas, do lazer, atividades estas realizadas desde os antepassados.

Durante o trajeto os assentados apontaram aspectos materiais e imateriais daquele caminho, como aspectos da paisagem, da vegetação, da cultura alimentar, da dinâmica cotidiana local e da trajetória histórica do lugar e de seus ancestrais.

³ Esta constitui-se uma das 12 comunidades que compõe o Assentamento Maceió, Itaipoca-CE.

No percurso, o terreno tinha várias elevações e declividades, por estarmos caminhando em um campo de dunas, muitas delas já fixadas por conta da vegetação, e algumas ainda móveis deixavam a caminhada mais difícil. Logo ao alto, de uma duna móvel do caminho, identificamos uma área verde com indícios de preservação da biodiversidade e da mata nativa (FIGURA 1).

Mesmo o Assentamento Maceió tendo a área de reserva legal, os (as) assentados (as) tem buscado preservar uma parte da vegetação nativa de seus lotes, quintais e outros espaços.

A seguir avistamos um campo de cactos que se constituem em vegetação que segundo relatado, atrai diversos estudantes universitários para identificar características e causas de uma vegetação de caatinga se constituir nessa região litorânea.



Figura 1 – Área verde entre dunas

Logo após a escalada de uma duna, chegando ao seu topo, avistamos o Acampamento Nossa Terra e ao horizonte o mar. Próximo ao Acampamento Nossa Terra (FIGURA 2), percebe-se a existência de três rochas de arenito. A partir de então, o trajeto segue pela faixa de praia.



Figura 2 – Acampamento Nossa Terra

A leste do acampamento existe um campo de dunas com vegetação rasteira e presença de arenito, os (as) assentados (as) tem o costume de chamar esse arenito de “cascudo”. Há, ainda, uma duna que por ter um tom mais avermelhado, é conhecida como “Morro Vermelho” tendo importância específica para orientação dos pescadores quando estes estão no mar e querem voltar para

terra firme.

A área de praia é cenário de muitas lendas narradas durante a caminhada. Desde peças de ouro que dizem ter sido encontrada na região, um baú enterrado a aparições de navios piratas avistados do “Morro Vermelho”.



Figura 3 – “Morro Vermelho”

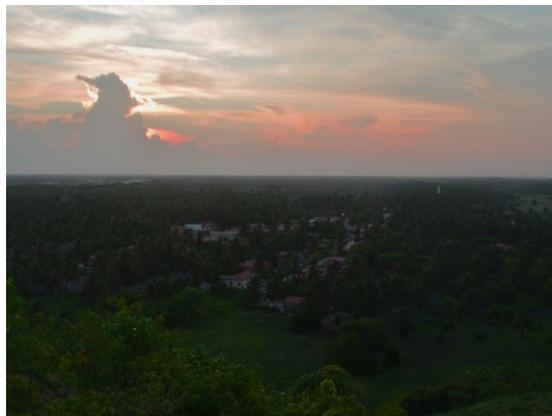


Figura 4 – “Morro Verde”

Mais adiante, seguindo a caminhada, adentramos a lagoa da “Barrinha” para poder continuar o trajeto. A travessia pela lagoa se deu com água até o joelho, que varia conforme acúmulo de água das chuvas durante o ano. Continuado o percurso, agora sentido litoral-sertão, mais uma vez passamos por dunas fixas, constituída de vegetação de restinga, algumas espécies arbustíferas. Seguindo até o ponto final do trajeto, encontramos uma duna de onde é possível ver todo o perímetro do Assentamento Maceió, chamada de “Morro Verde”. Trata-se de uma duna fixa que segundo os (as) assentados (as) foi fixada por conta de uma “graça” obtida através de pedido/oração de uma moradora que teria sua casa soterrada pelo curso que a duna seguia.

O segundo dia de percurso o grupo contou com dois jovens da comunidade juntamente com três crianças, além das estudantes da UFC E UECE. O caminho feito foi da comunidade Maceió até a Lagoa Grande, chamada de “Lagoão”, que se constitui um extenso corpo hídrico localizado dentro do Assentamento Maceió e que abastece a região. Durante o trajeto os jovens lembraram de como esse caminho se constituiu em trajeto e área de lazer e de que há alguns anos não revisitavam o “Lagoão” (FIGURA 5). Espécies de plantas nativas, seus usos e áreas de cultivos foram apresentados como experiência de reconhecimento do território como lugar de produção de reprodução da vida. As crianças, também, mostravam conhecer as plantas locais e realizaram o percurso como um trajeto de lazer. O mais jovem e também mais empolgado para esta caminhada tinha 8 anos e comentou que nunca tinha ido ao Lagoão.

Nesse percurso, também com elevações e declividades por estarmos andando em dunas, foi necessário atravessar trechos com cercas, no qual foi possível perceber a modificação do espaço realizada de modo a se conformar com atividades de cultivo e mesmo de contenção do movimento de sedimentos das dunas existentes no trajeto (FIGURA 6).



Figura 5 – “Lagoão”



Figura 6 – Trajeto entre dunas para reconhecimento e demarcação de trilhas

No Assentamento Maceió onde a agricultura é a principal atividade produtiva, a necessidade de uso daquele solo para subsistência não os impedem de terem o cuidado com o solo quando se verifica a retirada de vegetação nativa em pequenas porções para o plantio de alguma cultura.

Mais adiante no percurso, já próximo ao Lagoão, foi identificado um campo de dunas móveis, com a presença de maior número de dunas barcanas⁴ (FIGURA 7). A partir desse campo de dunas é possível ver a extensão que esse lago possui.



Figura 7 – Dunas móveis



Figura 8 – Vegetação

No caminhar, eles (as) falavam sobre as plantas que haviam pelo caminho, suas “serventias”, se eram comestíveis, medicinal ou para ornamentação (FIGURA 8). Para Claval (2007) cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante as suas vidas. O conhecimento que explicavam para a utilização das plantas mostra a relação de proximidade com a natureza e de conhecimento do meio em que vivem.

Há uma diversidade de saberes que está associado a própria existência desta outros seres e elementos da natureza que conferem àquele cotidiano os elementos de existência. “Se o sabiá come, então é porque também podemos comer” afirmou um dos assentados integrante do grupo durante a primeira caminhada.

⁴ McKee (1979); MCKEE, E.D. Sedimentary structures in dunes. In: MCKEE, E.D. (editor), A Study of global sand seas. Geological survey professional paper. 1979, p. 83-134.

5. Saberes locais revisitados: cultura e soberania alimentar como afirmação do território

Ao longo do percurso dos trajetos para reconhecimento das trilhas e a partir das conversas informais sobre o conhecimento das espécies locais em cada trajeto, foi possível identificar, utilizando listagem livre, 42 espécies de plantas nativas e não nativas (TABELA I).

ESPÉCIES	TRILHA DE RECONHECIMENTO	TIPO DE PLANTIO	BIOMA DE ORIGEM	CONHECIMENTO E USO CITADO
Araçá	Acampamento	Nativa	Cerrado	Goiaba da terra
Ata, Araticum	Lagoão	Cultivada em quintal	Cerrado	-
Banibu	Lagoão	Nativa	-	-
Batiputá	Lagoão	Nativa	Mata de tabuleiro. Nordeste brasileiro	Antigamente se cozinhava com óleo de batiputá. Hoje o óleo é utilizado como medicinal e no uso para torrar o peixe.
Cajueiro	Lagoão e Acampamento	Nativa e cultivada em quintal	Caatinga, litoral nordestino. Domesticada e nativa.	-
Cansação	Lagoão e Acampamento	Nativa	Cerrado	-
Catingueira	Lagoão	Nativa	Cerrado	Serve como medicinal - anti-inflamatório
Caramachubim	Acampamento	Nativa	-	-
Cardeiro - mandacaru	Acampamento	Nativa	Caatinga	"Se o sabiá come, então é porque também podemos comer"
Chanana	Lagoão	Nativa	Cerrado	-
Ciúme	Acampamento	Nativa	-	Mata de ciúme. Cabra gosta de comer
Coqueiro	Lagoão e Acampamento	Cultivada em quintal e em espaços coletivos	Planta domesticada	O coco serve para temperar a comida. Com ele se faz a moqueca, coloca na tapioca, no bolo de macaxeira, no arroz.
Gengibre	Lagoão	Cultivada em quintal	-	-
Goiaba do mato	Acampamento	Nativa	Cerrado	-
Graviola	Lagoão	Cultivada em quintal	Planta domesticada	-
Guabiraba / guabiroba	Lagoão	Nativa	Mata Atlântica	-
Guajiru	Lagoão	Nativa	Amazônia	-
Guizo de cascavel	-	-	-	-
Imburana	Acampamento	Nativa	Caatinga	-
Janauba	Acampamento	Nativa	-	-

Juá	Acampamento	Nativa	Caatinga nordestina	Mata de juá. "É bem do-cinha"
Jeriquiti	Lagoão	Nativa	-	-
Jurema	Lagoão	Nativa	Caatinga	-
Jurubeba	Acampamento	Nativa	Cerrado	Raposa come
Macaxeira	Lagoão e Acampamen-to	Roçado familiar e roçado coletivo	Planta domesticada	-
Maracujá do mato 1	Acampamento	Nativa	-	-
Maracujá do mato 2	Lagoão	Nativa	-	-
Milho	Lagoão	Roçado familiar e roçado coletivo	Planta domesticada	-
Murici	Lagoão	Nativa	Cerrado	-
Pau ferro	Lagoão	Nativa	Cerrado	"Usado como lenha para fogo e também como pau de cerva. É muito resistente."
Pega pinto	Acampamento	Nativa	Cerrado	-
Pinhão bravo ou pião roxo	Lagoão e Acampamen-to	Não nativa	Não nativa, vem de ou-tros continentes como Índia e África	"Leite é bom como ci-trizante. Estanca ferimen-tos. Para o sangra-mento."
Pitomba	Lagoão	Nativa	Cerrado. Planta domes-ticada	-
Sete sangria	Lagoão e Acampamen-to	Nativa	Cerrado	"Serve pra mulher, pra aqueles dias"
Siriguela	Lagoão	Nativa	Cerrado e caatinga. Planta domesticada	-
Tatajuba	Acampamento	Nativa	-	-
Tingui	Acampamento	Nativa	Cerrado	-
Trapiá	Acampamento	Nativa	-	-
Ubaia	Lagoão	Nativa	Caatinga	-
Unha de gato	Lagoão	Nativa	Beira de brejo	-
Visgueiro	Acampamento	Nativa	-	-

Tabela 1. Lista de espécies vegetais identificadas durante os percursos vivenciados pelas trilhas do Assentamento Maceió/CE.

Das espécies nativas, em sua grande maioria, fazem parte de vegetação característica de biomas da Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e até Amazônia. Sobre esse aspecto, Castro et al (2012) justifica a proximidade geográfica das zonas litorâneas com estes biomas para a formação vegetacional do litoral nordestino brasileiro.

Desta forma, a partir da caminhada foram sendo reveladas uma diversidade de saberes e belezas da natureza. Cada planta, erva, fruta ou mata fechada vinha acompanhada de uma história e de um saber ou um saber-fazer. Os frutos encontrados na natureza, tornam-se ingredientes das práticas da produção de alimentos e a maioria das frutas são apreciadas, colhidas e comidas pelas famílias do Assentamento Maceió. A exemplo do coco, abundante na região que segundo relatos da assentada, durante o reconhecimento da segunda trilha, "o coco serve pra tempero; para colo-

car na moqueca, na tapioca, no bolo de macaxeira, até no arroz". O batiputá, fruta pequena, mas que libera um óleo que, segundo os relatos, tem propriedades medicinais e de uso culinário. Lembram que por muito tempo foi utilizado como óleo de cozinha, "pra torrar peixe". Lembranças de um tempo quando não se tinha acesso a outros tipos de óleo na região. Outro exemplo é o murici, que dele é extraído o suco ou "comido no pé" quando as pessoas cotidianamente percorrem os caminhos livres no acesso e uso ao território. O mesmo ocorre com o maracujá do mato, o araçá (goiaba da terra), a guabiraba, o guajiru, dentre tantas outras que fazem a alegria das crianças e muitas vezes constituem-se o lanche quando estão desfrutando destes espaços em momentos de lazer. Do pau ferro é retirada a madeira para construção "porque a madeira é forte, aguenta tudo". A erva rasteira "sete sangrias", "serve pra mulheres naqueles dias. Elas dizem que é bom, faz bem" comenta um dos assentados durante o reconhecimento da primeira trilha.

Tais práticas cotidianas de coleta de frutos, de ervas e flores para fins medicinais e da prática de extrativismo nos espaços livres do território associadas a domesticação de plantas nativas dentro da unidade de produção familiar; o cultivo nos roçados no lote destinado a cada família, bem como os cultivos de roçados coletivos distribuídos ao longo do Assentamento garantem o poder de escolha das famílias ao acesso aos alimentos, através de um sistema de produção alimentar que não é único, mas amplo e diverso. Além disso, sustenta uma cultura alimentar e garante uma maior quantidade de alimentos disponíveis, saudáveis e ecologicamente sustentáveis.

Durante o segundo trajeto para o reconhecimento da trilha do "Lagoão", ao passarmos por um quintal, pôde-se observar a grande variedade de produção de plantas nativas a exemplo do araticunzeiro, pitombeira, sirigueleira, mangueira, murucizeiro, dentre outras. Foi apontado também os roçados coletivos entre os espaços de dunas, onde se cultivam batatas-doce, jerimum, mandioca, macaxeira, milho e feijão verde. Plantações coletivas de coqueiros e roçados foram identificadas em ambos os trajetos/trilhas.

Sendo assim, tal liberdade e autonomia de produção de alimento, tem como possibilidade o desenvolvimento da soberania alimentar, coadunando com o conceito proposto pela Via Campesina (1996) sobre o direito dos povos a definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas; manejar, utilizar e controlar os recursos naturais que preservam a vida, como a terra, a água e as sementes; produzir e colher os alimentos de forma ecologicamente sustentável; definir seu próprio grau de autossuficiência alimentar e desenvolver sistemas alimentares autônomos que reduzam sua dependência dos mercados globais e das grandes corporações.

Essa autonomia alimentar praticada pelas comunidades tradicionais baseadas na diversificação alimentar vão de encontro com os interesses dos sistemas alimentares impostos pelas indústrias de alimento. Estas, associadas às formas de produção agrícolas baseadas em monoculturas dependentes de tecnologias e insumos maléficos à saúde a exemplo da transgenia, utilização de agrotóxicos e defensivos químicos que tem como força motriz dentro do sistema alimentar, provocar maior homogeneidade na produção e processamento dos alimentos e nas práticas de consumo (CONTREAS, 2011). Deste modo, são disponibilizadas nas prateleiras de supermercados alimentos com menor variedades de espécies (concentrados em sua maioria em cereais de milho e soja) e de baixa qualidade nutritiva, normalmente ricos em açúcares e gorduras saturadas com baixos ou nenhum índice vitamínico. Tendo como principal objetivo aumentar a produtividade e vender os alimentos o mais barato possível (POLLAN, 2008).

Desta forma, a diversificação de alimentos e formas produtivas encontrada ao longo do território atrelada às práticas cotidianas do saber fazer e da cultura alimentar tem sido uma ferramenta importante para garantir a permanência dessas populações em seus territórios tradicionais. Para Pollan (2008), "a maneira de comer é um meio poderoso que um povo tem de expressar e preservar sua identidade cultural que é exatamente o que não se quer numa sociedade dedica-

da ao ideal da comercialização". Porto-Gonçalves (2006) complementa que ao deixar de prover o próprio alimento é colocar a própria autonomia de qualquer agrupamento humano em risco ou dependente de terceiro.

Portanto, preservar o território através do conhecimento popular sobre a biodiversidade local, e seus diversos usos, assim como reproduzir as práticas de produção de alimentos é uma forma de resistência e empoderamento dessas comunidades.

6. Considerações Finais

Em ambas trilhas demarcadas foi possível perceber um processo de desnaturalização do olhar por parte tanto dos (as) pesquisadores (as) como dos(as) assentados(as). No exercício de revisitar saberes ancestrais e a memória fortalecendo a afirmação do território, da relação com a natureza, de reviver as histórias do lugar remontando às relações de afetividade, dos aspectos simbólicos que configuram aquele território enquanto produção e reprodução da vida e de reflexões sobre a concepção de liberdade.

A experiência de estar no "Morro Verde" e poder visualizar o território do Assentamento Maciço remonta a trajetória de luta e conquista pela terra que logo tornou-se narrativa contada pelos (as) assentados (as) deste território. A história da luta pela terra foi narrativa que configurou o momento da contemplação do pôr-do-sol. O fato de o sol neste momento "esconder-se" atrás de nuvens não frustrou a experiência de conhecimento e reconhecimento deste caminho que se configurou em importantes reflexões para quem vivenciou este percurso. O encantamento e sentimento de conquista ao olhar ao longo do horizonte o território de vida incentivou o diálogo sobre os modos de fazer, a autonomia sobre a decisão das rotinas diárias e de produção, desenhando os aspectos que configuram a concepção de necessidade, e sobretudo, uma concepção de liberdade. "É muito bonito ver isso aqui. E a gente lutou muito pra ter isso aqui. Olha isso aqui é liberdade. Poder viver na terra que é nossa. Isso é liberdade!", afirmou um dos (as) assentados (as).

O sentimento de liberdade e de reconhecimento do território pode ser vivenciado, também, durante o segundo percurso feito até "Lagoão". Neste trajeto foram identificadas várias espécies de plantas e suas propriedades e possibilidades de uso no cotidiano local. Tratava-se de um grupo com faixa etária diferenciada da que seguiu em caminhada no dia anterior. A descoberta do caminho e o compartilhamento do saber através da brincadeira demonstraram a existência de uma relação muito imbricada desde a infância com a natureza na constituição do cotidiano. E neste trajeto pudemos nos deparar com a percepção sobre a autonomia diante do fazer cotidiano, na decisão das necessidades e na concepção de liberdade e afetividade pelo lugar onde moram. "Ai que vista linda!" dizia uma das crianças de 8 anos, de cima de uma duna que lhe proporcionava ineditamente uma vista panorâmica do Lagoão.

Para Colchester (2002), os mapas comunitários revelam-se ferramentas úteis para mobilizar a comunidade e gerar debates locais sobre demanda de terras, como, também, para planificar o manejo de recursos naturais. Por morarem ali desde que nasceram, muitos assentados conhecem bem a região, por serem agricultores e pescadores, também são mais sensíveis a compreender a dinâmica sobre o solo e o mar, e configuram o campo de relações que surgem desse elo entre o sujeito social e o lugar, no que Tuan (1980) descreve como[...] o conjunto de relações afetivas e emocionais que o homem mantém com o "lugar".

Os saberes locais são expressivamente representados no mapeamento em que a população participa ativamente, pois essa construção coletiva possibilita que os sujeitos se reconheçam nessa representação espacial, e reafirmando os saberes e fazeres locais, não só o produto, mas o processo do mapeamento constituem-se em estratégia para fortalecimento da comunidade e

defesa do território frente às ameaças externas ao modo de vida local. Como afirma Fox (2002), se a população local não tem controle sobre seus mapas, eles podem não estar em nada em situação melhor do que quando suas terras não haviam sido mapeadas.

O mapeamento participativo faz uso desde métodos simples como a cartografia efêmera ou de esboço, onde matéria-prima da região ou observação e memória das pessoas, vão ser usadas para a confecção desse mapa, mas também de métodos mais sofisticados como a cartografia de escala, onde referências geográficas são colocadas nos mapas a partir do que se quer ser representado.

Para que o processo de democratização do acesso a construção de seus próprios mapas e/ou representações cartográficas pelos grupos sociais faz-se necessário a não valorização dos SIGs (Sistemas de Informações Geográficas) como único instrumento de registro e precisão. Sieber (2006) afirma que os SIGs são mais um instrumento de controle, pois “O uso de tecnologia levaria à ilusão do controle sobre a tomada de decisões, enquanto o verdadeiro controle permaneceria com os grupos dominantes, desviando movimentos sociais e grupos de base de estratégias comprovadas de ativismo, afastando os questionamentos acerca da estrutura mais geral de formulação de políticas e distribuição do poder.”

Nesse sentido, o diálogo de saberes e a aproximação das diversas formações e conhecimentos entre o saber local e o saber acadêmico possibilitou a conjugação das possibilidades de registros e fortalecimento das formas de produção de conhecimento compartilhado.

Essa estratégia de construção coletiva de conhecimento, se propõem a integrar diversos sujeitos sociais no processo de elaboração de um mapa, numa ampliação do acesso a produção cartográfica de modo que a compreensão de que essa democratização dos instrumentos de mapeamento se faz necessária, pois a composição dos mapas se constituem daquilo que a própria comunidade julgar ser importante e estratégico mapear. Com essa representação é possível, por exemplo, a afirmação dos territórios enquanto proposta de modo de vida conformando-se em estratégias de garantia do território e visibilização dos conflitos e ameaças e se constituem em expressão crítica e questionamento do modo de produção hegemônico pautado nas estruturas ideológicas de desenvolvimento baseadas na promoção da desigualdade e degradação ambiental.

Referências

ACSERALD, H. (org.) **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

_____. GUEDES, A.D., MAIA, L.J.(Orgs.). **Cartografia social, lutas por terra e lutas por território: um guia de leitura**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2015.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terra tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

BRASIL. **Decreto Lei n. 6.040** de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso em: 20 mar. 2016

CAMURÇA, A. M. **Mulheres e agroecologia: possibilidades para a sustentabilidade local da comunidade Bom Jesus, Assentamento Maceió, Itapipoca/Ce**. Dissertação. (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. UFC: Fortaleza, 2013.

CASTRO, A.S.F.; MORO, M.F.; MENEZES, M. O. T.O Complexo vegetacional da zona litorânea no Ceará.Pecém, São Gonçalo do Amarante:**Acta Bot.Bras. [online].**2012, vol.26, n.1 http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-33062012000100013&script=sci_abstract&tlng=PT.Acesso em: 27 mar. 2016.

CLAVAL, P. **Geografia Cultural**. Florianópolis: UFSC, 2007.

COLCHESTER, M. **O mapeamento como ferramenta para garantir o controle comunitário: alguns ensinamentos do sudeste asiático**. WRM Boletim nº 63. Out. 2002.

CONTREAS, J.; GRACIA, M. **Alimentação, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

EVANGELISTA, A.N.A.; COSTA, J.M.; ROCHA, B.T.G.; ALBUQUERQUE, A.M., GORAYEB, A.; SANTOS, J.O.A cartografia e sua aplicação no conhecimento prático de comunidades urbanas vulnerabilizadas.In: GORAYEB, A.; MEIRELES, A.J.A.; SILVA, E.V.(orgs.) **Cartografia Social e Cidadania: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas tradicionais**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2015.

GOMES, D.S. **Tecendo sonhos com fios de resistência: o caso das mulheres rendeiras do Assentamento Maceió – Itapipoca/Ce**. Dissertação. (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. UFC: Fortaleza, 2014.

HAESBAERT, R. **O mitodadesterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 1958. 4º ed. – Rio de Janeiro: Beartrand Brasil, 2009.

MARTINELLI, M. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MEIRELES, A.J.A. Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste brasileiro e critérios para definição de alternativas locais.**Confins[Online]**, n.11, 2011. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6970>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

POLLAN, M. **Em defesa da comida: um manifesto**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios**. Florianópolis, SC: Revista Internacional Interdisciplinar/ INTERthesis. Vol. 09 n.º 01, 2012.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: problemas, tendências e desafios**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

TUAN, Y. **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1980.

VIA CAMPESINA.INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE VIA CAMPESINA, 2,Tlaxcala, Mexico:April 18-21. 1996. Disponível em:<http://viacampesina.org/en/index.php/our-conferences-mainmenu-28/2-tlaxcala-1996-mainmenu-48/425-ii-international-conference-of-the-via-campesina-tlaxcala-mexico-april-18-21> Acesso em:Acesso em: 27 mar. 2016.

CARTOGRAFIA SOCIAL APLICADA AO MAPEAMENTO DO USO DA TERRA NA COMUNIDADE DE UMARI, PACAJUS - CE

*FRANCISCO IVAN CARLOS DE OLIVEIRA
RAIMUNDO GLEIDISON LIMA ROCHA
TAMIRES MACIEL FARIAS
FRANCISCO CLEUTON DA SILVA
RAFAELLA DA SILVA NOGUEIRA*

Resumo

A busca para se conhecer comunidades rurais partindo da visão de mundo e a realidade de seus agricultores tem sido importante na construção do conhecimento científico, permitindo desenvolver ações mais concretas. Este trabalho tem como objetivo identificar e mapear por meio da cartografia social o uso do solo em quatro propriedades rurais localizadas na comunidade de Umari, Pacajus-CE. A delimitação da área foi realizada de acordo com os pontos limites determinados com auxílio do GPS e das informações obtidas a partir do croqui da propriedade elaborado pelo proprietário. Após a coleta das imagens do Google Earth Pro do ano de 20/05/2015 utilizou-se o software ArcGIS 10.1 para o georreferenciamento das imagens. A cartografia social e o geoprocessamento foram relevantes para identificação dos principais cultivos e uso do solo das áreas avaliadas. No estudo realizado todas as áreas avaliadas seguem o mesmo padrão de cultivo e a principal cultura de subsistência dos agricultores é o cajueiro precoce. O milho, feijão e mandioca são as principais culturas anuais cultivadas na época das chuvas. O uso da técnica de consórcio é de fundamental importância na manutenção da biodiversidade e conservação das propriedades físicas e químicas do solo.

Palavras-chave: geoprocessamento; manejo do solo; gestão ambiental e agricultura familiar.

Abstract

The quest to meet rural communities starting from the worldview and the reality of their farmers have been important in the construction of scientific knowledge, allowing develop more concrete actions. For the mapping of land use, images from Google Earth. Pro of the year 05.20.2015. The demarcation of the area was carried out according to the limits determined points with GPS assistance and information obtained from the property of the sketch prepared by the owner. After collecting the images, we used ArcGIS 10.1 software for georeferencing of images. Social mapping and geoprocessing were relevant to identification of major crops and land use of the areas evaluated. In the study all investigated areas follow the same pattern of cultivation and the main subsistence crop farmers is the cashew. Corn, beans and cassava are the main annual crops grown in the rainy season. The use of consortium technique is of fundamental importance in maintaining biodiversity and conservation of the physical and chemical properties of soil.

Keywords: geoprocessing; soil management; environmental management and family farming.

1. Introdução

A cartografia social é uma ferramenta fundamental por reconhecer o conhecimento espacial e ambiental de populações locais (HERLIHY & KNAPP, 2003). Gorayeb e Meireles (2014) define a cartografia social como um ramo da ciência cartográfica que trabalha, de forma crítica e participativa, com a demarcação e a caracterização espacial de territórios em disputa, de grande interesse socioambiental, econômico e cultural, com vínculos ancestrais e simbólicos”.

No Brasil, a utilização da cartografia social já é bastante significativa na Amazônia e tem se expandido para outras regiões, como estratégia para firmar direitos territoriais (GORAYEB, 2014). A discussão atual da participação das comunidades rurais em pesquisas científicas vem sendo cada vez mais utilizada na elaboração de metodologias participativas que permitem uma melhor compreensão da dinâmica da comunidade. Contudo, estabelecer uma relação entre o saber local e o científico ainda é um grande desafio.

A Cartografia Social é considerada mais do que um produto cartográfico, é um processo protagonizado pelas próprias comunidades, visto que elas é que a realizam. Já ao grupo de pesquisadores que participam do processo oferecendo suporte, cabem apenas as funções mais técnicas. No final, a soma de ambos permite o mapeamento dos conflitos que ameaçam as comunidades, e também a explicitação das práticas tradicionais que constituem sua identidade, o que caracteriza a delimitação do território que tradicionalmente ocupam (ALMEIDA, 2006).

Neste sentido, o uso de técnicas participativas no processo de intervenção social, como o Diagnóstico Rural Participativo¹ (DRP), e o papel atribuído aos agentes externos passou a ganhar espaço nas discussões sobre as ferramentas utilizadas para a tomada de decisão em grupos sociais. Uma das ferramentas do DRP é a elaboração de mapas sociais para auxiliar no planejamento, nas discussões e na análise das informações.

Na comunidade rural informações sobre o uso e ocupação do solo são de fundamental importância para melhor compreender a dinâmica local dos agricultores, assim como as principais culturas agrícolas utilizadas, sistema de manejo, estado de conservação do solo, dentre outros fatores. Nesse sentido, o saber local aliado a técnicas de geoprocessamento tem contribuído bastante para elaboração de mapas de uso e ocupação do solo que retratem a realidade local. O geoprocessamento consiste em uma ferramenta que auxilia no planejamento de áreas, gerando mapas com informações espaciais. Essas informações referem-se ao tipo de relevo, uso do solo pela agricultura, coberturas verdes e áreas de risco.

Para suprir tais necessidades faz-se uso de ferramentas computacionais criadas especificadamente para manusear informações georreferenciadas denominados de Sistemas de Informação Geográficas (SIG). Estas são capazes de associar às funções de um banco de dados a visualização espacial em forma de mapas (PAIVA et al., 2003). As aplicações dos SIGs podem ser classificadas em: a) socioeconômicas, envolvendo o uso da terra, seres humanos e a infraestrutura existente; b) ambientais, enfocando o meio ambiente e o uso de recursos naturais, e c) de gerenciamento, envolvendo administrações públicas, regionais e nacionais, tanto para a definição de novas políticas de planejamento quanto para a avaliação de decisões tomadas (MAGUIERE; GOODCHILD; RHIND, 1991).

De acordo com Pereira (2002), os órgãos de planejamento e gestão tomam a maior parte de suas decisões, por meio de componentes geográficos, ou diretamente por implicação, nisso é importante que as tecnologias de Geoprocessamento sejam adquiridas para a moderna gestão da cidade. Com essa ferramenta é possível georreferenciar e definir as áreas de cultivo conforme o

¹ O DRP consiste em um conjunto de técnicas e ferramentas que permite as comunidades realizarem o seu próprio diagnóstico para autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento (VERDEJO, 2006).

mapa social confeccionado junto ao proprietário e visita no local de forma a gerar subsídios para uma melhor gestão da propriedade rural. Diante do exposto, objetivou-se identificar e mapear por meio da cartografia social o uso do solo em quatro propriedades rurais localizadas na comunidade de Umari, Pacajus-CE.

2. Material e Métodos

O trabalho foi desenvolvido na comunidade de Umari localizada entre as coordenadas 9539558 N e 549439 W; 9537906 N e 547639 W, a aproximadamente 12 km do município de Pacajus, Ceará (Figura 1).

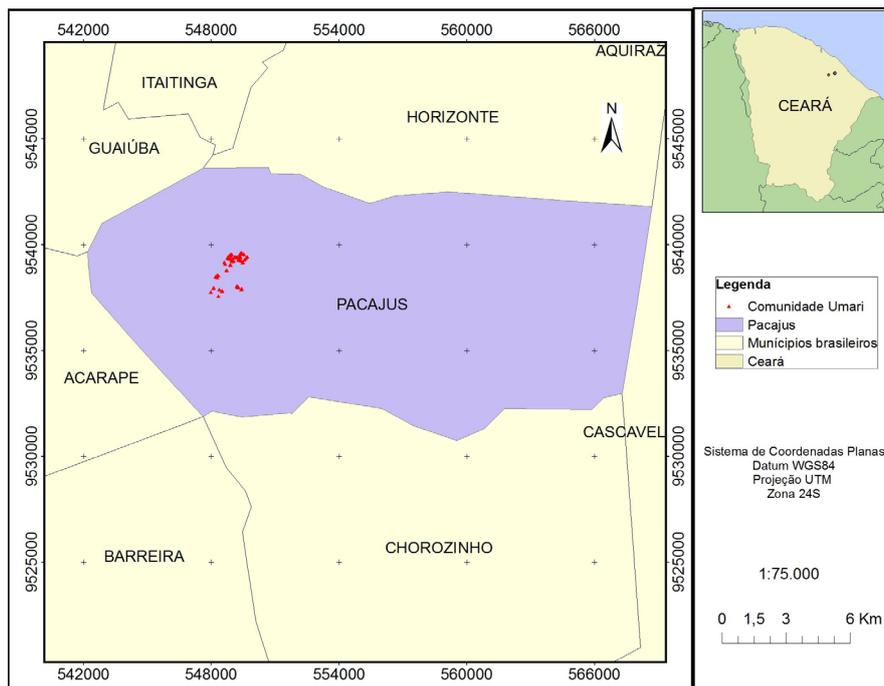


Figura 1 – Mapa de localização da Comunidade de Umari, Pacajus-CE.

A comunidade tem como principal atividade agrícola a cultura do cajueiro (*Anacardium occidentale*). Devido Pacajus estar próxima da região litorânea o clima varia entre Tropical Quente Semiárido brando e tropical quente subúmido, com pluviosidade média anual de 1.277 mm. Os solos predominantes em Pacajus são Neossolo e Argissolo (ALBUQUERQUE et al., 2014).

O levantamento de campo foi realizado no período de fevereiro a maio de 2016 em nove propriedades rurais. Cada proprietário foi fazendo o croqui de sua propriedade manualmente, no qual foram demarcados os limites do terreno e os tipos de uso e ocupação do solo. Em seguida, foi realizado o caminhamento pela propriedade para a obtenção das coordenadas geográficas com auxílio do Sistema de Posicionamento Global (GPS) modelo Garmim76scx. Para o mapeamento do uso da terra foram utilizadas imagens do Google Earth Pro do ano de 20/05/2015. A delimitação da área foi realizada de acordo com os pontos limites determinada com auxílio do GPS e das informações obtidas a partir do croqui da propriedade elaborado pelo proprietário. Após a coleta das imagens, utilizou-se o software ArcGIS 10.1 para o georreferenciamento das imagens.

A delimitação dos polígonos foi realizada manualmente no ArcGIS 10.1 conforme as classes de uso da terra definidas pelos proprietários no momento da aplicação da cartografia social. As

classes de uso da terra foram as seguintes: C: cajueiro; Ma: mandioca; Fe: feijão; Mi: milho; Cap: capineira; H: hortaliças; CA: criação animal; Ed: edificações. Após a delimitação do uso da terra foi realizado o cálculo de área e recorte da imagem por meio da ferramenta Spatial Analyst do ArcGIS 10.1.

3. Resultados e Discussão

O principal uso do solo observado nas propriedades estudadas foi o cajueiro, cultura perene de grande importância para a comunidade de Umari. As propriedades UMP01 ocupam entre 12% de cajueiro e 17% de milho, feijão, e mandioca e cajueiro e 24% de edificações, total de área utilizada 100%. A UMP02 possui 22% de cajueiro e 20% de mandioca consorciado com cajueiro, e 12% da área consorciada com hortaliças e cajueiro, 12% da área destinada a criação animal, mais 12% de edificações, total da área utilizada 100%. UMP03 possui 33% de sua área cultivada pelas culturas milho, feijão e cajueiro possuem 33% de cajueiro consorciado com hortaliças e mais 33% de edificações, total da área utilizada 100%. E na UMP04 ocupam 50% de milho, feijão, mandioca e cajueiro, e 50% de cajueiro, feijão e mandioca (Tabela 1).

	UMP01		UMP02		UMP03		UMP04	
	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)
C	1,67	12%	1,82	22%	-	-	-	-
C/Ma	2,26	17%	1,67	20%	-	-	-	-
C/Fe	-	-	-	-	-	-	2,31	50%
C/Mi/F/Ma	-	-	-	-	-	-	2,31	50%
C/Fe/Ma	1,79	13%	-	-	-	-	-	-
C/Cap	2,26	17%	-	-	-	-	-	-
C/Mi/Fe	2,26	17%	1,02	12%	0,79	33%	-	-
C/H	-	-	1,02	12%	0,79	33%	-	-
C. Animal	-	-	1,02	12%	-	-	-	-
Edificações	3,17	24%	1,82	22%	0,79	33%	-	-
TOTAL	13,41	100%	8,37	100%	2,37	100%	4,62	100%

C=cajueiro; Ma=mandioca; Fe=feijão; Mi=milho; Cap=capineira; H=hortaliças; CA=criação animal; Ed=edificações

Tabela 1 – Uso e ocupação do solo nas quatro propriedades rurais mapeada na comunidade de Umari, Pacajus-CE

As propriedades UMP2, UM3, UM5, UM6, UM7 e UM8 possuem edificações, ou seja, isso implica no fácil acesso do produtor até sua unidade de produção. Também pode-se observar que nas propriedades UM2 e UM8 há cultivos de hortaliças sendo justificado pela proximidade das áreas a casa do produtor e que o mesmo possui em sua propriedade uma cisterna calçadão com volume total de 54m³ de água para irrigação.

Constatou-se que as culturas predominantemente consorciadas nas áreas avaliadas foram cajueiro, milho, mandioca e feijão. Entretanto as de menor importância encontradas na área de cultivo são hortaliças e capineiras.

Ao introduzir mais de uma espécie na área de cultivo, o agricultor estará aumentando a sustentabilidade da unidade de produção e conseqüentemente melhorando a biodiversidade do local.

O consórcio de culturas é um sistema de cultivo tradicional nos países em desenvolvimento dos trópicos e consiste no plantio simultâneo ou não de duas ou mais culturas numa mesma área. As vantagens do sistema consorciado quando comparado ao cultivo solteiro, são: aumento na produtividade por unidade de área (MATTOS et al., 2005a, 2005b), proteção vegetativa do solo contra a erosão, controle das plantas daninhas (DEVIDE et al., 2009), redução da incidência de pragas e doenças nas culturas consorciadas, proporcionando, com maior frequência, maior lucro ao pequeno produtor, além de diversificar as fontes de renda (ALVES et al., 2009), e oferecer diversidade de produtos para o agricultor.

Visando uma agricultura sustentável e agroecologia os agricultores utilizam a técnica do consórcio, que consiste em plantar várias culturas em uma determinada área. Na qual é cultivado plantas anuais como milho, feijão e mandioca e cajueiro. A cultura da mandioca uma das principais fontes de calorias para populações de países tropicais, importante matéria-prima para agroindústrias e geradora de emprego e renda, principalmente para pequenos produtores (CARDOSO, 2003). A mandioca é conduzida basicamente em sistemas convencionais de preparo do solo, e devido ao lento desenvolvimento na fase inicial agravam-se problemas de erosão podendo tornar a cultura insustentável em muitas regiões. Uma das alternativas para minimizar a erosão hídrica é melhorar a cobertura do solo por meio do consórcio (AITA et al., 2001; TAKAHASHI; BICUDO, 2009).

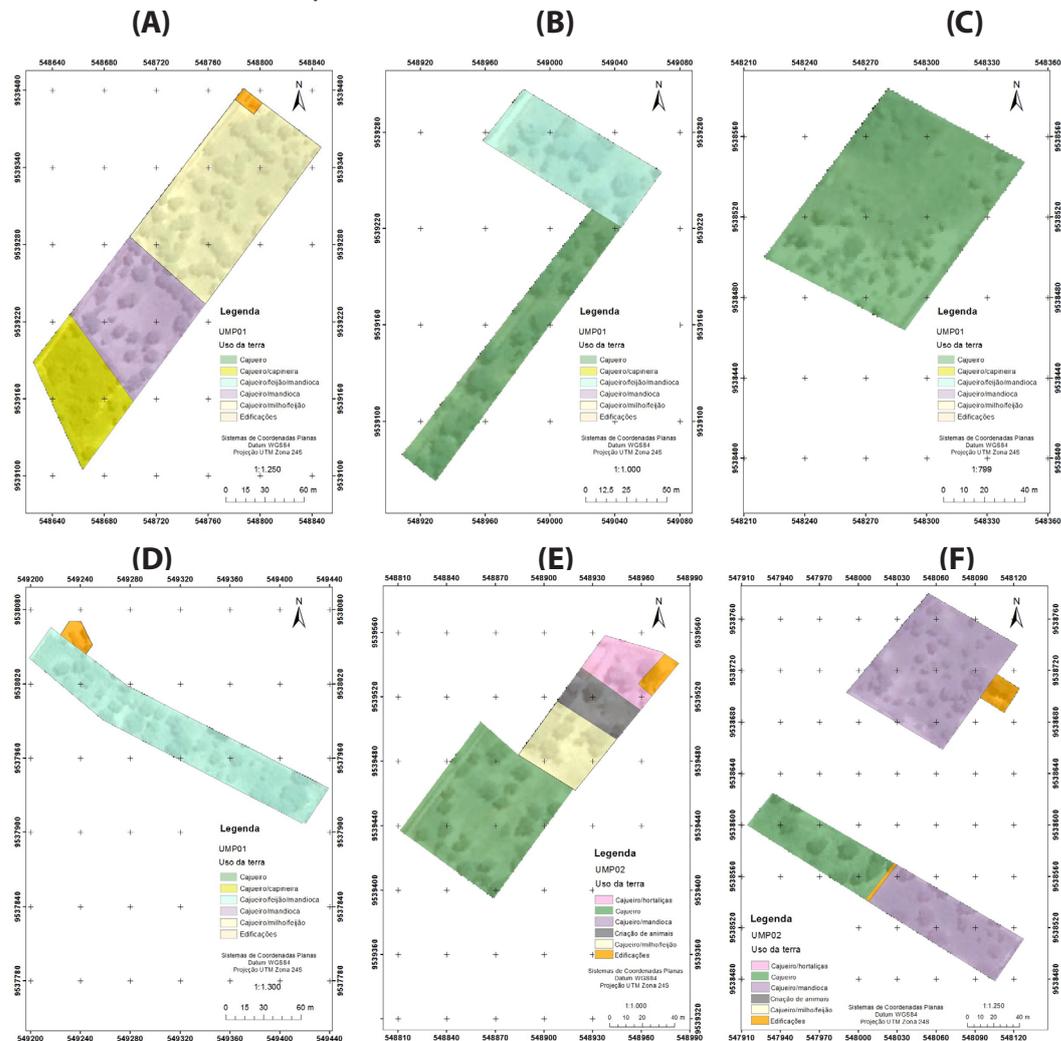


Figura 2 – Mapas de uso da terra das propriedades UMP01 (A, B, C e D) e UMP02 (E, F) da comunidade de Umari, Pacajus-CE.

O plantio do feijão em consórcio com outras culturas é procedimento comum no Brasil, sendo realizado principalmente por pequenos agricultores. O interesse pelo consórcio entre mandioca e feijão deriva do espaçamento relativamente largo entre fileiras da mandioca, da menor velocidade da mandioca em se estabelecer e formar o dossel, da obtenção da colheita do feijoeiro, enquanto a mandioca se desenvolve, e do ciclo de vida relativamente curto do feijoeiro (Figura 2). O consórcio de mandioca com feijão é uma prática importante, em todas as regiões tropicais e subtropicais, não apenas pelo seu aspecto social, como também pela sua relevância econômica e contribuição no aporte em matéria orgânica e nitrogênio ao solo (DEVIDE et al., 2009).

Outro consorcio bastante cultivado é milho e feijão, isso se deve ao fato que as leguminosas possuem elevado teor de N e podem beneficiar a cultura do milho. A decomposição dos nódulos também disponibiliza nitrogênio para o milho no consórcio (BONETTI, 1991). Senaratine et al. (1995) afirmam que essa capacidade de disponibilização de nitrogênio no solo pelas leguminosas, entretanto, é bastante variável entre cultivares.

Com todas essas práticas de cultivos consorciados o agricultor espera que o solo receba um maior nível de adubo, conseqüentemente vindo a beneficiar a cultura permanente o cajueiro.

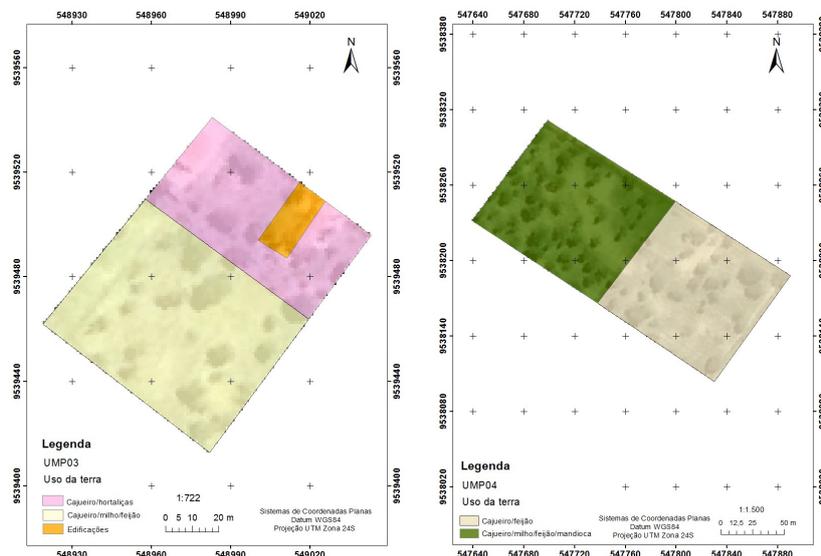


Figura 3 – Mapas de uso da terra das propriedades UMP03 e UMP04 da comunidade de Umari, Pacajus-CE.

A principal cultura dessa área é o cajueiro gigante (*Anacardium occidentale*), que no período de safra proporciona uma produtividade de castanha e pedúnculo (Figura 3). Durante a quadra chuvosa os agricultores introduzem as principais culturas anuais, milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris*) e mandioca (*Manihot esculenta*), em consorcio com a cultura do cajueiro.

Diferentemente da primeira área avaliada, nota-se que tem uma maior diversidade de culturas em uma determinada área. Entretanto o cultivo do cajueiro predomina em relação às demais. As culturas anuais cultivadas são cajueiro, milho e feijão, criação de animais e edificações. Nessa área o agricultor cultiva cajueiro, que é uma cultura perene, consorciado com feijão e mandioca.

Durante a visita nas áreas, notou-se que tem agricultor que não cultivou culturas anuais, e sua área está apenas com cajueiro gigante, deixando o solo descoberto susceptível a erosão na época das chuvas.

Nesta área encontraram-se consórcios com culturas diferentes, cajueiro e capineira (*Pennisetum purpureum*), cajueiro e mandioca, cajueiro consorciado com milho e feijão e uma edificação

(casa e estrada). Nota-se que o cajueiro esta presente em toda a área.

Nessa área predomina o cultivo em consorcio de cajueiro com mandioca. Existem edificações como casas e estradas. Consorciada de cajueiro, milho e feijão, cajueiro e hortaliças e edificações como casas e estradas. Área consorciada de cajueiro, milho e feijão, mandioca cajueiro e feijão e edificações como casas e estradas.

Durante as visitas de marcação dos pontos com o GPS, notou-se que os solos da região possuem pouca cobertura vegetal, facilitando a lixiviação da camada superficial do solo na época das chuvas. A erosão do solo é um processo que é entendido como um ciclo de alteração e desagregação das partículas do solo, transporte e sedimentação dos constituintes do solo. É o resultado da ação da água e do vento. O efeito da chuva no processo de erosão é de suma importância, como pode ser verificado nas pesquisas de Mannaerts e Gabriels, 2000, Renschler et al., 1999, Sheng e Liao, 1997.

A adubação realizada na área de cultivo é realizada com esterco de bovino ou de frango, por fundação, nas culturas anuais, segundo o agricultor esse tipo de adubação favorece a cultura do cajueiro. Uma das culturas introduzidas na época das chuvas é o feijão, da família das Fabaceae, contribuindo com a fixação de nitrogênio ao solo, deixando disponível o nitrogênio para as outras culturas absorve-las. A simbiose caupi com rizóbios é capaz de fornecer de 35 a 70% do N que a planta precisa (BODDEY et al., 1990), isto é, cerca de 50 a 120 Kg ha⁻¹ de N (WANI et al., 1995). Fato que se apresenta como uma economia bastante significativa, principalmente para pequenos produtores.

Entretanto, a adubação química não é viável economicamente ao agricultor, tendo que buscar nas fontes alternativas e orgânicas formas de nutrir as plantas cultivadas, uma das fontes utilizadas pelo agricultor da região é a cama frango, que possui compostos ricos em nitrogênio, que auxiliam no aumento da produção de algumas culturas (SCHERER, 1995; ZÁRATE et al., 1996) e na redução de fitopatógenos que sobrevivem no solo (BLUM et al., 1999). Além de nitrogênio (2,6-3,0% de N), a cama aviária possui fósforo (3,9-4,5% de P) e potássio (1,0-3,0% de K) em níveis elevados (ERNANI, 1984; GIANELLO & ERNANI, 1983; MIELE & MILAN, 1983).

Os teores de N, P, K, Ca e Mg podem variar bruscamente, dependendo da origem da cama de aviário (frangos de corte ou galinhas poedeiras) e do número de camadas de maravalha (GIANELLO & ERNANI, 1983; MIELE & MILAN, 1983; SCHERER, 1995). A adição ao solo de cama aviária aumenta o pH, devido ao aumento da matéria orgânica e diminui o teor de alumínio trocável, e, portanto, diminui os efeitos tóxicos deste íon para as plantas (ERNANI & GIANELLO, 1983).

A matéria orgânica contribui de modo decisivo em muitas propriedades físico-químicas do solo, como capacidade de troca de cátions, As fontes mais comuns de adubo orgânico são representadas pelos adubos verdes, resíduos de culturas, esterco, compostos e outros (CALEGARI 1998). Os adubos orgânicos contêm vários nutrientes minerais, especialmente N, P, e K, e embora sua concentração seja considerada baixa, na sua valorização, deve-se levar em conta, também, o efeito físico benéfico que exercem sobre o solo.

Um dos motivos relatados pelo agricultor, que ao realizar a adubação de fundação, por cova, após a matéria orgânica ser decomposta e ficar disponível no solo, será uma fonte de nutrientes para a cultura do cajueiro. Segundo Barros 2016, O sistema radicular do cajueiro é formado por uma raiz bem desenvolvida, que pode passar dos 10m de profundidade, e uma malha lateral que se localiza de 15 a 32 cm de profundidade. Este sistema radicular de raízes laterais é importante para a planta, em razão de 82% das raízes efetivas na absorção de nutrientes encontrarem-se até a 30 cm de profundidade. Em plantas jovens, a planta segue um modelo de dois para um na relação raízes laterais/envergadura, ou seja, o sistema lateral atinge duas vezes a projeção da copa. Já em plantas adultas do tipo comum, as raízes laterais chegam a 20 m do tronco. Essas informações são

importantes para um adequado manejo do pomar.

4. Conclusão

A cartografia social e o geoprocessamento foram relevantes para identificação dos principais cultivos e uso do solo das áreas avaliadas. Neste estudo, todas as áreas avaliadas seguem o mesmo padrão de cultivo e a principal cultura de subsistência dos agricultores é o cajueiro precoce. O milho, feijão e mandioca são as principais culturas anuais cultivadas na época das chuvas. O uso da técnica de consorcio é de fundamental importância para manutenção da biodiversidade e conservação das propriedades físicas e químicas do solo.

Referências

AITA, C. et al. Plantas de cobertura do solo como fonte de nitrogênio ao milho. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 25, n. 01, p. 157-165, 2001.

ALVES, J. M. A. et al. Avaliação agroeconômica da produção de cultivares de feijão-caupi em consórcio com cultivares de mandioca em Roraima. **Revista Agro@ambiente On-line**, v. 03, n. 01, p. 15-30, 2009.

ALBUQUERQUE et al, Emanuel Lindemberg Silva. PERFIL GEOSOCIOECONÔMICO: Um olhar para as Macrorregiões de Planejamento do Estado do Ceará. Fortaleza: IPECE, 2014. 174 p.

BONETTI, R. **Transferência de nitrogênio do feijão para o milho consorciado**: avaliação pelo método de diluição isotópica do ^{15}N e efeito da associação micorrízica. 1991. 63 f. Tese (Doutorado em Agronomia) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1991.

BARROS, Levi de Moura. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/caju/arvore/CONT000f18wxjm202wyiv80z4s473zfkkt9.html>: Acesso em: 26 de abr. de 2016.

BODDEY, R.M.; URQUIAGA, S.; NEVES, M.C.P.; SUHET, A. R.; PERES, J.R. Quantification of the contribution of N_2 fixation to field-grown grain legume – a strategy for the practical application of the ^{15}N isotope dilution technique. **Soil Biology and Biochemistry**, v. 22, 1990, p. 649-655.

CARDOSO, C. E. L. Competitividade e inovação tecnológica na cadeia agroindustrial de fécula de mandioca no Brasil. 2003. 188f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

DERPSCH, R. E CALEGARI, A. **Plantas para adubação verde de inverno**. Londrina, IAPAR, 1992, 80p.

DEVIDE, A. C. P. et al. Produtividade de raízes de mandioca consorciada com milho e caupi em sistema orgânico. **Bragantia**, v. 68, n. 01, p. 145-153, 2009. SENARATINE, R.; LIYANAGE, N. D. L.; SOPER, R. J. Nitrogen fixation and N transfer from Cowpea, mungbean and groundnut when intercropped with maize. **Fertilizer Research**, Dordrecht, v. 40, p. 41-48, 1995.

DEVIDE, A. C. P. et al. Produtividade de raízes de mandioca consorciada com milho e caupi em sistema orgânico. **Bragantia**, v. 68, n. 01, p. 145-153, 2009.

ERNANI, P.R. Necessidade da adição de nitrogênio para o milho em solo fertilizado com esterco

de suínos, cama de aves e adubos minerais. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Campinas, v.8, n.3, p.313-317, 1984.

GIANELLO, C.; ERNANI, P.R. Rendimento de matéria seca de milho e alterações na composição química do solo pela incorporação de quantidades crescentes de cama de frangos, em casa de vegetação. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Campinas, v.7, n.3, p.285-290, 1983.

Herlihy, Peter H. & Knapp, Gregory (eds.). 2003. *Maps of, by and for the Peoples of Latin America*. Human Organization. Journal of the Society for Applied Anthropology. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.

MIELE, A.; MILAN, P.A. Composição mineral de cama de aviário de frangos de corte e sua utilização na adubação de vinhedos. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v.18, n.7, p.729-733, 1983.

MANNAERTS, C. M., GABRIELS, D. A probabilistic approach for predicting rainfall soil erosion losses in semiarid areas. **Catena** v. 40: 403 - 420, 2000.

MATTOS, P. L. P. *et al.* Consorciação da mandioca plantada em fileiras duplas e simples com culturas de ciclo curto. II mandioca x caupi x milho. **Revista Brasileira de Mandioca**, v. 18, n. 01.p. 31-36, 2005b.

RENSCHLER, C. S., MANNAERTS, C., DIEKKRÜGER, B. Evaluating spatial and temporal variability in soil erosion risk – rainfall erosivity and soil loss ratios in Andalusia, Spain. **Catena** v. 34: 209 - 225, 1999.

SHENG, J., LIAO, A. Erosion control in south China. **Catena** v. 29: 211 - 221, 1997.

SCHERER, E.E. Avaliação do esterco de aves e da uréia como fontes de nitrogênio para a cultura do milho. **Revista Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 8, n. 4, p. 15-18, 1995.

SCHERER, E.E. Avaliação do esterco de aves e da uréia como fontes de nitrogênio para a cultura do milho. **Revista Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 8, n. 4, p. 15-18, 1995.

SENARATINE, R.; LIYANAGE, N. D. L.; SOPER, R. J. Nitrogen fixation and N transfer from Cowpea, mungbean and groundnut when intercropped with maize. **Fertilizer Research**, Dordrecht, v. 40, n. 1, p. 41-48, 1995.

SHENG, J., LIAO, A. Erosion control in south China. **Catena** v. 29: 211 - 221, 1997.

TAKAHASHI, M.; BICUDO, S. J. Consorciação da mandioca em dois arranjos de plantas com duas espécies. **Revista Raízes e Amido Tropicais**, v. 05, n. 01, p. 352-359, 2009.

CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS: LUTA PELA TERRA E PRESERVAÇÃO CULTURAL

ANA CAROLINE DE OLIVEIRA PEDROSO
MARCOS MORAES VALENÇA

Resumo

Os movimentos sociais dispõem de várias formas de preservar e fortalecer a sua identidade. No caso de Conceição das Crioulas – comunidade remanescente de quilombo localizada no município de Salgueiro, PE – um dos elementos para atingir tal objetivo é o seu artesanato tradicional, um elemento estreitamente relacionado à história de resistência da comunidade. Tendo em vista que este é confeccionado a partir de recursos naturais disponíveis na região onde a comunidade encontra-se inserida – sobretudo fibras vegetais e barro – a posse do território que lhe concerne é imprescindível à continuidade das atividades artesanais. Entretanto, a questão territorial vem gerando vários conflitos entre quilombolas, indígenas e fazendeiros devido à ausência de uma demarcação justa, dificultando o acesso dos quilombolas às matérias-primas. Sabendo-se que, conferir visibilidade a estes fatos é um importante meio de potencializar a luta da comunidade, o presente artigo busca discutir a luta pela posse das terras desta comunidade como condição para a preservação da sua identidade através da continuidade da produção artesanal. Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico acerca da história, do artesanato e da questão territorial de Conceição das Crioulas.

Palavras-chave: Território, artesanato, conflitos.

Resumen

Los movimientos sociales disponen de varias formas de preservar y fortalecer su identidad. En el caso de Conceição das Crioulas – comunidad remanente de “quilombo” localizada en el municipio de Salgueiro-PE – uno de los elementos para alcanzar tal objetivo es su artesanía tradicional, pues es un elemento muy relacionado a la historia de resistencia de la comunidad, que tiene en vista ser confeccionado a partir de sus recursos naturales disponibles en su región, donde se inserta la comunidad – principalmente, fibras vegetales y arcilla. La posesión del territorio que se le concierne es indispensable a continuidad de las actividades artesanales. Sin embargo, la cuestión territorial viene generando varios conflictos entre los “quilombolas”, indígenas, y hacendados debido a la ausencia de una delimitación justa, dificultando el acceso de los “quilombolas” a las materias-primas. Notase que conferir visibilidades a estos hechos es un importante medio de potencializar la lucha de la comunidad. El presente artículo, busca discutir la lucha acerca de la posesión de tierras de esta comunidad, no que dice respecto a condiciones de una preservación de su identidad através de la continuidad de la producción de la artesanía (hecho a mano). Por lo tanto, fue realizado un estudio bibliográfico acerca de la historia, artesanía, y de la cuestión territorial de Conceição das Crioulas.

Palabras clave: Territorio, artesanía, conflictos.

1. Introdução

Os movimentos sociais constituem sujeitos questionadores da ordem vigente e, devido ao inconformismo diante da realidade que lhes foi imposta, eles lutam e reivindicam seus direitos, dentre outras formas, a partir de estratégias que fortalecem a sua identidade étnico-racial. O movimento quilombola apresenta esta característica bem marcadamente, pois trazem na memória a sua história de luta e resistência presente em sua condição de negros que já foram escravizados ou que são descendentes destes.

Este texto faz parte do projeto de pesquisa em desenvolvimento e que conta com o apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil, intitulado Epistemologias alternativas no aproveitamento sustentável dos recursos naturais disponíveis na região da comunidade remanescente de quilombo Conceição das Crioulas, Salgueiro-PE, o qual tem por objetivo estabelecer um diálogo intercultural entre os educadores\as e os educandos\as do Instituto Federal de Pernambuco e a comunidade em questão através da realização de uma pesquisa-ação, visando identificar, analisar e compreender as epistemologias alternativas presentes na confecção do artesanato tradicional da comunidade e como este constitui um instrumento de preservação e fortalecimento da história e da identidade da comunidade.

De acordo com o artigo 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, os remanescentes das comunidades quilombolas são “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Segundo a Comissão Estadual das Comunidades Quilombolas de Pernambuco, há aproximadamente 120 comunidades quilombolas no estado. Em março de 2008, 80 destas comunidades quilombolas já constavam no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos do governo federal, dentre elas, Conceição das Crioulas – segundo distrito do município de Salgueiro, no sertão pernambucano – que foi uma das primeiras comunidades a emergir como remanescente após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Um instrumento de preservação da identidade e da história de luta e resistência de Conceição das Crioulas é o artesanato tradicional desenvolvido na comunidade, principalmente, pelas mulheres, utilizando-se dos recursos naturais da região como: o caroá, a folha do catolé, a imbirá e o barro. Com esses diversos produtos, ali se fabrica bolsas, bonecas, jogos americanos, luminárias, potes, panelas, entre outros.

Entretanto, essa produção artesanal encontra-se atualmente ameaçada pela falta de acesso dos quilombolas à matéria-prima que lhes dá origem, pois, apesar do artigo nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 declarar que “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”, cerca de dezesseis mil hectares de terra reclamados por eles ainda se encontram em forma de grandes fazendas.

Nessa luta pela regularização da posse das terras, é recorrente o apelo ao direito às mesmas, fundado não em documentos escritos e registrados em cartório, mas na tradição oral. Segundo essa, todas as conquistas foram obtidas por meio do trabalho e da luta, esforços que culminaram na compra das terras e aquisição das escrituras que não são, todavia, reconhecidas por aqueles que se apresentam como proprietários oficiais das mesmas. Numa sociedade em que predomina a lógica da cultura escrita, a luta pela regularização dessas terras torna-se mais difícil justamente porque fundamentada na tradição oral (SOUZA, 2006:36).

Nesta perspectiva, tendo como alvo principal a visibilização do artesanato tradicional como um elemento estreitamente relacionado à resistência de Conceição das Crioulas quanto à questão territorial então em relevo, o presente artigo discute a importância da luta pela posse das terras desta comunidade remanescente de quilombo, objetivando a preservação da sua identidade através da continuidade da produção artesanal, uma vez que esta realiza-se a partir de recursos naturais extraídos da região onde a comunidade encontra-se inserida.

Para embasamento da discussão proposta, realizou-se um estudo bibliográfico acerca das questões territoriais da comunidade e de seu artesanato tradicional, onde verificou-se a estreita relação entre estes dois elementos, ressaltada por autores, como a pesquisadora Maria Jorge dos Santos Leite (2012). Segundo ela, sempre que se referem à questão da terra, os quilombolas justificam a importância do acesso a ela a partir da necessidade da continuidade das atividades artesanais na comunidade, uma vez que, além de utilitário e decorativo, o artesanato tradicional de Conceição das Crioulas detém um caráter simbólico por reafirmar a identidade étnica e de resistência na luta pelo acesso à terra.

Essa situação de instabilidade faz com que o acesso à terra, na perspectiva do dispositivo constitucional, seja o principal direito reclamado pelos quilombolas; os outros direitos: políticas de ação afirmativas, educação diferenciada e outros, ganham sentido aliados ao direito maior: a posse da terra (Ibídem:272).

Portanto, a sua luta pelo acesso à terra que lhes é de direito não se encontra vinculada unicamente à necessidade de produção para a geração de renda para a comunidade, mas também ao direito de preservação da sua identidade. Isto é, o território onde habitam não é concebido apenas como bem econômico, mas conjuntamente como um bem simbólico e cultural.

2. Conceição das crioulas: o artesanato tradicional e a luta pelo território

A comunidade Conceição das Crioulas localiza-se no sopé da Serra de Umãs e constitui o segundo distrito de Sagueiro desde 1940, do qual ocupa 40% de sua área (aproximadamente 600 km²) e é habitada por 4.000 pessoas (LEITE, 2012). Limita-se ao norte com Salgueiro, ao sul com Carnaubeira e Belém do São Francisco, a sudeste com Cabrobó, a oeste com Parnamirim e a leste com Mirandiba. Localiza-se a aproximadamente 560 km da capital, Recife. É habitada por descendentes de negros e de índios. A ocupação de Salgueiro ocorreu concomitantemente à ocupação do interior de Pernambuco, em meados do século XVII, ainda no período colonial.

No final do século XIX, a região onde atualmente situa-se o município de Salgueiro pertencia ao município de Cabrobó e uma boa parte das terras eram habitadas principalmente por índios remanescentes da tribo Cariri, os quais foram os primeiros habitantes conhecidos do Agreste e do Sertão Pernambucano. Interessados em apossarem-se destas terras para a criação de gado, os brancos começaram a perseguir os índios, os quais foram se refugiando nas serras, onde também se refugiaram negros quilombolas. Estes dois povos uniram-se contra os inimigos brancos (MABEL de ALBUQUERQUE *apud* SOUZA, 2005).

Como o Sertão era pouco povoado (e ainda é, relativamente), era muito comum a apropriação das terras por parte de posseiros, principalmente pessoas livres ou libertas, negras e pobres, dentre as quais encontram-se as seis crioulas que fundaram a comunidade Conceição das Crioulas. No entanto, a grande extensão territorial, a baixa densidade demográfica e o respaldo constitucional e legal, o aumento no número de latifúndios e a ampliação dos já existentes foram bastante favorecidos no final do século XIX, dos quais muitos dependiam econômica, social e politicamente. "É

interessante ter em conta que Conceição das Crioulas sobreviveu a este processo de concentração fundiária” (ÁGUAS, 2012:171).

Segundo a história oral da comunidade, ou ainda as suas “guardiãs da memória coletiva”, como trata Maria Aparecida de Souza, o quilombo foi formado por volta do século XVIII, quando um grupo de seis negras livres, guiado pelo escravo fugido Francisco José de Sá, chegou ao sopé da serra de Umãs – hoje município de Salgueiro, no sertão pernambucano – e arrendaram uma área de “três léguas em quadro” de terras. Chegando naquelas terras, estas mulheres “procuraram fazer aquilo que sabiam: trabalhar como agricultoras e fabricar artesanatos com a fibra do caroá” (SOUZA, 2005:126).

Ainda segundo a história, Francisco de Sá trouxe consigo durante a fuga uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, oriunda de Portugal. As seis crioulas fizeram uma promessa a esta santa, pedindo para que esta ajudasse-as a comprar as terras arrendadas aos “representantes do rei”. Com a produção e fiação do algodão que vendiam na cidade de Flores, no Sertão do Pajeú, elas conseguiram pagar a referida renda e adquiriram o direito de propriedade da terra. Devido à graça alcançada, as crioulas construíram uma pequena capela para abrigar a imagem e ao redor dela formou-se uma insipiente comunidade.

Como relatado por muitos, após várias andanças de membros da comunidade para o Rio de Janeiro, então capital do Brasil, portando o documento de que legitimava a posse das terras da comunidade por parte das seis crioulas, visando deter a ocupação das terras por fazendeiros, este documento veio a desaparecer, fato bastante intrigante e comentado pelos quilombolas.

Até 1987 o algodão foi o sustentáculo da economia quilombola, mas com o ataque da praga do bicudo¹ que dizimou as lavouras de toda região e a entrada dos fios sintéticos, a população assistiu a sua decadência, fato que desestabilizou totalmente a economia local. Com efeito, “a comunidade mergulhou em sérias dificuldades econômicas: muitos migraram para os centros urbanos e, dentre os que ficaram, muitas foram as adversidades” (ÁGUAS, 2012:173). Uma alternativa encontrada pela comunidade foi a valorização do artesanato local.

O artesanato tradicional produzido na comunidade remanescente de quilombo Conceição das Crioulas é repleto de valores históricos e culturais da comunidade. Estando fortemente vinculado à vida cotidiana dos quilombolas, constitui parte indissociável dos seus usos e costumes. Além disto, em seu processo de produção, realizado por famílias, ocorre a transferência de saberes de geração em geração, e é justamente neste processo que ocorre a preservação da sua história de luta e resistência, bem como o fortalecimento da sua identidade.

A identidade étnica é, de certa maneira, orientada para o passado, tendo em vista que faz referência a uma origem comum. Todavia, esse “passado” não é o mesmo considerado pela historiografia, mas aquele em que se representa a memória coletiva. Logo, a história pode consistir num fato lendário ou mítico (O’DWYER, 2007).

Com isto, Souza (2002) identifica que a identidade de “remanescente de quilombo” presente nos quilombolas está fortemente relacionada à origem de Conceição das Crioulas, ou seja, às “crioulas fundadoras” da comunidade, tendo em vista que uma das formas de enfatizar o seu pertencimento à comunidade é resgatar o parentesco com famílias consideradas descendentes das Crioulas.

Em Conceição das Crioulas, a auto-atribuição de uma identidade negra está relacionada a

¹ O bicudo é considerado uma das pragas mais prejudiciais à agricultura pelos danos que causa e pelas dificuldades de seu controle. Originário do México, esse inseto foi constatado pela primeira vez no Brasil em 1983 e duas safras após seu surgimento já estava disseminado nas principais áreas produtoras de algodão no país, onde se mantém até a atualidade. Quando não controlado, esse inseto pode destruir completamente a produção de um algodão, já quando controlado os prejuízos variam de 3 a 75% da produtividade esperada (AZAMBUJA, 2014).

critérios como a descendência das crioulas que deram origem a comunidade e aos “laços de sangue”, como costumam falar: “aqui é tudo família, sendo crioulo, é tudo família, é um sangue só”. Com essa identidade de “negras e negros descendentes das seis crioulas” os quilombolas instrumentalizam a sua luta pela terra, considerando que a posse da mesma é condição sine qua non para a sobrevivência material e cultural da comunidade (LEITE, 2012:109).

Apesar da história oral da fundação da comunidade contar que as seis negras eram livres, aponta para mais uma forma de resistência dos negros que no final do século XVIII para o XIX buscaram alternativas às condições anteriores de vida, seja a de escravas fugitivas, descendentes dos remanescente do quilombo dos Palmares destruído em 1695, seja a de negras livres vindas de outras localidades e que penavam na imensidão do sertão com as secas agressivas. De acordo com Maria Jorge dos Santos Leite (2012:72),

O diferencial no caso em estudo encontra-se no fato de serem elas, as fundadoras de Conceição das Crioulas, mulheres negras, que desafiando a própria estrutura organizacional da sociedade patriarcal da época, desbravaram as terras incultas do sertão pernambucano, mesmo com todas as adversidades que esse empreendimento pudesse lhes impor: falta de recursos financeiros, hídricos, isolamento social, floresta nativa com animais ferozes, secas frequentes, e a própria condição de subordinação da mulher naquele contexto.

No entanto, a construção identitária ocorre não apenas devido à supostos laços de sangue existentes entre os artesãos da comunidade e as personagens fundadoras que com afincos conseguiram o título das terras, bem como estabelecerem-se nesta localidade, resistindo às adversidades impostas pelas condições socioeconômicas e ambientais do semi-árido nordestino através do aproveitamento dos recursos disponíveis na região. Muito além disto, a continuidade dada a determinadas práticas realizadas pelas “seis crioulas” e pelos povos que ali habitaram inicialmente, constituem elementos de fortalecimento da identidade étnico-cultural dos quilombolas. Ou seja, “a afiliação étnica é tanto uma questão de origem comum como de orientação das ações coletivas no sentido de destinos compartilhados” (O’DWYER, 2007:46).

Esta questão é confirmada por Maria Aparecida de Souza (2006:102), segundo a qual “além da terra, da origem comum, das relações de parentesco, também o trabalho é elemento importante na construção do sentimento de pertencimento, o trabalho é experiência constitutiva das subjetividades das mulheres da comunidade”.

Daí advém a importância conferida à preservação do artesanato tradicional desenvolvido na comunidade, uma vez que, segundo a oralidade de Conceição das Crioulas, o artesanato é produzido desde os primórdios de sua história, inclusive, pelas “crioulas fundadoras”. Desta maneira, a prática artesanal fortalece a identidade dos quilombolas, pois reaviva a trajetória da comunidade, na qual aspectos marcantes da vida dos indivíduos entrelaçam-se, estreitando o vínculo existente entre eles e proporcionando o despertar de um sentimento de pertença à coletividade. Logo, “o artesanato é um elemento integrante do processo identitário de construção do sujeito coletivo movimento quilombola em Conceição das Crioulas” (LEITE, 2012:63).

Além disto, é uma forma de complementação da renda familiar e está vinculado à transmissão de saberes – constituindo uma forma de recuperar a história do povo negro e expressar a cultura afro-brasileira – e ao respeito às mulheres quilombolas, para as quais essa atividade possui uma simbologia que vai desde a valorização da história de suas antepassadas, até a afirmação da sua feminilidade no contexto em que atuam (Ibídem).

Uma demonstração do quanto a identidade feminina é forte na comunidade é o caso das bonecas de fibra de caroá, as quais homenageiam as mulheres negras que atuaram e atuam como protagonistas na organização da comunidade e apresentam o maior destaque da produção artesanal. Uma das homenageadas é Francisca Ferreira, umas das “seis crioulas” que participaram da fundação da comunidade.

A relação existente entre o artesanato tradicional de Conceição e a sua identidade também se estabelece através do emprego de matérias primas locais e das técnicas aplicadas em sua transformação e confecção dos objetos (SANTOS, 2004). O aproveitamento das potencialidades do ecossistema caatinga, fazendo uso de recursos naturais renováveis como fibras vegetais, confere originalidade ao artesanato produzido. Os processos de obtenção e beneficiamento das matérias primas – das quais destacam-se a fibra do caroá, o barro e a palha do catolé – são realizados de acordo com a tradição da comunidade.

De acordo com o texto “Quilombolas de Conceição das Crioulas: geração de renda e áreas de trabalho” (2004:5),

Para enfrentar tanto a falta de renda, bem como para fortalecer a luta pela recuperação das terras, uma das alternativas tem sido o aproveitamento das potencialidades locais, tais como a fibra do caroá (uma fibra de uma planta nativa, típica do semi-árido pernambucano), para a confecção de bolsas, bonecas, jogos, painéis, etc.; a venda do umbu (fruta nativa da região); o barro (encontrado em algumas serras) utilizado na produção de panelas, copos, potes, colares, brincos...; a criação de animais (galinhas, bodes); o cultivo de pequenas hortas, entre outros. Tudo isso de forma muito artesanal e sem termos as devidas condições de expansão.

Vale salientar que os inúmeros objetos produzidos, além de comercializados em feiras e lojas de outras localidades, também são vigorosamente empregados internamente, nas diversas atividades cotidianas realizadas pelos quilombolas, tais como sacos para a colheita, bornais (bolsas utilizadas tanto para alimentar animais quanto como acessório), corda para diversos usos, potes, jarros, telhas, tijolos e vassouras (SANTOS, 2004).

A necessidade de aquisição de matérias-primas para a continuidade das atividades artesanais na comunidade e, conseqüentemente, a preservação de sua cultura, incentiva os artesãos a lutar pela posse das terras onde localiza-se a comunidade. Para eles, “a terra é muito mais que um meio de produção, é uma herança de suas antepassadas, as ‘seis crioulas’, da qual jamais poderão abrir mão” (LEITE, 2012:130). Desta forma, o artesanato traz um caráter simbólico por reafirmar a identidade étnica e de resistência na luta pelo direito à terra, pois, além de ser uma questão de direito, o acesso à terra é fundamental para o prosseguimento das atividades artesanais, bem como de outras práticas que garantem a subsistência da população.

É da terra que as pessoas da comunidade retiram o que necessitam para sobreviver, bem como a força que os aglutina como integrantes da mesma. Nesse sentido, a privação das terras significa não apenas a submissão de sua força de trabalho aos fazendeiros locais, como “meeiros” ou “rendeiros” em terras que, por direito, deveriam ser suas, mas também a perda de uma referente identitário, de um elemento que opera na construção de um sentimento de pertença (SOUZA, 2006:36).

Entretanto, as características físicas da região extremamente árida e as melhores terras sob o domínio dos fazendeiros, sendo os trechos que sobram para os habitantes de Conceição muito

pedregosos e, conseqüentemente, inaptos ao cultivo (SOUZA, 2002) constituem entraves aos anseios da população. No texto “Terra: nosso bem maior” da cartilha “Quilombolas de Conceição das Crioulas”, a comunidade fala das dificuldades que vem enfrentando em relação ao acesso à terra de onde extrai os meios para a sua subsistência, incluindo a matéria prima para a confecção do seu artesanato tradicional.

A nossa história é marcada por muita luta e resistência. Com isso, muitas conquistas foram alcançadas e aprendemos a valorizar o que temos de melhor na terra. Ainda há muito o que fazer, porque só temos acesso livre a, aproximadamente, 30% de todo o nosso território. Essa situação atrapalha muito a nossa vida. As cercas nos impedem a coleta de matéria prima, coleta de frutos, o acesso aos caldeirões de pedra (reservatórios naturais de água). Alguns desses reservatórios foram entupidos pelos fazendeiros (2004:4).

Mesmo depois de ser reconhecida como “remanescente de quilombo”, no ano 2000, a comunidade de Conceição se organizou e formou uma associação (Associação Quilombola Conceição das Crioulas – AQCC) para que a luta pela titulação das terras viesse a ser mais efetiva. Porém, mesmo após o recebimento da titulação das terras da Fundação Cultural Palmares² no mesmo ano, o problema do acesso à área que eles consideram como suas não foi resolvido, pois continuam na luta pela demarcação da mesma, pois o título foi concedido para Conceição das Crioulas sem que fossem adotadas as necessárias providências para a retirada dos ocupantes particulares da área, como a desapropriação e o reassentamento.

Um dos maiores problemas encontrados aqui em Conceição das Crioulas é o não acesso à terra, pois temos o título, mas não temos acesso a todas às áreas, porque ainda não foi feita a desapropriação e indenização dos fazendeiros, por isso fica difícil de desenvolver a agricultura e a geração de renda. Grande parte da matéria prima se encontra nesses espaços ocupados e são justamente nesses espaços onde poderíamos fazer: escolas, quadras de esporte, creches, roças...³

As desapropriações são necessárias para pôr fim aos conflitos com os fazendeiros que reivindicam o território quilombola e já suscitaram episódios de violência e tentativas de intimidações recorrentes em Conceição das Crioulas. Dentre eles, podemos citar o incêndio criminoso do qual foi alvo a sede da AQCC em 2004, ano em que o INCRA iniciou o processo de georreferenciamento e levantamento fundiário (ÁGUAS, 2012).

Conceição das Crioulas hoje é vizinha da Terra indígena Atikum homologada por decreto presidencial em 1996, constituindo-se, pois, numa área de contato entre povos indígenas e negros. Souza (2002) relata em seu trabalho que algumas famílias de Conceição têm seus roçados dentro da terra indígena Atikum, as quais mantêm relações com a população e o posto indígenas já há muito tempo, sem nenhum tipo de conflito. Entretanto, Leite (2012) apresenta uma relação diferenciada. Segundo ela,

Há artesãos residentes nos “sítios” e outros na vila, mas os pontos de extração de matérias-primas localizam-se nos primeiros. De lá, retiram, por exemplo, a madeira, nas caatingas;

² Naquele período, o organismo do governo federal responsável pela titulação das terras de quilombo era a Fundação Cultural Palmares e não o Incra como ocorre atualmente.

³ Quilombolas de Conceição das Crioulas: Área de conflito (2004:10). In: Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Fascículo 6. Quilombolas de Conceição das Crioulas, Salgueiro/PE. Coordenação do PNCS-PCTB: Brasília/DF, 2007.

e a palha, o caroá, a imbirá e o agave, nos pés-de-serra. Nessa busca de material, se deslocam para os mais distantes “sítios” como Rodeador, Sítio e Queimadas; às vezes, os trabalhadores ultrapassam os limites da área “quilombola” e vão pegar matérias-primas dentro da vizinha reserva indígena Atikum, mantendo contato – nem sempre amistoso – com as aldeias daquela tribo. (Ibídem:110)

Ou seja, além do conflito fazendeiros/quilombolas, também ocorre a existência do conflito indígenas/quilombolas, gerando uma área de intensa instabilidade para os habitantes daquela região. Logo, a resolução da questão territorial faz-se de extrema e urgente importância, para que os conflitos entre estes povos deixem de existir através da conquista de seus respectivos direitos e, dentre eles, a apropriação efetiva por parte da comunidade remanescente Conceição das Crioulas do território que a ela concerne. Nesta perspectiva, o domínio das terras também implicará a continuidade das atividades artesanais da comunidade, preservando, desta forma, um poderoso símbolo da resistência de Conceição.

Tendo em vista o leque de significados – econômico, político, cultural e religioso – que o artesanato tradicional apresenta para a comunidade, o reconhecimento deste apresenta uma relevância singular. Muitas conquistas já foram realizadas devido ao trabalho inovador que Conceição das Crioulas vem promovendo, buscando cada vez concretizar projetos e estratégias que conferem visibilidade ao seu artesanato, bem como ao significado que detém.

Dentre elas, podemos citar as parcerias com o Centro de Cultura Luiz Freire, a Action Aid e o grupo Identidades da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto; o projeto Imaginário Pernambucano na Comunidade que foi constituído através de uma parceria entre a AQCC, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); além do recebimento de prêmios nacionais e internacionais.

Observando que é a emergência de uma identidade étnica “remanescente de quilombo” no seio das comunidades negras rurais que oriente as ações destes grupos pela aplicação do artigo 68 do ADCT que atribui maior magnitude às suas lutas, convergindo para a aquisição cada vez mais efetiva dos seus direitos (O’DWYER, 2007), todo este reconhecimento do artesanato de Conceição contribui significativamente para que as suas reivindicações ganhem relevo.

Todavia, ainda há muito trabalho a ser feito. Os quilombolas reclamam, além da terra, mais apoio do poder público quanto às atividades artesanais e maior investimento na qualificação das pessoas para que elas possam adquirir cada vez mais independência, podendo garantir seu sustento a partir das potencialidades da comunidade e ao mesmo tempo mantendo seu vínculo com as raízes históricas e culturais através destas atividades.

3. Considerações Finais

A partir do que foi discutido neste artigo, verifica-se o quanto o artesanato tradicional de Conceição das Crioulas – o qual é realizado desde a sua fundação e prossegue se reinventando até os dias atuais – constitui um elemento importante para a comunidade, tendo em vista os valores sociais, culturais, políticos e econômicos que abarca, preservando a sua história de luta e resistência e reavivando sua identidade de “remanescente de quilombo”.

Por ser confeccionado com a utilização dos recursos naturais disponíveis na região onde a comunidade se encontra, tais como as fibras vegetais e o barro, a delimitação do território que pertence a Conceição é um fator imprescindível à sua continuidade, visto que há certa dificuldade em adquirir as matérias-primas, pois grande parte deste território encontra-se sob o domínio de fazendeiros que estão insatisfeitos com a reivindicação das terras por parte dos quilombolas,

o que impulsiona estes a adentrarem em territórios indígenas para obtê-las, gerando inúmeros conflitos entre estes povos.

Considerando-se os motivos supracitados, a valorização e o reconhecimento do artesanato tradicional de Conceição apresenta uma importância singular, pois contribui expressivamente para a visibilização e o fortalecimento das reivindicações da comunidade por melhores condições de vida e pela preservação da sua identidade, atreladas à posse efetiva do território que a ela concerne.

Referências

ÁGUAS, Carla L. P. **Quilombo em Festa: Pós-colonialismos e os caminhos da emancipação social**. Universidade de Coimbra: Coimbra, 2012.

AZAMBUJA, Rosalia. DEGRANDE, Paulo Eduardo. **Trenta anos do bicudo-do-algodoeiro no Brasil**. Arquivo do Instituto Biológico. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aib/2014nahead/1808-1657-aib-1808-1657000012013.pdf>>. Acessado em: 26/01/2016.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. **Movimento social e processos educativos: a constituição do sujeito coletivo na luta por direitos na comunidade de Conceição das Crioulas**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira: Fortaleza, 2012

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. **TOMO**, São Cristóvão - SE. Jul./dez. 2007. Nº 11.

Quilombolas de Conceição das Crioulas. In: **Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil**. Fascículo 6. Quilombolas de Conceição das Crioulas, Salgueiro/PE. Coordenação do PNCS-PCTB: Brasília/DF, 2007.

SANTOS, Josivan Rodrigues. **Conceição das Crioulas: um caso de sucesso**. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2004.

SOUZA, Maria Aparecida de Oliveira. A comunidade de Conceição e o início da ocupação. **Em Tempo de Histórias** – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, n. 9, Brasília, 2005.

_____. **As mulheres, a comunidade de Conceição e suas lutas: histórias escritas no feminino**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

SOUZA, Vânia Rocha Fialho de Paiva e. Conceição das Crioulas, Salgueiro (PE) In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 109-140.

CONFLITO FUNDIÁRIO E CARTOGRAFIA ÉTNICA COMO INSTRUMENTO DE LUTA NO QUILOMBO RIO DOS MACACOS

*LUANA FIGUEIREDO DE CARVALHO OLIVEIRA
PAULA REGINA DE OLIVEIRA CORDEIRO*

Resumo

Este artigo objetiva explicar as relações de conflito no território étnico do Quilombo Rio dos Macacos, comunidade localizada em Simões Filho, região metropolitana de Salvador, que desde a década de 1960 está inserida em um contexto de conflito com a Marinha do Brasil. A partir da judicialização do conflito, em 2009, esta comunidade encontrou diversos mecanismos de resistência e de enfrentamento político. A etn-cartografia se apresenta como instrumento político-pedagógico capaz de desvelar a realidade e de fortalecer a identidade territorial. Nesse contexto, o artigo aqui apresentado é resultado da assistência técnica prestada ao Quilombo Rio dos Macacos a partir da Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade do Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia entre 2013 e 2015.

Palavras-chave: Quilombo Rio dos Macacos, Conflito Fundiário, Etn-cartografia.

Abstract

This article intends to explain the relations of conflict of the ethnic territory of Quilombo Rio dos Macacos, a community that since the 1960s has been in a context of conflict with the Brazilian Navy. Since the judicialization of the conflict in 2009, this community has encountered various mechanisms of resistance and political confrontation. Ethn-cartography presents itself as a politico-pedagogical instrument capable of exposing reality and strengthening territorial identity. In this context, the article presented here is a reflection of the technical assistance given to Quilombo Rio dos Macacos from the Technical Assistance in Habitation and Right to the City of the Graduate Program of Architecture and Urbanism of the Federal University of Bahia from 2013 to 2015.

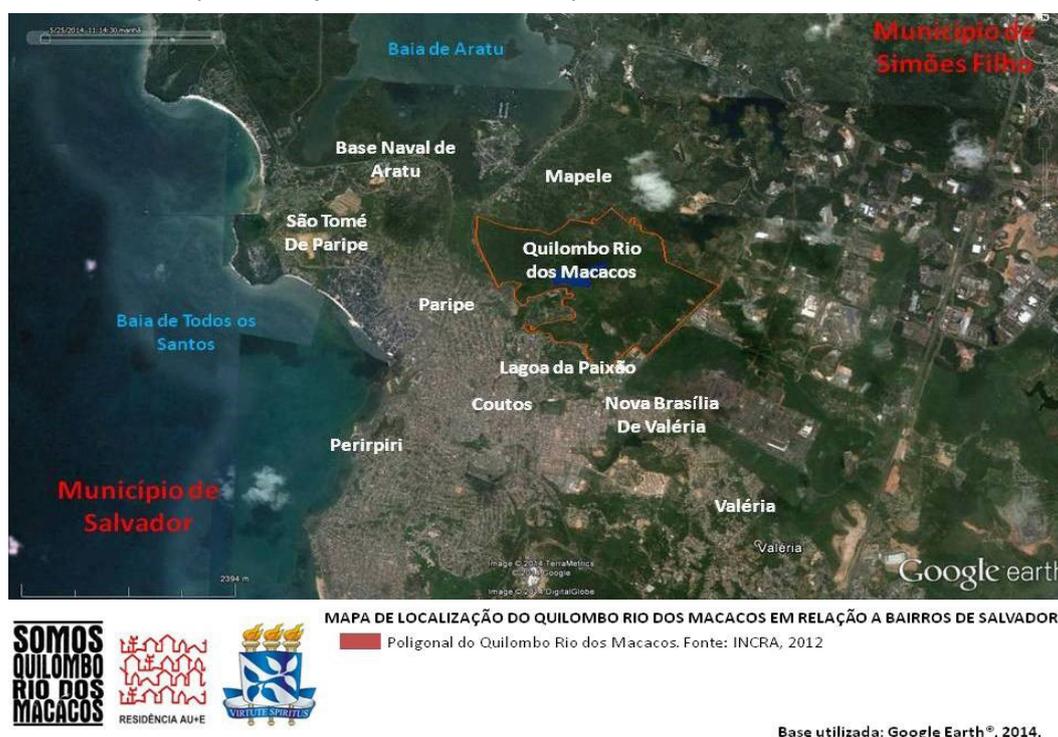
Keywords: Quilombo Rio dos Macacos, Land Conflict, Ethn-cartography.

1. Introdução: Histórico e conflitos

Caracterizada como uma comunidade negra e de hábitos rurais, o Quilombo Rio dos Macacos é composto por cerca de 70 famílias descendentes de quilombolas, e que, há mais de um século, ocupam um território atualmente integrado ao município de Simões Filho (BA), município este que faz parte da Região Metropolitana de Salvador.

A localização do Quilombo Rio dos Macacos (mapa 1) é delimitada:

(...) ao Norte, as 150 famílias assentadas pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Simões Filho; ao Sul, pela BA-528; ao Leste, pela Via Periférica, que cortou parte do Território da Comunidade, onde estavam suas roças; e, ao [Noroeste], a Baía de Aratu, antigo local de pesca e caça. (GEOGRAFAR, 2012, p. 01).



Mapa 1- Mapa de Localização do Quilombo Rio dos Macacos

Fonte: Imagem *google* editada pela equipe, 2014

Segundo o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) elaborado em 2012 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a história da comunidade no território teve início com a compra do Engenho e da Usina Aratu, em 1783, pelo capitão Manoel de Oliveira Barrozo. Apesar da inexistência de documentos que comprovem a desativação da Usina Aratu, fontes orais da comunidade apontam meados de 1930 como o período de desativação desta, fundamental para o entendimento territorial da comunidade:

A antiga Usina Aratu e as terras do seu entorno estão muito presentes nas evocações dos moradores de Rio dos Macacos. É a este lugar que eles fazem referência quando falam da origem de seus antepassados, cuja história de vida e trabalho estava vinculada às atividades de Usina. (GEOGRAFAR, 2012, p. 31).

Em meados da década de 1950 a Marinha se torna proprietária da área de concentração quilombola. As terras da Marinha neste local resultam da desapropriação de uma pequena porção da Fazenda Aratu, da desapropriação de partes da Fazenda Meireles e de uma doação, feita à Marinha pela Prefeitura Municipal de Salvador, da Fazenda Macacos. A partir de então, a Marinha do Brasil começa a ocupar a região e inicia um processo de instalação de fixos no território. A ocupação mais efetiva foi no ano de 1971, com o início da construção da Vila Naval da Barragem.

A instalação da Marinha no território fora marcada pela imposição de novos fluxos e estranhas dinâmicas, dentre essas, destacam-se a expulsão de moradores através do impedimento da construção ou reformas de suas casas, a negação da manutenção das culturas de subsistência através dos roçados e do acesso à infraestrutura básica como água e energia elétrica, além do ataque direto a religiosidade quilombola, culminando no fechamento e na destruição de terreiros de candomblé. Com a construção da Vila Naval da Marinha, diversos locais de memória foram destruídos:

Ao retomar os fatos históricos, a Comunidade enfatiza a destruição dos três terreiros de santo na atual área ocupada pela Vila da Marinha, onde também estava localizada a casa grande da antiga fazenda, evidenciando a importância desse espaço, onde hoje é a Vila da Marinha, enquanto um ponto central de convivência e reprodução cultural e de vida. (GEOGRAFAR, 2012, p. 09).

Também era realizado na comunidade também o Samba de Roda:

O grupo de samba de roda sempre foi, nesta Comunidade, a atividade usada para alegrar as festas, as rezas, a casa de farinha e os terreiros de santo através do toque do violão, do cavaquinho, tambor, pandeiro e triângulo. E os puxadores de samba e as dançadeiras, eram um conjunto de pessoas e instrumentos que faziam animação das atividades do cotidiano. (GEOGRAFAR, 2012, p. 09).

Além da expulsão das suas casas, outros processos impediram o sustento dessa comunidade. A pesca e a caça foram dificultadas, não só pela Marinha, mas também após a construção da BA-528, da Via Periférica e do assentamento de 150 famílias na área pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e indústrias instaladas em área da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC).

Os locais mais frequentados pelos pescadores eram: a área onde hoje é o porto de Aratú, ali se pescava de rede; na lagoa da Velha Salú, na mata de Aratú, onde era também o lugar de muita caça e pesca, na área onde hoje é a Ilha de São João dos Martins; e nos Oitis era a área onde se mariscava, e na mata dos Oitis, antes de ser a reserva, a Comunidade caçava. (...) As outras áreas de pesca eram também, em Plataforma, no Lobato, em Mapele e no INEMA. Sendo que no INEMA, a Marinha os persegue, tem muitos mariscos mortos e o cheiro é muito forte, o que se torna um local inapropriado a pesca. (GEOGRAFAR, 2012, p. 06-07).

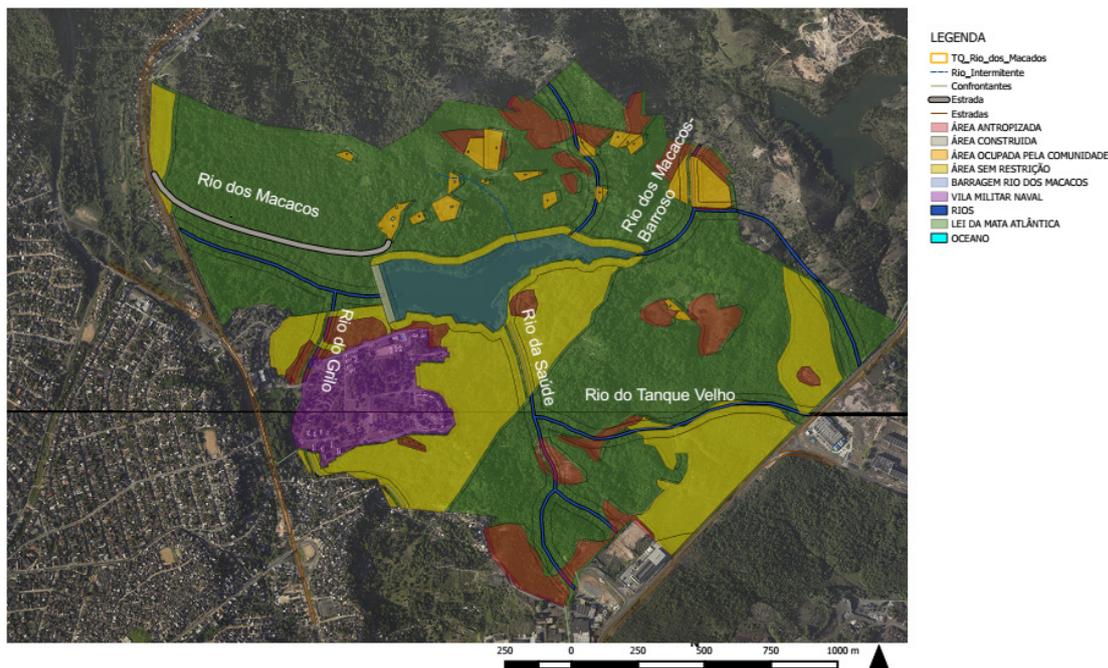
O conflito só atingiu um patamar jurídico em 2009, quando em outubro foi ajuizada pela Marinha do Brasil uma ação reivindicatória requerendo a desocupação da área militar situada no entorno da Base Naval de Aratu.

O processo histórico vivido pela comunidade pode ser sintetizado na figura abaixo:



Figura 1 – Cronologia do Quilombo Rio dos Macacos
 Fonte: CORDEIRO, Paula Regina de O; FIGUEIREDO, Luana, 2013.

No mês de setembro de 2011, após intensa mobilização comunitária, a Fundação Cultural Palmares certifica o Quilombo Rio dos Macacos como uma Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) e em novembro do mesmo ano, o INCRA inicia a elaboração do RTID-INCRA. O RTID foi apresentado à comunidade em agosto de 2012 e delimitou o território quilombola em 301 hectares. O mapa abaixo foi elaborado a partir das bases do INCRA e das informações coletadas no trabalho de campo desenvolvido pela Equipe da Residência Técnica Profissional¹.



Mapa 2 – Mapa Síntese do Quilombo Rio dos Macacos
 Fonte: Cordeiro, Paula Regina de O; FIGUEIREDO, Luana, 2014.

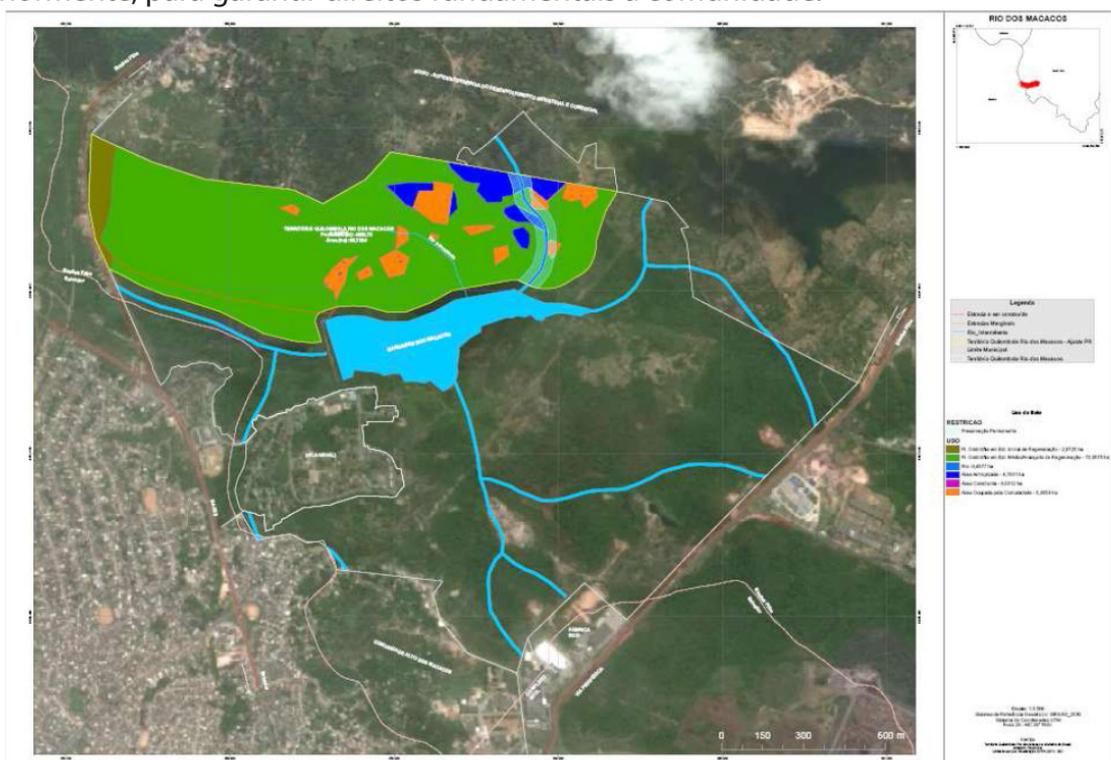
Apesar de elaborado o RTID, o INCRA não deu prosseguimento ao processo de regularização fundiária, tardando em publicar oficialmente o documento.

Com os impedimentos colocados à publicação do RTID tem início a mesa de negociação. A equipe foi formada pela Arquiteta e Urbanista Luana Figueiredo, pelo Urbanista Leonardo Polli e pela Geógrafa Paula Regina Cordeiro, residentes da turma inaugural da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, por meio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFBA).

entre a Marinha do Brasil, a Secretaria Geral da Presidência da República, a Secretaria de Políticas para Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o Quilombo Rio dos Macacos e suas assessorias (AATR, CPP, CDCN, Quilombo X e outras), contando com a mediação Ministério Público Federal e da subprocuradora-geral da República, Deborah Duprat, coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Foram feitas diversas propostas do Governo Federal para a comunidade: a primeira de 7,5 hectares de terra fora do território quilombola, em dezembro de 2012; a segunda de 21 hectares para titulação da comunidade em outubro de 2013; a terceira proposta de 28,5 hectares².

Em março de 2014, o Governo Federal apresentou a quarta proposta, oferecendo 86 hectares (Mapa 3). Junto a essa proposta, foram listadas iniciativas do governo, a serem implementadas posteriormente, para garantir direitos fundamentais à comunidade.

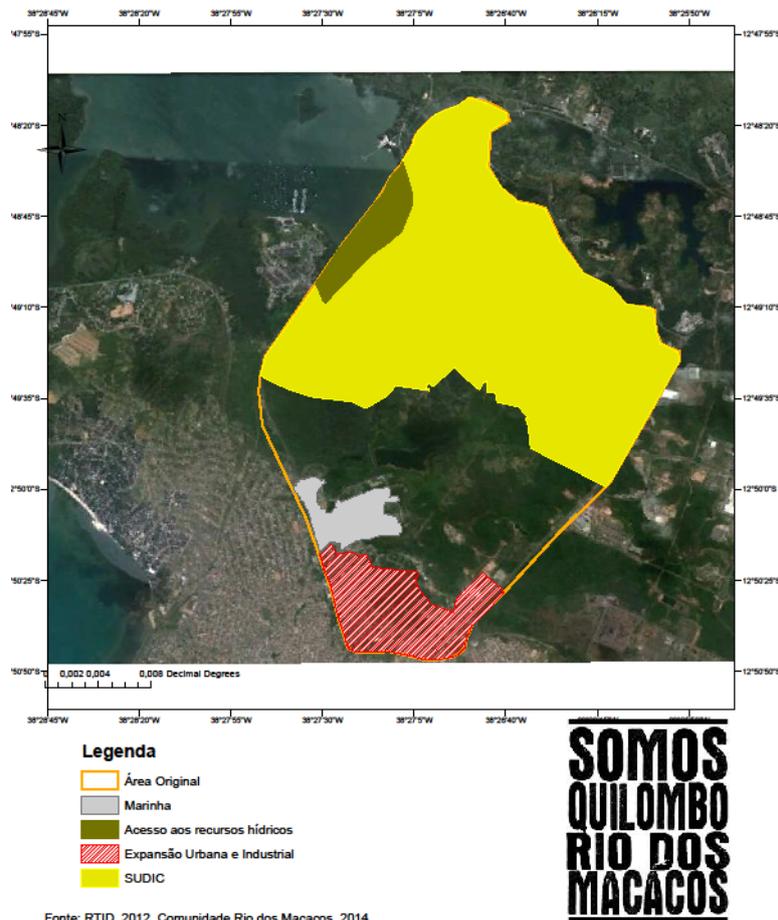


Mapa 3 - Proposta dos 86 hectares (Área em verde no mapa)
 Fonte: INCRA, 2014.

Em 6 de maio de 2014, através de assistência técnica, jurídica e política, a Associação de Moradores do Quilombo Rio dos Macacos recusa a proposta de 86 hectares – com a justificativa de que a área determinada é inviável para a sustentabilidade da comunidade, diante das áreas já perdidas do seu território original (mapa 4) – e apresenta a Contra-Proposta territorial (mapa 5). Os mapas (4 e 5) foram desenvolvidos durante a aproximação da Equipe que se formou para prestar Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade, entre 2013 e 2015.

A contraproposta apresentada pela Comunidade tinha como princípio o compartilhamento da barragem, a preservação dos sítios sagrados (Gameleiras e locais de arrego de oferenda) e a consolidação de área de produção agrícola e agroflorestal. Dos 301 hectares descritos no RTID, a área negociada seria onde já existe a Vila Naval, acrescentando uma margem de segurança e separação do quilombo, restando 273 hectares para a continuidade dos meios de vida quilombola.

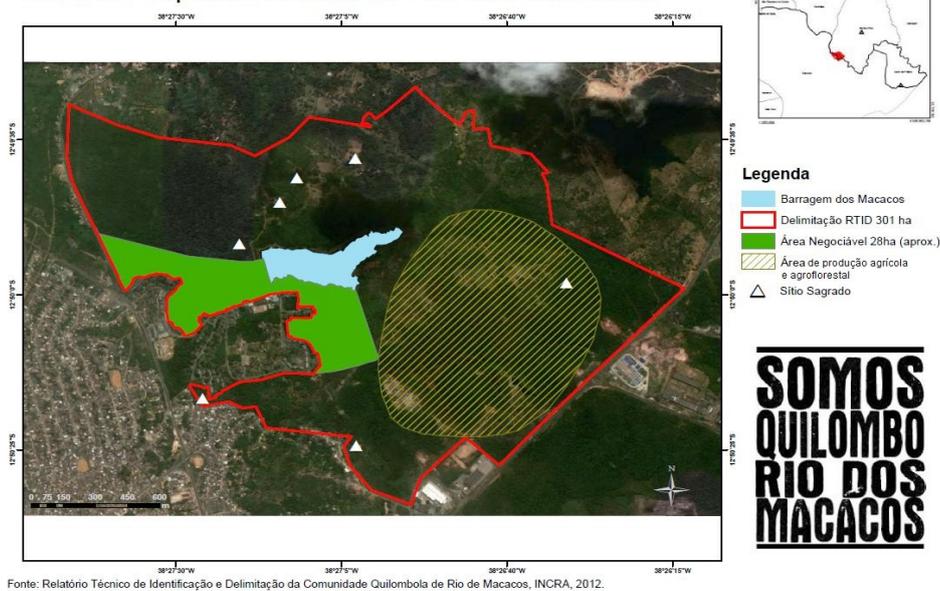
² Essa proposta era a soma dos 7,5 ha e 21 ha.



Mapa 4 - Mapa do Território Antigo e Perdas

Fonte: Cordeiro, Paula Regina de O; FIGUEIREDO, Luana, 2014.

Contra-Proposta Quilombo Rio dos Macacos

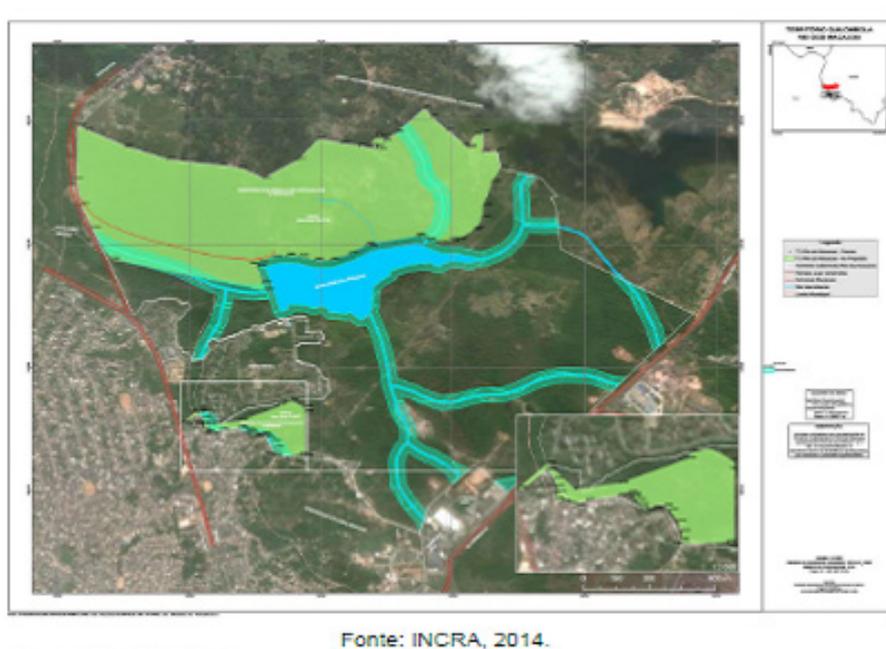


Mapa 5 - Contraproposta

Fonte: Cordeiro, Paula Regina de O; FIGUEIREDO, Luana, 2014.

O principal elemento de divergência nas propostas do Governo é a negação dos cursos hídricos, pois o único curso hídrico mantido na área da comunidade seria intermitente e insuficiente para manutenção dos hábitos e modo de vida de uma comunidade rural e pesqueira. Outro elemento negativo é o impedimento do acesso à barragem para uso da comunidade, além da desarticulação e descontinuidade territorial com a parte sul do quilombo.

O Governo Federal apresentou o que seria a quinta proposta à comunidade. O diferencial da proposta apresentada anteriormente é que além dos 86 hectares ao norte da barragem, haveria a inclusão de 6 hectares ao sul da Vila Naval, com mais 12 hectares do terreno da SUDIC (ao norte da barragem), totalizando uma área de 104 hectares (mapa 6).



Mapa 6 – Proposta de 104 ha (Áreas em verde no mapa)

Fonte: INCRA, 2014

Após audiência pública, a nota oficial do Governo Federal, através do Ministro Gilberto Carvalho, afirma que: “não havendo o acordo, não há muito o que fazer, porque a Marinha não pode retirar a ação que move na Justiça, para reintegrar aquela área” (BRASIL, 2014). Ainda segundo o ministro, “o Governo Federal ainda está aberto a retomar as negociações, desde que os quilombolas revejam sua posição e aceitem a delimitação apresentada na reunião, uma vez que ela contempla os interesses dos diversos órgãos federais envolvidos na questão”. (BRASIL, 2014).

O superintendente regional do INCRA na Bahia, Luiz Gugé Fernandes, afirmou que, por se tratar de uma ordem do INCRA nacional essa era a publicação oficial referente ao Quilombo Rio dos Macacos e a proposta final do Governo Federal.

Os 104 ha fragmentam o território em duas glebas: a primeira, na área norte-noroeste do território, possui 98,28 ha; a segunda possui 5,81 ha e está localizada a sudoeste. A princípio essa proposta ignora e desrespeita a decisão quilombola contrária à fragmentação territorial. A área determinada contrária, inclusive, o tamanho do módulo fiscal da região, segundo documento publicado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que regulamenta a variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil, em Simões Filho o módulo é de 7 há, por família. Não se trata apenas da questão quantitativa do território, mas também das questões

culturais e identitárias, a existência de um território contínuo no Quilombo – “Um Quilombo só”, influencia na sua reprodução econômica que depende dos elementos naturais existentes.

O Decreto 6.040/2007 afirma em seu art.68: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Apesar disso a regularização das comunidades quilombolas continua enfrentando o racismo institucional, manifestado tanto no sucateamento dos órgãos públicos do Estado, quanto na ideia de que a questão quilombola refere-se apenas ao “acesso a terra”. Os números sintetizam a realidade racista:

Segundo a Fundação Cultural Palmares, órgão responsável pela emissão de certidão de auto identificação de comunidades quilombolas no País, foram emitidas até 2013, cerca de 1.318 certificados em todo o Brasil. Na Bahia foram 496 comunidades certificadas, num universo de 801 identificadas pelo Projeto GeografAR. Dados do movimento negro organizado indicam a existência de mais de 5.000 comunidades quilombolas em todo o Brasil. (RODRIGUES, 2013).

Apesar de avanços institucionais significativos como a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), da Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia (SEPROMI) e de núcleos quilombolas estaduais. Esses esforços e avanços institucionais – principalmente pós-decreto 6.040/2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – estão indicados no I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, que “tem como objetivo primordial a salvaguarda a tradição africana preservada no Brasil” (SEPPIR, 2013, pg.12). Esse plano se configura como a coroação institucional do movimento negro organizado no sentido de garantir políticas públicas de reparação à população afrodescendente.

O autoritarismo com que o governo delimitou o território quilombola de Rio dos Macacos cria um precedente para a regularização de outras comunidades quilombolas no Brasil, principalmente as que estão em conflito com as forças armadas – como Alcântara e Marambaia. Esse procedimento, segundo o INCRA, “reconhece uma área enquanto legítima dos quilombolas, porém a regularização só deverá acontecer onde os ‘interesses do Estado’ não são ameaçados”.

2. Privações, Necessidades e Subsistência

As noções de família e de quilombo demonstram quanto o cotidiano alimenta as ações políticas comunitárias. A atualidade deste território, “isto é, sua significação real, advém das ações realizadas”, não é raro presenciarmos ações de solidariedade entre os quilombolas, notamos a presença de vizinhos, amigos e parentes dividindo refeições ou ingredientes, e até nos trabalhos de campo, quando alguém estava sem bota ou calça rapidamente se providenciava.

O cotidiano e a proximidade aqui são entendidos a partir da dimensão espacial. A proximidade, para Milton Santos, forja relações sociais próprias dos “homens lentos”, “ela tem que ver com a contiguidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas interrelações” (SANTOS, 2006, 215). Essa intensidade nas relações acaba por forjar as relações de identidade (e alteridade) presentes no território. Para Santos (2006) é justamente esse cotidiano comum que potencializa a ação e luta política:

Pode-se dizer, também, que esse cotidiano homólogo leva a um aumento da eficácia política. (...) Os mesmos interesses criam uma solidariedade ativa, manifestada em formas de

expressão comum, gerando, desse modo, uma ação política. (SANTOS, 2006, p.195).

A potência da ação política gerada pelo cotidiano pode ser a chave para entender a força organizativa e de articulação que tem essa comunidade. Por exemplo, a violência sofrida por Rose Meire e Ednei no início de 2015, foi recebida com bastante repúdio pela comunidade e seus parceiros. Com sua capilaridade organizativa³, a comunidade reuniu um conjunto de parceiros e garantiu visibilidade nacional à agressão sofrida pelos quilombolas.

O eixo de territorialidade e cultura do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, traz uma compreensão muito interessante sobre a centralidade do território na manutenção da vida tradicional:

Os territórios tradicionais compreendidos como os espaços necessários à reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica são a base da organização social e da identidade cultural dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana. (SEPPIR, 2013, p. 36).

Ao que nos parece a existência de Plano (e portanto da Política) que estabelece eixos e linhas gerais de atuação com povos tradicionais de matriz africana não é suficiente para vencer o racismo institucional do Estado brasileiro, mesmo quando diz respeito a possibilidade de extinção dos modos quilombolas.

Enfaticamente registramos nas páginas da história que a coesão territorial é de suma importância para o desenvolvimento pleno do território e do patrimônio cultural africano na Bahia. A destruição do território étnico dessa comunidade significa a sentença de morte. De acordo com Elias de Castro:

O que resulta da fragmentação, como fenômeno desencadeado por um processo de fratura ou quebra, é o fragmento, ou seja, uma parte quebrada de, ou deslocada de uma porção isolada, desunida, desconectada; uma parte incompleta ou inacabada. No campo da política, a ideia de fragmentação remete à destruição da unidade (...) (CASTRO, 2013, p. 41).

O processo de destruição do fazer, viver e criar da comunidade só pode ser analisado em sua totalidade quando consideramos que os 104 ha proposto pelo governo exclui do território os mananciais hídricos (mapa 7) e limita a área destinada a produção agrícola, de criação de animais e extrativista. Essa situação de privação do meio de trabalho fundamental, como vimos, existe no território desde a implantação da Marinha do Brasil. Segundo Rose Meire "A Marinha não quer deixar nem a gente pescar, nem trabalhar na roça. Eles querem que a comunidade morra mesmo" (PIRES, 2011). Ao que nos parece o Estado tem atuado no mesmo sentido ao manter as privações produtivas no território do Quilombo Rio dos Macacos.

³ A comunidade possui um número significativo de apoiadores e assessorias, dentre elas destacamos a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), o Conselho Pastoral dos Pescadores(CPP), O Grupo de Pesquisa GeografAR, o Serviço de Assessoria Jurídica da UFBA (SAJU), uma equipe técnica da UFBA (Residência Profissional AU+E), coletivos culturais e outros diversos colaboradores que tiveram atuação dentro do território, mas durante a realização dessa trabalho não os acessamos.



Mapa 7 – Mananciais hídricos do Quilombo Rio dos Macacos
 Fonte: CORDEIRO, FIGUEIREDO, POLLI, 2014.

A inacessibilidade da água tem inúmeros impactos na vida desta comunidade. Se somarmos a proibição de acesso aos cursos hídricos com a diminuição do território pleiteado (de 301 ha para 104 ha publicados) notamos um ataque permanente à produção quilombola, iniciado com a chegada da Marinha do Brasil que tem como coroamento a publicação dos 104 ha pelo IN CRA invés dos 301 delimitados no RTID.

3. Etnomapeamento na construção da luta e permanência quilombola

Por se tratar da identificação e do reconhecimento de territórios quilombolas, o Etnomapeamento figura como uma importante ferramenta teórica e metodológica de captação de dados espaciais desses grupos que possuem, em grande maioria, apenas suas disposições visuais e memoriais sobre o território como forma de representação espacial. Todavia, apesar de contar-se centralmente com elementos sensíveis, cabe ressaltar que ninguém melhor que a própria população residente é capaz de dizer o que representou, representa e pode representar cada trecho de seu território.

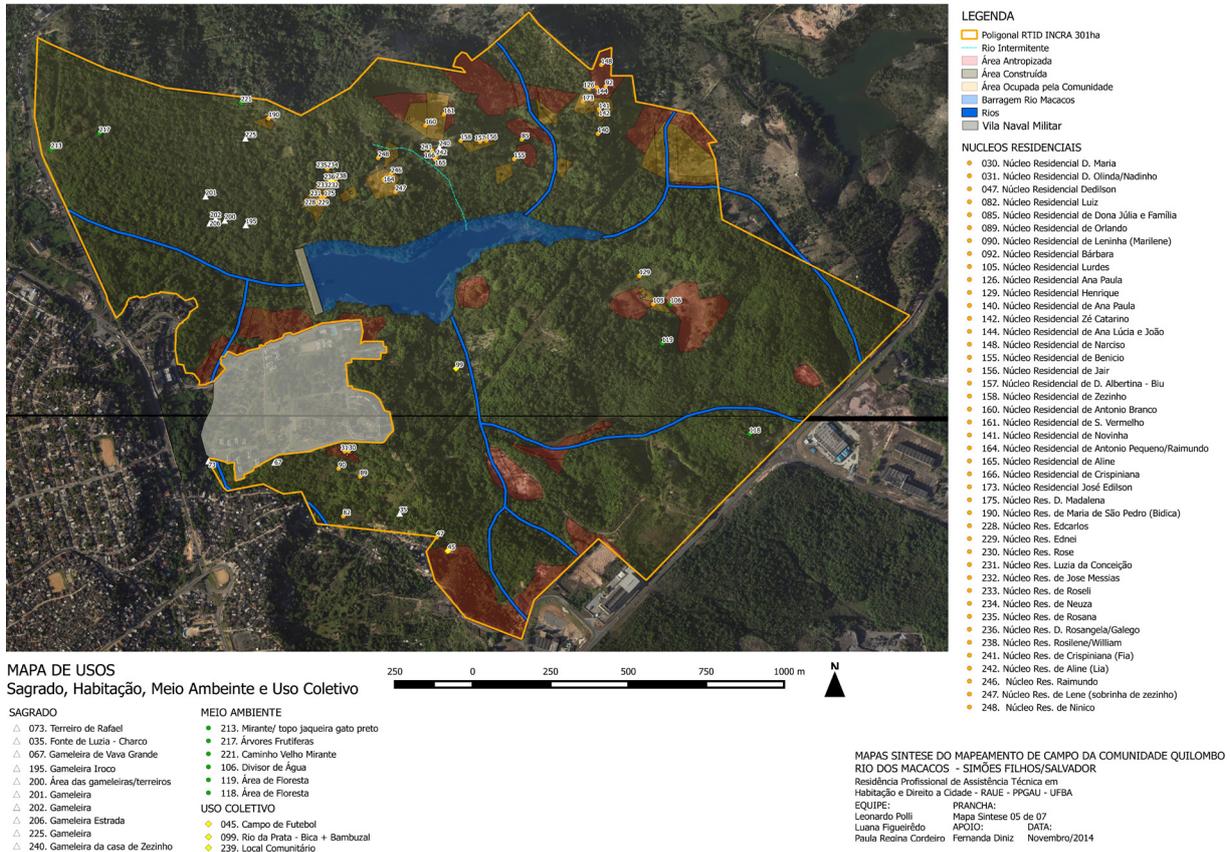
Não à toa, Marcos Ataíde, diz que o resultado do Etnomapeamento é um “repositório de conhecimentos que permitem compreender melhor as relações de seus atores com o meio em que vivem”.

Na metodologia de trabalho desenvolvida pela equipe de residentes, as visitas foram realizadas utilizando o Sistema de Posicionamento Geográfico (GPS), onde foram coletadas as coordenadas geográficas dos pontos relevantes e identitários a serem identificados pela equipe e a partir de memórias territoriais dos moradores da comunidade, dentro da poligonal de 301 ha definida pelo RTID.

A partir do levantamento dos pontos juntamente com a comunidade e a reambulação das informações coletadas, foram desenvolvidos os mapas sínteses (mapas 7, 8 e 9), que memorizam o território étnico como uma fotografia do momento atual da comunidade.

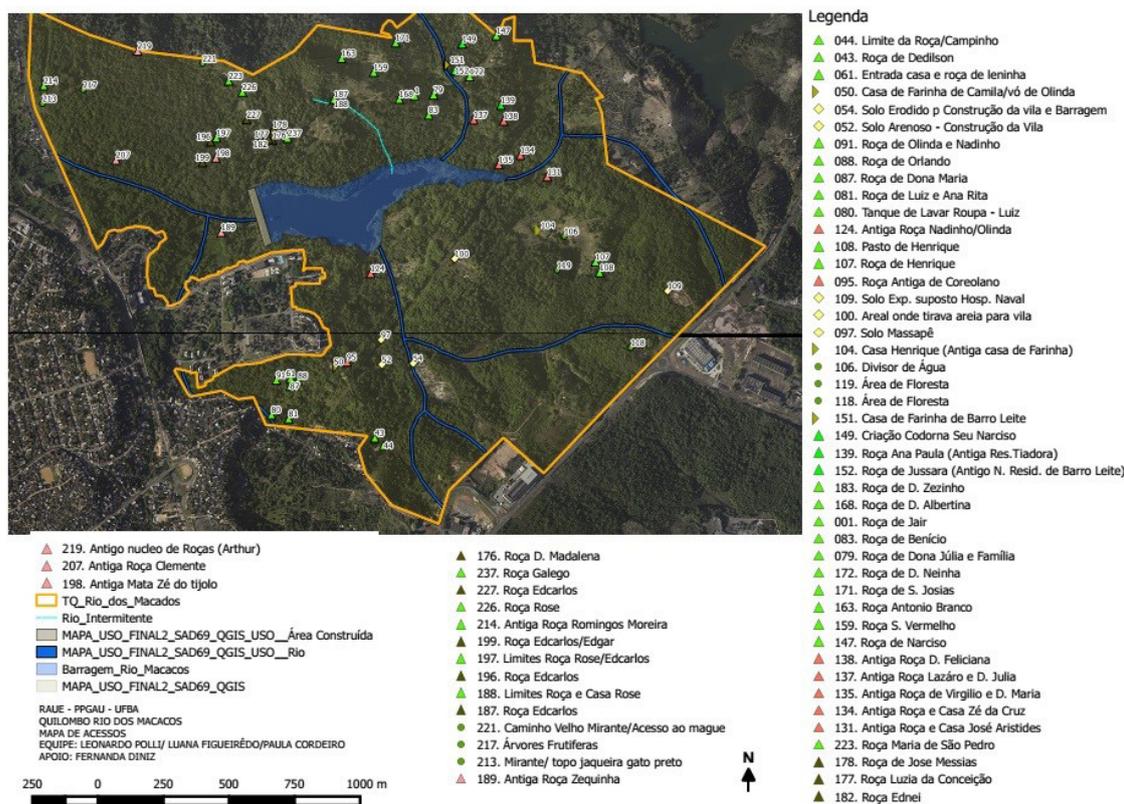
O Mapa 8 sintetiza os atuais usos da comunidade. Conforme análise de Cordeiro, Figueirêdo e Polli (2014) os poucos espaços coletivos presentes no território são os produtivos, incluindo aqui a natureza dos cursos hídricos e da floresta e os de organização política. No mapa produzido

notamos também a presença das gameleiras, testemunhas do genocídio cultural, e símbolo de resistência atual, já que as gameleiras no candomblé são consideradas o orixá Irôko, através da qual todos os outros orixás vieram ao mundo. Ao definirmos o território é necessário “levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana...” (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 247).



Mapa 8 – Mapa de Usos do Quilombo Rio dos Macacos
Elaboração: CORDEIRO, FIGUEIREDO, POLLI, 2014).

A análise do mapa que espacializa a produção atual dos quilombolas (mapa 9) mostra que existe uma relação entre os locais de roça-moradia com a presença de água, seja fonte, rio ou charco, tanto que o nome dos mananciais hídricos fazem referência ao agricultor. Essa articulação de terra, moradia e água cria territorialidades específicas ao longo de cursos hídricos contíguos, comprovando como grande parte do modo de vida quilombola se dá em proximidade as áreas com presença de água.



Mapa 9 – Mapa de Produção do Quilombo Rio dos Macacos
 Elaboração: CORDEIRO, FIGUEIREDO, POLLI, 2014).

Com a perseguição, a comunidade desenvolveu um tipo de produção que denomina-se de consórcios agroflorestais – prática ancestral já conhecida pela comunidade. Os consórcios mesclam a existência de culturas produtivas com plantas nativas. Como exemplo, hoje a plantação de cacau em área de gameleira, no Mirante da Jaqueira.

Existe no território a prática produtiva da mariscagem nos manguezais, localizados principalmente na Baía de Aratu (acesso pelo norte) e da pescaria, tanto no rio quanto no mar. A pescaria nos rios do Barros e dos Macacos é lembrada com muita alegria pelos mais velhos, onde se reuniam para confraternizar, quando a pescaria era acompanhada pelo espírito familiar e comunitário. Era nos rios também que as mulheres lavavam roupas para fora, bem como pegavam água para cozinhar os alimentos e para uso geral da casa. A água utilizada para a irrigação era também das fontes, rios e charcos das proximidades. O mapeamento territorial permite-nos afirmar que a água tem diversos usos no território, relacionados com a soberania alimentar, a geração de renda e lazer desta comunidade. Sem água, portanto, não há sustentabilidade para que a vida e a tradição quilombola da pesca artesanal e de pequena escala sejam mantidas.

A lógica de apropriação das áreas de pesca pelos quilombolas é a do valor de uso, na qual o pescador garante a sua subsistência. Ao excluir as áreas tradicionais de pesca, a regularização proposta pelo INCRA destrói a territorialidade e o modo de produzir quilombola, bem como institucionaliza a fome dentro do território:

Onde existe pobreza nas comunidades de pesca artesanal, é de natureza multidimensio-

nal não sendo só causada pela baixa renda, mas também devido a fatores que impedem o pleno gozo dos direitos humanos, incluindo direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. (p.5-6).

No que se refere à produção agrícola, o mapa demonstra a espacialização do conflito fundiário. Nota-se que no núcleo a norte, mais distante da Vila Naval, há maior concentração de roças no território, isto porque a maior parte das roças e casas (famílias) foram destruídas durante a construção da Vila Naval e da Barragem e impedidas de reconstrução. É necessário considerar que junto com as roças foram destruídas as casas de farinha – como por exemplo no mapa 9 os pontos: 050, 104, 151 – do território, os viveiros de aves, e apesar de todas as violências, a produção agrícola persiste no território.

O território como um todo é composto de vegetação típica da Mata Atlântica do tipo Ombrófila, vegetação com grande potencial para extrativismo de Dendê, como ocorre no território. Existem alguns locais onde houve degradação do ambiente vegetal, principalmente nas margens do Rio da Saúde (54). Nessa área a vegetação foi retirada para extração de matéria-prima para a construção da Vila Militar. Outro caso de desmatamento significativo serviu para a construção do campo de treinamento da Marinha, local que guarda até hoje o registro desse período incômodo na memória quilombola. Esses casos de desmatamento não dão a tônica do território, já que são casos isolados e de influência externa. Diante dos mapas sínteses, é evidente que a comunidade de Rio dos Macacos tem utilizado a natureza local com bastante sabedoria, respeitando os princípios ambientais de produção sustentável.

É necessário encararmos que “O território delimitado compreende a áreas onde a comunidade vive e a área necessária para a garantia mínima de sua sustentabilidade econômica, ambiental, social e cultural.” (INCRA, 2014, p. 414). A redução proposta pelo INCRA fere a soberania alimentar e produtiva dessa comunidade, deixando-a vulnerável frente a expansão urbana própria do capitalismo brasileiro, marcado por “quartos de despejo”. Fere também os princípios que nortearam toda a política quilombola brasileira.

4. Conclusão

O Quilombo Rio dos Macacos, com suas práticas produtivas, se contrapõe ao modelo agrícola adotado pelo Brasil, baseado na alta concentração de agrotóxicos e no monocultivo para exportação. A prática produtiva quilombola expressa, ao contrário, noções de autonomia e diversidade, noções que formam a base social e produtiva da agroecologia.

Essas ações sobre o território permitem a sobrevivência atual da comunidade. Não há quilombo sem território, não há povo sem identidade. É nesse sentido que aqui estudamos o território do ponto de vista de sua apropriação e uso (pelos quilombolas, Usina de Aratu e o processo de territorialização da Marinha). Agora, considerando que a territorialidade humana “pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro” (SANTOS, 2005, p.19) realizamos uma análise sobre a regularização fundiária pretendida pelo Estado, tendo como base a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, que nega os 301 ha iniciais, regularizando, em agosto de 2014, apenas 104 hectares.

A proposta final do Governo demonstra claramente a intenção de manter a fragmentação do território quilombola. Apesar do mapa não ser o território, este traz elementos fundamentais para a compreensão territorial, ele representa a realidade territorial: “Não podemos perder de vista que um mapa não é o território, mas nos produtos da cartografia estão as melhores possibilidades de representação do que aconteceu, do que está acontecendo e do que poderá acontecer no território”.

rio.” (ANJOS, 2006, 338)

Essa configuração espacial destrói o território étnico desta comunidade. O território étnico “seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial, onde geralmente a sua população tem um traço de origem comum” (ANJOS, 2006, 339). O “espírito de plena associação” a que tão bem se refere o anarquista Reclus (2010, p.57), corre o risco de ser substituído pela fragmentação dos indivíduos isolados, tão próprios do período de crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011).

O uso do termo fragmentação é intencional. A criação desses núcleos vem no sentido não de uma simples divisão, mas de reduzir Rio dos Macacos a fragmentos, processo iniciado desde a construção da vila naval.

A cartografia étnica se apresenta como instrumento de luta e resistência da comunidade, servindo de registro e argumento das relações espaciais desenvolvidas nesse território. A comunidade de Rio dos Macacos, comprova que o uso individual e comunitário do território extrapola as propostas técnicas estáticas de poligonais desenhadas desconsiderando o uso e a vida daquele lugar, daquele território.

Através da utilização da cartografia étnica os quilombolas de Rio dos Macacos subverteram os esquemas de negociação. Os mapas construídos por eles traduziam não apenas limites, mas sim a relação entre o uso do território e a defesa do seu modo de vida tradicional.

O trabalho desenvolvido de aproximação dos quilombolas com os instrumentos técnicos dos mapas, pode trazer informação e autonomia de diálogo da comunidade com as diversas esferas de poder. Os mapas síntese e o relatório síntese de caracterização da Comunidade de Rio dos Macacos, desenvolvidos durante o processo de Residência⁴, registram e instrumentalizam a comunidade a permanecer no território e argumentar através da demonstração o uso real que faz do território, sendo de fato a cartografia étnica o registro dos fazeres e saberes do próprio território.

Referências

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Cartografia e Quilombolos:** territórios étnicos africanos no Brasil. *Africana Studia*, n. 9, p. 337-355, 2006.

CASTRO, Iná Elias de. Território do Estado: Divisão ou fragmentação? Argumentos para um debate necessário. IN: PERTILE. (ORG). **Estado, Território e a Dinâmica das Fronteiras:** Reflexões e Novos Desafios. Salvador: JM Gráfica e Editora LTDA, 2013. p. 33-52.

CORDEIRO, Paula R. OCORDEIRO, P. R. O. **A comunidade quilombola de Rio dos Macacos:** um conflito cotidiano entre o território militarizado e o território da vida. Bahia: Salvador, 2014. 82p.

GEOGRAFAR. Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Relatório Técnico n.01/2012.** Salvador, 2012. Relatório.

MESZAROS, Istvan. **Para além do Capital:** rumo a uma teoria da transição. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011. 1102 p.

RECLUS, Élisée. **O Homem e a Terra: a Cultura e a Propriedade.** São Paulo: Expressão e Arte: Editora Imaginário, 2010.

RODRIGUES, Tiago. **Dez anos do Decreto 4887:** Bahia. Disponível em: <<http://etnico.wordpress>.

⁴ A Residência Profissional foi desenvolvida em duas etapas: A primeira de reconhecimento e aproximação da comunidade em âmbito coletivo e multidisciplinar com o desenvolvimento dos Mapas Síntese e Relatório Síntese de Caracterização da Comunidade (2014), e na segunda etapa o desenvolvimento de projetos individuais de cada residente em sua especialidade, mencionados nas referências.

com/2013/11/20/dez-anos-de-decreto-4887-quilombos-da-bahia/>. Publicado em: 20.11.2013.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo, SP: Hucitec, 1978. 236p. (Geografia, teoria e realidade)

_____. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2005. 473 p. ISBN 8501059390 (broch.)

SEPPIR. **Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana 2013-2015. 2013.**

CORDEIRO, Paula R. **Diretrizes produtivas da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos.** 2014. 43f. Monografia (Especialização) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

OLIVEIRA, Luana F. **Projeto Semente: Centro Comunitário do Quilombo Rio dos Macacos.** 2014. 74f. Monografia (Especialização) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

POLLI, Leonardo de Souza; & CORDEIRO, Paula Regina; & FIGUEIREDO, Luana. **Relatório Síntese de Caracterização da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos.** Residência AU+E. PP-GAU/UFBA, 2014.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CUMBE/ARACATI – CE

JOÃO LUÍS JOVENTINO DO NASCIMENTO
IVAN COSTA LIMA

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar os conflitos socioambientais enfrentados pelos pescadores/as quilombolas do mangue do Cumbe, no município do Aracati, litoral leste do Ceará. Há quase duas décadas que parte da comunidade quilombola luta e denuncia projetos de “desenvolvimento”, que estão em curso no território tradicional quilombola, violando direitos garantidos constitucionalmente e criminalizando as pessoas que resistem ao avanço das políticas econômicas. O esforço em garantir seu modo de vida e defesa do território tradicional vem sendo ameaçados por atividades incompatíveis com as práticas tradicionais, causando problemas de diversas ordens como: injustiça ambiental, racismo ambiental, divisão da comunidade, cercamento expulsivo e perda dos vínculos com os meios naturais presentes no território, elementos responsáveis pela reprodução social, econômica, cultural e identitária negra/quilombola. Ao se posicionarem contra os empreendimentos como a carcinicultura – criação de camarão em cativeiro no ecossistema manguezal e da instalação dos parques de energia eólica no campo de dunas, esses sujeitos sociais sofrem diferentes formas de criminalização por parte de diferentes operadores da justiça, que deveriam ser responsáveis pela garantia e permanência de se viver em seus territórios livres das ameaças do capital. Este trabalho faz parte da dissertação de mestrado em Educação da linha Movimentos sociais da faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC, apresentada em 2014, tendo como abordagem metodológica a pesquisa ação com base em entrevistas semiestruturadas realizadas com seus moradores como forma de ampliar o conhecimento sobre as lutas travadas. Conclui-se que a forma organizativa dos pescadores/as do quilombo tem sido a principal arma para o enfrentamento destas ameaçadas dentro do território, assim como a manutenção de suas práticas tradicionais como afirmação contra os conflitos socioambientais ali forjados.

Palavras-chave: Conflitos Socioambientais, Comunidade Quilombola do Cumbe, Pescadores/as do mangue.

Abstract

This paper have a goal to present the socio-environmental conflicts faced by fishermen/the “quilombolas” of Cumbe mangrove, in the municipality of Aracati, east coast of Ceará. For almost two decades that part of quilombola community fight and denounces “development” project, which are on the way of the traditional quilombola territory, violating rights guaranteed constitutionally and criminalizing people who resist the advance of economic policies. The effort to ensure their way of life and defense of traditional territory is being threatened by incompatible activities with the traditional practices. This activities causing problems of various types such as making an unjust environment, environmental racism, community division, expulsive territorial division and loss of links with the natural resources present in the territory. These natural resources are responsible for social reproduction, economic, cultural and the quilombola black identity. To position themselves against developments like shrimp farming - shrimp in captivity in the mangrove ecosystem - and the construction of wind energy parks in dune areas, these social subjects suffering various types of criminalization by different operators of justice, which should be responsible for security and permanence of living in their territories free of capital threats. This work is part of the master's degree dissertation in Education with a focus on Social Movements at the Federal University of Ceará - UFC, presented in 2014, with the methodological approach to action research based on semi-structured interviews with residents as a way to expand knowledge about the struggles faced. It was concluded that the organizational form of the quilombo fishermen has been the main weapon to face these threat in the territory, as well as maintaining their traditional practices as a statement against the existing socio-environmental conflicts.

Keywords: Socio-environmental conflicts, Quilombola community of Cumbe, Mangrove fishermen.

1. Introdução

Os conflitos ambientais nos últimos anos do século XX e início do XXI passaram a ganhar destaque nas diversas áreas do conhecimento, uma vez que crescem os investimentos de políticas econômicas no campo. Tais políticas contam com o apoio dos gerenciadores do Estado – governos municipais, estaduais e federais, considerados os principais responsáveis pelas violações de direitos e, conseqüentemente, os culpados pelo aumento dos conflitos socioambientais, envolvendo os grupos étnicos, raciais e comunidades tradicionais.

O que está em jogo é o projeto de “desenvolvimento” econômico defendido por empresários, as elites do Brasil e pela maior parte dos políticos brasileiros, em contradição ao desejo dos povos originários de gerenciar seus territórios tradicionais de forma livre das ameaças econômicas, desta forma “Tais conflitos ambientais podem ser vistos como consequência da expansão do “espaço ambiental” de grupos privilegiados à custa de grupos marginalizados, processo gerador de injustiça ambiental” (LASCHEFSKI, 2011, p. 28).

Assim, as lutas e resistências travadas pelas comunidades tradicionais, muitas vezes, não ganham espaços na grande mídia, pelo entendimento destas instituições de que questões como aquelas não seriam de interesse da sociedade. Outro ponto importante a ser destacado é a invisibilidade sofrida há séculos por esses grupos pela sociedade “moderna”, que os exclui de participar das tomadas de decisões no Brasil, em face da consideração de que o campo e sua população representariam o lugar do atrasado. No entanto, indaga-se se o campo/rural é tido como o lugar do atraso, o que existe nestes espaços para justificar o avanço e cobiça dos territórios tradicionais?

Com isso, nos últimos anos, vem crescendo o aumento dos conflitos no campo e a criminalização das lutas sociais e dos lutadores/as do povo, por estes estarem questionando o projeto de nação que está em curso. Ou seja, que retira direitos garantidos para favorecer os que sempre tiveram privilégio, lucram com as desigualdades sociais e com a privatização da terra, diante disso “Os dados de 2014 mostram a continuidade de conflitos por terra, em patamares semelhantes aos dos anos anteriores com 1.018 ocorrências” (BRASIL, 2014, p. 26). Estes dados configuram um território de conflitos, que caracterizam uma nova abordagem para seu entendimento, portanto:

As lutas ambientais estão se transformando em lutas socioambientais, onde não se faz mais a divisão do ser humano da natureza. A concepção de desenvolvimento imposto pelo Estado, para atender as demandas dos empresários, não é discutida com as comunidades tradicionais e grupos étnicorraciais, tendo em vista, que serão eles/as os mais afetados com a instalação dos empreendimentos econômicos nos seus territórios (NASCIMENTO, 2014, p. 30).

Assim, compreende-se haver uma ampliação da abordagem ambiental transformando-se em conflitos socioambientais, pelo fato de que “[...] a dimensão ambiental não pode ser separada da dimensão social e cultural...” (LASCHEFSKI, 2011, p. 28). Esta consideração contribui para afirmar toda uma relação de existência que se dá entre as comunidades tradicionais e dos elementos disponíveis no território, responsáveis pela manutenção da vida dos grupos sociais nas diferentes regiões do Brasil.

Dentre os diversos conflitos socioambientais presentes no território brasileiro, iremos destacar as lutas e resistências dos povos da zona costeira cearense, especificamente, os conflitos vividos pela Comunidade Quilombola do Cumbe, no município do Aracati, litoral leste do Ceará. O Quilombo foi Certificado em dezembro de 2014, pela Fundação Cultural Palmares, órgão federal, vinculado ao Ministério da Cultura, que é responsável por “expedir a Certidão de Autodefinição

dos quilombos” (REIS, 2014, p. 6), como um instrumento de contribuição ao processo de luta que a comunidade quilombola, desde o final dos anos 70 sofre, com os impactos negativos das atividades econômicas, que tomaram conta dos espaços de uso coletivo comunitários.

A Comunidade, atualmente, é formada em sua maior parte por pescadores/as quilombolas do mangue, agricultores/as e artesãos/ãs. Embora, no passado, a agricultura tenha sido a principal fonte de renda para os donos dos sítios e engenhos, que utilizavam a mão de obra local no cultivo da cana-de-açúcar e outras culturas. A pesca de caranguejos, mariscos e peixes eram realizadas pelos nativos/as no manguezal, no estuário do Rio Jaguaribe e zona de praia, de base de subsistência, sem importância econômica para o período, contudo: “Trata-se de uma população citada há mais de 100 anos na história local e que no passado produziu cana-de-açúcar e produtos de olaria” (SILVA e PETIT, 2011, p. 78). Nesta dimensão produtiva chamamos a atenção ao fato de que as fontes documentais da época, em momento algum, descrevem quem seriam as pessoas que faziam todos os trabalhos nos sítios e engenhos. O primeiro registro que temos em relação a isto são as cartas de viagem da Comissão Científica do Império, de 1859, onde o chefe da expedição Francisco Freire Alemão, em visita ao Cumbe por duas vezes, faz o seguinte relato:

De manhã acordamos ouvindo gritos de quem tocava bois; era o engenho que movia. [...] dois bois puxam o engenho e um **mulatinho** metia canas, e há muito tempo tocava os bois... (Anais da Biblioteca Nacional, 1964, p. 273 – 274, *Apud* XAVIER, 2013, p. 28 -29, grifo nosso).

Percebemos que este recorte no contexto histórico, deixa evidente a pouca importância dada aos sujeitos trabalhadores e de seu pertencimento racial, tratando-os de forma genérica como um “objeto” a mais na vida cotidiana.

De certa forma, este passado nos ajuda a compreender em parte, o contexto presente, em que o cercamento expulsivo ocasionado pelos empreendimentos econômicos, que se estabeleceu dentro do atual território quilombola, se liga a desvalorização dos sujeitos ali presentes, por conta de sua dimensão racial. Esta observação nos desafia a pensar que formas organizativas a comunidade lança mão para enfrentar os diversos conflitos existentes. Certamente, um deles diz respeito ao desafio em avançar com o processo de demarcação e titulação do território quilombola. Bem como pela tarefa em desconstruir todo o discurso adotado pelos governos e empresários sobre “desenvolvimento”, envolto no discurso sedutor de geração de renda, melhoria de vida e de interesse público.

Neste sentido, para compreendermos estas dimensões lançamos mão, na dissertação, das falas dos sujeitos pertencentes a comunidade do Cumbe, tendo como abordagem metodológica a pesquisa ação, entendida como aquela que se preocupa com as particularidades específicas de todos os sujeitos da pesquisa, valorizando os diferentes significados e saberes construídos sobre o fenômeno estudado (ANADON, 2005).

Com isso, apresentam-se questões que subsidiem compreendermos as ocupações que se deram no território e, assim fazermos uma reflexão crítica sobre os conflitos socioambientais que ocorrem hoje, pela chegada de atividades econômicas incompatíveis com aquelas realizadas pela população.

2. Material e Métodos

2.1. Área de estudo



Figura 1. Mapa da localização da Comunidade Quilombola do Cumbe/Aracati – CE. Fonte: Pinto, *et. al.*, (2014).

A Comunidade Quilombola do Cumbe, no município de Aracati, litoral leste do Ceará e a 170 km da capital Fortaleza, é formada por 160 famílias, destas, 74 se identificam como quilombolas, totalizando aproximadamente 800 pessoas. É a última comunidade situada na margem direita, junto a foz do Rio Jaguaribe, principal bacia hidrográfica do estado, circundada a leste por dunas móveis e fixas, sítios arqueológicos históricos e pré-históricos, lagoas periódicas interdunares e pela praia; a oeste por áreas de carnaubais, manguezal, rio, gamboas, salgados e/ou apicum, compondo a única Área de Preservação Ambiental Municipal do Aracati – APA de Canoa Quebrada, que compreende as comunidades do Esteves, Canoa Quebrada, Cumbe, Canavieiras e Beirada.

A Comunidade quilombola é formada em sua maioria por pescadores/as quilombolas do mangue, agricultores/as e artesãos/ãs, que têm em sua relação com o território tradicional, a continuidades das suas práticas culturais. Estas são responsáveis por seus meios de vida, na manutenção da pesca artesanal de caranguejos, mariscos, peixes; das formas de cultivar a terra; do artesanato em tecido, conhecido como labirinto¹ e da utilização de materiais naturais descartados pela natureza (arte em madeira e esculturas); bem como, da preservação de histórias, memórias, tradições, costumes, festas, saberes e modos de fazer, diferenciando-os dos outros grupos sociais que compõem a zona costeira.

A história da comunidade é bastante rica e diversa, repleta de elementos e fatos históricos, que nos proporciona compreender como se realizou a ocupação da região que conhecemos hoje pelo nome de Cumbe. Fontes documentais e relatos orais nos fornecem indícios de como se deu a invasão do território pelas atividades comerciais trazidas por seus “donos”, demonstrando que o lugar já era cobiçado desde os séculos passados.

Para exemplificar na fala, do já referido, chefe da Comissão Científica do Império, de 1859,

¹ Arte em bordar manualmente em tecido.

existir diferentes empreendimentos: “[...] e a fábrica de sabão, velas e licores do Cumbe, onde passamos um dia – por um espanhol” (ALEMÃO, 2006). Verifica-se também que comerciantes estrangeiros, se instalaram na comunidade onde desenvolviam algumas atividades comerciais, além do cultivo da cana-de-açúcar para produção da cachaça e da criação de gado para fazer a charque.

Neste sentido, os escritos da época se preocupavam em descrever a comunidade pela sua importância comercial para região:

Cumbe – Lugarejo agradável e encantador, fica a 6 quilômetros de Aracati. “Com muitos moinhos de vento ai faz-se o serviço de irrigação de 2 quilômetros de terra, ótimas para a cana. Na zona trabalham 9 engenhos de ferro. É afamada a aguardente do Cumbe (LIMA, 1979, p. 80).

Na citação acima, o escritor faz referência ao lugar como “agradável e encantador”, porém nos seus escritos, em momento algum faz menção às pessoas que faziam todas as etapas do trabalho nos sítios e engenhos, para produzir a afamada aguardente.

Como se percebe os registros da época não davam importâncias em relatar sobre essa gente e, nem tão pouco, de evidenciar o trabalho realizado por esses homens e mulheres “invisíveis” nesse período da história. Reforça-se uma trajetória que, unicamente apresenta os feitos dos comerciantes, e sem abordar sobre os conflitos que aconteceram com a chegada dessas atividades, considerando que elas não faziam parte da cultura local, fazendo-nos acreditar que tudo aconteceu harmoniosamente.

No entanto pesquisas realizadas recentemente no território do Cumbe nos trazem novos elementos, importantes para compreendermos o contexto da época e o porquê da invisibilização dos grupos sociais históricos que habitavam a região e o lugar, antes das explorações e das escravizações:

(...) as primeiras ocupações em Aracati/Cumbe/Canoa Quebrada seriam anteriores à extinção da floresta de mangue que ali existia em uma cota de 5 a 2m abaixo dos terraços marinhos preexistentes. Conclui também que entre 12.000 e 7.000 anos Antes do Presente (A.P.) o ambiente na região apresentava condições ideais para a ocupação de grupos humanos e que diante da extinção da floresta de mangue (entre 7.000 e 5.000 anos A.P.) essas populações se deslocaram para áreas mais interiores e mais altas da região, provavelmente, nas imediações da área ocupada pela atual vila de Canoa Quebrada ou nas matas fechadas que existiam nas porções mais interiores. Posteriormente, diante do optimum climático na faixa de 5.000 anos o ambiente se tropicalizou, novas áreas de mangue apareceram e outras populações fixaram-se na área (XAVIER, 2013, p. 21).

Entende-se que a região do Cumbe já fora habitada por populações bem antigas, com uma cultura própria e um modo de vida diferente. Era um povo que já tinha uma relação muito próxima com os manguezais e outros biomas marinhos costeiros presentes no território, que com as mudanças climáticas ocorridas, esses grupos se dispersaram pelo território em busca de novas áreas onde pudessem se reproduzir e recriar seus costumes, práticas e saberes culturais.

Tais fontes nos indicam que com a chegada dos portugueses possa ter havido um apagamento desta cultura ali existente, construindo-se registros documentais a partir das atividades trazidas pelos comerciantes, que irão constituir sítios e engenhos no Cumbe.

Destacamos mais uma fonte documental escrita que nos dão indício que os grupos sociais históricos que habitavam a região do Cumbe, deixaram suas áreas não só por conta das mudanças

climáticas, mas por outros processos de invasão, dominação e imposição de outras culturas, estritamente comerciais, diferentes das praticadas pelos povos originários que habitavam o território que conhecemos hoje de Cumbe.

De acordo com o Capitão Manoel Rodrigues da Silva, em testemunho proferido no ano de 1760, o então sargento mor Matias Ferreira da Costa seria: (...) o homem mais afazendado que há nesta Villa [Aracati] tanto em bens de Raiz, como movilia, e escravos e elle Testemunya nenhuma duvida teria dar lhe doze mil cruzados pellas suas fazendas por que só por hua chamada do Cumbe lhe Davao quatro mil cruzados em meyas doblas e o não quis dar e aLem destas terras, que tem nesta Capitania, tem outras muitas, muitas mais na do Rio Grande..." (AHU-CE: REQUERIMENTO, *apud*. NOGUEIRA, 2010, p. 154).

Conclui-se que, a partir das fontes escritas tidas como "oficiais", que os trabalhos desenvolvidos nos sítios e engenhos dos abastados senhores comerciantes teriam sido realizados usando a mão-de-obra escrava. Portanto, estes sujeitos não aparecem como de interesse dos escritores da época, no que se refere ao relato das formas de trabalho e nem das pessoas que executavam. O que reforça o pensamento hegemônico de invisibilizar os grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomadas de decisões.

No entanto, a partir de dois textos "Passeio ao Cumbe" e "Visita ao Cumbe", escritos por Francisco Freire Alemão, em visita ao Cumbe em 1859, onde esteve de passagem por duas vezes, é que se tem o primeiro registro documental, até então conhecido, indicando quem eram as pessoas que realizavam os trabalhos nos sítios e engenhos. Assim, esses primeiros registros documentais, acentuam a presença negra no Cumbe, reforçando o nosso argumento sobre a forma como, a maior parte da sociedade brasileira trata e invisibiliza os grupos sociais, que contribuíram para o desenvolvimento do campo brasileiro nas diferentes regiões, tratando-os como inferiores, atrasados e sem importância alguma para a formação cultural e economia do país.

3. Métodos

As invasões ao território tradicional do Cumbe hoje são marcadas por intensos conflitos socioambientais, que se prolongam ao longo do tempo, como podemos inferir a partir das fontes documentais até aqui apresentadas. Em nosso entender, não resta dúvida alguma de que estamos tratando de uma região marcada pela presença negra. Esta pertença caracteriza um território com constantes conflitos, lutas e resistências que permanecem até aos dias atuais, questionando-se a negação da presença negra nos documentos históricos. Verificamos que o contexto hoje é um pouco diferente, mas as formas e nuances de invisibilização e criminalização dos que lutam e resistem às investidas das políticas econômicas do Estado continuam as mesmas, o que mudou foi à introdução do discurso do "desenvolvimento" e do interesse coletivo, como forma de legitimar seus atos, ocasionando o que chamamos de conflitos socioambientais:

Conflitos socioambientais são aqueles conflitos sociais que têm elementos da natureza como objeto e que expressam as relações de tensão entre interesses coletivos/espacos públicos versus interesses privados/tentativa de apropriação de espacos públicos... (HERCULANO, 2006, p. 03).

Compreendemos, que um dos compromissos acadêmicos é contribuir em mudar essa realidade, passando necessariamente pela valorização da cultura dos grupos marginalizados, conhe-

cer suas histórias, memórias e modo de vida. Significa, entre outras questões entender o contexto histórico/social de cada região, suas realidades, neste caso, as trajetórias de vida das pessoas que compõem cada comunidade étnica, racial e tradicional do Brasil.

Os dados até aqui apresentados, foram realizados a partir da pesquisa participante, que ao contrário da pesquisa tradicional procura auxiliar a população envolvida a identificar seus problemas, a realizar a análise crítica destes e buscar as soluções adequadas. Portanto, seu objetivo é a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores/as e participantes da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo, estudando e refletindo uma perspectiva de superação dos problemas envolvidos. Foi realizada pesquisa de campo, através de observações participantes e entrevistas semiestruturada com as mulheres pescadoras quilombolas do mangue do Cumbe, entrevistada em janeiro de 2014.

O caso do quilombo do Cumbe é apenas uma de muitas realidades de comunidades espalhadas pelo Brasil, que vem sofrendo com o avanço da fronteira do “desenvolvimento” imposto pelo crescimento econômico global. A este respeito, vejamos o que diz a pescadora quilombola do mangue do Cumbe sobre os impactos desta forma de “desenvolvimento” na comunidade, para ela seria:

[...] um desenvolvimento que não prejudicasse a nossa vida na comunidade, um desenvolvimento que não prejudicasse a nossa comunidade, o nosso interior, mas o que eu vejo não é isso. O que eu vejo é um desenvolvimento econômico que vem destruindo as comunidades. Um desenvolvimento que vem pra uns, ou melhor, que vem pros que vem de fora e que vem com essa palavra “desenvolvimento” e que só serve pra eles, pois a gente sabe que só serve pros ricos, e vem pra comunidade com a palavra desenvolvimento e não é isso que acontece. O que a gente fica, acaba ficando, é no prejuízo. Então eu não vejo essa palavra desenvolvimento, pelo menos o que ta acontecendo na nossa comunidade, eu não vejo essa palavra desenvolvimento, mas atraso pra uma comunidade que já tinha uma cultura e eles querem porque querem tirar essa cultura com a palavra desenvolvimento (Luciana dos Santos Sousa, depoimento cedido em 26/01/ 2014).

A partir deste depoimento, situamos que a luta dos pescadores/as quilombolas do mangue do Cumbe se expressa pela defesa da preservação dos bens não comerciais, pela reconstrução de uma nova história, sem a exploração das pessoas e no enfrentamento à destruição do ambiente, causado pela presença de empreendimentos econômicos como a carcinicultura no ecossistema manguezal e a instalação dos parques eólicos no campo de dunas, que impactam o modo de vida comunitário.

4. Resultados

O território quilombola do Cumbe é marcado por uma rica e variada diversidade ambiental com áreas de mangues, gamboas, rio Jaguaribe, bosques de carnaubais, praia, campo de dunas fixas e móveis e diversas lagoas periódicas, elementos valorizados como patrimônio natural. No entanto, observa-se que relacionar-se com o ecossistema manguezal, contraditoriamente, já fora motivo de discriminação durante anos, em face de ser à base da sobrevivência e meio de vida. Pois, a ideia que a maioria das pessoas tinha e ainda tem sobre esse bioma, ainda hoje, é de um lugar nojento, fedido, cheio de mosquitos e sem importância. Estigmas que vem sendo derrubados, na medida em que se reconstroem seus usos, significados e sentidos. Assim:

As comunidades tradicionais podem ser caracterizadas pela relação com recursos naturais com os quais constroem seu modo de vida, pelo profundo conhecimento da natureza, que é transmitido de geração a geração, a partir da oralidade; pela noção de território e espaço, onde o grupo se reproduz social e economicamente; pela ocupação do mesmo território por várias gerações; pela importância das atividades de subsistência, mesmo que, em algumas comunidades, a produção de mercadorias esteja mais ou menos desenvolvida; pela importância dos símbolos, mitos e rituais associados às suas atividades; pela utilização de tecnologias simples, com baixo impacto sobre o meio; pela auto identificação, ou pela identificação por outras pessoas de pertencer a uma cultura diferenciada; entre outras características (DIEGUES & ARRUDA, *apud*. PINTO. 2009, p. 17-18).

Portanto, podemos afirmar que os significados que os elementos da natureza assumem para as comunidades étnicas, raciais e tradicionais, são diferentes daquelas que vivem nas cidades e centros urbanos. Estas pessoas ao se distanciarem da relação com os bens naturais não comerciais, tem dificuldades em entender sua importância para continuidade da vida nos territórios tradicionais.

Diferentemente disto, para os pescadores/as quilombolas do mangue do Cumbe, o manguezal é cheio de vida e garante vidas, é um verdadeiro santuário ecológico, seu cheiro combinado à sua paisagem alimenta a alma das pessoas que convivem com ele em perfeita harmonia. Compreender melhor o que estas áreas representam para cada um e cada uma das pessoas que trabalham no manguezal nos desafia a entender suas lutas e resistências frente às atividades econômicas que ameaçam a continuidade de uma tradição.

5. Discussão

Os conflitos socioambientais existentes nos territórios étnicos, raciais e tradicionais, diante da atual conjuntura política e econômica do Brasil, passam a ser motivo de preocupações nas diversas áreas do conhecimento e entre os movimentos sociais que militam na defesa dos direitos humanos.

Precisamos entender que a luta pela defesa dos ecossistemas costeiros, meio ambiente, comunidades étnicas, raciais e tradicionais, não é uma luta apenas dos grupos sociais que habitam a várias gerações esses territórios. Mas, de toda a sociedade independente de sua crença, cultural e opinião política. Como também das instituições públicas, como as de ensino superior, comprometidas, com as questões sociais e preocupadas com os rumos que o país está seguindo.

No final dos anos 90 a comunidade do Cumbe começa a ser invadida pelos empreendimentos de criação de camarão em cativeiro – carcinicultura. Atividade essa que, após destruir os manguezais do Equador, e ter expulsados os pescadores/as de suas áreas de pesca, migra para o Brasil e se instala na região. Causando diversos conflitos socioambientais como destruição do manguezal, contaminação da água por produtos químicos, que tem ocasionado a mortandade de caranguejos, peixes e mariscos, salinização do lençol freático com água salgada, bem como a criminalização e ameaças de morte dos que lutam e denunciam as violações de direitos e injustiças ambientais.

Discute-se que tudo isso acontece com o total apoio e financiamento dos governos, que usam de todo o aparato do Estado para favorecer os grupos econômicos e empresariais. Na medida em que, se flexibiliza leis e deixando de investir nos órgãos ambientais, criados para proteger e fazer o controle do meio ambiente, bem como, deixando de respeitar direitos garantidos constitucionalmente. Neste cenário tem-se o Estado brasileiro como o principal violador de direito dos povos

étnicos, raciais e tradicionais, além de ser o responsável pela violência cometida contra esses grupos, invisibilizando e criminalizando suas lideranças.

Para exemplificar atualmente, temos na comunidade do Cumbe um grupo de pescadores/as quilombolas do mangue que estão respondendo na justiça ações criminais por defenderem o manguezal, seu modo de vida, áreas de trabalho e lazer.

Por outro, no dia 29 de agosto de 2013, a Juíza da 1ª Vara da Comarca do Aracati, usando da sua função pública, como operadora da “justiça”, determinou a retirada de 27 famílias de pescadores/as quilombolas do mangue, que estavam numa área de manguezal abandonada pela carcinicultura, desde 2002, ocupada pelos pescadores/as por cinco meses, para que não fosse reativada novamente por empresário do camarão.

Sem ao menos ouvir os pescadores/as quilombolas do mangue, a juíza autorizou, a pedido dos advogados do empresário de camarão, a ida de mais de vinte policiais da PM do Aracati – CE, que usando de muita violência e ameaça, cercaram a área ocupada. Assim, tudo o que os pescadores/as quilombolas do mangue construíram durante os cinco meses na área foi destruído. Os pescadores/as do mangue saíram sem ter o direito de defesa, sem serem ouvidos e no prejuízo pela destruição ocasionada pelos policiais e funcionários do empresário.

A PM do Aracati – CE, só deixou a área quando o empresário, juntamente com seus funcionários, construiu uma cerca de arame na área de manguezal, cujo tamanho é de 24 ha. Passado cinco dias desse acontecimento, os pescadores/as do mangue do Cumbe decidiram construir uma barraca de apoio na margem do braço do rio – gamboa, fora da cerca e área que a “justiça” entregou para o empresário do camarão, pois, ali havia uma criação de ostras artesanal pertencentes aos pescadores/as.

No dia 12 de março de 2014, a mesma Juíza da 1ª Vara da Comarca do Aracati, mais uma vez, a pedido dos advogados do empresário do camarão, autorizou a destruição da barraca e criação de ostras, alegando que as ostras poderiam contaminar a criação de camarão do carcinicultor. Desta vez, a ação contou com o reforço de policiais da capital Fortaleza, do COTAR (Comando Tático Rural), comando policial ostensivo, criado recentemente para combater os assaltos a bancos no interior do Ceará.

Esta força fora acionada contra os populares, usando de muita violência, cercaram toda a área e destruíram tudo que os pescadores/as quilombolas do mangue haviam construído, recebendo-os com muitas balas de borracha e bombas de gás. Em seguida, a Juíza tirou licença de um ano e, mais uma vez, os pescadores/as quilombolas do mangue do Cumbe não foram ouvidos.

Chama-nos a atenção que a Prefeitura Municipal do Aracati, na pessoa do prefeito e seus secretários/as, além da presidenta da Colônia de Pescadores do Aracati Z-12, diante dos conflitos instalados na comunidade do Cumbe, entre pescadores/as do Mangue e empresários do camarão, se fazem de surdos e mudos e nada fazem para resolver esse impasse, ao contrário, são coniventes com a situação vivida hoje na comunidade. Se os pescadores/as quilombolas do mangue não tem o direito de ficar no seu território tradicional, aonde irão ficar?

Outro conflito presente no território foi a instalação dos parques de energia eólica no campo de dunas, considerada APP - Área de Preservação Permanente, o que resultou numa série de problemas sociais e ambientais com a privatização da área e do fluxo de máquinas e equipamentos pesados que transita dentro da comunidade.

No ano de 2009, os pescadores/as quilombolas do mangue do Cumbe, após várias reivindicações e, diante da negação de direito cometido pelo Estado e empresários, resolveram paralisar os trabalhos do parque eólico por dezenove dias, cobrando respeito aos moradores/as, melhorias nos serviços públicos básicos como estradas, escola, saúde, direito de ir e vim, contra a privatização das áreas públicas, como manguezais, praia e dunas e, destruição de sítios arqueológicos

históricos e pré-históricos. Tudo isso com total apoio e financiamento dos governos, sem ouvir o povo que vive há várias gerações no território tradicional.

Diante deste contexto, argumentamos que o Estado brasileiro torna-se cúmplice dessa situação, e que usando da violência física, moral e psicológica, assimetria de poder, flexibilização de instrumentos legais, além da legitimação dada pelas instituições e órgãos públicos, vem ameaçando, expulsando, assassinando e criminalizando lideranças e movimentos sociais, que se opõem às políticas desenvolvimentistas, utilizando até força policial. Atendendo aos interesses privados de grupos econômicos nacionais e internacionais, que só se preocupam em aumentar suas contas bancárias às custas da degradação ambiental e privatização dos territórios tradicionais, aumentando a desigualdade social e os conflitos socioambientais, violando direitos no campo e na cidade.

6. Conclusão

A história e a luta dos pescadores quilombolas do mangue do Cumbe e a de milhares de comunidades tradicionais espalhadas pelo Brasil, é marcada por conflitos socioambientais de diversas ordens, que vão desde o cercamento expulsivo do território de uso coletivo, a degradação dos meios de vida e dos processos organizativos em curso. No entanto, a luta contra essas atividades fortalecem as resistências travadas dentro dos territórios étnicos, raciais e tradicionais.

Os empreendimentos econômicos, que se instalaram na Comunidade Quilombola do Cumbe são responsáveis pela violação de direitos garantidos constitucionalmente, criminalização dos lutadores e lutadoras do povo que resistem e denunciam seus crimes, além de excluí-los dos processos de tomadas de decisões.

As transformações dos espaços de uso coletivo que ocorrem no Cumbe, nos permite questionar e fazer uma reflexão crítica sobre quem lucra com a omissão dos órgãos de controle e de fiscalização ambientais públicos, o que vai favorecer o aumento dos conflitos socioambientais na comunidade.

No dizer da pescadora quilombola do mangue do Cumbe, os conflitos socioambientais estão relacionados com as desigualdades sociais, vejamos:

[...] a desigualdade acredito que é um dos motivos que venha trazer esses conflitos por que esse desenvolvimento atrapalha pessoas que esperam um desenvolver diferente e esse desenvolvimento, às vezes, eles vêm de uma forma desigual, como eu já mencionei, muito desigual, melhora uns e dificulta a vida de outros. No caso, a gente como pescadora, atrapalha muito essa forma de desenvolvimento. De uma forma natural que a gente vive, de recursos naturais, de uma forma de preservar. (Cleomar Ribeiro da Rocha, depoimento cedido em 25/01/2014).

Os saberes e as práticas tradicionais das pescadoras quilombolas do mangue do Cumbe, mulheres de direitos, a partir das suas histórias e memórias coletivas é um importante instrumento de transformação social ligado à questão ambiental e a defesa do território tradicional. A valorização da cultura e do meio ambiente local, a conquista da cidadania, a participação popular em diversos espaços, o desenvolvimento comunitário, o turismo comunitário solidário, o respeito às diversas manifestações culturais e a educação ambiental informal, constituem elementos de valorização das histórias e memórias coletivas dos povos do campo.

Por isso, conhecer as histórias e memórias coletivas das comunidades étnicas, raciais e tradicionais é uma forma de combater os conflitos socioambientais. Uma forma de enfrentamento

e defesa dos territórios que estão sendo invadidos pelos diversos projetos de desenvolvimento econômico.

Concluimos, que as lutas, resistências, articulações, os modos de fazer e os saberes tradicionais, constituem ferramentas importantes para criar estratégias que possa garantir os territórios livres das ameaças econômicas do capital, evitando assim, o aumento dos conflitos socioambientais. Esses enfrentamentos são para que nossas memórias, histórias e cultura não sejam destruídas pelo crescimento econômico, onde cada grupo social possa decidir sobre o que é melhor para o seu território e a sua vida.

Referências

AHU–CE: REQUERIMENTO do sargento-mor Mathias Ferreira da Costa, morador na vila de Aracati, ao rei [D. José I] a pedir provimento no posto de capitão de Cavalaria da referida vila. (ant. a 28 de julho de 1761) Caixa 08, Documento. 491. NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do império [manuscrito]: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804)**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2010.

ALEMÃO, F. F. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato, 1859**. Francisco Freire Alemão – Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

ANADÓN, Marta. **A pesquisa dita “qualitativa”: sua cultura e seus questionamentos**. “Formação, Pesquisa e Desenvolvimento em Educação” UNEB/UQAC – Senhor do Bonfim, Bahia, Brasil, em junho de 2005.

DIEGUES, A.C. S; ARRUDA, R.S.V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176p. (Biodiversidade 4).

HERCULANO, S. **Lá como cá: Conflito, Injustiça e Racismo Ambiental. 2006**. UFF/ICHF-LACTA. Texto apresentado no I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental, 20 a 22 de novembro de 2006.

LASCHEFSI, K. Licenciamento e equidade ambiental: as racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. ZHOURI, A. (Org.). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LIMA, A. C. **Terra Aracatiense**. 2ª Edição, Imprensa Oficial do Ceará – IOCE, 1979.

LIMA, M. do C. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará: território, costumes e conflitos**. Tese (Doutorado) – FFLCH/USP, São Paulo, 2002.

NASCIMENTO, J.L.J. **Processos Educativos: As lutas das mulheres pescadoras do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação - FACED/UFC. Fortaleza – CE, 2014.

PINTO, M.F; *et al.* Quando os conflitos socioambientais caracterizam um território? **Gaia Scientia**. Volume especial comunidades tradicionais. p. 272- 288, 2014.

REIS, A. A. **Cartilha comunidades quilombolas no processo de licenciamento ambiental**. Alexandro Anunciação Reis. – Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014.

SILVA, G.C; PETIT, S.H. Pret@gogia: Referencial teórico-metodológico para o ensino da história e cultura africana e dos afrodescendentes. CUNHA Jr, H; SILVA, J; NUNES, C. (Org.). **Artefatos da Cultura Negra no Ceará. Fortaleza:** Edições UFC, 2011.

XAVIER, P. P. **Valorização e preservação do patrimônio arqueológico na Comunidade do Cumbe – Aracati-CE.** Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2013.

Fonte Orais

ROCHA, C. R. [jan. 2014]. Cumbe/Aracati. Entrevistador: João Luís Joventino do Nascimento. Cumbe/Aracati – CE, 25/01/2014.

SOUSA, L. S. [jan. 2014]. Cumbe/Aracati. Entrevistador: João Luís Joventino do Nascimento. Cumbe/Aracati – CE, 26/01/2014.

MAPEAMENTO DE TRILHAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO ELEMENTO AUXILIADOR NA CONSERVAÇÃO E MANEJO DA BIODIVERSIDADE

*ABRAÃO LEVI DOS SANTOS MASCARENHAS
MARIA RITA VIDAL*

Resumo

O uso público em unidades de conservação tem sido um elemento de conflitos entre as populações locais e órgãos gestores, dentro e no entorno das unidades. Nesse contexto, se insere a importância do mapeamento das trilhas como um elemento auxiliador no planejamento e gestão das unidades de conservação. O objetivo do presente trabalho é apresentar a atualização cartográfica do mapeamento de trilhas do Parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas, localizada no Sudeste do Pará. Através do uso das geotecnologias foram identificados os traçados para a prática de contemplação e apreciação dos recursos naturais, na tentativa de diminuir os efeitos negativos da visitação. No mapa foram identificados 10 pontos turísticos que incluem elementos da paisagem, oportunidades culturais e educacionais. As restrições a visitação foram ressaltadas como forma de maximizar as oportunidades para os usuários, ao mesmo tempo, tentar conservar os elementos naturais locais. O mapeamento das trilhas poderá subsidiar o zoneamento da unidade para questões relativas a segurança e a preservação de espécies raras ou ameaçadas.

Palavras-chave: geotecnologias, paisagem, planejamento ambiental.

Abstract

The public use in protected areas has been an element of conflict between local communities and management agencies, in and around the units. In this context, is set in the importance of mapping trails as a supportive element in the planning and management of protected areas. The aim of this study is present the trail mapping of the State Park of Serra dos Martírios/Andorinhas, located in the southeast of Pará. Through the use of Geotechnologies were identified strokes for the practice of contemplation and appreciation of natural resources, in an attempt to decrease the negative effects of visitation. On the map was identified 10 tourist attractions, including landscape elements, cultural and educational opportunities. Restrictions to visitation were highlighted as way to maximize the opportunities for users, while trying to conserve local natural elements. The mapping of the trails can support the zoning of the unit to issues related to safety and the preservation of rare or endangered species.

Keywords: geotechnologies, landscape, environmental planning.

1. Introdução

A gestão em unidades de conservação caracteriza-se como um instrumento complexo, abrangente e participativo. A variedade de elementos que engloba a gestão é cercada de tensões, naturalmente intrínseca desse instrumento normativo, ou seja, o gerenciamento torna-se mais complexo no instante que envolve os conceitos de gestão, território, ordenamento e espaço construído pelo homem. Esses conceitos estão sempre conjugados com as políticas públicas, da qual dão suporte as diversas políticas estatais.

O estado do Pará conta com um conjunto de unidades de conservação, refletindo assim a materialização da gestão ambiental em seus domínios, na região Sudeste do estado existem quinze unidades de conservação, sendo oito de domínio federal, cinco estaduais e duas de domínio particular.

A espacialização das unidades de conservação na região Sudeste do Pará reflete a presença conjunta das esferas federativa, estadual e da iniciativa privada. (Figura 1). A quantidade e variedade de categorias de unidades de conservação refletem a política compensatória advinda das atividades de exploração dos recursos naturais na região. O mosaico¹ de Carajás (COELHO; CUNHA; MONTEIRO, 2009) é um exemplo dessas unidades de conservação de uso sustentável que visam à minimização dos conflitos pela posse da terra, através da criação de unidades de conservação que permite a exploração dos recursos minerais concedida a empresas particulares. (Quadro 1).

	Categorias	Unidade de Conservação	Administração
Uso Sustentável	Floresta Nacional	Tapirapé-Aquiri	Federal
		Sustentável	Federal
		Itacaiúnas	Federal
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Pucuruí-Ararão	Estadual
		Alcobaça	Estadual
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Tibiriça	Particular
		Fazenda Pioneira	Particular
	Área de Proteção Ambiental	Tucuruí	Estadual
		Área de Proteção Ambiental	Estadual
		Igarapé Gelado	Federal
Barreiro das Antas		Federal	
Proteção Integral	Parque Nacional	Serra do Pardo	Federal
	Proteção Integral	Serra dos Martírios/Andorinhas	Estadual
	Reserva Biológica	Tapirapé	Federal
	Estação Ecológica	Terra do Meio	Federal

Quadro 1 - Unidades de Conservação da Região Sudeste do Estado do Pará.

Fonte: IDEFLOR-BIO (2015).

Organizado por: Mascarenhas e Vidal (2015).

¹ Considerando o conceito de mosaico como o conjunto de unidades de conservação contíguas conforme disposto na Lei do SNUC (Lei 9985/2000), em seu Art. 26 que diz: "Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando os distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional". O Mosaico de Carajás é um conjunto de unidades definidos pelo IBAMA em 1998, constitui um cinturão da província mineral de Carajás composto por 5 Unidades de Conservação que permeia os interesses e problemas associados às relações entre as populações rurais, ex-garimpeiros, Ibama, e Empresa Vale do Rio Doce. Ambas unidades foram criadas no intuito possibilitar a conservação e/ou exploração dos recursos naturais, sobretudo mineral pelos agentes de interesses.

Outro complexo de unidades importantes na região Sudeste do Pará são as categorias de Proteção Integral (Figura 1), que propõem a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000). Dessa categoria se destaca o Parque Estadual Serra das Andorinhas Martírios (PESAM).

De acordo com (BRASIL, 2000), os Parques Estaduais tem como objetivo:

A preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

De acordo com plano de manejo do Parque Serra dos Martírios/Andorinhas (PARÁ, 2006), o manejo dessa unidade, prever o uso público para atividades de pesquisa científica e entretenimento, sendo que as trilhas constituem os elementos normativos para o deslocamento de pessoas na execução dessas atividades. Assim, as trilhas quando bem planejadas, tornam-se um equipamento de lazer auxiliando no manejo e nas atividades de educação ambiental, aliado as pesquisas científicas em desenvolvimento.

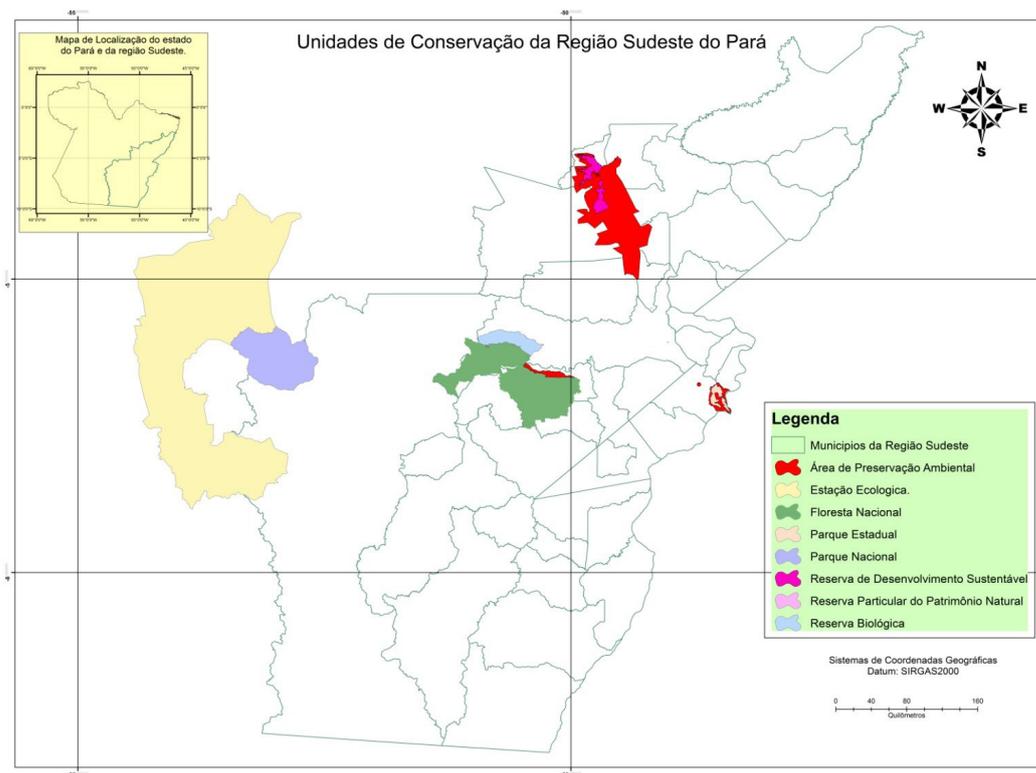


Figura 1- Mapa de localização das Unidades de Conservação da região Sudeste do Pará.

Fonte: IDEFLOR-BIO (2015).

Organizado por: Mascarenhas; Vidal (2015).

O Plano de Manejo (PARÁ, 2006), faz menção a trilhas estabelecidas dentro do Parque, mas, apesar de haver mapas de trilhas no plano de manejo do PESAM, os mesmos deixam alguns ele-

mentos importantes de fora como a extensão e o grau de dificuldade das trilhas, verificando dessa forma a necessitando de atualização cartográfica dessas trilhas. Sendo assim necessária a construção de novos produtos cartográficos levando em conta as características turísticas, que possam ser usados por qualquer pessoa que visitem o PESAM.

O levantamento de trilhas no Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas, atende ao objetivo de planejar melhor a mobilidade espacial dentro desse espaço territorialmente protegido, seja por conta das trilhas já demarcadas ou mesmo pela necessidade traçar novas trilhas. As trilhas devem servir de atividade de baixo impacto e proporcionar aos que optam por ela a proximidade a um ambiente menos antropizado, ou seja, em contato com a natureza e não, meramente como área propícia a ganhos econômicos e meio de deslocamento (KROEFF; VERDUM, 2011; ROSS, 1994).

O parque foi dividido em quatro setores de visitação (Figura 2), estando no setor 3 a escolha inicial para implementação das metodologias de geotecnologias para a atualização do mapeamento de trilhas turísticas, por apresentar a maior quantidade de atrativos turísticos (PARÁ, 2006).

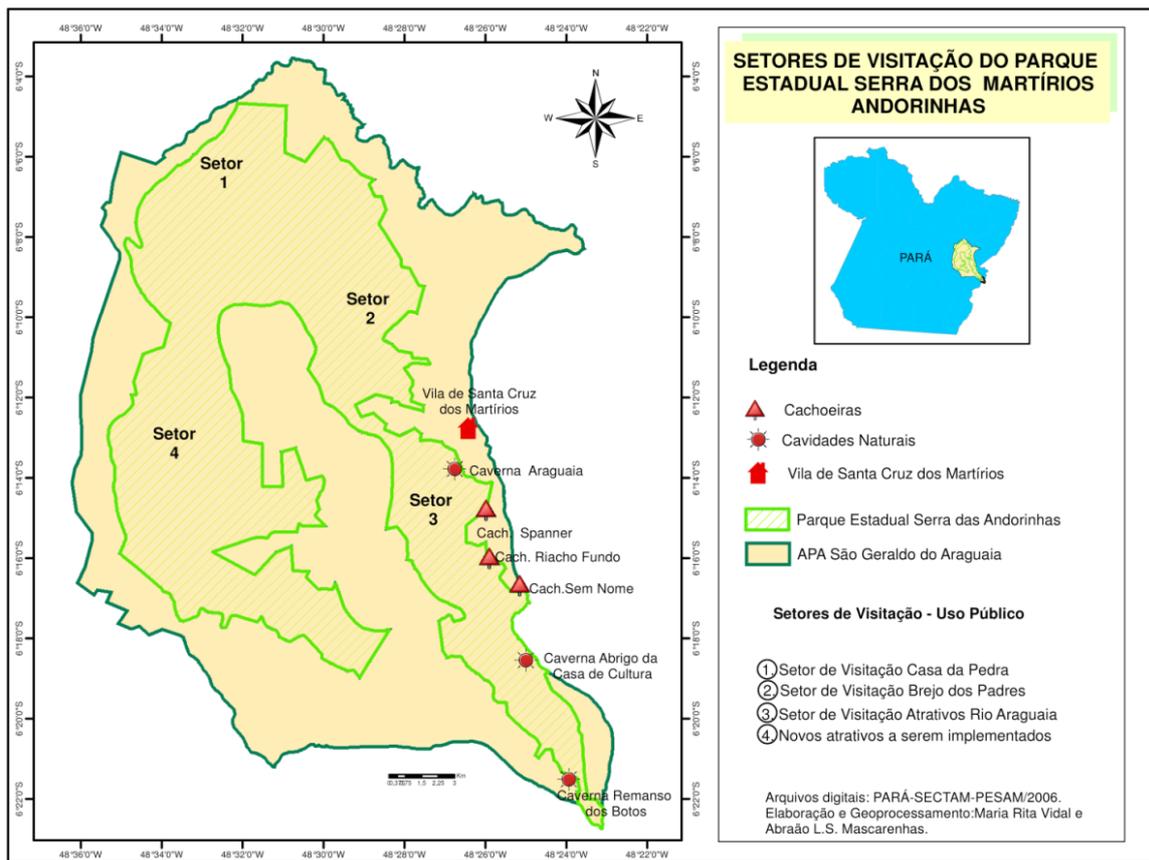


Figura 2 – Mapeamento das trilhas turísticas do setor 3 do PESAM.

Fonte: Pará, 2006.

Organização: Mascarenhas e Vidal 2015.

A divisão em setores advém de metodologia estabelecida pelo Plano de Manejo do Parque em 2006, que o delimitou a partir da disposição da Serra das Andorinhas, em “formato de ferradura”, esse formato, não confere às áreas com potencial para a visitação continuidade. Por essa

razão, o plano de manejo optou em dividi-las em quatro setores distintos de visitação (Figura, 2). O setor 3 se dispõe ao longo da margem esquerda do Rio Araguaia, divididas em três categorias: Cachoeiras, sítios Arqueológicos/Espeleológicos e Povoados.

2. Pressupostos Teórico-Metodológicos

2.1 A Contribuição da Pesquisa em Unidade de Conservação

As pesquisas científicas auxiliam gestores nas tomadas de decisões em prol da racionalização/compatibilização dos recursos naturais, já que o prisma lançado sobre as ciências veem cercado de pelo menos duas perspectivas: 1) a falsa certeza que a técnica pode resolver os problemas ambientais, apoiada nas questões dos métodos; 2) a ideia do binômio proteção/conservação para o meio.

1. A falsa certeza do desenvolvimento das técnicas na resolução dos problemas ambientais - as técnicas evoluíram para torna as sociedades mais desenvolvidas e capazes de resolver problemas demandados por homens e mulheres. Nesse rol de demandas estão as necessidades de produção de alimentação, abrigo e segurança – assim é que se constroem as análises de riscos e vulnerabilidades associadas basicamente as questões tecnológicas, naturais e sociais;

2. O binômio proteção/conservação - a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais e a necessidade de fomentar a economia urbano industrial exige políticas públicas e gestão integradas e eficiente como instrumentos de políticas ambientais.

A necessidade de construir políticas ambientais possíveis de compatibilizar desenvolvimento econômico e proteção dos recursos naturais às sociedades industriais exprimem esforços na direção do desenvolvimento sustentável. Esse conceito pode ser operacionalizado através dos mecanismos de sustentabilidade ambiental em uma relação com aquilo que se sustenta por ele mesmo.

Para Rodriguez e Silva (2009, p.78), “[...] a sustentabilidade ambiental estar ligada aos ecossistemas e aos geossistemas, ou seja, aos sistemas formados por componentes e estruturas de origem natural”. Essa formação permite termos garantia dos bens e serviços ambientais disponíveis.

A possibilidade de pesquisas em Unidades de Conservação pressupõe uma metodologia capaz de produzir novos conhecimentos que possam ajudar na gestão dos espaços protegidos, cabendo a ciência dá respostas a problemas de ordem espacial, territorial e ambiental. Esses problemas territoriais e ambientais em Unidades de Conservação são expressos pela linguagem cartográfica, com seus ícones e símbolos estampados nas placas turísticas ou de sinalização, mapas ou croquis alertando os homens e mulheres da necessidade de atentarem para as informações que levam á situações regulatória ou proibitiva dos usos dos espaços públicos.

A construção dos mapas a muito foi utilizada especificamente por geógrafos, engenheiros cartógrafos e militares os quais preocupavam apenas em representar de forma técnica determinados fenômenos ou geoobjetos. O geoobjeto entendido a partir de (CÂMARA; MEDEIROS, 1998, p. 53) como “um elemento único que possui atributos não espaciais e está associado a múltiplas localizações geográficas, a localização pretende ser exata e o objeto é distinguível de seu entorno”.

A simples representação dos geoobjetos restrita a adoção de escala, projeções cartográficas e linguagem semiótica até esse momento não se preocupou com a possibilidade de um mapeamento que partisse dos grupos interessados em constituírem mapas para eles e por eles.

Na Amazônia as questões de mapeamento por muito tempo foram tarefas de especialistas que dotados de informações e dados especializavam as informações em seus escritórios, de forma quase autônoma e solitária, os mapas refletiam características e interesses de quem os mapeava.

(ALMEIDA, 1994; ACSERALD; COLI, 2008).

Os novos temas de pesquisa em geografia na mesoregião de Marabá podem ser associadas a metodologia moderna e inovadora de mapeamento em setores antes não priorizados pelos geógrafos, como as Unidades de Conservação (Mapeamento ambiental), os movimentos de extrativismo vegetal/animal (Cartografia social/colaborativa ou SIG 2.0) e geomorfologia urbana/ambiental.

A elaboração da base cartográfica das trilhas no PESAM, deve evitar o trânsito de visitantes em lugares não permitido, evitando a degradação no meio ambiente e possibilitando ao visitante uma experiência prazerosa que o leve a comunhão com a natureza. As trilhas ainda se apresentam como uma ferramenta de educação ambiental, promovendo à Unidade de Conservação uma malha de “caminhos” conservados que permitam o rápido acesso aos visitantes às áreas de elevado potencial natural e humano.

Sabe-se, sobretudo dos impactos causados pela implantação das trilhas em Unidades de Conservação, sendo as trilhas as principais estruturas que determinam o padrão de visitação e dispersão do uso público, além de restringir o fluxo entre fauna e flora, causando fragmentação entre os habitats e um meio para a introdução de espécies exóticas (SCHELLAS, 1986). A implantação de trilhas requer estudos minuciosos, pois estas refletem características físicas e biológicas dos diferentes usos que lhe são impostos, assim, podemos considerá-la como uma unidade funcional de análise e planejamento da unidade de conservação.

Para o mapeamento das trilhas foram desenvolvidas diversas atividades como reuniões técnicas entre a equipe para definição de plano do trabalho, viagens ao campo para realização de palestras, oficinas e coleta de informações. As interpretações das imagens e confecção dos mapas temáticos foram realizadas através do QGIS. A aplicação de geotecnologias em definição de trilhas seguiu-se de levantamento dos aspectos físicos geográficos e dos potenciais turísticos que podem subsidiar melhorias na infraestrutura que complementam as trilhas delimitadas e já usadas pela população.

Os aspectos relacionados aos levantamentos físicos geográficos para a confecção dos mapas temáticos foram analisados na perspectiva da Teoria Geral dos Sistemas juntamente com as concepções da Geoecologia das Paisagens para que se apreenda e compreenda qual o grau de transformação realizada pela sociedade humana nos sistemas ambientais, pois a percepção, interpretação e concepção nas formas de uso e de gestão são reflexos dessa complexa materialização das ações no espaço geográfico (RODRIGUEZ; SILVA; CAVALCANTI, 2004).

Para as análises espaciais lançou-se mão dos pressupostos de Buzai (1999; 2000). Para o método da cartografia dos recursos naturais utilizou-se Mendoza et al, (2010) e para o manuseio dos mapas e imagens orbitais como ferramentas para o ordenamento territorial tem-se base em Pain-Orcet et al.,(1998).

As trilhas identificadas, catalogadas e mapeadas foram classificadas de acordo com a intensidade e nível técnico (FREE WAY ADVENTURES, 1986).

Quanto à intensidade:

A - Leve

B - Regular

C - Semi- Pesada

Quanto ao Nível técnico:

1. Fácil

2. Com obstáculos naturais

3. Exige habilidades específicas

Em campo foram realizados levantamento de informações preliminares e coleta de pontos georreferenciados para confecção do mapeamento básico de geologia e geomorfologia seguido de inserção dos pontos de Sistema de Posicionamento Global - GPS. Os bancos de dados Geobank da Companhia de Produção dos Recursos Minerais - CPRM com aspectos físicos-ambientais apoia-

ram a construção do mapa das unidades de paisagem. O tratamento de imagens e a confecção dos mapas temáticos, fez-se uso do QGIS. Para a composição do mapa de relevo foi utilizado a cena da missão SRTM tratada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa (2002) e as imagens orbitais do satélite SPOT5 (2011), lançando mão das técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento, foi possível extrair informações de altimetria bem como interpretar as feições geomorfológica do setor.

Para a elaboração de mapas de trilhas a caracterização da geomorfologia se faz importante, pois, existe uma necessidade premente de adequação dos trajetos às características geomorfológicas da área, que levem em consideração o relevo, a dinâmica hídrica e os processos erosivos (Figura 3). No plano de manejo do Parque não há uma delimitação clara dos setores, havendo necessidade de definir a área de extensão do setor 3 a fim do mapeamento das trilhas, sendo assim, a delimitação do setor em tela, abrangeu os polígonos da área de preservação ambiental do Araguaia (definida, pelo plano de manejo, como área de amortecimento) e dos limites leste do PESAM.

Os mapas que se seguem levaram em consideração a delimitação supracitada, ou seja, o mapa geomorfológico, o mapa hipsométrico, e o mapa de trilhas sintetizado na (Figura 4) são produtos finais do mapeamento que demonstram as características gerais das trilhas.

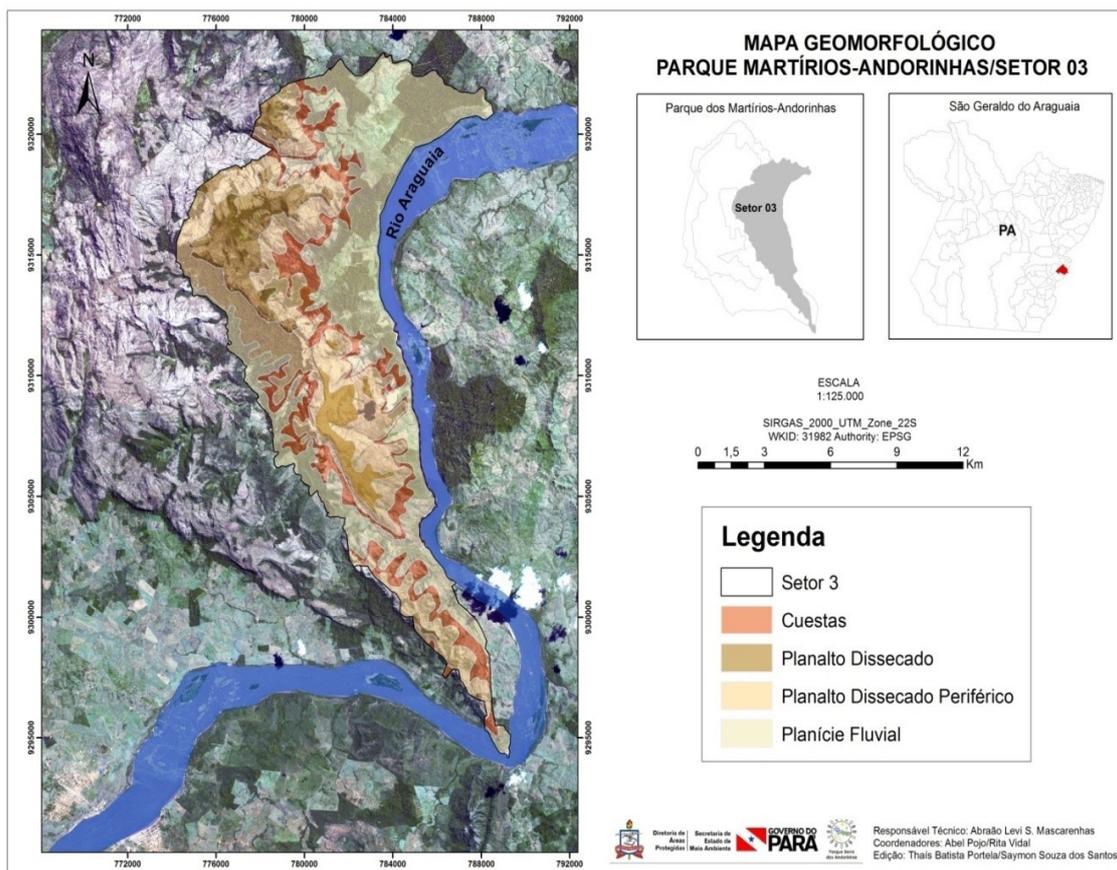


Figura 3 - Mapa geomorfológico (PESAM/setor 03).

Fonte: Elaboração Mascarenhas e Vidal (2015).

O conjunto das unidades de relevo que compõe o setor 3 foi agrupado e classificado em ti-

pologias geomorfológicas distribuídas nas unidades de paisagem: planalto dissecado periférico, planalto dissecado, cuesta e planície fluvial conforme apresentado no Quadro 2.

UP	TIPOLOGIAS GEOMORFOLÓGICAS	TRILHAS	EXTENSÃO
Planalto dissecado periférico	Caracterizado por relevo colinoso, com altitudes de até 260 m, com topos suaves e declividades inferiores a 30°.	Parte da trilha que dar acesso a vila de Santa Cruz dos Martírios (aberta no contexto da guerrilha do Araguaia)	Trecho não calculado
Planalto dissecado	Platôs elevados em altitudes acima de 350 m, sustentados por rochas sedimentares da Bacia do Parnaíba. Distribui-se em domínios orientados N-S no extremo leste da área, com forte ravinação. Contém segmentos isolados em morros testemunhos.	Cachoeira sem nome (ou Véu de Noiva) Cachoeira Riacho Fundo	7 km a partir da vila de Santa Cruz dos Martírios. 7 Km a partir da Vila de Santa Cruz dos Martírios.
Cuesta da Serra dos Martírios andorinhas	Apresenta estruturas metasedimentares estratificadas, vegetadas por cerrado. O comportamento da drenagem, seus padrões e anomalias são tomados como referencial à medida que revelam as relações entre os ambientes climáticos atuais ou passados e as condicionantes litológicas ou tectônicas.	Cachoeira Spanner (70 metros de queda d'água)	4 km partir da Vila de Santa Cruz dos Martírios.
Planície Fluvial	Distribui-se ao longo do Rio Araguaia e seus principais afluentes configurando a base do relevo na área com altitudes de 77m. Formas aplainadas como tabuleiros, sedimentos recentes inconsolidados, como areias e cascalhos, distribuídos em locais próximos ao canal do rio Araguaia.	Abrigo do morcego	122 Km partir da Vila de Santa Cruz dos Martírios.

Quadro 2 – Unidades de Paisagem (UP) e do PESAM/setor 03.

Fonte: Adaptado de Mascarenhas et al. (2013).

3. Resultados e Discussões

As trilhas antigas foram identificadas, catalogadas e georreferenciadas para que pudessem ser gerados mapas tanto técnicos como turísticos, que auxiliem na visita da unidade de conservação ou deem suporte as questões de logísticas. Além de suprir a necessidade de definir a melhor rota de deslocamento para atividades de proteção e conservação da floresta como, por exemplo, o combate a um incêndio florestal (Figura 4).

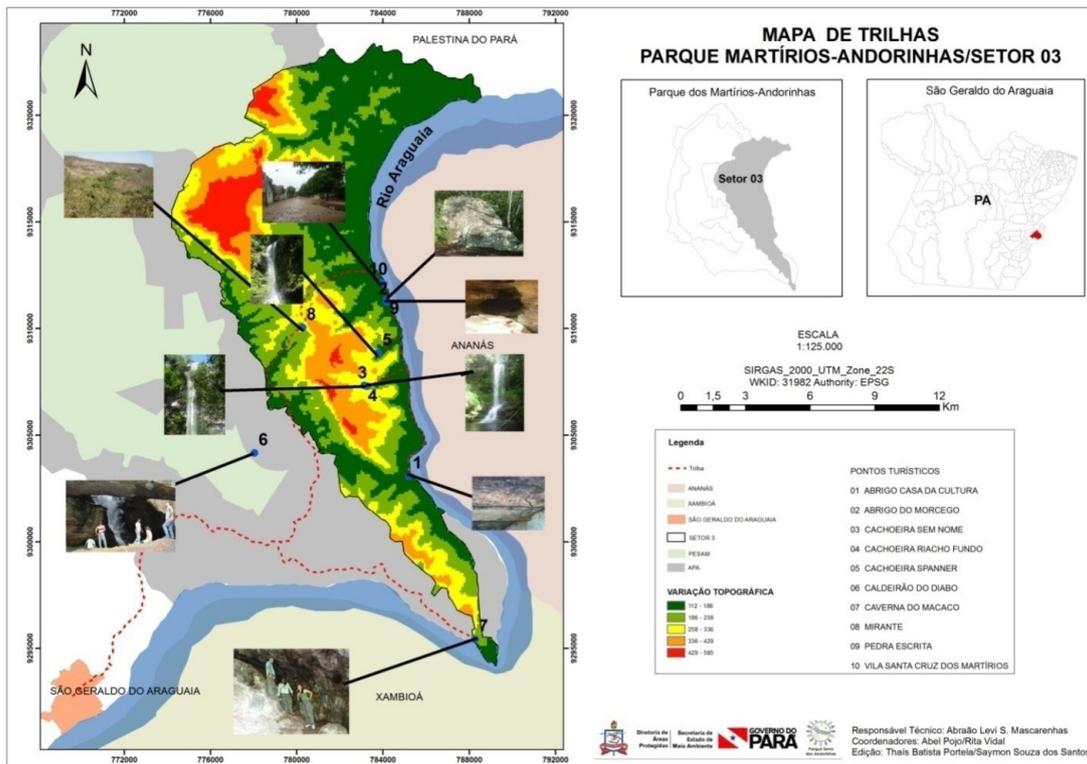


Figura 4 - Mapa das trilhas e variação topográfica do PESAM/setor 03.

Fonte: Mascarenhas e Vidal 2013.

Foram delimitadas 10 trilhas compostas por uma infra estrutura é simples e de uso público, que permite o descanso e a contemplação em alguns momentos. Todas as trilhas mapeadas tem forma linear, ou seja, assume o formato mais simples e comum das trilhas, onde geralmente seu objetivo é conectar o caminho principal a alguns destinos como lagos, cachoeiras, cavernas e povoados. De acordo com Andrade (2003) a desvantagem da trilha em forma linear é o fato do caminho de volta ser igual ao da ida, conferindo certo desestímulo no retorno. Outra característica das trilhas mapeadas é que ambas devem ser do tipo “guiadas”, onde deve-se considerar sempre a presença de um guia no acompanhamento dos visitantes. De modo geral, apresentam 1,5 m de largura, e cada cachoeira ou cavidade natural apresenta uma área de aproximadamente 289m² (PARÁ, 2006).

As principais características das trilhas podem ser descrita a seguir, levando em consideração o critério de potencial paisagístico, aspectos físico-naturais e, as generalizações de cada ponto turístico encontrado e mapeado, assim como o grau de intensidade e o nível técnico.

- Abrigo Casa da Cultura (sítios Arqueológicos/Espeleológicos): localidade do Parque, próximo à margem do Rio Araguaia. Nessa área concentra-se um grande número de pinturas rupestres, construídas pelas primeiras civilizações que habitaram o PESAM, acesso fácil, intensidade regular (B) e nível técnico (3) com exigência de habilidades.
- Abrigo do Morcego (sítios Arqueológicos/Espeleológicos): É possível visitar o ano todo, situa-se à margem do Rio Araguaia, é uma formação cavernosa que impressiona por servir de abrigo para uma imensidão de Morcegos (Mammalia Chiroptera) que ali habitam. Tem intensidade (A) leve e nível técnico (1) fácil.

2 As estimativas da altura das cachoeiras foram determinadas pelo Grupo Espeleológico de Marabá-GEM.

- Cachoeira Sem Nome (Véu de Noiva): Imensa queda d'água que deságua no Rio Araguaia, ponto com alto risco de acidentes em virtude da formação rochosa, o banho nessa área não é aconselhado, com caminhada de 1,5 km, sua visitação deve ocorrer no período das cheias. Tem intensidade (C) semi-pesada e nível técnico (3) exige habilidades específicas.

- Cachoeira Riacho Fundo: localiza-se próximo a Cachoeira Sem Nome, distando cerca de dez metros uma da outra e ao contrário desta, a Cachoeira Riacho Fundo é um excelente ambiente para o banho, possui duas quedas de água, a primeira com 60 metros e a segunda com cerca de 15 metros e um pequeno poço para banho. Tem intensidade (C) semi-pesada e nível técnico (3) exige habilidades específicas.

- Cachoeira Spanner: Certamente é uma das mais belas cachoeiras do PESAM e devido a esta característica paisagística é a mais procurada, com 70 metros de queda d'água além de sua exuberante beleza, a mesma contém um excelente espaço para a recreação, porém, tem intensidade (C) semi-pesada e nível técnico (3) exige habilidades específicas.

- Caldeirão do Diabo: paisagem modelada no quartzito, formando uma cavidade por conta da ressurgência do rio Sucupira, desponta uma cachoeira de mais ou menos 8 metros de altura, por onde pode ser encontradas espécies da fauna e da flora dos ecossistemas amazônico e do Cerrado, tem intensidade (C) semi-pesada e nível técnico (3) exige habilidades específicas.

- Caverna do Macaco (sítios Arqueológicos/Espeleológicos): constitui-se de uma trilha com 29 km de extensão, localizada as margens do rio Araguaia e encontra-se protegida por uma vegetação natural. Essa cavidade abriga fauna característica de morcegos e aracnídeos. Tem intensidade (C) semi-pesada e nível técnico (2) com obstáculos.

- Pedra Escrita (sítios Arqueológicos/Espeleológicos): dar-se a partir da Vila de Santa Cruz tem 104 metros de extensão, sua principal característica é conter grande quantidade de gravuras rupestre. Pelo menos 4 meses por ano fica submersa pelas águas do Araguaia em período de maior vazão fluvial, a capacidade de visitação não deve exceder 10 pessoas. O acesso é fácil, a intensidade é regular (B) e nível técnico (3) com exigência de habilidades.

- Vila Santa Cruz dos Martírios-(Povoado): Com acesso fácil, localizada à 36 km distante da cidade de São Geraldo do Araguaia, é o cenário da "Guerrilha do Araguaia", guarda ainda pequenos sítios arqueológico e antigo cemitério indígenas, ponto de apoio para as demais trilhas do setor três, com Intensidade regular (B) e nível técnico (1) fácil.

O uso de geotecnologias associadas às atividades de planejamento turístico fortalece a gestão ambiental da Unidade de Conservação, potencializando a utilização das trilhas turísticas atrelando informações sobre o conhecimento local, desvendando as paisagens naturais repleta de espécies de flora e fauna dos biomas amazônicos e Cerrados.

4. Considerações Finais

Através do uso das geotecnologias foi possível realizar a atualização do mapeamento cartográfico das trilhas que compõem o setor 3 do PESAM Serra dos Martírios/Andorinhas. As trilhas se dispõem ao longo da margem esquerda do Rio Araguaia e está dividida em três agrupamentos principais: Cachoeiras, Sítios Arqueológicos/Espeleológicos e Povoados.

A atualização cartográfica resultou em 10 novas trilhas delimitadas e mapeadas, ambas, em sua maioria se mostraram com moderado acesso. No tocante à intensidade a maioria das trilhas mapeadas, apresentaram intensidades regular a semi – pesadas, enquanto que o nível técnico dessas trilhas pautou-se na necessidade dos visitantes terem habilidades específicas para executá-las. A partir de uso de software livre demonstra-se a grande utilidade dos mesmos para execução de mapeamentos complexos que envolva uma gama de informações georreferenciadas tais como

vetores. Além de permitir a manipulação dos mesmos pelos técnicos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/São Geraldo do Araguaia e alunos da UNIFESSPA.

A metodologia aplicada possibilitará o desenvolvimento de novos mapas com trilhas dos setores 1, 2 e 4 do PESAM, uma vez que para os outros setores existem facilidades como o acesso, extensão e o emprego da metodologia.

Referências

ACSELRAD, H.; COLI, L. R. **Disputas territoriais e disputas cartográficas**. In: ACSELRAD, H. Cartografia sociais e territórios, coleção território, ambiente, Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de. **Carajas: guerra dos mapas**. Belém, editora Falangola, 1994.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 julho, 2000.

BUZAI, Gustavo D. **Geografía Global: o paradigma geotecnológico y el espacio interdisciplinario em la interpretación del mundo del siglo XXI**. Lugar editorial SA. Buenos Aires, 1999.

_____. **La exploración geodigital**. Lugar editorial SA. Buenos Aires, 2000.

CÂMARA, Gilberto; MEDEIROS, José Simeão. **Mapas e suas representações**. In: ASSAD, Eduardo Delgado. Sistemas de informações geográficas, 2ª ed. Brasília, EMBRAPA. 1998.

COELHO, M.C.N; CUNHA, L.H; MONTEIRO, M.A. **Unidades de conservação: populações, recursos e territórios**. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, A. J.T; COELHO, M.C.N. (Orgs.) . Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2009.

MASCARENHAS, A. L. S., VIDAL, M. R. **Mapeamento de trilhas com potencial turístico do Parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas**. Portaria nº 164/2013. Projeto de Extensão UFPA/Marabá. 2013.

MENDOZA, Manuel *et al.* **Análisis de la aptitud territorial: Una perspectiva biofísica**. Serie Planeación Territorial. Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales, Instituto Nacional de Ecología, Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones en Geografía Ambiental, 2010.

KROEFF, Lia Lütz; VERDUM, Roberto. Identificação de áreas potenciais ao mapeamento de trilhas ecoturísticas na propriedade do Ecoparque, em Canelas-RS. In: **Revista Brasileira de Geomorfologia**, V.12, n3. 2011.

PAIN-ORCET *et al.* **Les cartes, la télédétection et les SIG, des outils pour la gestion et l'aménagement des forêts tropicales d'Afrique Centrale**. Série FORAFRI, Document 12, CIRAD-Forêt, Campus International de Baillarguet. 1998.

PARÁ. Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECTAM. **Plano de manejo do parque estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas: estudo de uso público**. Brasília: SECTAM, 2006. 118 p. Mimeografado.

PROUDMAN, R.D. **AMC field guide to trail buiding and maintenance**. S.L.p., Apalachian Moun-

tain Club, 192p. 1977.

Qgis. **Software de sistema de informação geográfica**. Licença de GNU General Public License, 2006) <<http://qgisbrasil.wordpress.com/sobre/>>. acessando em 2006.

RODRIGUEZ, J.M.M.R; SILVA,E.V; Cavalcanti.**Geoecologia das Paisagens: uma Visão Geossistêmica da Análise Ambiental**. Fortaleza, Brasil: EDUFC, 2004.

RODRIGUEZ. J. M. M; SILVA. E. V. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Proble-mática, tendências e desafios**. Fortaleza, EDUFC, 2009.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. Análise Empíricada Fragilidade dos Ambientes Naturais e An-tropizados. *In: Revista do Departamento de Geografia*, nº8, FFLCH-USP, São Paulo, 1994.

ANDRADE, Waldir Joel. **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um pla-nejamento responsável**. Brasília, Color, 2003.

SHELLAS, J. **Construção e manutenção de trilhas**. In: Curso de treinamento e capacitação em Gerenciamento dos Parques e outras áreas protegidas. São Paulo: 1986.

Agradecimentos

Em nome de toda a Faculdade de Geografia queremos agradecer a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (SEMA-PA) na pessoa do técnico Abel Pojo, pelo apoio logístico e pelas imagens orbitais cedidas. Sinceros agradecimentos ao Saimon e a Thays, alunos da Faculdade de Geografia da UNIFESSPA, pelo empenho na digitalização dos mapas e ajuda no relatório final da pesquisa.

METODOLOGIA DE MAPEAMENTO DE ATORES APLICADA A COLÔNIA Z-30 NO MUNICÍPIO DE MARABÁ

*ABRAÃO LEVI DOS SANTOS MASCARENHAS
MARIA RITA VIDAL*

Resumo

A perspectiva de estudos de impactos ambientais em bacias hidrográficas, do ponto de vista metodológico, vem evoluindo significativamente. O empoderamento da sociedade é constantemente instrumentalizado para que se possa contribuir com tais estudos. A partir de uma revisão bibliográfica pode se delinear um roteiro metodológico de intervenção que contribui na prática de atores (pescadores artesanais), para que deixem de ser invisibilizados nos estudos de impactos ambientais advindos da construção de grandes projetos que causam impactos como hidrelétrica e hidrovias. O eixo norteador é a cartografia social um instrumento técnico-político importante na construção de mapas elaborados por pescadores e, para pescadores, com intuito de preservarem seus espaços de pesca e de terem um instrumento qualificador em estudos de avaliação de impactos ambientais (AIA) que auxiliem nas tomadas de decisões, nas audiências públicas e que direcionem políticas de desenvolvimento regional respeitando a realidade local de cada povo.

Palavras-chave: cartografia social, pescadores, SIG

Abstract

The perspective of environmental impact studies in river basin, from a methodological point of view, is evolving significantly. The empowerment of society is constantly exploited to contribute with these studies. From a literature review can outline a methodological script of intervention / practical contribution of actors (Artisanal fisher folk), to stop being invisible for projects and environmental impact studies that had as aim the construction of projects of great impact as hydroelectric and waterways. The guiding principle is social mapping an important technical-political instrument to build maps that are built by fishermen, and for fishermen, aiming to preserve their fishing areas functioning as qualifier instrument in an environmental impact assessment studies (EIA) that assist in decision-making, the public hearings and should guide regional development policies respecting the local reality.

Keywords: social cartography, fishermen, GIS

1. Introdução

Os impactos socioambientais se definem como os impactos que afetam tanto os ambientes naturais como a sociedade, estes, tem se tornado uma constante nos territórios de pesca na região amazônica, principalmente aqueles advindo dos empreendimentos de larga escala, a exemplo dos grandes projetos minero-metalúrgicos, os quais têm contribuído para uma série de desagregação das dinâmicas sociais.

A bacia do rio Tocantins enquanto território de pesca com suas comunidades de pescadores é o cenário dessa desagregação, que vêem nos empreendimentos industriais a atividade de pesca ameaçada pela poluição, pela implementação de barramento, com fins de geração de energia, e a efetivação de hidrovias, etc. A geografia enquanto ciência que analisa o espaço pode contribuir de forma significativa para o ordenamento das atividades em bacias hidrográficas.

O espaço de visibilidade das dinâmicas impressas pelos pescadores em sua maioria são as audiências públicas. É nesse espaço eminentemente político que os atores devem ser capazes de demonstrar a importância das atividades pesqueiras, bem como discutir ações para atenuar os danos ambientais e ampliar os ganhos sociais. Nesse contexto, faz-se necessário que a comunidade esteja instrumentalizada e preparada para intervir de forma qualificada nesses espaços.

O uso da cartografia social deve ser entendido como é um elemento técnico-político capaz de auxiliar as comunidades pesqueiras mitigação dos impactos socioambientais e nos ajustes dos relatórios/avaliações ambientais. As avaliações de impactos ambientais se inserem assim, na construção de propostas mais realistas para o contexto local, funcionando como indicativo de melhoramento dos arranjos de políticas de ordenamento territorial com vista a colaboração de atores afetados por políticas regionais, sendo um novo referencial em bacias hidrográficas.

Desde a década de 1960 a bacia hidrográfica vem sendo caracterizada como unidade de gestão adotada por planejadores, técnicos e políticos para mediar às discussões que envolvem o processo de gestão do uso da água. O planejamento ambiental nessa unidade precede as políticas públicas para a gestão equitativa dos recursos hídricos, essa problemática é sempre presente nos estudos de bacias hidrográficas.

Para os estudos de bacias hidrográficas, sistemáticas análises têm sido realizadas, sobretudo pelos geógrafos com ênfase para o uso e ocupação do solo, dinâmica fluvial de seus componentes físicos, acrescentando, ainda, os estudos de balanço hídrico e medidas de vazão. Sendo os rios de expressão de grande valor paisagístico, cultural e econômico para aqueles que convivem as suas margens ou sob a dinâmica fluvial.

As margens e sobre a dinâmica fluvial do Rio Tocantins, habitam, convivem e trabalham pescadores artesanais que dependem dos recursos hídricos e pesqueiros da bacia. Pescadores que têm no uso dos espaços comuns suas práticas, e que ainda estão invisibilizados pelo poder público. A partir da implementação do uso e manipulação das ferramentas da cartografia social será possível desenhar/ espacializar as dinâmicas da pesca, construir um cenário a partir dos espaços utilizados e visibilizar tais espaços de uso e convivência comum dos pescadores.

2. Elementos e temáticas na metodologia de Cartografia de Atores

Os estudos integrados para a análise da gestão de bacias hidrográficas fazem-se importante e necessário devido aos usos intensivos dos recursos hídricos e da diversificação do uso do solo com vista ao desenvolvimento econômico. Os diversos usos têm levado à mudanças na dinâmica da paisagem em toda a bacia do rio Tocantins.

As grandes intervenções realizadas nesse sistema levam a modificação do estado homeostá-

tico provocando, efeitos de médio e longo prazo em todo o sistema da bacia hidrográfica, decorrente de ações que impactam de maneira significativa os componentes naturais e modificam os processos ambientais da bacia.

Num grau elevado de generalização, é possível afirmar que os novos empreendimentos públicos e privados elevam ao uso intensivo os recursos hídricos na Amazônia brasileira. De acordo com Cunha (2003, p. 238), influências das atividades humanas sobre as bacias hidrográficas se dão a partir de dois grupos. O primeiro com modificações para controle de vazão (armazenamento das águas em reservatórios/ hidrelétricas ou desvio destas, e a segunda alteração do canal por obras de engenharia para estabilizar as margens, atenuar efeitos das enchentes e inundações.

Os rios, espaços de usos comuns, são elementos essenciais para interligação de várias atividades industriais de diferentes empreendimentos como portos, hidrovias (transporte de passageiros e de carga), hidroelétrica, entre outras. Essas atividades exercem uma significativa pressão sobre as formas de uso dos recursos hídricos e pesqueiros atribuindo modificações significativas.

As comunidades pesqueiras são afetadas diretamente por esses empreendimentos, com sérios conflitos de aproveitamento dos recursos hídricos e pesqueiros, provenientes das modificações, poluição e outras transformações químicas e físicas dos recursos hídricos oriundas da mineração, da implantação de grandes projetos industriais e agroindustriais e da construção de usinas hidrelétricas como a construção de barragens - estas últimas têm implicações diretas na modificação dos regimes das águas, fazendo desaparecer espécies de pescados de grande importância para a pesca artesanal, e também leva a desestruturação social e econômica das comunidades pesqueiras (HARTMANN, 2001).

Os novos empreendimentos na região do Sudeste do Pará precisam notar essas comunidades e dialogar com as mesmas, no sentido de incorporar políticas públicas que ajudem a preservar os costumes e tradições desses (as) pescadores (as) – mitigando, assim, os impactos culturais. No mesmo sentido comunidades pesqueiras devem se preparar-se para contribuir com os processos de avaliação de impacto ambientais (AIA), sendo participantes atuantes do processo, através da elaboração da cartografia do seu território de pesca.

As comunidades instrumentalizadas para o uso das ferramentas de geotecnologias (GPS e SIG) na produção da geoinformação pesqueira (produtos cartográficos) conseguem participar ativamente e conscientemente das tomadas de decisões no e sobre seu território, construindo alternativas viáveis de minimização de impactos ambientais sobre as atividades que envolvem a pesca e, usos adequados dos recursos hídricos. Os mapas sociais são os instrumentos técnicos e legais para demonstrarem, os territórios de pesca (pontos de pesca) e rotas de pesca (igarapés, lagos, etc.), utilizados pelas comunidades de pescadores.

3. Fundamentação teórica como base ao desenvolvimento da cartografia de atores

Durante muito tempo a geografia se preocupou com o uso de metodologia para a construção de mapeamento, as questões da aplicação se restringiram a plotar informações pertinentes as questões espaciais dos fenômenos sociais, ambientais, físicos, etc, ou seja, os mapeamentos serviram de instrumentos de espacialização de fenômenos sociais sem que houvesse uma discussão mais aprofundada sobre a metodologia de mapeamento.

A construção dos mapas por muito tempo foi utilizada especificamente por geógrafos e engenheiros cartógrafos que se preocupavam apenas em representar de forma técnica determinado fenômeno. A preocupação estava restrita a adoção de escala, projeções cartográficas e linguagem semiótica, até esse momento não se preocupou com a possibilidade de um mapeamento que partisse dos grupos ou de pessoas interessadas em construir mapas para elas e por elas.

Nesse sentido, também para a Amazônia as questões de mapeamento foram tarefas de especialistas que dotados de informações e dados especializavam as informações em seus escritórios, de forma quase autônoma e solitária. Os mapas refletiam apenas as características de quem mapeava, (ALMEIDA, 1994, ACSELRAD; COLI, 2008).

Desde a década de 1960 a mesoregião do Sudeste do Pará vem sendo impactada por políticas públicas que tem em seu bojo um caráter extremamente desenvolvimentista, materializadas pelos projetos de mineração e colonização agrosilvopastoril (COELHO, 2008).

Em paralelo, com essas políticas, tem ocorrido a derrubada da floresta para implementação de plantas industriais, pontes, estradas rodoviárias e estradas de ferro, mas recentemente, iniciou-se a duplicação da ferrovia Carajás (ligando Parauapebas-PA à São Luís-MA) para dá prosseguimento ao escoamento de minérios de ferro e ao escoamento dos produtos beneficiados pela ALPA (Aços Laminados do Pará).

Para dar suporte ao “desenvolvimento” dos projetos implementados na região, as intervenções hídricas, também, são necessárias, assim hidrovias e barragens, são as ações necessárias para o pleno desenvolvimento econômico, possibilitando geração de energia utilizada pelas industriais e facilitando o fluxo de produtos e pessoas pela hidrovia. (MASCARENHAS; VIDAL; SILVA, 2013). É bem verdade que as novas políticas de desenvolvimento na Mesoregião Sudeste do Pará vêm imbuídas da “promessa” de sustentabilidade ambiental, não aplicada na prática, haja vista que, a mitigação dos impactos, não acompanharam, o desenvolvimento da exploração da/na floresta.

O Mapeamento de atores é uma proposta ancorada nas metodologias de Almeida (1994) Thierry Joliveau (2008); Joliveau, Amzert (2001) e Acselrad (2008) que têm nas comunidades tradicionais e no empoderamento de atores sociais diversos a necessidade de dotar de conhecimento cartográfico para que os mesmos sejam capazes de elaborar seus mapas para uso diversos.

O reflexo dessa metodologia pode ser analisado nos trabalhos supracitados que buscam dotar de uma visão clara e objetiva as potencialidades do uso das geotecnologias para a confecção de produtos cartográficos pelas comunidades, que evidenciam o fruto das lutas dos movimentos sociais, para o seu reconhecimento junto as políticas de ordem territorial.

Trabalho de impacto positivo nessa temática foi a obra “Etnocartografia do Rio São Francisco” em um artigo escrito por Souza (2013), essa autora através do uso do mapeamento faz um levantamento de ilhas encontradas no Rio São Francisco no Estado de Minas Gerais e constrói um relato das formas de uso e ocupação dos moradores das ilhas. Dos relatos evidenciam-se a convivência com as cheias periódicas e a permanências das atividades agrícolas pós-enchentes. É um trabalho interessante, mas continua a ser um mapeamento a partir dos dados coletados em campo, não fornecendo condições dos agentes envolvidos de expressarem sua cartografia – mas deixa claro o quanto de pessoas está vivendo e produzindo na calha do rio São Francisco.

Para a calha do rio Tocantins apenas os trabalhos de Almeida (1994) traz referência as atividades de mapeamento social das comunidades de base e de seus territórios de atuação. Trabalho que surge com a necessidade de elaborar um diagnóstico para a construção do território de Carajás dentro das políticas públicas de ordenamento territorial para a Amazônia havendo apenas uma secção em Almeida (1994) sobre conflitos pelo acesso a recursos hídricos no lago Arari na Ilha do Marajó envolvendo grandes proprietários as margens do lago.

Os conflitos entre território de pesca são analisados nos trabalhos de Silva (2012) e Silva; Moraes (2013), focando os conflitos “intrapesca”, ou seja, são conflitos por áreas de pesca entre os próprios pescadores, que disputam áreas freqüentemente associadas às atividade artesanal, esse aspecto demonstra a existência de delimitações abstratas sobre as relações de acordo e normas entre pescadores. Esse trabalho associa os conceitos de território, ecologia política e uso de geotecnologias em caráter genérico, não tendo o objetivo de discutir uma cartografia de atores no

sentido de um mapeamento colaborativo.

Experiências mais exitosas, em questão de mapeamento participativo, mapeamento social ou cartografia de atores, são encontradas em Joliveau (2008) e Biaggi (2006) com ênfase em metodologias participativas com o uso de sistemas de informações geográficas (SIGs). Esse desenvolvimento de elementos do/no planejamento quando direcionado por uma perspectiva técnica pode prever ferramentas simplificadas e outros tratamentos de gestão das informações, pensando na perspectiva social e cultural. O uso dos SIGs devem levar em consideração a capacidade dos grupos de base absorverem essas novas informações respeitando a realidade local. (JOLIVEAU, 2008).

Faz-se necessário assim, fortalecer a adoção de métodos, conceitos e técnicas que ajudem o desenvolvimento de instrumentos das geotecnologias pensados para a promoção de uma dimensão mais humana e social nos mapeamentos temáticos das análises ambientais, ou no dizer de Joliveau (2008, p.61) é necessário mobilizar métodos e instrumentos que promovam a dimensão colaborativa. O mapa como documento sociológico precisa ser contextualizado historicamente. (CRAMPTON; KRYGIER, 2008).

De posse de uma cartografia de atores é necessário pensar em como esses mapas podem comunicar territórios, desejos e ansiedade das comunidades de base (pescadores/as). Como esses pescadores podem participar de forma direta nas avaliações de impactos ambientais?. onde as audiências e as consultas públicas podem facilitar a inserção dos pescadores (as), influenciando as tomadas de decisões.

A Política Nacional de Meio Ambiente têm avançado nas questões jurídicas concernente aos mecanismos de participação pública, através do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) em sua resolução, de nº 09 de 1987, fornece as diretrizes para a realização de audiências públicas para se alcançar as licenças ambientais (BRASIL, 1987).

De acordo com Sánches (2008, p. 425) a audiência pública representa um espaço participativo e de debate visando a melhoria dos projetos ambientais, pois nesse espaço pode se explicitados os conflitos podendo contribuir para dirimir os mesmos. A audiência pública objetiva acima de tudo a participação no sentido de informar as partes envolvidas, oportunidades de vez e voz aos cidadãos, identificar a necessidade de medidas mitigadoras ou compensatórias legitimando e aprimorando os processos decisórios configurando uma cartografia militante. (JOLIVEAU, 2001; BIAGGI, 2006).

Os produtos cartográficos são ferramentas adequadas para servir de argumentação em possíveis audiências públicas que visem esclarecer, informar e decidir caminhos para a implementação de empreendimento na bacia do Tocantins de forma compartilhada. A busca de inclusão digital e repasse de metodologias de mapeamento social a partir do Programa de Extensão é uma oportunidade para a Faculdade de Geografia da Unifesspa se consolidar como entidade preocupada em construir mecanismos técnico-científicos para as tomadas de decisões no âmbito municipal.

Em levantamento junto a Colônia de Pescadores de Marabá-COLPEMA no ano de 2014, pode-se verificar um contingente de mil pescadores associados e ativos na colônia, esse número pode ser maior se contarmos com aqueles pescadores não legalizados. A COLPEMA não dispõe de um banco de dados contendo o perfil socioeconômico e a quantidade de peixes traído do rio Tocantins e levado a colônia para a comercialização.

Em síntese podemos falar em uma cartografia de atores quando há parceria entre especialistas técnico-burocráticos e comunidades em geral compartilhando de informações e construindo produtos cartográficos que ajudem informar e dirimir conflitos de uso de recursos naturais. A cartografia de atores é ancorada em um processo que busca reafirmar o estado democrático de direito na esfera do planejamento ambiental e territorial, onde todos participam e influenciam as tomadas de decisões.

São pessoas que precisam sair da invisibilidade, precisam ser cartografados e especializados para se ter um quadro de referência de quantas pessoas podem ser atingidas de forma direta e indireta pelos novos empreendimentos públicos regionais direcionados para a calha do rio Tocantins.

Pensando em buscar uma metodologia que possa atrelar o uso de geotecnologias e participação social para a construção do fortalecimento de pertencimento e domínio sobre o território, em ambiente fluvial, de mapas de atores (cartografia colaborativa), levando em consideração a retomada dos processos de diálogos entre linguagem cartográfica e geográfica, têm-se o mapa como instrumento de acomodação de tempo dos atores, ou seja, a partilha de conhecimento rumo a democratização de informação, pois o lugar da produção de mapa é social. (LÉVY, 2008).

4. Alguns resultados da metodologia de mapeamento de Pescadores no Rio Tocantins.

A princípio a articulação institucional foi realizada junto a associação dos pescadores de Marabá, zona de pesca número 30 (Z-30), sendo entrevistados um universo bastante reduzido de pescadores. Os principais resultados dessas entrevistas semi-estruturadas mostrou um panorama da realidade socioeconômica e ambiental dos pescadores da Z-30.

Assim a partir do levantamento, realizado com dez pescadores, obteve-se a idade média de 46 anos, esse dado retrata homens em idades produtivas para o desenvolvimento da atividade pesqueira, são chefes de famílias e com conhecimento e experiência nos rios da região.

Quanto as características ambientais, especificamente, as espécies pescadas ficaram em torno de uma tonelada e meio de pescados, essa informação possibilita ajustar as rotas e pontos de pesca. Nesse ponto o que falta é ajustar a metodologia de como extrair informações dos pontos e rotas de pesca pois esse quantitativo é substancial e torna-se um recurso estratégico de Sobrevivência.

5. Considerações Finais

À inexistência de informações sistematizadas sobre as áreas pesqueiras na colônia de pescadores de Marabá, a inexistência de dados sobre as socioeconômicas dos pescadores e das bases de coletas sobre a produção de pescados, evidencia a necessidade da inserção do uso das geotecnologias para o fortalecimento das comunidades pesqueiras como atores participativos das decisões e planejamentos que envolva seu território.

Reafirmamos que a avaliação de impactos ambientais com a inserção participativa dos pescadores têm um novo referencial a ser incorporado em seus processos de análise e construção de propostas mais realistas em um contexto local. Sendo, também indicador de melhoramento dos arranjos instrumentais políticos de racionalização territorial com objetivo de imprimir a colaboração de pescadores afetados por políticas regionais em bacias hidrográficas nos processos de gestão.

A gestão é um processo onde têm-se a necessidade de administrar recursos, serviços ambientais somados a mediação de conflitos e interesses, sendo uma das fases do planejamento. Nesse contexto, há uma necessidade de pensar a gestão qualitativa e quantitativa dos componentes da bacia hidrográfica, e que a mesma deve ser pensada como unidade físico-territorial para a integração da gestão, participação e descentralização dos recursos hídricos e pesqueiros.

Referências

- ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. **Disputas territoriais e disputas cartográficas**. In: ACSELRAD, Henri. Cartografias sociais e território. Coleção território, ambiente, Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de. **Carajas: guerra dos mapas**, Belém, editora Falangola, 1994.
- BIAGGI, Leca Enali de. Du territoire à carta: l'émergence de La cartographie militante au Brésil. In: **Géocarrefour**, vol 81/3, Paris-France, 2006.
- BRASIL. Resolução CONAMA nº 9, dispõe sobre a realização de audiências públicas no processo de licenciamento ambiental, 1987.
- COELHO, Maria Célia Nunes. **Commodities minerais e a permanência do padrão corredor-fronteira na Amazônia oriental**. In: OLIVEIRA, Márcio Pinõn; COELHO, Maria Célia Nunes; CORREA, Aurenice de Mello (Org.). O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (I). Rio de Janeiro: Lamparina: Anpege, Faperj, 2008, p. 237-251.
- CRAMPTON, Jeremi. W.; KRYGIER, Jonh. **Uma introdução a cartografia crítica**. In: ACSELRAD, Henri. Cartografias sociais e território. Coleção território, ambiente, Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR, 2008.
- CUNHA, Sandra Baptista da. **Geomorfologia fluvial**. In: GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. (Org.). Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 211-252.
- HARTMANN, Worf D. **Conflitos de pesca em águas interiores da Amazônia e tentativas para sua solução**. In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (Org.). Espaço e Recursos naturais de uso Comum. São Paulo: NUPAUB, USP, 2001, p. 125-138.
- JOLIVEAU, Therry. **O lugar do mapa nas abordagens participativas**. In: ACSELRAD, H. Cartografias sociais e território. Coleção território, ambiente, Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008.
- _____. La participation à la décision territoriale: dimension socio-géographique et enjeux informationnels d'une question politique. In: **Géocarrefour**, vol 76, nº 3, Paris-France, 2001.
- _____; AMZERT, M. Les territoires de La participation: problème local, question universelle?/ territories of participation: a local problem, na universal question? In: **Géocarrefour**. Vol 76, nº 3. Les Territoires de La participation. 2001, p. 171-174
- LÉVY, Jacques. **Uma virada cartográfica?**. ACSELRAD, Henri. Cartografias sociais e território. Coleção território, ambiente, Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008.
- MASCARENHAS. Abraão Levi dos Santos; VIDAL, Maria Rita; SILVA, Edson Vicente da. O uso do SIG para definição de aspectos geomorfológicos no médio curso do rio Tocantins parte oriental da bacia amazônica. In: **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 02, n. 2, p. 68 - 78, jul./dez. 2013.
- PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regularização das aprendizagens, entre duas lógicas**. Porto Alegre, Artmed, 1999.
- SANCHES, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**, São Paulo: Oficina de Texto, 2008.

SIMIELLI, M. E. **Cartografia no ensino fundamental e médio**. In: Ana Fani A. Carlos. A Geografia na sala de aula. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 1999. p.92-108

_____. **O mapa como meio de comunicação e alfabetização cartográfica**. In: ALMEIDA. Rosângela Doin de. (Org.) Cartografia escolar. São Paulo: Contexto, 2007.p.71-93

SILVA, Christian Nunes da. **Geotecnologias aplicadas ao ordenamento territorial pesqueiro**. PPGEAP/UFPA, Belém-PA, 2012,. Tese de doutorado em ecologia Aquática e pesca.

_____. MORAES. S. S. **Territorialidade pesqueira e a representação espacial da pesca na Amazônia**. In: SILVA, Christian Nunes da, et al. (Org.). GAPTA/UFPA, Belém-PA, 2013.

SOUZA. A. F. G. **Pelas águas do Rio São Francisco – Ilha**. In: BORGES. M. C.; LEAL. A. F. (Org.). Comunidades tradicionais ribeirinhas do norte de Minas Gerais. Uberlândia: EDUFU, 2013. p.105-155.

PROCEDIMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DE MAPAS NA NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL: ESTUDO DE CASO DO ILHÉUS DO RIO PARANÁ

BRUNO HENRIQUE COSTA TOLEDO
TATIELLEN CRISTINA PRUDENTES

Resumo

Esse trabalho busca propor uma metodologia de construção de mapas utilizados para demonstrar: conflitos, história e memória de um determinado grupo social, por meio da cartografia social. Este Projeto visa mapear as comunidades tradicionais em território nacional, sendo que devido a inúmeras comunidades existentes no Paraná, foi escolhida a comunidade dos Ilhéus do Rio Paraná, que utilizou o mapeamento produzido na busca do reconhecimento de sua identidade coletiva. O processo de mapeamento social desta comunidade utilizou diversas práticas, como a criação da legenda ou símbolos da comunidade, sistematização dos dados espaciais e processamento dos dados e elaboração do mapa final. O presente trabalho proporcionou uma experiência única de interação e envolvimento com questões muito pertinentes nos dias atuais em nosso país e, principalmente, como a questão fundiária que afeta um segmento da população que utilizou da cartografia como um instrumento de visibilidade e reconhecimento de suas práticas tradicionais de relações com seus territórios tradicionalmente ocupados.

Palavras-chave: Identidade Coletiva, Mapeamento Social, Comunidades Tradicionais.

Abstract

This paper seeks to propose a methodology for the maps construction, which are used to demonstrate: conflicts, history and memory of a certain social group, by means of social cartography. This project aims to map the traditional communities in the national territory, being that due to numerous existing communities in Parana, has chosen the community of Ilhéus do Rio Paraná, which used the mapping produced in search of recognition of their collective identity. The process of social mapping of this community used different practices, such as the creation of legend or the symbols of the Community, systematization of spatial data and processing of data and the compilation of the final map. The present paper has provided a unique experience of interaction and involvement with very relevant questions today in our country and, mainly, as the land issue that affects a segment of the population who used the cartography as an instrument of visibility and recognition of their traditional practices of relations with their territories traditionally occupied.

Keywords: Collective identity, Social Mapping, Traditional Communities.

1. Introdução

Entre os diversos tipos de cartografia existentes, existe o processo de cartografia social, que constitui um processo que possibilita a inserção de comunidades tradicionais no processo de construção de mapas representativos a ocupação do seu território, bem como da sua própria identidade coletiva. Como exemplo deste tipo de cartografia, há os fascículos do Projeto Nova Cartografia Social, que teve o início na região amazônica em 2005, que ao final do ano de 2006, se expande a todo território nacional, com isso ocorre o lançamento dos fascículos dos Povos de Faxinais, que aproximaram a Nova Cartografia Social do Paraná, abrindo diversos vieses para inserção dessa comunidade, entre outras, dentro de um novo contexto de visibilidade social.

Para demonstrar em como ocorre esse processo da nova cartografia social, por meio da construção de mapas, esse trabalho busca propor uma metodologia de construção dos mapas, que são utilizados para demonstrar: conflitos, história e memória de uma determinado grupo social, que por meio dos fascículos e mapas, inicia-se um processo de construção de uma nova identidade coletiva, que busca denominar estes grupos, além de se tornar um importante instrumento de reconhecimento, tanto pela sociedade e principalmente pelo Estado.

Devido a inúmeras comunidades existentes no paraná, foi escolhida a comunidade dos Ilhéus do Rio Paraná, como exemplo, pois além de ser uma comunidade que tem um longo processo de luta e reivindicação de seu território, é uma das novas denominaoes que surgem dos processos de cartografia social, e buscam seu devido reconhecimento. Para que seu processo de cartografia ocorresse, a comunidade dos Ilhéus buscou auxílio na sua luta e busca por direitos ao Centro de Apoio ao Campesinato Antônio Tavares Almeida (CEMPO), no qual, após reunioes, iniciou-se um processo de estudo que observou todas as demandas sócio espaciais e realidade atual da comunidade, após estes estudos iniciais, foi determinando que em primeiro momento fosse realizado um processo de auto cartografia social, para legitimar a autoafirmação da identidade "Ilhéus" e também para servir de instrumento na luta dessa comunidade.

O Centro Missionário de Apoio ao Campesinato Antônio Tavares Pereira (CEMPO) surgiu dentro das pastorais sociais da igreja católica na região centro sul do Paraná em 1974, com o passar dos anos, se tornou ecumnico (além de católicos, agora o centro abrange evangélicos, religioes de matriz africana, entre outros). Desde sua formação, sempre teve o intuito de se relacionar com as bases de camponesas, sendo um espaço de discussão, participação e formação dos movimentos populares.

Devido às demandas oriundas de um processo histórico, o CEMPO, conta com três setores distintos, que seguem a especificidade dos grupos da região: O setor dos Movimentos Históricos, Agroecologistas e Povos e Comunidades Tradicionais. O setor dos Movimentos Históricos articula pelas práticas de mobilização para ocupação e permanência na terra pelos seus direitos, o setor dos Agroecologistas se desenvolvem pela maneira de cultivar a terra, e pelo cultivo de alimentos orgânicos, sem qualquer tipo de agrotóxicos ou venenos.

O presente trabalho se engloba no segmento dos Povos e Comunidades Tradicionais, nos quais pode-se citar os grupos dos Ilhéus do Rio Paraná, os Povos Faxinalenses, os Quilombolas, os Pescadores Artesanais, dentre outros, que possuem forte ligação pelo seu critério étnico e luta pelos seus direitos, onde a Nova Cartografia Social entra em cena, atuando dentro do CEMPO, através das lutas desses povos, que a utilizam tanto como instrumento de luta, como de reconhecimento de sua identidade coletiva e direitos.

O trabalho está relacionado diretamente aos processos da Nova Cartografia Social, e algumas técnicas de geoprocessamento aplicados, e por meio dessas técnicas, busca-se refletir o olhar da própria comunidade sob seu território, no qual estão inseridos os relatos dos mais diversos

conflitos (socioambientais, étnico- culturais, históricos) nesta comunidade, utilizando das informações das próprias, estabelecendo relações com as bases, levando seus conhecimentos aos mais diversos meios, tanto científicos como sociais, bem como uma própria reflexão sobre o ordenamento do seu território.

2. O que é Nova Cartografia Social

Em vista das diversas identidades coletivas e as diversas formas de expressão cultural em todo o território brasileiro, bem como os grupos tradicionais que buscam formas de lutar contra o processo de invisibilidade social, que historicamente vem sendo excluídos, tanto pela visão do Estado, e da maioria da sociedade, surge o projeto Nova Cartografia Social. O Projeto Nova Cartografia Social busca mapear as comunidades tradicionais brasileiras, contando sua realidade a partir da sua própria história, dando-os visibilidade e identificando seus grupos sociais, como o exemplo dos ilhéus do Rio Paraná (Figura 1).



Figura 1 - Ilhéus do Rio Paraná no processo de auto cartografia social.

Fonte: Arquivo Laboratório de Cartografia Social, Guarapuava, 2010.

Além dos processos de mapeamento e identificação da memória da comunidade, a Nova Cartografia Social, procura treinar e capacitar os membros desses grupos sociais, para que eles tenham autonomia em relatar seus próprios conflitos e sua realidade local e atual. Mas essa “cartografia” não se atém apenas na produção de mapeamentos sociais, também conta com a parte científica, que tem por objetivo gerar debates teóricos em prol dessas comunidades. O Núcleo e Estudos sobre Identidades e Relações Interétnicas (NUER) demonstra algumas considerações sobre o projeto:

O projeto produz ainda artigos e livros que socializam o debate teórico produzido nas experiências de realização das oficinas e produção de fascículos. Esse texto de recorte mais acadêmico tem abordado questões conceituais, legislações pertinentes aos direitos das comunidades e povos tradicionais, normas vigentes, propostas para proteção do conhecimento tradicional e biodiversidade ou a regularização fundiária de terras tradicionalmente ocupadas. (NUER, 2009).

A Nova cartografia social surgiu inicialmente como Nova Cartografia Social da Amazônia que vem sendo desenvolvido desde julho de 2005, sobre a coordenação do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida. Associado com o projeto de pesquisa intitulado “Processos de territorialização, conflitos e movimentos sociais na Amazônia” CNPq-FAPEAM, implementado em dezembro de 2005. Esse processo começou a ter maior repercussão com a luta das quebradeiras de coco babaçu pelo seu território, onde todo o processo levou ao lançamento do primeiro fascículo, intitulado “Quebradeiras de Coco Babaçu do Piauí”, publicado na série Movimentos Sociais, Identidades Coletivas e Conflitos.

Visto as demandas que emergiu sobre os processos da Nova Cartografia Social, este expandiu para outras regiões do Brasil no ano de 2006, com um novo Projeto chamado de Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades tradicionais do Brasil.

Este novo projeto se instaurou principalmente no Paraná, fomentado pela luta dos povos faxinalenses, que viram o projeto como alternativa de reafirmar sua identidade social coletiva, cultural e a luta pelo território. Com isso, foi lançado o fascículo intitulado “Povos de Faxinais”, o primeiro publicado, relatando uma realidade fora da região amazônica.

O projeto também se encontra em um campo multidisciplinar, contando com a participação de sociólogos, geógrafos, antropólogos, advogados, biólogos, etc. onde merecem destaques as atuações da área geográfica, na maioria responsável na elaboração dos mapas participativos finais, e em partes das discussões com a comunidade, sobre o ordenamento de seus territórios reivindicados.

O projeto teve sua execução juntamente ao Centro de apoio ao Campesinato Antônio Tavares Pereira (CEMPO), sendo englobado por tal, mas com autonomia de interagir diretamente com as comunidades. O projeto tem por objetivos dar suporte as comunidades e sujeitos sociais organizados nas mais diversas formas (associações, grupos, etc.), e com intuito de demonstrar as diferentes expressões culturais e territoriais existentes em nosso País. No site do NUER, há algumas propostas dos objetivos do projeto:

O projeto propõe a realização de um mapeamento dos grupos sociais e de suas formas organizativas, por meio da realização de oficinas de cartografia. Nessas oficinas, há um envolvimento direto dos próprios sujeitos na produção de sua cartografia social, através dos conhecimentos cartográficos formais, o uso dos equipamentos técnicos como o GPS. As práticas de produção de um auto cartografia conduzem à apropriação dos resultados dessa técnica, ao mesmo tempo em que instrumentalizam e apoiam as ações dos próprios grupos pelas mudanças sociais e ambientais (NUER, 2009).

Ainda há algumas considerações sobre o projeto no site da Nova Cartografia Social que demonstra estes aspectos:

Cada fascículo é o resultado de um conjunto de esforços e de relações sociais entre comunidades e povos tradicionais e a equipe de pesquisadores, que começa a concretizar-se com a realização da oficina de mapas e encerra essa instância de mapeamento com a publicação do fascículo. (Nova Cartografia Social, 2009).

Como resultados dessas auto cartografias e mapeamentos, foram lançados os fascículos em nível nacional, e também elaborados diversos mapas participativos, que as comunidades se apropriam para fortalecer suas mais diversas lutas e reivindicações. Esses fascículos ainda demonstram as informações relevantes para a própria comunidade, como uma problemática social,

cultural, econômica e ecológica. Mas, além disso, nas entrelinhas do projeto, procura-se tecer uma rede de relações e esforços, que garantam um suporte além do lançamento dos fascículos, principalmente nas lutas pelo território, reconhecimento cultural e racial, etc.

Portanto, a construção dessa pesquisa se dá pelo fato que os sujeitos sociais participam como protagonistas centrais na construção da Nova Cartografia Social, colocando em evidência para que a sociedade e principalmente o poder público tenha conhecimento de quem são, onde estão e como vivem os autodenominados povos e comunidades tradicionais no nosso estado. Nesse sentido, a Nova Cartografia Social torna-se um poderoso instrumento que as comunidades tradicionais possuem para se tornarem visíveis aos olhos do Poder Público e também exigir seus direitos principalmente uma política pública específica condizente com sua realidade. Há, portanto, também a necessidade da autoafirmação e auto identificação social e coletiva, para legitimação dos movimentos sociais emergentes, como necessidade essencial de sua existência. (PIDORODESKI; PUSSININI; TOLEDO, 2009.).

Nesse sentido, observa-se que a Nova Cartografia Social, se opõe aos moldes da cartografia tradicional, que por muitos anos foi apenas imposta e produzida apenas pelo Estado. Essa nova cartografia possibilita que comunidades tradicionais tenham autonomia de impor seus pontos de vista sob seus territórios tradicionalmente ocupados, onde o resultado final está além de mapas e fascículos, possibilitando que suas lutas, reivindicações e direitos sobre seu território e a autoafirmação de suas identidades coletivas sejam reconhecidas. Devido ao CEMPO ter uma forte relação com alguns grupos sociais, o processo de Cartografia social foi iniciado na comunidade dos ilhéus do Rio Paraná¹.

3. Procedimentos Metodológicos

Para o início do processo de cartografia dos Ilhéus do Rio Paraná, foram realizados trabalhos de campo, com o intuito de promover oficinas de cartografia, bem como levantamento de dados espaciais do território tradicionalmente ocupado pela comunidade. Esse trabalho foi realizado dentro do Parque Nacional Ilha Grande, situado no Rio Paraná, com saída no Município de Guairá – PR (Figuras 2 e 3).



Figura 2 - Localização do Parque Nacional Ilha Grande

Fonte: Google Earth® (2014)

¹ Para mais informações sobre história e realidade atual dos Ilhéus do Rio Paraná, ver o fascículo nº 15 do Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades tradicionais do Brasil, Ilhéus do Rio Paraná, atingidos pelo Parque Nacional e APA Federal.

O trabalho de campo teve o intuito de se iniciar junto à comunidade dos Ilhéus do Rio Paraná, com os processos relativos a Nova Cartografia Social, com o conhecimento da realidade atual e o resgate da memória histórica dessa comunidade. As atividades desenvolvidas, no processo geral foram: entrevistas, filmagens, fotografias, elaboração das legendas e do croqui retratando o território e realidade da comunidade em questão.

O campo foi uma experiência singular não só pelo resultado, mas, sobretudo pelo processo em si. Para sua realização foram necessários meios alternativos de locomoção, no caso, uma Balsa e um Barco (Figura 4), para se percorrer o território dos ilhéus, além de veículos terrestres para chegar até o município de Guairá – PR.



Figura 3 - Chegada ao Parque Nacional Ilha Grande.
Fonte: Arquivo Cartografia Social (2009).

Além do trabalho de campo, foi necessário um levantamento bibliográfico com o intuito de obter informações sobre os processos da nova cartografia social (leitura dos fascículos, informações em livros), manuais para o uso do software para criação dos mapas da comunidade e a própria releitura das informações obtidas junto à comunidade. Essa etapa visa, aprofundar os conhecimentos a respeito da Nova Cartografia Social, entender as relações entre as comunidades e seu território, observar a diversidade étnica presente em nosso estado e entender a importância do lançamento do fascículo para a comunidade.

A partir dos dados do trabalho de campo e das reflexões do levantamento bibliográfico, se tem o trabalho de gabinete onde foram desenvolvidas várias atividades, como o auxílio a equipe do Projeto nas transcrições das entrevistas, na sistematização dos dados coletados, digitalização das legendas feitas pela comunidade e a elaboração do mapa final, publicado em um fascículo, que contém a história, relatos e informações sobre os Ilhéus do Rio Paraná.



Figura 4 - Dificuldade de acesso às ilhas do Parque.

Fonte: Arquivo Cartografia Social (2009).

Durante esse processo, foram realizadas algumas oficinas junto à comunidade, com o intuito de revisar as informações, mapas e andamento do fascículo, que para ser publicado, deve estar de acordo com a comunidade. Nesta oficina houve troca de conhecimentos, cuja finalidade foi elaborar um material de alto padrão, que condiz com a realidade da comunidade. Além do trabalho de campo, foram feitas três outras oficinas de revisão, onde duas foram realizadas dentro do próprio espaço da Nova Cartografia Social e uma realizada no município de Querência do Norte - PR.

Os processos técnicos realizados foram divididos em diversas etapas, incluindo as atividades realizadas no trabalho de campo, primeiramente, e os processos realizados no trabalho de gabinete, posteriormente. Para o trabalho de campo, foram realizados os processos de reconhecimento da área de estudo, e do território pertencente aos Ilhéus do Rio Paraná, por meio do estudo de imagens de satélite por meio do Google Earth², que proporcionaram o entendimento do formato espacial do território em questão.

Após essa etapa, foram levados alguns equipamentos de localização espacial, como cartas topográficas da área e um aparelho GPS³. As cartas além de auxiliar na navegação pelo território tiveram um importante papel na elaboração do croqui pela comunidade, auxiliando no apontamento de informações georreferenciadas sobre a seus conflitos ambientais. O aparelho GPS teve o intuito de auxiliar também na navegação e traçar rotas dentro do território dos Ilhéus, além de capacitar os membros da comunidade em seu uso, como uma breve explicação sobre seu funcionamento e importância no processo de cartografia social.

Após o trabalho de campo, com a coleta das informações da comunidade, inicia o processo do levantamento bibliográfico, que além de levantar informações sobre a Nova Cartografia Social, teve-se que obter manuais e informações sobre a suíte de aplicativos ArcGis 9.2⁴, para que a confecção do mapa da comunidade estivesse dentro das técnicas de geoprocessamento e algumas adaptações específicas utilizadas nos mapas da Nova Cartografia Social. Dentro desse levantamento também se buscou informações sobre softwares de desenho como o InkScape⁵, para a digitalização das legendas feitas pela comunidade.

2 Software de Imagens de Satélites Grátis, utilizado apenas para verificação da área de estudo. Google Company[®].

3 Global Positioning System (GPS), utilizado para o trabalho foi um Garmin E-Trex, com erro aproximado de 6 metros, contudo o erro não influenciou no trabalho realizado.

4 Software Produzido e Distribuído pela ESRI[®] 2006, com aplicativos que permitem a criação de mapas com alta qualidade e informações, Software Licenciado para a Nova Cartografia Social. Abrange os Softwares ArcCatalog e ArcMap em sua suíte de aplicativos.

5 Software de Desenho Vetorial Livre, desenvolvido pelo The InkScape Team, muito utilizado na digitalização das legendas feitas pela comunidade.

Dentro do trabalho de gabinete, foram realizadas principalmente as técnicas de geoprocessamento e de desenho para a construção do mapa da comunidade, mas primeiramente, foi realizado um estudo de como se iniciaria a construção deste mapa e uma reflexão de como esse mapa seria lido, mantendo principalmente os traços da comunidade. A partir desse estudo e reflexão, foi determinado que a construção do mapa tivesse que seguir três etapas, sendo: I) Processo de criação da legenda ou símbolos da comunidade, II) Sistematização dos dados, III) Processamento dos dados e elaboração do mapa.

3.1 Processo de criação da legenda ou símbolos da comunidade

A primeira etapa de construção do mapa foi à digitalização das legendas feitas pela comunidade, durante o trabalho de campo. Processo muito importante, pois as legendas criadas pela comunidade representam sua própria realidade e expressão sobre determinados aspectos, onde a comunidade escolhe o que irá ser retratado no mapa, bem como as formas e cores desses símbolos desenhados a mão, mantendo esse aspecto particular e inconfundível da Nova Cartografia Social (figura 5 e 6).



Figura 5 - Foto da Legenda da comunidade pronta para o processo de digitalização
Fonte: Acervo Nova Cartografia Social (2010).

Cabe ao pesquisador que irá transformar essas informações do meio analógico ao meio digital, manter e respeitar todos os traços e formatos do símbolo original, que devem ser revisados pela comunidade após o término desse processo de digitalização.

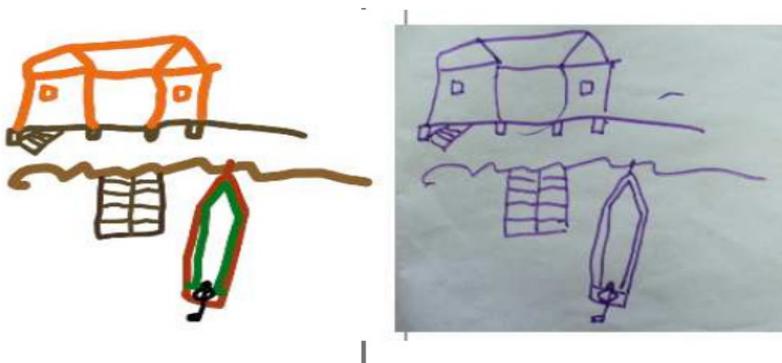


Figura 6 – Processo de digitalização dos símbolos da comunidade
Fonte: Acervo Nova Cartografia Social (2010).

Para realizar esse processo, deve-se seguir as etapas: Primeiramente a retirada de fotos digitais dos símbolos desenhados pela comunidade, através de uma câmera digital, logo após inicia-se o processo de digitalização do símbolo feito pela comunidade, através do software InkScape. Para que os símbolos apresentem uma melhor qualidade, deve-se manter o tamanho do desenho em 252x252 pixels⁶, e o mesmo deverá ser exportando no formato BMP⁷, pois posteriormente esses símbolos serão utilizados no ArcGis 9.2. Após a digitalização, deve-se manter nos símbolos traços fortes e visíveis, bem como cores que destaquem sua interpretação na legenda (Figura 7) que irá compor o mapa final.



Figura 7 - Legendas da comunidade digitalizadas e prontas para serem inseridas no mapa

Fonte: Arquivo Cartografia Social (2010).

⁶ Tamanho Padrão dos Símbolos digitalizados para serem utilizados no ArcGis 9.2.

⁷ Um ficheiro BMP é um ficheiro bitmap, ou seja, um ficheiro de imagem gráfico que armazena os pixéis sob a forma de quadro de pontos e gerindo as cores, quer em cor verdadeira, quer graças a uma paleta indexada.

3.2 Sistematização dos Dados

Após a criação dos símbolos da comunidade digitalizados, inicia o processo de sistematização dos dados que serão representados no mapa. Esse processo foi realizado com o auxílio da comunidade e do pesquisador responsável pelo processo de cartografia social. Primeiramente, houve uma coleta de dados que seriam destacados no mapa, essa etapa utilizou o levantamento de bases cartográficas, informações da comunidade por meio dos croquis feitos pela própria e sistematização das legendas.

Foi determinado que o mapa da comunidade iria conter os seguintes elementos: Informações sobre o Parque Nacional da Ilha Grande; APA Federal do Rio Paraná; Localização das legendas em todo o território ocupado pelos Ilhéus; Nome das ilhas; Divisas municipais; Divisa estadual; Hidrografia.

Como todas as informações estariam dispostas na forma de representação, fez um cuidado na parte das legendas ou símbolos, que foram classificados em: Formas de Resistência, Cultivos Tradicionais, Conflitos Socioambientais, Conflitos Territoriais e Prática Histórica Cultural e Religiosa, cada um contendo informações relevantes para a comunidade e que a ela deseja apresentar em seu mapa.

3.3 Construção do mapa da comunidade

Após o processo de criação dos símbolos ou legendas e a sistematização dos dados, se iniciou o processo de construção do mapa da comunidade através da Suíte de aplicativos Arcgis 9.2, a qual é um sistema de informações geográficas (SIG). O Arcgis opera com arquivos denominados shapefiles (.shp), que englobam informações geográficas georreferenciadas e dados sobre a comunidade, dispostos no formato de um único mapa. Primeiramente, para o início do processo de construção, foi à busca por bases geográficas georreferenciadas em formato digital, em sites de órgãos oficiais, como o IBAMA e o ITCG-PR. Dentre todas as informações disponíveis nestes órgãos, foram selecionadas as seguintes informações: Hidrografia 1:25000 (SEMA, 2006); Divisão Político-Administrativa (SEMA; ITCG,2004); Unidades de Conservação Final (ITCG,2008); Limite Parque Nacional Ilha Grande (IBAMA, 2008), além das próprias informações geradas pela comunidade. Os dados obtidos foram agrupados e classificados através do software ArcCatalog, e editados no ArcMap, ambos os softwares inclusos na suíte de aplicativos ArcGis 9.2 (Figura 8).

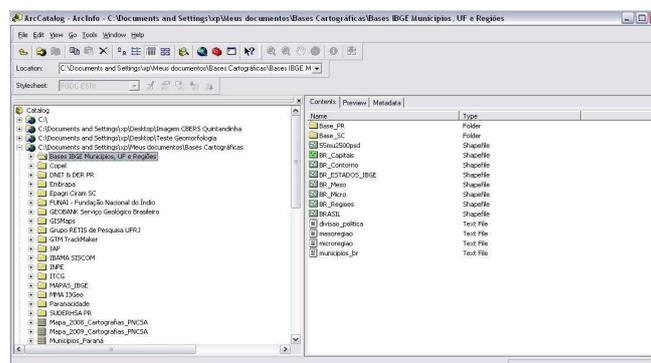


Figura 8 - ArcCatalog e forma de organização dos shapefiles utilizados no processo de mapeamento.

Fonte: Arquivo Cartografia Social, 2010.

Após a geração de um “pré-mapa”, utilizando as informações oficiais, foi inserido as informa-

ções obtidas pela comunidade, com isso, transforma o mapa com caráter apenas físico-político, para um mapa da Nova Cartografia Social, com ênfase nas informações da comunidade. Contudo, o mapa ainda não está pronto, e deve passar por mais duas etapas, o processo de fechamento e revisão da comunidade.

O processo de fechamento se tem após a sistematização de todas as informações da comunidade, dispostas sobre as informações oficiais, onde se observa a coerência (tamanho, visibilidade, cores) das legendas e símbolos sobre o mapa além da inserção de informações adicionais, como o selo da Nova Cartografia, direção do Norte, localização geográfica, quadro de zoom, escala, coordenadas geográficas e nesse caso, a relação com o nome das ilhas do Rio Paraná. Lembrando que nesse caso essa informação foi relevante à comunidade em questão, mas como cada mapa da Nova Cartografia é diferente e único, sempre se deve observar a forma que a comunidade deseja representar suas informações.

Após o fechamento desse mapa pelos pesquisadores, o mapa foi encaminhado para uma última revisão da comunidade, para verificar a sua coerência, informações faltantes, informações adicionais, cores e legendas, ao qual foi aprovado pela comunidade e posteriormente encaminhada a publicação⁸.

4. Considerações Finais

O processo de criação de mapas para a cartografia social possibilita que as geotecnologias, como a cartografia digital, sejam utilizadas como um instrumento valioso na luta por direitos de grupos sociais excluídos. O presente trabalho proporcionou uma experiência única de interação e envolvimento com questões muito pertinentes nos dias atuais em nosso país, como a questão fundiária que afeta um segmento da população, que utilizou da cartografia como um instrumento de visibilidade e reconhecimento de suas práticas tradicionais de relações com seus territórios tradicionalmente ocupados. Como o processo de cartografia social é complexo e depende de muitas questões que estão em constante mudança, esse trabalho contribui para um direcionamento a ser utilizado para a construção de mapas referentes a esta temática. Também se recomenda que os processos utilizados neste trabalho sejam modificados de acordo com a especificidade de cada grupo social. Tendo em vista que o mapa foi feito de acordo com a comunidade, respeitando seu olhar sobre o território, este mapa torna-se de sua propriedade, e, pode-se dizer que é algo além de um simples mapa, é um instrumento que favorecerá a luta dessa comunidade em busca de soluções para seus problemas e dificuldades, iniciando pelo reconhecimento da sua identidade coletiva. Construir um mapa que serve como instrumento de luta para às comunidades tradicionais, vai além de procedimentos técnicos, e torna-se um componente essencial na compreensão acerca da realidade do Brasil, demonstrando aspectos nunca pensados e desconhecidos por grande parte da sociedade. Por fim, os mapas da cartografia social, possibilitam que o viés crítico da geografia, considere elementos antes invisíveis, os quais tornam-se parte nas suas análises, e por fim vemos que estes mapas são o ápice da representação da complexidade dos territórios, os quais podem ser adaptados a vários grupos sociais distintos, com o intuito de representar suas especificidades e peculiaridades.

Referências

ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias Sociais e Territórios**. R.J. Ed. UFRJ. 2008.

⁸ O mapa completo está disponível no fascículo sobre a história da comunidade, disponível em: <http://novacartografiasocial.com/?wpdmact=process&did=MTAZLmhvdGxpbnms=>

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas, Processos de Territorialização e Movimentos Sociais. **Estudos Urbanos e Regionais** V.6, n.1/Maio 2004. 10p.

CRAMPTON, J. W.; KRYGIER, J. **Uma introdução à cartografia crítica**. In.: ACSELRAD, Henri (org). Cartografias sociais e Território. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ. 2008.

ALMEIDA, A.; MARIN, R. **Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil**: Ilhéus do Rio Paraná. Guairá-PR: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/ UEA, 2009.

NUER. **Nova Cartografia Social**. Núcleo de Estudos sobre Identidades e Relações Interétnicas. 2009. Disponível em: <<http://www.nuer.ufsc.br/cartografiasocial.html>>. Acesso em 08 de out. de 2014.

PIDORODESKI, A; PUSSININI, N; TOLEDO, B. H. C. **Novas perspectivas temáticas para a cartografia**: uma aproximação junto à nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais. In: I Simpósio Nacional de Recursos Tecnológicos Aplicados à Cartografia e XVIII Semana de Geografia, 2009, Maringá. Anais do I Simpósio Nacional de Recursos Tecnológicos Aplicados à Cartografia e XVIII Semana de Geografia. Maringá: UEM, 2009.

PNCS. **Os 3 projetos**. Nova Cartografia Social da Amazônia. 2008. Disponível em: <<http://www.novacartografiasocial.com/projetos.asp>>. Acesso em 10 de out. 2014.

TERRITÓRIO E IDENTIDADE QUILOMBOLA NO POVOADO RESINA EM BREJO GRANDE\SE

*EDILMA NUNES DE JESUS
FERNANDA FLORES SILVA DOS SANTOS
FLAVIA REGINA SOBRAL FEITOSA
HAIANE PESSOA DA SILVA
EMANUELA CARLA DOS SANTOS*

Resumo

Em meio a um processo histórico desigual, houve a formação de alguns grupos com uma identidade quilombola, que reafirmaram suas práticas culturais por meio de um forte vínculo com a terra. Essas populações vêm obtendo cada vez mais importância pelas conquistas já alcançadas, a exemplo do direito ao território dos antigos quilombos, pela Constituição Federal Brasileira. Apesar das conquistas, muitos conflitos territoriais marcam essas comunidades. De modo que esta problemática envolve a questão da regularização fundiária. O Estado de Sergipe não é diferente do que ocorre no restante do país. Assim, o objetivo principal deste artigo é discutir, por meio de uma análise geográfica relacionada ao conceito de território, a importância deste para a manutenção do modo de vida dos quilombolas, abordar sobre os conflitos territoriais que assolam essas comunidades e destacar a ligação profunda que as populações tradicionais mantêm com a natureza, tendo como base de reflexão o caso da comunidade quilombola do povoado Resina, do município de Brejo Grande/SE. Para a realização deste estudo foi desenvolvida uma pesquisa descritiva de caráter exploratório e de natureza qualitativa, visto que foram descritas e analisadas as características socioeconômicas, os conflitos territoriais existentes no povoado, a relação da comunidade quilombola com a natureza e suas práticas culturais. Chegou-se à conclusão de que apesar das possibilidades acenarem para uma mudança na atual organização do território do povoado Resina, em decorrência da sua já certificação desde 2006, ainda há muito que se fazer, visto que ainda existem várias etapas a serem percorridas, até a final titulação, que garante a posse das terras aos quilombolas.

Palavras-chave: conflitos; comunidades tradicionais; legislação brasileira.

Abstract

Amid an uneven historical process, there was the formation of some groups with a quilombo identity, which reaffirmed their cultural practices through a strong bond with the land. These populations have been getting more and more importance on the accomplishments already achieved, such as the right to the territory of the former quilombos, the Brazilian Federal Constitution. Despite the achievements, many territorial conflicts mark these communities. So that this issue involves the issue of land tenure. The state of Sergipe is no different from what happens in the rest of the country. Thus, the main objective of this article is to discuss, through a geographical analysis related to the concept of territory, its importance for the maintenance of the quilombo way of life approach on territorial conflicts in these communities and emphasize the profound link traditional populations have with nature, with the appropriate reflection base quilombo Resin village in the municipality of Brejo Grande / SE. For this study was developed a descriptive exploratory and qualitative, as have been described and analyzed the socio-economic characteristics, the existing territorial conflicts in the village, the relationship of the quilombo community with nature and their cultural practices. We came to the conclusion that despite the possibilities acenarem for a change in the current organization of the village territory resin, due to its already certified since 2006, much remains to be done, as there are still several steps to be taken until the final title, which guarantees the ownership of land to the quilombo.

Keywords: conflicts; traditional communities; Brazilian legislation.

1. Introdução

Atualmente as disputas territoriais e a gritante exclusão social que envolve questões étnico-raciais, tornaram-se objetos de reflexão no Brasil. Visto que foi em meio a um processo histórico desigual que houve a formação de alguns grupos com uma identidade quilombola, que reafirmaram suas práticas culturais por meio de um forte vínculo com a terra (FURTADO et al., 2014).

Através do reconhecimento das populações quilombolas espalhadas pelo país, é que as comunidades remanescentes vêm obtendo cada vez mais importância em decorrência das lutas e reivindicações que vem travando e pelas conquistas já alcançadas, a exemplo do direito ao território dos antigos quilombos pela Constituição Brasileira (FUNDAÇÃO PALMARES, 2014).

Apesar das conquistas, muitos conflitos baseados em disputas territoriais ainda marcam essas comunidades que procuram resistir e se fortalecer enquanto grupo étnico minoritário para que, por meio da formação de movimentos sociais, possam adquirir reconhecimento dos seus direitos e alcançar equidade social, tanto nos quilombos urbanos quanto nos rurais.

Assim, torna-se de fundamental importância uma análise territorial para compreender como o território foi organizado historicamente e como os conflitos foram estabelecidos em decorrência da luta entre os indivíduos ou grupos pela dominação e apropriação da terra. Sendo que, o Estado como sujeito regulador e harmonizador dos diversos interesses sobre o território, acaba por vezes, contribuindo para a intensificação dos conflitos, em decorrência de um mal planejamento e aplicação no que diz respeito a regularização fundiária no país.

Neste íterim, o objetivo principal deste artigo é discutir por meio de uma análise geográfica relacionada ao conceito de território, a importância deste para a manutenção do modo de vida dos quilombolas, abordar sobre os conflitos territoriais que assolam essas comunidades e destacar a ligação profunda que as populações tradicionais mantêm com a natureza, tendo como base de reflexão o caso da comunidade quilombola do povoado Resina, do município de Brejo Grande/SE.

2. Metodologia

O povoado Resina está situado no município de Brejo Grande/SE. O município limita-se ao norte com o estado de Alagoas; a noroeste com o município de Ilha das Flores; a leste com o rio São Francisco, a oeste e sudoeste com o município de Pacatuba e, ao sul com o oceano Atlântico (Alves et al, 2007). Possui uma área correspondente a 148, 86 Km² com uma população total de 7.745 habitantes, tendo 51,93% da população residente na área urbana e 48,07% na área rural do município (IBGE, 2010).

A área que compreende os povoados da Resina, Carapitanga, Capivara e Saramém faz parte do grande complexo Brejão dos Negros, remanescentes de Quilombos já certificados pela Fundação Cultural de Palmares desde junho de 2006. As terras são de propriedade da União e, que desde o período imperial são habitadas pelos remanescentes de quilombos, conforme o relatório de estudo antropológico realizado pelo INCRA (OLIVEIRA, 2012). Para este artigo, será considerada a definição de comunidades quilombolas que é apresentada no Decreto nº 4.887/2003, no qual:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003, Art. 2).

Para a realização deste estudo foi desenvolvida uma pesquisa descritiva de caráter explorató-

rio e de natureza qualitativa, visto que foram descritas e analisadas as características socioeconômicas, os conflitos territoriais existentes no povoado, a relação da comunidade quilombola com a natureza e suas práticas culturais. O desenvolvimento do presente artigo envolveu várias fases, a saber:

A) Levantamento Bibliográfico e Documental: através de consultas a livros, artigos e dissertações disponíveis em meios eletrônicos ou em acervos públicos acerca da temática pesquisada e dos conteúdos no intuito de obter o embasamento teórico.

B) Pesquisa de Campo: na qual por meio de um trabalho de campo foi realizada uma visita a comunidade quilombola do povoado Resina, no município de Brejo Grande\SE. O trabalho de campo é fundamental para o aprofundamento das questões propostas na problemática da pesquisa. O estudo de campo utiliza muito mais técnicas de observação do que de interrogação; porém, além da observação direta do grupo estudado, podemos aplicar entrevistas com informantes para captar suas explicações do conflito que a comunidade está envolvida (GIL, 2002).

C) Entrevistas: foram realizadas entrevistas informais (semi-estruturadas) junto aos moradores da comunidade e um representante comunitário do povoado, que relataram os problemas de conflitos territoriais e situações socioambientais enfrentadas e encontradas na referida localidade.

D) Análise das informações: as informações obtidas durante as entrevistas foram analisadas e discutidas neste artigo de acordo com os objetivos apontados no mesmo.

3. Território, conflitos e a relação com a Natureza: uma discussão acerca da comunidade quilombola da Resina

Ao se estudar as populações tradicionais, a análise territorial torna-se um elemento essencial para a compreensão de como se estabelecem as relações sociais e o reflexo destas na construção identitária dos indivíduos, na elucidação dos conflitos, na evidencia das relações de poder e entre outros aspectos que se manifestam sobre o território (RIBEIRO, 1995). Faz-se, portanto, necessário se remeter aos conceitos de território e da relação entre o espaço-tempo que se baseia na organização territorial discutidos no âmbito geográfico para ser mais compreensível o seu significado e a importância deste para a perpetuação do modo de vida de um grupo social.

O geógrafo alemão Friederich Ratzel (1990) contribuiu com o conceito de território ao se referir a constituição do Estado-Nação, uma vez que este se apropriou do espaço para manter a posse dos recursos naturais que são essenciais para a sobrevivência de uma população. Neste sentido "a sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, desejará sempre manter, sobretudo, a posse do território sobre o qual e graças ao qual ela vive. Quando esta sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em Estado" (RATZEL, 1990, p. 76). A partir de uma visão naturalista, o autor se refere ao território como sinônimo de solo, visto que para ele é por meio da base material e da apropriação de uma determinada superfície terrestre que uma sociedade se desenvolve.

Sintomaticamente, a palavra que Ratzel comumente utiliza não é território (Territorium), e sim solo (Boden), como se território fosse sempre sinônimo de território de um Estado, e como se esse território fosse algo vazio sem referência aos atributos materiais, inclusive ou sobretudo naturais (dados pelo sítio e pela posição), que de fato são designados de modo mais direto pela expressão Boden (CORREA et al, 2000, p. 86).

Assim, para Ratzel o solo é fundamental para manter a sobrevivência de uma sociedade, visto que é por meio deste que se obtêm os recursos naturais essenciais para a vida e é por esse motivo que ocorre a apropriação e a defesa de uma porção da superfície terrestre que dá origem aos

Estados nacionais.

O conceito de poder e o território é ampliado pelo consagrado autor da Geografia contemporânea Raffestin (1993), o qual distingue o conceito de espaço e de território apresentado por Ratzel, ao destacar que o poder possui uma relação intrínseca ao território. Desta forma o território é definido como

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço, que se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Dessa forma, o autor discorre que o espaço geográfico é a base que sustenta os territórios, ou seja, o espaço antecede o território, que é caracterizado a partir das relações de poder desenvolvidas no campo concreto. Neste sentido, o território “não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.7). Reforça-se que, este território é um lugar de relações de poder, o qual emerge a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, tendo como principais características o uso de energia e da informação, assumindo um novo significado, mas sempre ligado ao controle e à dominação social (SAQUET, 2010, p. 34).

Assim, Ratzel (1990) e Raffestin (1993) foram os precursores das discussões acerca do conceito de território, se ampliando posteriormente entre diversos autores. Agora, além do território ser concebido como base material e das relações de poder, o aspecto simbólico passou a ser considerado, haja vista que foi levado em consideração a manutenção do modo de vida e a identidade dos grupos sociais, a exemplo de comunidades tradicionais, como as quilombolas.

Neste sentido, Santos (2002, p. 96) considera que o território “é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence”. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Logo, entende-se que é por meio das relações sociais, das práticas realizadas e transmitidas de geração em geração, no usufruto dos recursos naturais, do espaço de convivência e do sentimento de identidade que o território é constituído. Senão vejamos:

O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva (HAESBAERT, 1997, p. 41).

A partir desta definição é possível perceber a importância do território para comunidades tradicionais como os quilombolas, visto que estas se organizam territorialmente a partir do desenvolvimento de práticas de resistência que possibilitem manter seus modos de vida, visando garantir a autonomia sobre a terra e a perpetuação de seus desenvolvimentos socioculturais. Desta forma, a terra na condição de território étnico, tem assegurado, ao longo do tempo, o sentimento de pertencimento e de identidade a um lugar e a um grupo, além da posse coletiva da terra e do desenvolvimento coletivo (MALCHER, 2009, p. 9).

A luta pela permanência na terra em decorrência dos fatores históricos, caracteriza a existência destes, no tempo e no espaço, enquanto comunidades quilombolas. Sobre a luta por seus direitos de reconhecimento no Brasil, Porto Gonçalves (2002) destaca que os quilombolas:

Hoje, pelas possibilidades abertas à escala mundial pelas contradições de regimes de poder se apresentam como protagonistas políticos reivindicando, exatamente, a consagração das terras onde constituíram seus territórios de liberdade. Portanto, a questão que se apresenta não é simplesmente a do direito de ir e vir, tão destacado pelo liberalismo mas, também o direito de permanecer. (PORTO GONÇALVES, 2002, p. 30).

O aumento da luta pela legalização das terras quilombolas e a autoafirmação das comunidades negras rurais remanescentes de quilombos, por pertencer a um histórico de lutas em busca da cidadania e de sua inclusão social plena, fez com que a busca pela regularização fundiária aumentasse significativamente nos últimos anos (YAGUI, 2006 apud COUTINHO e OLIVEIRA, 2013, p. 1). Foi a partir da Constituinte de 1988, pelo artigo 68, que houve a aprovação da garantia do direito às terras de quilombo, como forma de reconhecimento da história de luta que se desenvolveu baseada com vínculo sobre a terra. Elemento que foi fundamental para a resistência e a existência destas comunidades de descendência negra até os dias atuais, no caso rural. Por meio do Decreto nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003 foi aprovada a regulamentação dos procedimentos administrativos para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos (BRASIL, 2003).

Segundo Vilela (2013) foi pela busca de seus direitos que os quilombos contemporâneos se envolveram em todo tipo de conflito territorial, já que muitas vezes o processo de reconhecimento e titulação das suas terras esbarra em outros interesses, dentre os quais pode-se enumerar os conflitos com grupos e instituições tais como os produtores rurais, indústrias, unidades de conservação, dentre outros. Sendo que “os conflitos geralmente são aflorados quando há o reconhecimento da comunidade enquanto quilombola e aprofundados quando se inicia o pedido para o processo de titulação” (idem, p.4. 2013).

O conflito territorial geralmente é um processo gerado em decorrência dos diferentes interesses sobre o território pelos atores sociais envolvidos, de modo que as contradições existentes nestas relações sociais podem ser compreendidas a partir da análise da temporalidade e espacialidade de cada caso específico. No caso dos quilombos, além da questão fundiária no Brasil ser o cerne deste conflito, existe interesses de atores sociais externos aos quilombos que muitas vezes não reconhecem o valor étnico e cultural dessas comunidades, podendo vir a se apropriar dos espaços originais visando desenvolver atividades econômicas de seu interesse, enfraquecendo e até extinguindo um território que é reconhecido e garantido por direito na legislação brasileira a esses povos.

Outra consideração relevante em relação às comunidades tradicionais diz respeito a associação destas com a preservação da biodiversidade, visto que devido à importância do território para os mesmos torna-se imprescindível a preservação do ecossistema ao qual estão fixados. Deste modo, Diegues estabelece que:

Estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela, produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. (...) Esse “know-how” tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não tem outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. (...). A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma ideia expressa no Brasil pela palavra “respeito” que se aplica não somente a natureza como

também aos outros membros da comunidade (DIEGUES, 1992 apud DIEGUES, 2001, p. 87).

Ainda segundo o mesmo autor, o que caracteriza uma comunidade tradicional são os seguintes aspectos:

- Dependência frequentemente, por uma relação de simbiose entre a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida;
- Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração;
- Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- Reduzida acumulação de capital;
- Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e às atividades extrativistas;
- Tecnologia utilizada que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- Auto identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 1999, p. 21-22).

Nas comunidades tradicionais, um dos principais problemas enfrentados é a legalização da posse e/ou propriedade de terras, ao longo da história brasileira não foram reconhecidas pelos entes e agentes do Poder Público. O que predominava era o ponto de vista dos dominantes que no desenrolar do processo histórico detiveram um acúmulo de capital econômico e político e o domínio sobre o sistema de terras. Ainda hoje, os atuais detentores destes capitais acumulados ainda se valem das vantagens econômicas e políticas adquiridas para querer manter-se numa situação de poderio sobre a terra para benefícios individuais.

As comunidades quilombolas a partir do instante em que são contempladas pela Constituição de 1988, conquistaram a possibilidade de se constituir como atores passíveis de reconhecimento por parte dos representantes dos órgãos do Estado. E a partir do Decreto nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003, ao qual possibilitou a estes se auto reconhecerem quilombolas e possibilitar a autonomia de suas terras, acabou por desencadear a oposição de grupos contrários a titulação dos territórios, com interesses privados pelas terras ocupadas pelos quilombolas, desencadeando diversos conflitos.

Na comunidade quilombola da Resina, situada em Brejo Grande-SE, residem 42 famílias que possuem uma íntima ligação com o rio São Francisco, do qual retiram suas principais fontes de renda que são provenientes da piscicultura, cunicultura e rizicultura com sementes fornecidas pela Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe - EMDAGRO. Torna-se imprescindível pontuar que a ligação dessa comunidade com a natureza vai além da questão econômica, pois o lugar representa para eles a fonte de subsistência e de onde perpetuam o conhecimento das

práticas locais que é transmitido de geração em geração, de acordo com relatos de moradores da região.

Para se fortalecer e enfrentar os conflitos relacionados à geração da fonte de renda e do território, a comunidade passou a se mobilizar participando de Movimentos Sociais, a exemplo da Associação Tradicional de Pescadores Artesanais do Povoado Resina (MARQUES et al, 2009).

Segundo entrevistas que foram realizadas com a comunidade do povoado Resina, estes afirmam que desde 2006, estão sofrendo diversas ameaças devido aos conflitos ocasionados pelo interesse das terras em que estão situados. Sendo que inicialmente a ameaça foi por parte de uma construtora que pretendia construir nas margens do rio um hotel luxuoso. Para intimidar os moradores do local, enviou um helicóptero com seus representantes avisando que o território pertencia à empresa. Esta mesma construtora ofereceu dinheiro e casa para as famílias que saíssem do local e por algumas terem aceitado a oferta, isto acabou provocando conflitos internos na comunidade.

Outro conflito apontado pelos moradores do povoado é em relação à Ilha da Criminosa, na qual a comunidade terá posse em breve e pretende firmar parcerias com instituições que promovam estudos voltados a preservação do meio ambiente. No entanto, um cidadão francês se apossou da ilha e colocou seguranças armados para impedir a aproximação de outras pessoas. Atualmente, a comunidade disputa um lote de terra de 69 ha com uma fazendeira local, na qual grande parte das famílias da comunidade está situada e realiza a plantação de arroz.

Em decorrência desses conflitos territoriais a comunidade se vê mais ligada ao lugar e buscam nas atividades em grupo e em parcerias com movimentos sociais o fortalecimento para superar os diversos desafios existentes. É perceptível também o estabelecimento de práticas desenvolvidas na comunidade para fortalecer e manter as atividades culturais tanto para os pescadores, quanto para os jovens. A exemplo do grupo de capoeira que se reúne semanalmente na comunidade para atrair os jovens, com o intuito de proporcionar uma relação de identidade destes com a cultura afrodescendente.

O que se percebe nesta comunidade quilombola é a resistência em torno da busca pelos seus direitos que são garantidos pela legislação brasileira, referente à regularização fundiária dos territórios quilombolas. De modo que estes, por tentar impedir o acesso dos grandes proprietários de terras, empresas interessadas, posseiros, entre outros nos territórios quilombolas reconhecidos, acabam por gerar conflitos com esses atores sociais que muitas vezes não reconhecem o valor étnico, histórico e cultural que possuem os quilombos no Brasil.

5. Considerações finais

O resgate da historiografia das comunidades tradicionais, sobretudo, os das quilombolas mostram que eles não foram reconhecidos pela sua trajetória histórica de resistência e permanência no território, mas por obstruírem interesses de outros grupos. O que deve ficar claro é que os quilombos não é algo que ficou no passado, mas é um fato geográfico de uma forma de vida de matriz africana que se faz presente no atual território brasileiro.

É fato que o Estado Nacional, torna-se imprescindível, como agente regulador para dar solução e eficácia aos problemas referidos e também para dar a efetividade dos direitos territoriais às comunidades quilombolas. No entanto, apesar de as possibilidades acenarem para uma mudança na atual organização do território do povoado Resina, em decorrência da sua já certificação desde 2006, ainda há muito o que se fazer, visto que ainda há várias etapas a serem percorridas, até a final titulação, que garante a posse das terras aos quilombolas.

Neste sentido, torna-se perceptível a legalização do território ocupado, para a manutenção

do modo de vida dos quilombos, visto que a ligação com a natureza se baseia em atividades econômicas e de subsistência, sem ocasionar grandes impactos ambientais. Além de que, é por meio da conservação da biodiversidade que seus conhecimentos relacionados ao meio ambiente são transmitidos de geração em geração, dando assim, continuidade aos elementos que propiciam um sentimento de identidade a esses grupos sociais, sobre o território, no qual essas práticas cotidianamente se estabelecem.

Referências

- ALVES, N. M. S. et al. Dinâmica Geoambiental, Processos Morfodinâmicos e usos das terras em Brejo Grande, Baixo São Francisco-Sergipe. **Revista Brasileira de Geomorfologia** - ano 8, nº2 (2007).
- BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 15 de Nov. de 2014.
- CORREA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- DIEGUES, A. C. **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. NUPAUB/USP – PROBIO/MMA – CNPq, 1999. p. 189.
- DIEGUES, A. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- FURTADO, M. B.; PEDROZA, R. L. S.; ALVES, C. B. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**. n. 26, v. 1, p. 106-115, 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002. p.175.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e Identidade**. Niterói: Editoria da UFF, 1997.
- MALCHER, M. A. F. **Identidade Quilombola e Território**. Belém, 2009. Disponível em <http://www.wftl.org/pdf/046.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2014.
- OLIVEIRA, T. R. A. Meu lugar é o rio: aspectos identitários e territoriais da comunidade de pescadores artesanais do povoado resina, Brejo Grande/SE. **Dissertação**: Paulo Afonso, 2012.
- COUTINHO, A. B. e OLIVEIRA, M. P. **A contribuição do projeto “o quilombola” para a organização do território da comunidade quilombola de Retiro (Santa Leopoldina/ES)**. Cuiabá: UFMT, 2013.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades Quilombolas**. Disponível em: <http://www.palmars.gov.br/?page_id=88&estado=SE>. Acesso em: 10 jul 2014.
- MARQUES, Juracy dos Santos (et al.) **Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: pescadores e pescadoras artesanais de Resina – Brejo grande**. Casa 8 Design / Edições UEA, Alagoas, 2009.
- PORTO GONÇALVES, C.W. **Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 217-256.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. SP: Ática, 1993 (1980).

RATZEL, Friederich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antônio Carlos. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p. 32 – 107.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VILELA, R. O. Quilombos contemporâneos e a proteção da biodiversidade: o caso da reserva biológica da Mata Escura e da comunidade Mumbuca. Vale do Jequitinhonha/MG. **Dissertação** de Mestrado em Gestão Ambiental e Territorial. Universidade de Brasília, 2013.